

# **Relatório de Actividade**

## **2009**

## Índice

Nota introdutória .....	5
Breve análise conjuntural.....	5
Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo .....	6
– Missão .....	6
– Atribuições .....	6
– Outras atribuições específicas.....	8
- Órgãos e cargos de direcção da CIG.....	8
- Organização interna da CIG.....	9
– Conselho Consultivo da CIG .....	11
- Organograma da CIG .....	12
II - Actividades desenvolvidas e recursos humanos.....	13
1.- Consecução dos objectivos do Plano de Actividade da CIG para 2009 e estratégia seguida .....	13
2.- Desenvolvimento dos diferentes programas, projectos e actividades do Plano de Actividade da CIG 2009 (PA CIG – 2009); resultados previstos e alcançados.....	15
2.1.- A CIG e a participação internacional .....	15
2.1.1.- A CIG e o “Ano Europeu da Criatividade e Inovação - 2009” .....	20
2.2.- Articulação com as orientações e estratégias dos Planos Nacionais (III PNI; III PNCVD e I PNCTSH). .....	21
2.2.1.- III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género .....	21
2.2.2.- III Plano Nacional contra a Violência Doméstica.....	37
2.2.3.- I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos .....	43
2.3.- Articulação com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). .....	46
2.4.- Actividades e medidas enquadradas em programas ou projectos autónomos .....	47
2.5.- Actividades e medidas não enquadradas em programas ou nos Planos Nacionais.....	52
2.6.- Actividades afins à documentação e informação .....	54
2.6.1.-Bibliotecas (Biblioteca <i>Madalena Barbosa</i> , em Lisboa e Biblioteca da Delegação do Norte da CIG).....	55
2.6.2.- Edição de publicações e outro material informativo.....	57

2.6.3-	Difusão de publicações e outro material informativo .....	58
2.7-	Actividades de Formação e Sensibilização.....	59
2.8-	Conselho Consultivo.....	64
2.9-	Atendimento Jurídico / Psicossocial - DRN .....	64
2.10 -	Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica .....	66
2.11-	Execução financeira .....	67
III –	Balanço social .....	68
	Nota introdutória .....	68
	Análise Qualitativa e Interpretativa do Balanço Social 2009 .....	69
3.1-	Recursos humanos da CIG.....	69
3.1.1-	Efectivos por relação jurídica de emprego .....	69
3.1.2-	Efectivos conforme os grupos de pessoal.....	69
3.1.3-	Efectivos segundo o sexo .....	70
3.1.4-	Efectivos por escalão etário .....	70
3.1.5-	Efectivos por antiguidade.....	70
3.1.6-	Efectivos portadores de deficiências.....	70
3.1.7-	Efectivos por estrutura habilitacional .....	70
3.1.8-	Admissões e regressos no organismo .....	70
3.1.9-	Saídas e motivo de saídas .....	70
3.1.10-	Modalidades de horário.....	70
3.1.12-	Assiduidade/absentismo. O seu contexto na organização .....	71
3.1.13-	Encargos com pessoal .....	71
3.1.14-	Formação Profissional.....	72
3.1.15-	Relações Profissionais e Disciplinares.....	72
IV -	Avaliação final .....	73
2-	O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da CIG para 2009 .....	74
	Avaliação do QUAR 2009.....	75

## **Anexos**

Anexo I – Balanço social – 2009

Anexo II – DRN

Anexo III – Relações Internacionais

Anexo IV – Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD)

Anexo V – Relatório do Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial

Anexo VI - Avaliação da Formação – DRN

Anexo VII - Relatório de actividade do Secretariado Técnico para a Igualdade (STI)

## Nota introdutória

Sendo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (doravante designada, de forma abreviada, por CIG) um organismo da Administração Central, deve obrigatoriamente elaborar planos e relatórios de actividade.

Assim, dando cumprimento ao que estabelece o Decreto-lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, o presente documento constitui a segunda das duas unidades obrigatórias de gestão anual desta Comissão, correspondentes ao ano de 2009, isto é, o “Relatório de Actividade da CIG – 2009”, doravante designado por “RA-CIG 2009”.

De igual forma, o presente Relatório cumpre com o estabelecido pela alínea e)- do artigo 8.º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, no que se refere à articulação do ciclo de gestão deste serviço da Administração Pública com o SIADAP, nomeadamente através da inclusão da auto-avaliação do serviço e do balanço social.

Procurar-se-á dar conta, embora de forma sumária, quer das iniciativas da própria CIG, quer de outras iniciativas, promovidas por organismos públicos ou por organizações e agentes da sociedade civil, em que a CIG foi parceira.

Tendo em conta a natureza, a missão e as atribuições desta Comissão, releva ainda neste Relatório a consideração da sua participação em iniciativas internacionais, a coordenação geral que lhe foi atribuída para a aplicação dos três planos nacionais (III Plano Nacional para a Igualdade, o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica e o I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos) ou a coordenação das acções afins à implementação do Eixo 7 (“Igualdade de Género”) do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), através do Secretariado Técnico para a Igualdade, no âmbito do contrato de delegação de competências do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e esta Comissão.

## Breve análise conjuntural

A CIG é um organismo da Administração Pública, com sede em Lisboa e uma delegação no Porto, integrada na Presidência do Conselho de Ministros e tutelada pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A CIG sucede à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e, por sua vez, à Comissão da Condição Feminina (CCF).

A CIG foi criada no quadro das orientações definidas pelo PRACE e dos objectivos do Programa do Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos (Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro – que aprovou a Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros).

A lei orgânica da CIG foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio.

Enquanto serviço central da administração directa do Estado, a CIG é um organismo coadjuvante na execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. Neste sentido, os destinatários da acção da CIG são todos os intervenientes a nível da execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, nomeadamente os organismos da Administração Central, Regional e Local, organismos e instituições da sociedade civil e a população em geral.

## **Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo**

### **– Missão**

A CIG tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género.

### **– Atribuições**

As atribuições da CIG são as seguintes:

- a)- Apoiar a elaboração e o desenvolvimento da política global e sectorial com incidência na promoção da cidadania e da igualdade de género e participar na sua execução, ao nível das políticas específicas, e na correspondente articulação ao nível das políticas integradas;
- b)- Contribuir para a alteração do quadro normativo, ou para a sua efectivação, na perspectiva da cidadania e da igualdade de género, elaborando propostas normativas, emitindo pareceres sobre iniciativas legislativas ou sugerindo mecanismos que promovam o cumprimento efectivo e integral das normas vigentes, designadamente nos domínios transversalizados da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, da protecção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de mulheres e homens, do combate às formas de violência de género e do apoio às vítimas;
- c)- Elaborar estudos e documentos de planeamento de suporte à decisão política na área da cidadania e da igualdade de género;

- d)- Promover a educação para a cidadania e a realização de acções tendentes à tomada de consciência cívica relativamente à identificação das situações de discriminação e das formas de erradicação das mesmas;
- e)- Promover acções que facilitem uma participação paritária na vida económica, social, política e familiar;
- f)- Propor medidas e desenvolver acções de intervenção contra todas as formas de violência de género e de apoio às suas vítimas;
- g)- Apoiar organizações não governamentais relativamente a medidas, projectos ou acções que promovam objectivos coincidentes com os seus;
- h)- Atribuir prémios de qualidade a entidades que adoptem códigos ou sigam exemplos de boas práticas em matéria de promoção da igualdade de género, de prevenção da violência de género ou de apoio às vítimas;
- i)- Assegurar a supervisão técnica das estruturas de acolhimento e de atendimento para vítimas de violência e a coordenação estratégica com os demais sectores da Administração Pública envolvidos no apoio;
- j)- Manter a opinião pública informada e sensibilizada com recurso aos meios de comunicação social, à edição de publicações e à manutenção de um centro de documentação e de uma biblioteca especializados;
- l)- Elaborar recomendações gerais relativas a boas práticas de promoção de igualdade de género, designadamente ao nível da publicidade, do funcionamento de estruturas educativas, de formação e da organização do trabalho no sector público e privado, bem como atestar a conformidade com essas boas práticas;
- m)- Conferir competências técnicas e certificar qualidades de pessoas e entidades institucionalmente envolvidas na promoção e defesa da cidadania e da igualdade de género;
- n)- Desenvolver serviços de consulta jurídica e de apoio psicossocial, especialmente nas situações de discriminação e de violência de género;
- o)- Receber queixas relativas a situações de discriminação ou de violência com base no género e apresentá-las, sendo caso disso, através da emissão de pareceres e recomendações, junto das autoridades competentes ou das entidades envolvidas;
- p)- Assegurar modalidades adequadas de participação institucional das organizações não governamentais que concorram para a realização das políticas de cidadania e de igualdade de género;
- q)- Organizar, nos termos da lei, o registo nacional de organizações não governamentais cujo objecto estatutário se destine essencialmente à promoção dos valores da cidadania, da defesa dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e da igualdade de género;
- r)- Cooperar com organizações de âmbito internacional, comunitário e demais organismos congéneres estrangeiros, tendo em vista participar nas grandes orientações relativas à cidadania e à igualdade de género e promover a sua implementação a nível nacional;

- s)- Cooperar com entidades públicas e privadas de níveis nacional, regional e local em projectos e acções coincidentes com a missão da CiG, nomeadamente pelo estabelecimento de parcerias;
- t)- Prestar assistência técnica a iniciativas na área da cidadania e igualdade de género promovidas por outras entidades;
- u)- Emitir parecer favorável à celebração de acordos de cooperação que envolvam entidades públicas estatais com incidência no apoio a vítimas de violência de género.

### **– Outras atribuições específicas**

Tal como estabelece a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007 de 22 de Junho, cumpre à CiG a dinamização, o acompanhamento e a execução das medidas constantes no III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (III PNI), devendo a CiG garantir a estreita colaboração com os demais serviços e organismos directamente envolvidos na sua execução. O mesmo se passa para o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (III PNCVD), estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007 de 22 de Junho.

A CiG foi ainda designada como entidade responsável pela assistência à coordenação do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (I PNCTSH), estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007 de 22 de Junho, com atribuições ao nível da dinamização e acompanhamento da execução das medidas nele constantes.

Tal como já referido anteriormente, foram delegadas competências à CiG para a coordenação das acções afins à implementação do Eixo 7 (“Igualdade de Género”) do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Esta delegação de competências decorre de um contrato entre o POPH e a CiG, sendo criado e adstrito a esta Comissão, o Secretariado Técnico para a Igualdade, o qual garante a execução do objecto do dito contrato.

### **- Órgãos e cargos de direcção da CiG**

Os órgãos da CiG são a Presidente e o Conselho Consultivo.

A CiG é dirigida por uma Presidente, coadjuvada por uma Vice-Presidente.

O Conselho Consultivo é composto por uma Secção Interministerial, por uma Secção das Organizações Não Governamentais (ONG) e por um Grupo Técnico-científico.

Os lugares de direcção superior de 1.º e 2.º graus e de direcção intermédia de 1.º grau da CiG são os que constam da seguinte tabela:



<i>Designação dos cargos dirigentes</i>	<i>Qualificação dos cargos dirigentes</i>	<i>Grau</i>	<i>N.º de lugares</i>
Presidente	Direcção superior	1.º	1
Vice-presidente		2.º	1
Coordenador da Delegação do Norte	Direcção intermédia	1.º	1
Director de Serviços		1.º	1

(Cf. Anexo artigo 12.º e Anexo, ambos do -Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro)

### - Organização interna da CIG

Tal como define o artigo 10.º da sua Lei orgânica, a organização interna dos serviços [da CIG] obedece ao seguinte modelo estrutural misto (Cf. Organograma, mais adiante neste Relatório):

- a) Nas áreas de suporte relativas à gestão de recursos, serviços jurídicos e estudos, planeamento, documentação e formação, o modelo de estrutura hierarquizada;
- b) Nas áreas de missão relativas à gestão e apoio de projectos no âmbito da cidadania e igualdade de género, violência de género e rede social e autarquias, o modelo de estrutura matricial.

Estes dois modelos de estrutura são apresentados, segundo unidades orgânicas (nucleares e flexíveis) e equipas multidisciplinares, da seguinte forma:

#### A – Unidades orgânicas nucleares

No desenvolvimento do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio (lei orgânica das CIG), a Portaria n.º 662-F/2007, de 31 de Maio determinou a estrutura nuclear da CIG, nas seguintes unidades orgânicas: a)- O Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação; b)- A Delegação do Norte (artigo 1.º)]. De igual forma definiu as respectivas competências (artigos 2.º e 3.º).

Os responsáveis por estas duas unidades orgânicas são os dois dirigentes intermédios de 1.º grau, antes referidos, Director de serviços e Coordenador da Delegação do Norte, respectivamente.

#### B - Unidades orgânicas flexíveis e equipas multidisciplinares

Também no desenvolvimento da citada lei orgânica, a Portaria n.º 662-C/2007, de 31 de Maio, fixou a dotação máxima de unidades orgânicas flexíveis e de chefes de equipas multidisciplinares, da seguinte forma: 3 unidades orgânicas flexíveis (artigo 1.º) e 3 chefes de equipas multidisciplinares (artigo 2.º).

#### B.1. - Unidades orgânicas flexíveis

Através do Despacho n.º 17984/2007, de 17 de Julho, publicado no DR n.º 156, 2.ª série, de 14 de Agosto de 2007, a Presidente da CIG determinou que o Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação compreendesse a Divisão de Formação (DF) e a Divisão de Documentação e Informação (DDI). Pelo mesmo Despacho foi criada a Divisão Jurídica e Administrativa.

Entretanto, através do Despacho n.º 23400/2008, de 16 de Setembro, a Presidente da CIG determinou a extinção da Divisão de Formação (DF), deslocando algumas das suas atribuições para a Divisão de Documentação e Informação (DDI) e, em situações específicas e de razão operacional, para o próprio Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação.

Nesta mesma ocasião, através daquele mesmo Despacho, a Presidente da CIG determinou a extinção da Divisão Jurídica e Administrativa, sendo as respectivas atribuições repartidas por duas novas unidades orgânicas flexíveis (Divisões) criadas, a Divisão Técnico-Jurídica (DTJ) e a Divisão de Administração e Finanças (DAF).

#### B.2. - Equipas multidisciplinares

Através do Despacho n.º 17985/2007, de 17 de Julho, publicado no DR n.º 156, 2.ª série, de 14 de Agosto de 2007 e tendo por referência as áreas de missão relativas à gestão e apoio de projectos no âmbito da cidadania e igualdade de género, violência de género e rede social e autarquias, agrupadas por centros de competências, a Presidente da CIG determinou a criação das seguintes equipas multidisciplinares (e respectivas competências): *a*)- Núcleo para a promoção da Cidadania e Igualdade de Género (N-CIG); *b*)- Núcleo de Prevenção da Violência Doméstica e Violência de Género (N-VDVG); *c*)- Núcleo para a Cooperação Regional e Autárquica (N- CRA).

Estes núcleos integram-se no modelo de estrutura matricial previsto na Lei orgânica da CIG. Aos chefes destas equipas multidisciplinares é-lhes atribuído um estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão<sup>1</sup>.

Na sequência da criação formal da estrutura nuclear da CIG, através da qual as competências e actividades das respectivas unidades orgânicas e centros de competência são asseguradas por equipas multidisciplinares, veio a ser criada, posteriormente, a área de apoio funcional para as Relações Internacionais (U-RI), pela necessidade de proceder à organização do apoio funcional

---

<sup>1</sup> - Cf. Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio (Lei orgânica da CIG).



na área da cooperação internacional aos órgãos da CiG (Despacho n.º 012/2007/PRES, de 2007.09.03).

### **– Conselho Consultivo da CiG**

O Conselho Consultivo é um órgão de consulta em matéria de concepção, implementação e avaliação das políticas de educação para a cidadania e de promoção e defesa da igualdade de género que assegura a representação de departamentos governamentais e de organizações representativas da sociedade civil.

O Conselho Consultivo é composto por:

- a)*- A presidente da CiG;
- b)*- A vice-presidente da CiG;
- c)*- A secção interministerial;
- d)*- A secção das organizações não governamentais;
- e)*- O grupo técnico-científico.

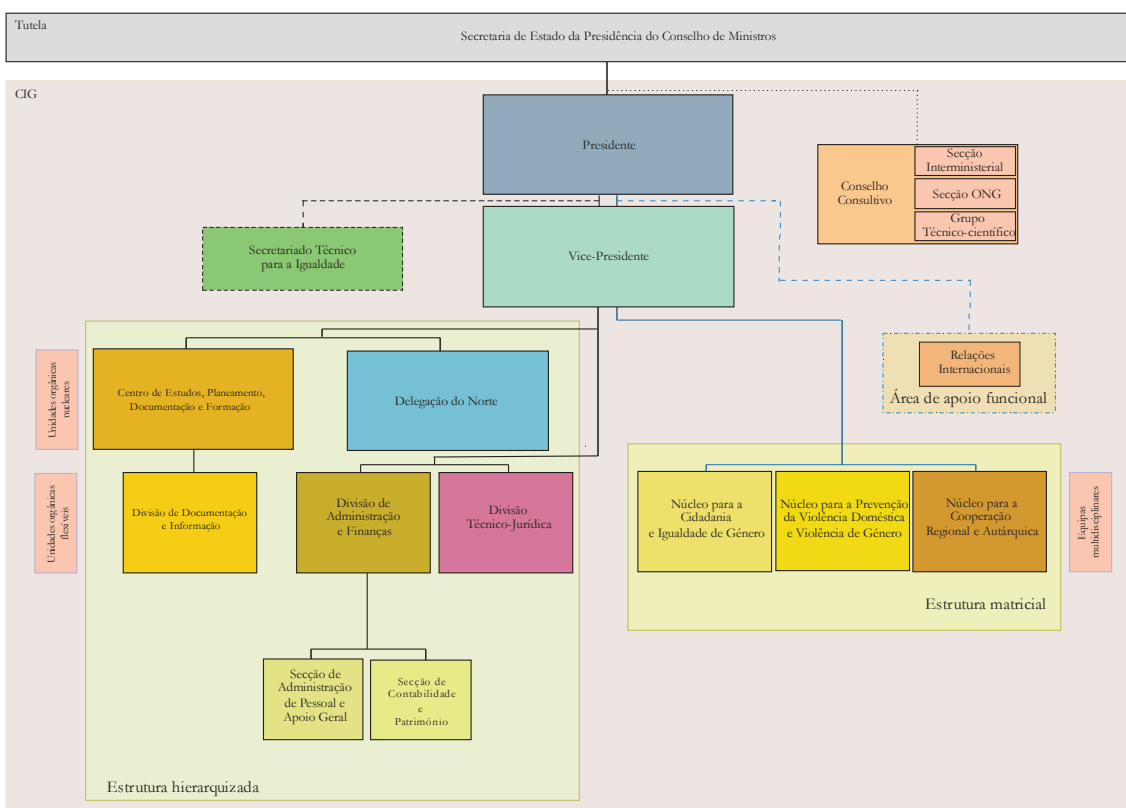
Este Conselho é presidido pelo membro do Governo com tutela sobre a CiG, neste caso, por SE o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, quando presente, e, na sua ausência, pela Presidente da CiG.



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
Presidência do Conselho de Ministros

## - Organograma da CiG

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
Organograma



## II - Actividades desenvolvidas e recursos humanos.

### 1.- Consecução dos objectivos do Plano de Actividade da CIG para 2009 e estratégia seguida.

A actividade da CIG em 2009, tal como já fora previsto no Plano de Actividade, desenvolveu-se em total articulação com os propósitos do Programa do XVII Governo da República Portuguesa bem como das Grandes Opções do Plano para 2005-2009.

De igual forma, foram tidas em conta as orientações políticas, técnicas e científicas, quer ao nível nacional quer ao nível internacional, nas temáticas afins à missão e às atribuições deste organismo.

Em primeiro lugar, procurou aplicar as orientações consignadas no **Programa do XVII Governo**, o qual apontava para uma maior responsabilização do Estado na concretização e promoção das políticas para a igualdade de género em toda a sociedade, no quadro das orientações e compromissos internacionais e comunitários, observando, designadamente, os princípios centrais da Plataforma de Acção de Pequim, a saber, a centralidade da política para a igualdade de género na estrutura da governação e a sua transversalidade em todas as outras políticas.

Nesse sentido, a implementação do PA CIG-2009 esteve apoiada conceptualmente no *mainstreaming* de género, o qual consiste numa estratégia de (re)organização, de melhoria, de desenvolvimento e de avaliação dos processos de implementação de políticas, por forma a que a perspectiva da Igualdade de Género seja incorporada em todas as políticas, a todos os níveis e em todas as fases, pelos actores geralmente implicados na decisão política.

De igual forma, procuraram-se as estratégias tecnicamente consideradas como mais adequadas para se atingirem os objectivos que o Governo assumiu aquando da definição das **Grandes Opções do Plano para 2005-2009**, que pretendem nomeadamente:

- \* (...) Promover a igualdade entre mulheres e homens enquanto eixo de modernização da vida pública e da sociedade em geral;
- \* Reforçar a participação política das mulheres em todas as esferas de decisão;
- \* Promover a participação equilibrada das mulheres e dos homens quer na actividade económica e profissional quer na vida familiar, promovendo a igual valorização da maternidade e paternidade na família, no mercado de trabalho e face ao Estado;

- \* Promover a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar;
- \* Promover uma educação para todos e para todas, combatendo os efeitos de género nos percursos escolares e na escolha das carreiras.

De igual forma, foi entendimento estratégico permanente que se deveria promover a dimensão da igualdade de género em todas as fases do processo de decisão, em todos os domínios de política e que cada um desses domínios deveria assumir essa responsabilidade, de acordo com o respectivo âmbito de intervenção, favorecendo-se, assim, a aplicação de uma efectiva transversalidade da igualdade de género em todas as políticas.

Como se sabe, e em conformidade com o que ficou plasmado no próprio Plano de Actividade da CIG para 2009, no quadro das Grandes Opções para o período de 2005 a 2009, o Governo comprometeu-se, para 2009, a:

- \* Reforçar a estratégia de *mainstreaming* (transversalidade) ao nível da integração da perspectiva de género em todas as áreas da governação e da administração pública;
- \* Promover e acompanhar o processo de elaboração e a implementação dos planos sectoriais para a área da igualdade de género;
- \* Definir o perfil e implementar a figura do/a Conselheiro/a Local para a Igualdade de Género, a intervir no quadro da rede social, já criada neste âmbito;
- \* Melhorar a eficiência do sistema de governança na aplicação das políticas promotoras da igualdade de género, designadamente pelo reforço da componente de conhecimento, com a implementação do Observatório de Género e pela descentralização das intervenções;
- \* Assegurar a inclusão, o acompanhamento e a monitorização do princípio da transversalidade da igualdade de género no futuro QREN (2007-2013).

De igual forma, a actividade da CIG ao longo de 2009 teve sempre em conta as orientações internacionais na área da cidadania e igualdade de género, aliás, em conformidade com as suas atribuições. Com efeito, a CIG tem a responsabilidade de estar na vanguarda dos organismos públicos no que se refere à aplicação dos compromissos da UE em matéria de igualdade de género, designadamente, no que se refere ao Relatório relativo à Igualdade entre Homens e Mulheres - 2009, ao Pacto Europeu para a Igualdade de Género, aprovado no Conselho da Primavera, ao Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres – 2006-2010 da Comissão ou ainda à dimensão social da Estratégia de Lisboa.

## **2.-Desenvolvimento dos diferentes programas, projectos e actividades do Plano de Actividade da CIG 2009 (PA CIG – 2009); resultados previstos e alcançados.**

### **2.1.- A CIG e a participação internacional**

Através da sua área de apoio funcional para as Relações Internacionais (U-RI), a CIG tem como missão reportar informação sobre a situação nacional e/ou defender as posições de Portugal em matéria de igualdade de género nas instâncias e organizações internacionais. Assim sendo, acompanha e participa nos trabalhos desenvolvidos por várias organizações internacionais e respectivos organismos ou agências no domínio da igualdade de género.

Em 2009, estavam previstas e foram realizadas as seguintes actividades pela U-RI:

Na União Europeia, participação e elaboração de contributos para as duas reuniões do Comité Consultivo para a Igualdade, o apoio à participação da CIG no intercâmbio de boas práticas promovido por este Comité, participação e elaboração de contributos para as duas reuniões do Grupo de Alto Nível para o Mainstreaming de Género, as reuniões do Grupo Questões Sociais (Preparação e acompanhamento do Conselho EPSCO: acompanhamento da Plataforma de Acção de Pequim e outros projectos de Resolução apresentados pelas sucessivas Presidências do Conselho da EU). Prestou apoio à participação de Portugal nas duas Conferências de Peritos em Igualdade pelas duas Presidências da União Europeia. Apoiou a participação da CIG na Conferência da Presidência Sueca da U.E. sobre “Medidas e estratégias para lutar contra a violência perpetrada pelos homens contra as mulheres: perspectivas para acções futuras” e a participação de Portugal na 3ª Cimeira para a Igualdade. Participou e elaborou contributos para o processo EUROMED, acompanhamento do processo de Istambul, incluindo a participação numa reunião anual EUROMED e o acompanhamento e participação na Conferência Ministerial EUROMED. Participou no Grupo de Peritos Cooperação e Género.

Ao nível do Conselho da Europa, a U-RI participou nas duas reuniões anuais do Comité Director para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CDEG), bem como nos processos de acompanhamento das Recomendações adoptadas por esta organização internacional, de acordo com os calendários por esta estabelecidos. Em 2009, apoiou ainda a participação da CIG na Conferência sobre a integração da dimensão da igualdade de género nos processos orçamentais. No que se refere às Nações Unidas, a U-RI participou e elaborou contributos para a 53ª Sessão da Comissão do Estatuto das Mulheres (CSW).

Ainda previsto para 2009 no Plano de actividades desta unidade, figurava a Conferência Ibero Americana de Género “Mulheres, Inovação e Tecnologia”, bem como a II Reunião Ministerial de Políticas para Mulheres e VIH: construindo alianças entre os Países de Língua Portuguesa para o acesso universal, que não vieram a ter lugar por decisão superior. A organização da Conferência Ibero Americana de Género, não prosseguiu atendendo a que a Conferência sectorial sobre género foi retirada da agenda da Cooperação Ibero Americana, por motivos de racionalização de recursos. Foi, contudo, dado cumprimento a várias outras solicitações entretanto dirigidas à CIG no âmbito desta cooperação e não previstas em Plano de actividades. Igualmente, não tendo sido possível realizar a II Reunião Ministerial de Políticas para Mulheres e VIH por motivo dos sucessivos actos eleitorais vividos por Portugal em 2009, a U-RI cumpriu várias iniciativas destinadas ao progresso desta agenda.

Para além das actividades acima enunciadas e constantes do Plano de Actividades para o ano de 2009, a U-RI realizou, ao longo desse ano, numerosas outras actividades que não estavam previstas mas que exigiram o mesmo elevado trabalho de aprofundamento, o mesmo grau de rigor e um igual respeito dos prazos.

Ao nível da União Europeia, destaca-se a participação na elaboração de contributo de Portugal para a Opinião do Comité Consultivo para a Igualdade da Comissão Europeia sobre “O futuro das políticas da igualdade de género na União Europeia”, a participação em duas reuniões do Fórum sobre a implementação do Artigo 5 da Directiva 2004/113/EC – igualdade de género no acesso a e fornecimento de bens e serviços, a compilação dos indicadores adoptados pelo Conselho EPSCO na sua versão Portuguesa, com vista ao acompanhamento do progresso da implementação da Plataforma de Acção de Pequim e a elaboração de vários pareceres.

No âmbito do processo EUROMED, procedeu-se à elaboração do Relatório de balanço das Medidas e Acções implementadas por Portugal entre Novembro de 2006 e Maio de 2009 para o “Fortalecimento do papel das Mulheres na Sociedade”, em cumprimento dos compromissos de Istambul.

Ao nível do Conselho da Europa, articulou com a Assembleia Parlamentar e com o Centro Norte-Sul do Conselho da Europa com vista a preparar a participação da Presidente da CIG na Conferência “Estatuto e participação política: as mulheres, actoras de mudança na Região Euro mediterrânica” e interveio nessa conferência.

A U-RI participou no Grupo de trabalho encarregado de elaborar o Plano Nacional para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No que se refere ainda às Nações Unidas, é de salientar o grande investimento feito no lançamento da versão Portuguesa do Relatório da UNIFEM “Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009: Quem Responde Às Mulheres? Género e Responsabilização”, bem como do seu sumário executivo que passou por uma primeira revisão da tradução destas publicações



para Português e a organização do Seminário de lançamento desta publicação, actividades essas não previstas em Plano de actividades. Destaca-se ainda a elaboração do Relatório de Portugal em resposta ao Questionário da Comissão Económica das N.U. para a Europa sobre Pequim +15 – Avaliação da implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim (1995), no âmbito do contributo da região Europa para a revisão global do processo “Pequim+15 que coincidiu com a preparação da 53ª Sessão da CSW. Elaborou resposta ao questionário da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa sobre o “Reforço dos mecanismos nacionais para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres”. Preparou e participou na Reunião da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa para Pequim +15 “Novos desafios e oportunidades para a Igualdade de Género na Região da Comissão Económica para a Europa: questões chave e respostas de política”. Elaborou os contributos da CiG para Relatórios nacionais sobre o cumprimento dos Tratados de Direitos Humanos por Portugal. Preparou a participação da CiG no exame de Portugal junto do mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e participou na delegação Portuguesa à sessão de defesa do relatório de cumprimento, por Portugal, dos Tratados de Direitos Humanos perante esse mecanismo. Respondeu a numerosos pedidos de parecer no âmbito das Nações Unidas.

Preparou e participou na 98ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho.

No âmbito da CPLP, foram realizadas as seguintes actividades com vista a dar sequência aos compromissos assumidos por Portugal na I Reunião Ministerial Mulheres e VIH/SIDA, realizada no Rio de Janeiro em 2008: Organização de videoconferência entre Portugal e Brasil realizada para discussão da operacionalização dos compromissos decorrentes da I Reunião Ministerial de Políticas para Mulheres e VIH; organização de Reunião com o Brasil e com representantes do FNUAP em Nova Iorque, 4 de Março 2009, com vista à apresentação dos resultados da Videoconferência supra referida e perspectivar os futuros desenvolvimentos para o progresso da agenda “Mulheres e VIH/SIDA”; realização de diligências para integrar a temática Mulheres e VIH/SIDA na agenda da Reunião da Ministros da Saúde da CPLP, a realizar em Lisboa a 14 e 15 de Maio 2009 e reformulação do documento contendo os termos de referência par a criação, ao nível da CPLP, do Grupo de Trabalho “Comunicação e Advocacy - Mulheres e VIH/SIDA” enquanto iniciativa CPLP, proposto pelo Coordenador para o VIH/SIDA.

No que se refere à Cooperação Ibero-Americana, destaca-se a participação na 43ª Reunião da Mesa Directiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, em Trinidad e Tobago; a preparação e participação na Reunião das Altas Autoridades Responsáveis pelas áreas da Não Discriminação, Igualdade e Diversidade dos Países Ibero-americanos, organizada pelo Instituto Nacional contra a Discriminação, Xenofobia e Racismo Argentino (INADI); várias actividades de colaboração com a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB); as diligências realizadas para assegurar que as preocupações expressas nos pontos 28 a) e b) dos

acordos emanados da 43ª Reunião da Mesa Directiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe fossem reflectidas nos documentos políticos a adoptar na XIX Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo sob o tema: “Inovação e Conhecimento”, realizada no Estoril; organização de visita à CIG de Directora Geral de Políticas da Igualdade e da Inclusão do Paraguai.

Ainda na área internacional, foram desenvolvidas por outros núcleos da CIG, as seguintes actividades:

- Participação na Conferência Europeia intitulada: “Qual a relevância da Igualdade de Género para o Crescimento Económico e para o Emprego?”, organizada pela Presidência Sueca da União Europeia, que teve lugar em Estocolmo de 15 e 16 de Outubro de 2009, com o objectivo de reflectir sobre o balanço da Estratégia de Lisboa e informar sobre as três grandes prioridades na área da igualdade, designadamente, a promoção de medidas para a igualdade de género; a promoção de medidas de apoio às famílias e a promoção de políticas de emprego, no sentido de assegurar não só o posto de trabalho, como ainda a conciliação da vida familiar, pessoal e profissional.
- Participação e intervenção na Cimeira Mundial da Família+5, subordinada ao tema “Famílias em Equilíbrio – Alcançando Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher”, promovida pela Organização Mundial da Família, que teve lugar em Istambul de 4 a 7 de Dezembro de 2009, com objectivo de reflexão sobre as políticas de família em consonância com o cumprimento da Meta 3 - Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres - Objectivo do Desenvolvimento do Milénio, onde se analisa as tendências e desafios globais do impacto de género nas responsabilidades familiares dos homens e das mulheres, destacando-se os papéis e as funções em todas as culturas, bem como adopção de uma declaração sobre políticas de família.
- Preparação de contributos da CIG para o Relatório Global de 2011 da OIT-Organização Internacional do Trabalho.
- Participação no Grupo de Trabalho do Comité Consultivo da Comissão Europeia para a elaboração da Opinião sobre o futuro das políticas para a Igualdade entre Mulheres e Homens, após 2010, e para um eventual 2º Roteiro para a Igualdade. A coordenação dos contributos de Portugal por parte do N-CIG envolveu um Grupo de Trabalho interno constituído por elementos de três unidades – N-CIG (coordenação), U-RI e CEPDF - e reuniões de trabalho, em diferentes momentos, que envolveram também duas especialistas externas – Regina Tavares da Silva e Maria do Céu da Cunha Rego –, bem como a integração dos contributos de outra especialista externa, Virgínia Ferreira.
- Participação na Delegação Portuguesa presente na Conferência Europeia de Peritos/as New Ways in Overcoming Gender Stereotypes, realizada pela Presidência Checa da União Europeia, a 27 de Maio de 2009, em Praga. A Conferência incidiu sobre duas áreas: a educação e os *media*.

- No quadro da UE, e respeitando o compromisso assumido pela tutela na Conferência de Encerramento do AEIOT, a CIG, como membro de pleno direito à EQUINET – Rede Europeia de Mecanismos para a Igualdade, fez-se representar pelo N-CRA na Assembleia Geral desta plataforma, em Bruxelas, e participou numa acção de formação “Acesso aos Direitos” em Dublin, acolhendo e organizando posteriormente uma formação em Lisboa, em Outubro, sobre “Practical use of EU anti-discrimination laws: Trial simulation”.
- Em Maio, a CIG esteve representada na *Reunião Anual de Mecanismos para a Igualdade*, no quadro da Campanha da UE “Pela Diversidade, Contra a Discriminação”, em Bruxelas, que teve como objectivo a apresentação, por parte da CE, de um ponto de situação da Campanha e as actividades previstas para o segundo semestre de 2009.

São ainda de salientar outras actividades, nomeadamente: *i)*- Reunião a nível do TSH – Conselho JAI “Brainstorming on Anti-Trafficking Day”, Bruxelas (Janeiro); *ii)*- Participação na “Meeting on a Feasibility and Assessment Study on a European Hotline for Victims of Trafficking in Human Beings” Conselho JAI, Fevereiro - Bruxelas; *iii)*- Participação na “Joint Analysis, Joint action – Conference of EU National Rapporteurs on Trafficking in Human Beings” Presidência Checa da UE – Março/Abril - Praga; *iv)*- Conferência Internacional sobre Mutilação Genital Feminina na UE- Abril - Bruxelas; Simpósio sobre os aspectos legais da MGF - 18 de Maio - Ghent; *v)*- “Preventing and combating Trafficking in human beings: Reducing prostitution and sexual exploitation expert conference” - 3 de Junho - Pilsen, República Checa no âmbito da Presidência Checa da UE; *vi)*- Participação na “Meeting of National Rapporteurs or equivalent Mechanisms” - 17 e 18 de Junho em Bruxelas; *vii)*-Conferência de Alto nível da OSCE contra o Tráfico de Seres Humanos - 14 e 15 de Setembro em Viena; *viii)*- 3ª reunião do Comité das Partes da Convenção do Conselho da Europa sobre Luta Contra TSH - Setembro - Estrasburgo; *ix)*-Participação na reunião anual de Implementação Dimensão Humana HDMI/2009 – Outubro - Varsóvia; *x)*- Participação no seminário da Presidência Sueca alusivo à comemoração do Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 19 e 20 Outubro, Bruxelas; *xi)*- Participação no seminário “Supplementary Human Dimension Meeting on Gender Equality with Special Focus On Violence Against Women” – OSCE - 5 e 6 de Novembro, em Viena; *xii)*- Participação na “Expert Conference on measures and strategies to combat men’s violence against women” 9 de Novembro em Estocolmo; *xiii)*- reunião do projecto “Living Together”, Novembro em Estocolmo; *xiv)*- Audição sobre os Mecanismos de Revisão Periódica da Convenção dos Direitos Humanos - 3 e 4 Dezembro em Génève; *xv)*- No âmbito do projecto EQUAL e da participação da CIG na rede temática sobre conciliação o NCRA esteve presente numa visita técnica em Munique.

### **2.1.1.- A CIG e o “Ano Europeu da Criatividade e Inovação - 2009”**

A acção da CIG no “Ano Europeu da Criatividade e Inovação - 2009” teve como objectivo a criatividade junto de todos os cidadãos e todas as cidadãs, enquanto motor de inovação e factor essencial do desenvolvimento de competências pessoais, profissionais, empresariais e sociais, contribui para o intercâmbio de experiências e boas práticas, estimula a educação e a pesquisa e promove o debate e o desenvolvimento. Com efeito, a CIG associou-se através das actividades desenvolvidas em projectos e acções de sensibilização que promoveram a execução e implementação das medidas do IIIPNI: 1.1.(A) área 1- O Observatório de Género; na área 2.1. (K,M) Plataforma 3sector ([www.3sector.pt](http://www.3sector.pt)) - Curso de Cidadania e Igualdade de Género - formação a distância (metodologia three-learning –sessões presenciais, auto-estudo e visita de estudo) dirigido a públicos estratégicos (conselheiras para igualdade de autarquias, investigadores/as; técnicos/as e dirigentes do 3º sector), promovido pelo Projecto Equal “e-Qu@lificação”; na área 2.2. (A;E) um Workshop digital sobre empreendedorismo feminino; na área 2.3. – Portal “Universos de Conciliação”, instrumento de informação e sensibilização e divulgação de boas práticas na área da conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional dinamizado pelo Projecto Equal Conciliar é Preciso ([www.conciliar.pt](http://www.conciliar.pt)) e por fim o Portal para a Igualdade, ([www.igualdade.gov.pt](http://www.igualdade.gov.pt)) um instrumento inovador na promoção das políticas públicas e na integração do mainstreaming de género nos diferentes organismos da Administração Pública com a divulgação de práticas. Foi neste contexto que a CIG pretendeu dar um contributo nacional e essencial na promoção da integração da dimensão de género no Ano Europeu da Criatividade e Inovação 2009, consolidando a igualdade com um forte investimento no domínio das TIC.

## **2.2-. Articulação com as orientações e estratégias dos Planos Nacionais (III PNI; III PNCVD e I PNCTSH).**

### **2.2.1-. III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género**

Acções decorrentes das medidas por áreas de intervenção do III PNI:

#### **Área 1 – Perspectiva de género em todos os domínios de política enquanto requisito de boa governação:**

- 1.1. – Observatório de género.
- 1.2. Poderes públicos, administração central e local.

#### **Área 2. – Perspectiva de género em domínios prioritários de política:**

- 2.1. – Educação, investigação e formação;
- 2.2. – Independência económica;
- 2.3. – Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- 2.4. – Inclusão e desenvolvimento social;
- 2.5. – Saúde;
- 2.7. – Actividade física e desporto;
- 2.8. – Cultura.

#### **Área 3 – Cidadania e género:**

- 3.1. – Estereótipos.
- 3.2 – Educação para a Cidadania
- 3.3 – Apoio às Organizações Não Governamentais (ONG)

#### **Área 4 – Combate à Violência de Género:**

- 4.1. – Violência de Género.

#### **Área 5 – Perspectiva de Género na União Europeia no plano Internacional e na Cooperação para o desenvolvimento:**

- 5.1. – União Europeia.
- 5.2 - Plano Internacional
- 5.3 – Cooperação para o Desenvolvimento

### **Acções decorrentes das medidas por áreas de intervenção do III PNI:**

#### **No contexto da área 1, perspectiva de género em todos os domínios de política enquanto requisito de boa governação:**

Durante o ano de 2009 prosseguiram os trabalhos do Grupo de Acompanhamento da Execução da Adenda ao Protocolo de Género (CIG, INE, CITE) (Dossiê de Género). Durante o ano, o INE procedeu à actualização dos indicadores nas áreas temáticas da População, Família, Saúde, Educação e Formação, Actividade, Emprego e Desemprego, e Conciliação Trabalho/ Vida Familiar. Em resultado de uma recomendação do Grupo de Acompanhamento, entrou igualmente em funções um Subgrupo de Trabalho sobre Violência de Género, composto pelas entidades que recolhem e tratam informação estatística na área da violência contra as mulheres, de forma a permitir melhorar a informação a incluir no Dossiê de Género, área Crime e Violência.

No cumprimento das medidas A, B, C, O e T da área 1.2., a CIG assegurou a coordenação dos sete Grupos de Trabalho (GT) criados para a implementação dos III PNI e III PNCVD, realizando um total de 13 reuniões de trabalho (Sob a coordenação do N-CIG: 2 reuniões com o GT da Inclusão Social; 3 com o GT da Educação, Desporto, Cultura e Media; 3 com GT da Saúde; 2 com o GT da Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação. Sob a coordenação do N-VD/VG: 1 com o GT da Segurança e Justiça; Sob a coordenação do N-CRA: 1 com o GT da Administração Local, Ambiente e Território; Sob a coordenação da U-RI: 1 com o GT da Cooperação e Relações Internacionais). Realizaram-se reuniões de trabalho com representantes de outras entidades que integram estes GT, de que são exemplos a reunião realizada com a representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, com vista a apoiar a integração da dimensão da igualdade no funcionamento interno daquele organismo e a dar início aos contactos com o Programa dos Bairros Críticos, e a reunião com a Conselheira da Saúde com vista a apoiar o preenchimento dos quadros de avaliação intermédia remetidos pelo CES em Outubro de 2009.

Realizou-se uma reunião sobre “Guiões de Implementação de Planos para a Igualdade na Administração Central e Local” no ISCTE no dia 5 de Fevereiro de 2009, dirigido às Conselheiras para a Igualdade da Administração Pública Central e Local, com objectivo de dinamizar a figura de conselheira/o e incentivar a realização dos planos sectoriais de igualdade.

Realizou-se uma sessão de formação sobre *A comunicação e a linguagem como mecanismos que reproduzem a desigualdade*, destinada a pessoal técnico da Câmara Municipal de Matosinhos, com a duração de 3.30h, a 16 de Fevereiro, a pedido do CESIS e no quadro do Projecto daquela Autarquia de elaboração do Plano Municipal para a Igualdade.

Sob proposta do N-CIG e organizada conjuntamente com a U-RI, teve lugar, a 5 de Maio, uma sessão intitulada *Convenção CEDAW e Planos para a Igualdade*, destinada a Conselheiras e Conselheiros Ministeriais e outros representantes Ministeriais envolvidos no relatório CEDAW. Com a finalidade de dinamizar a figura de conselheira/o e incentivar a realização dos planos sectoriais de igualdade, a sessão esteve a cargo da Dr.ª Regina Tavares da Silva, ex-perita do Comité CEDAW da ONU, e teve como objectivos dar a conhecer a Convenção CEDAW e as implicações do seu carácter normativo, bem como equacionar o modo como os Planos Sectoriais para a Igualdade poderão integrar as orientações da Convenção CEDAW e contribuir para a sua implementação. Prevista para 2.30h a 3h, a sessão teve uma duração de mais de 4 horas em virtude do longo debate e das muitas dúvidas e questões que foram apresentadas à oradora.

Ainda no âmbito da avaliação do III PNI, foi assegurada uma articulação directa com a equipa do CES, durante os meses de Outubro e Novembro, com vista a fornecer informação actualizada àquela equipa para se efectuarem os contactos ministeriais necessários à avaliação intermédia do III PNI, estabeleceu-se ainda a articulação entre os núcleos da CIG para o envio de informações solicitadas por aquela equipa.

No cumprimento da medida L da área 1.2., assegurou-se a coordenação do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, de Graça Abranches, editado pela CIG e a sua divulgação e distribuição pelas e pelos representantes ministeriais que integram os GT do III PNI da Educação, Desporto, Cultura e Media; da Saúde; da Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação e da Inclusão Social. O mesmo Guia foi, ainda, divulgado junto da Câmara Municipal de Matosinhos, na sequência da formação ministrada pelo N-CIG sobre Comunicação Inclusiva.

Foi promovida a formação e sensibilização em igualdade de género, inicial e permanente, para actores sociais (Conselheiras/os; Formadores/as; Dirigentes; Agentes Educativos, ...) da Administração Pública Central e Local, nomeadamente, nas seguintes acções: “Na política, as mulheres são capazes”; “Liderança e Igualdade: novos paradigmas da Administração Pública”; “Igualdade de género e não discriminação: formação inicial para Cidadania e Igualdade de Género”; e “Formação para Conselheiras/os”. Foram elaborados programas de formação para as acções “Formação para Formadores/as” e “Conteúdos de formação para profissionais da área social”.

No âmbito da colaboração com as autarquias, a CIG participou na Semana Social do Seixal cujo tema central foram os direitos humanos e assinou um protocolo de cooperação com este município, para além de ter co-organizado em conjunto com a Câmara Municipal de Loures, um ciclo de workshops com a Rede Social, com vista à concepção do Plano Municipal para a Igualdade.

**No contexto da área 2, perspectiva de género em domínios prioritários de política e no âmbito do domínio prioritário de Educação, Investigação e Formação:**

Mantém-se em vigor o protocolo de cooperação entre a CIG e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, para financiamento de projectos de investigação no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens.

No âmbito do Grupo de Trabalho “Educação, Desporto, Cultura e Media” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas ao Domínio da Educação, Investigação e Formação (2.1). No cumprimento das medidas A e M, e no âmbito do GT realizou-se uma Oficina de Formação, de 50 horas, sobre Género e Cidadania na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, acreditada pelo CCPFC de Professores com 2 créditos, e promovida pela Escola Superior de Educação de Santarém. Realizaram-se 3 edições da Oficina: uma em Santarém para educadoras de infância (1 turma) e 2 na Escola Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira (2 turmas, devido ao elevado nº de inscrições), abrangendo 60 formandas e formandos. A CIG assegurou a realização das duas edições da Oficina que tiveram lugar em Vila Franca de Xira, integrando-se esta iniciativa no protocolo estabelecido entre a CIG e esta escola. A Oficina incluiu o desenvolvimento de algumas actividades, em elaboração para o Guião “Género e Cidadania”, com as turmas das e dos formandas/os (envolvendo um total 19 turmas). O objectivo da oficina foi consolidar os conhecimentos do corpo docente e apoiar e acompanhar as suas propostas de integração da dimensão de Género nas práticas pedagógicas, encarando-o como eixo estruturante do currículo, em especial nas áreas não disciplinares como a Área de Projecto e a Formação Cívica, bem como na organização e funcionamento escolares.

Foram celebrados 2 protocolos com instituições de ensino superior visando a integração da dimensão de género na educação – Escola Superior de Educação de Santarém e Escola Superior de Educação de Lisboa.

No cumprimento da medida C da área 2.1., foi concebida e produzida uma publicação intitulada O Feminino e o Masculino nos Materiais Pedagógicos. (in)Visibilidades e (des)Equilíbrios. Apresentando um conjunto de check-lists para a concepção e avaliação de produtos pedagógicos, a publicação destina-se às Comissões de Avaliação de Manuais Escolares, a editoras e a autoras e autores de manuais escolares, bem como às e aos docentes responsáveis pela escolha dos manuais escolares para adopção pelas respectivas escolas.

Em articulação com a Conselheira do ME, foram distribuídas por todos elementos das Comissões de Avaliação, em funcionamento em 2009, três publicações da CIG: Desporto na Escola. Educando para a Igualdade; Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre



Mulheres e Homens na Administração Pública; O Feminino e o Masculino nos Materiais Pedagógicos. (in)Visibilidades e (des)Equilíbrios.

No cumprimento das medidas D, E e F da área 2.1., a CIG coordenou a concepção de um Guião Pedagógico sobre Género e Cidadania destinado ao pré-escolar e ao 3º ciclo do ensino básico. O Guião apresenta um conjunto de propostas para educadoras e educadores de infância e de actividades aplicáveis nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no secundário - no ensino regular, nos cursos de educação e formação e nos cursos profissionais; nas actividades de direcção de turma e no apoio psicológico e de orientação escolar. Destinado de forma especial à Formação Cívica, o conjunto de propostas do Guião podem ser desenvolvidas em todos os anos de escolaridade, do 5º ao 12º anos e integram-se na quase totalidade dos programas curriculares. Constituindo um Guião em aberto, a ser utilizado como ponto de partida por cada docente, grupo de docentes e escola, a concretização das suas propostas pode assumir diferentes dimensões - actividades, de maior ou menor duração; projectos passíveis de desenvolvimento, com maior ou menor abrangência e duração; ao nível de turma, de disciplina/departamento, de ano/ciclo, de escola/agrupamento escolar.

Renovou-se o protocolo entre a CIG e a Escola Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira, e desenvolveu-se um Projecto de Intervenção sobre Género e Educação, nesta escola-piloto que incluiu:

- Mostra de recursos "Educar para a Igualdade. Género e Cidadania e Sessão de Inauguração, promovidas pela Biblioteca da Escola com o apoio da CIG; Sessão sobre "Género e Educação para a Saúde" dinamizada pelo Dr. Vasco Prazeres (médico, Direcção Geral da Saúde), de sensibilização da comunidade escolar;
- Apoio à Associação de Estudantes para a incorporação dos temas da Igualdade entre Mulheres e Homens e da Violência de Género nas suas actividades, facilitando os contactos entre a Associação e a RPJOMH; fornecendo informação e materiais para a Campanha pela Não Violência no Namoro, desenvolvida pela Associação na escola, em Janeiro e Fevereiro; apoiando a Associação na elaboração de fichas para sensibilização dos 2º e 3º ciclos do EB, e colaborando nas actividades realizadas pela mesma no dia 13 de Fevereiro, em comemoração do Dia dos Namorados: Sessões de Debate ao longo de todo o dia, destinado a todas as turmas do ensino secundário, envolvendo 450 alunas e alunos, e actividades no espaço exterior da escola dirigido a toda a comunidade escolar. Apoio à Campanha de Educação Sexual promovida pela Associação na sequência da Campanha Contra a Violência no Namoro.
- Reuniões de trabalho com docentes, directores/as de turma, profissionais de orientação escolar e elementos do órgão de gestão da escola e elementos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira com vista a integrar a dimensão de género nas práticas pedagógicas – nos diversos contextos curriculares, disciplinares e não disciplinares,

extra-curriculares – nos instrumentos e organização escolares e nos projectos a desenvolver pela escola com a comunidade educativa.

- Consultoria pedagógica de algumas actividades do Guião Pedagógico “Género e Cidadania”: aplicação e/ou adaptação (e respectiva avaliação) de algumas dessas actividades.

Estabeleceram-se contactos e realizaram-se reuniões com psicólogas/os e profissionais dos serviços de orientação escolar de escolas de Setúbal, Porto e Vila Franca de Xira sobre as questões que se colocam à integração da dimensão de Género na orientação escolar e a apreciação de algumas propostas do Guião “Género e Cidadania”, constituindo-se um focal-point a ser acompanhado em 2009/2010.

Participou-se nos dois grupos de trabalho que procederam à análise e à 1ª selecção dos trabalhos apresentados ao Concurso “A minha escola pela não violência” e integração da representação da CIG na Sessão de Entrega de Prémios, organizado pela CIG em colaboração com a DGIDC/ME.

Organizou-se, conjuntamente com a Escola Básica Integrada de Fragoso, uma sessão sobre *Masculinidades*, de 3 horas, dirigida exclusivamente a rapazes do 9º ano de escolaridade. Esta sessão consistiu numa iniciativa-piloto integrada no Projecto Internacional “Ellos También”, foi dinamizada pela *Associação Homes Galegos pola Igualdad* e permitiu incorporar a Escola na parceria, a nível nacional, a ser coordenada pela CIG no âmbito do mesmo Projecto, em 2010.

Garantiram-se as respostas a solicitações de escolas, de apoio à implementação de projectos e/ou realização de actividades que visem a integração da dimensão de género na escola e a inclusão de temáticas sobre as Mulheres na prática pedagógica, curricular e extra-curricular. Com vista a identificar escolas-piloto, a encetar parcerias em 2010 e a consolidar a colaboração com as escolas nos próximos anos lectivos, realizaram-se reuniões de trabalho com 4 agrupamentos escolares das regiões do Porto e de Lisboa.

Acompanhou-se a elaboração e a organização da publicação sobre Adelaide Cabete. Inicialmente proposta com o objectivo de se destinar às escolas, integrando a Colecção Fio de Ariana, cruzando feminismo, republicanismo e participação política, teve de, face à proposta apresentada pela autora, ser revista e reorganizada, o que inviabilizou a sua publicação em 2009.

No cumprimento das medidas J e M da área 2.1., o N-CIG participou na sessão sobre Género e Representação Visual em Produtos Educativos, integrada na disciplina de “Género e Educação” da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, realizada a 24 de Abril de 2009. Esta sessão enquadra-se na colaboração que existe entre a CIG e aquela

instituição de ensino superior, desde 1998, no âmbito da qual, tem sido regularmente solicitada a especialistas da CIG, em Género e Educação, sessões destinadas a discentes das licenciaturas em Ciências da Educação e em Serviço Social, bem como do Mestrado em Educação de Adultos da mesma Faculdade.

**No contexto da área 2, perspectiva de género em domínios prioritários de política e no âmbito do domínio prioritário da Independência económica:**

No âmbito do Grupo de Trabalho “Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas ao Domínio da Independência Económica (2.2). No cumprimento das medidas A,B,D,E, J e K. foram realizadas as seguintes actividades:

- Workshop “Empreendedorismo Feminino – uma solução no combate à crise”;
- Lançamento de uma Rede “Ser Empreendedor@” e um Workshop digital, cujo objectivo foi fomentar o empreendedorismo feminino, mobilizar as mulheres desempregadas para o auto-emprego, bem como a divulgação de casos de sucesso;
- Participação/intervenção nas Jornadas Ibéricas do Projecto “Dê uma Oportunidade ao Talento” promovido pela APME, com apresentação de boas práticas em pequenas e medias empresas e micro-empresas em 23 de Outubro de 2009;
- Acompanhamento da RSO - Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações através de reuniões de trabalho e divulgação da informação sobre planos para a igualdade nas empresas e empreendedorismo feminino;
- Acompanhamento das reuniões de trabalho do Comité da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) para a criação de uma “norma guia de qualidade sobre organizações familiarmente responsáveis” na promoção da conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional;
- Acompanhamento de um projecto transnacional do Programa Leonardo Da Vinci, intitulado “Fro-Family Responsible Organisations”, através de: uma acção formativa em Portugal para pessoas que trabalham na área da responsabilidade social das empresas e da conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional; participação e intervenção na conferência final do Projecto em Bruxelas e apresentação de relatório final; Acompanhamento e parecer sobre o “Sistema Parental na Islândia” no âmbito do Programa de Intercâmbio de Boas Práticas de Igualdade de Género em Reykavik;
- Parecer sobre a responsabilidade social da companhia IBM Portuguesa, SA;
- Acompanhamento do Projecto Equal “Diálogo Social e Igualdade nas Empresas”, através de reuniões de trabalho, acções de formação nas empresas sobre igualdade de género;
- Realizaram-se, ainda, duas sessões sobre Comunicação Inclusiva na empresa AXA, destinada a profissionais de recursos humanos, marketing, auditoria e informação e

publicidade daquela empresa e a pedido da mesma, na sequência da parceria da CIG no Projecto Diálogo Social, realizadas, respectivamente, em Lisboa e no Porto.

Para cumprir a medida L do III PNI, organizou-se o Prémio “Igualdade é qualidade”. Este Prémio foi lançado pela 1.ª vez em 2000 com o objectivo estratégico de prestigiar as empresas, cooperativas, associações e outras entidades sem fins lucrativos que se diferenciam pelo desenvolvimento de políticas exemplares e por boas práticas no âmbito da igualdade de género e da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Em 2009 a responsabilidade do Prémio (até então promovido pela CITE) passou a ser co-partilhada pela CIG e co-financiada pela tipologia de Intervenção 7.5 do Eixo 7 – Igualdade de Género do POPH. Lançada a 8.ª edição (correspondente ao biénio 2008/2009) no dia 16 de Março de 2009 foram recepcionadas onze candidaturas, que após avaliação foram seleccionadas 6 entidades, que receberão o prémio em 2010.

**No contexto da área 2, perspectiva de género em domínios prioritários de política e no âmbito do domínio prioritário Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal:**

No âmbito do Grupo de Trabalho “Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas ao Domínio da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (2.3).

No cumprimento das medidas A, B, C da área 2.3. a CIG realizou as seguintes actividades:

- Acompanhamento dos Sub-Grupos de Trabalho da Comissão para as Políticas de Família, através de reuniões de trabalho, contributos para a realização de folhetos informativos, preparação de um guia de recursos sobre conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional;
- Uma acção de sensibilização/informação sobre famílias, no âmbito da Comemoração do “Dia Internacional da Família” na Escola E.B.2,3 Vieira da Silva, dirigido a discentes do 5º ano de escolaridade;
- Coordenação do portal “Universos de conciliação” do projecto “Conciliar é Preciso”, com informação sobre práticas inovadoras na área da conciliação, tendo sido validados 398 conteúdos e contabilizados 170.722 visitantes.
- Em articulação com a AXA e coordenado e organizado pela CIG, (envolvendo três unidades: N-CIG, N-CRA e Delegação Norte) realizou-se uma sessão sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens, intitulada *OXES - ver do outro lado*, em três locais (1 no Porto e dois em Lisboa). Estas três sessões integraram o evento interno, anual, da AXA, “Viva Melhor”, na sua VII edição, que decorreu nas duas primeiras semanas de Outubro 2009, e que engloba várias actividades relacionadas com o equilíbrio vida pessoal/profissional e protecção ambiental.

### **No contexto da área 2, perspectiva de género em domínios prioritários de política e no âmbito do domínio prioritário da Inclusão e desenvolvimento social**

No âmbito do grupo de trabalho “Inclusão Social” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas ao Domínio da Inclusão e Desenvolvimento Social (2.4), assegurando o acompanhamento da Comissão Nacional para o Ano Europeu Contra a Pobreza e Exclusão Social com vista à preparação do programa nacional e o acompanhamento de iniciativas a decorrer em 2010, para além da emissão de um parecer sobre a entidade Coolabora, CRL para a integração do GT de Inclusão Social.

No cumprimento das medidas D, H e I da área 2.4., a CIG deu início a uma colaboração com a Iniciativa Bairros Críticos, visando as populações socialmente desfavorecidas e de contextos sócio-geográficos de exclusão social, nomeadamente os bairros da Cova da Moura (Amadora), Vale de Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto). No mesmo sentido encetaram-se contactos com ONG que trabalham com comunidades carenciadas e com os Bairros Críticos e assegurou-se o envio do folheto sobre a MGF, produzido no quadro do I Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (MGF), pelo respectivo G.T.

### **No contexto da área 2, perspectiva de género em domínios prioritários de política e no âmbito do domínio prioritário da saúde**

No âmbito do grupo de trabalho “Saúde” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas a aquele domínio (2.5), elaborando nomeadamente, em conjunto com a Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA, os termos de referência de um grupo de trabalho designado por “Comunicação e Advocacy – Mulheres e VIH”, dando cumprimento aos compromissos assumidos na Carta do Rio que apela ao estabelecimento de uma agenda de cooperação horizontal no quadro da CPLP que fortaleça as respostas nacionais para combater a feminização da epidemia de VIH/SIDA, integrando esse tema de acordo com a realidade de cada país. Este grupo de trabalho terá como missão a construção de uma agenda de comunicação, e de advocacy e de sensibilização com vista ao enfrentamento da feminização do VIH/SIDA, através do aumento da disponibilidade e adesão ao uso do preservativo feminino e masculino.

Ainda sobre a problemática da saúde sexual e reprodutiva, a CIG participou na elaboração do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP.

Destaca-se ainda a participação da CIG na campanha/ folheto sobre a gravidez e o VIH, iniciativa da Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA, nomeadamente, dando parecer técnico sobre as várias propostas apresentadas por aquela entidade.

A CIG prosseguiu a coordenação do “Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina”, tendo acompanhado a implementação das medidas aí previstas. Destacam-se como actividades que envolveram o colectivo do grupo de trabalho, e em particular a CIG, a publicação, disseminação e distribuição de folheto sobre MGF e a realização de evento sobre a MGF no Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de Dezembro de 2009), com a participação e implicação da CPLP. Em relação ao folheto sobre MGF a CIG assumiu particularmente a sua distribuição junto de, entre outros públicos destinatários, Deputad@s, Comissões Parlamentares, Embaixadas, Organismos Públicos da Igualdade e da Saúde dos Países da CPLP, Municípios, Associações de Professores/as, Centros de Investigação e Organismos públicos estratégicos, bem como organizações várias que operam em contextos socialmente desfavorecidos e com intervenção territorial em bairros com predominância de população de origem africana (Cova da Moura, Cruz Vermelha, Quinta da Princesa etc.).

#### **No contexto da área 2, perspectiva de género em domínios prioritários de política e no âmbito do domínio prioritário da Actividade física e desporto**

No cumprimento da medida B da área 2.7., no âmbito das reuniões deste G.T., foi possível apurar, junto do Instituto Desporto Portugal, que o modelo de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo para 2010 já contempla a Igualdade de Género e os contratos serão assinados no decurso do 1º trimestre de 2010.

Em 2008 foi firmado entre a CIG e a Comissão Organizadora da Segunda Edição dos Jogos da Lusofonia (COJOL), um protocolo de cooperação que visou garantir de uma forma adequada a promoção da igualdade de género em toda a linha de comunicação a seguir nos II Jogos da Lusofonia que se realizaram entre 11 e 19 de Julho de 2009. Entre os compromissos estavam a utilização de uma linguagem inclusiva, a participação equitativa de mulheres e homens nas diversas actividades desportivas, a instituição de prémios especiais para a melhor treinadora em igualdade de circunstâncias com o melhor treinador, bem como para a melhor atleta feminina e para o melhor atleta masculino. Recomendou ainda, o acompanhamento do processo de designação dos árbitros de modo a promover a paridade entre cada um dos sexos. Na sequência desta parceria, a CIG responsabilizou-se pela organização de duas conferências a primeira foi dedicada ao tema “As mulheres Portuguesas no Desporto” e a segunda à “Dimensão de Género nas Práticas e Políticas Desportivas”. As conferências, em formato de painel, foram integradas no programa social e cultural dos jogos, que contemplava a realização de um vasto conjunto de conferências temáticas, onde foram discutidas questões ligadas à igualdade de género nas práticas e políticas desportivas, advogando-se a criação de medidas que permitam a integração das mulheres nesta área.

**No contexto da área 3, cidadania e género,** foram lançados os procedimentos para a promoção de uma campanha de sensibilização a nível nacional que alerte para a importância do princípio da igualdade entre mulheres e homens no acesso a lugares de decisão. Num ano marcado por vários actos eleitorais, a Lei da Paridade foi acompanhada por uma campanha de sensibilização, ao nível nacional, para dar a conhecer as razões e os objectivos da Lei e as vantagens de uma democracia mais paritária, tendo adoptado como tema “As mulheres fazem a democracia melhor. A diferença faz a igualdade.”

À semelhança de anos anteriores foi atribuído o prémio Paridade: Mulheres e Homens na Comunicação Social, que visa premiar os trabalhos de publicidade e de reportagem que defendam o respeito pelos Direitos Humanos de mulheres e de homens.

O Prémio, co-financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) / Eixo 7 – Igualdade de Género – Tipologia 7.5, teve como objectivo estratégico criar um ambiente propício à igualdade de Género, fomentando uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres e dos homens nos meios de comunicação social, dando visibilidade e expressão às questões políticas, sociais, económicas e culturais, com que se deparam.

Concorreram trinta (30) trabalhos, dezoito (18) em suporte papel, oito (8) em formato vídeo digital, três (3) em formato CD áudio digital, e um PowerPoint, veiculados por órgãos de comunicação social, durante o ano de 2008.

Analisadas as 30 candidaturas, o júri decidiu por unanimidade que o Prémio deveria ser atribuído ao trabalho: “*Mulheres: a outra metade da humanidade*”, da autoria de Ana Catarina Reis Pires, publicado no Suplemento Notícias Magazine do Diário de Notícias e do Jornal Notícias, no dia 4 de Maio de 2008, e a atribuição de três (3) Menções Honrosas aos seguintes trabalhos: “*Mulheres não Chegam ao Topo*”, da autoria de São José Almeida, publicado no Suplemento de Economia do Jornal Público, no dia 28 de Março de 2008, “*Marcadas para a Vida*”, da autoria de Céu Neves, publicado no Diário de Notícias, no dia 27 de Novembro de 2008, e Radionovela “*Aprender de Ouvido: As Jovens*”, emitida de 2 de Agosto a 11 de Outubro de 2008, pela Rádio Internacional Deutsche Welle (redacção portuguesa).

Dada a dimensão e o impacto desta iniciativa, e a importância dos meios de comunicação social, enquanto veículo de informação mais abrangente, na abordagem das questões de Igualdade de Género, a CIG considera de extrema relevância dar continuidade à mesma.

Ainda no contexto da área 3, Cidadania e Género e no âmbito do domínio prioritário dos Estereótipos, refere-se que, todo o trabalho desenvolvido pelo N-CIG, e em especial nas áreas da Educação, Investigação, Ensino Superior, Conciliação e Desporto, têm como eixo estruturante a eliminação dos estereótipos de género e visam, de forma sistemática e continuada, a integração da dimensão de género na educação para a cidadania. A formação de grupos estratégicos, e de forma muito particular de docentes, teve como finalidade a eliminação dos estereótipos de género, quer nas práticas quotidianas, com especial relevo

para as educativas, quer nas culturas organizacionais das diversas instituições, e de modo muito particular na cultura organizacional escolar.

No cumprimento das medidas G, J, M da área 3.1., a CIG e o CENJOR, com o apoio do GMCS, prepararam o Seminário Formativo “Género e Informação”, com vista à sensibilização e formação de jornalistas e profissionais para algumas problemáticas directamente relacionadas com a integração da perspectiva de género no jornalismo e na comunicação social.

No cumprimento da medida L da área 3.1., o Guião Pedagógico “Género e Cidadania” integra actividades de desconstrução das mensagens veiculadas pela comunicação social, procurando o desenvolvimento, por crianças, jovens e pessoas adultas, de competência necessárias a um olhar crítico e à desconstrução das mensagens sexistas veiculadas pelos média. A Oficina de Formação destinada a docentes e realizada em Vila Franca de Xira procurou sensibilizar o corpo docente para a leitura crítica das mensagens mediáticas na perspectiva de género e para a importância desta dimensão na sua prática educativa.

**No contexto da área 3, Cidadania e género e no âmbito do domínio prioritário da Educação para a Cidadania:**

No cumprimento das medidas B e G da área 3.2., a CIG promoveu a coordenação da concepção e a produção de um Guião Pedagógica sobre Género e Cidadania.

A Cordoaria Nacional acolheu a 3ª edição da Feel Woman entre 20 e 22 de Março. A organização, pela segunda vez consecutiva convidou a CIG a participar neste certame que pretendeu reunir um conjunto de temas relacionados com as mulheres. Neste espaço cuja pretensão era a de que as mulheres se actualizassem em relação a todos os temas femininos através de experiências que lhes são 100% dedicadas, a Feel Woman definiu-se em 2009, com o tema “As mulheres e o poder – os mitos femininos”, o que veio de encontro ao tema da nossa última campanha nacional sobre tomada de decisão. A CIG esteve assim presente com um stand em que promoveu os seus materiais de divulgação e o Eixo 7 do POPH/QREN. Foram distribuídos nos três dias mais de 1500 folhetos (Violência no namoro, tomada de decisão, tráfico de seres humanos), bem como 200 baralhos de cartas “Viver em igualdade”, agendas temáticas “a evolução do voto feminino em Portugal” e materiais sobre o “tráfico de seres humanos”, bem como publicações e outros materiais de divulgação.

A Feel Woman contou ainda com um pequeno espaço de debate onde a CIG participou nos temas “Mulher na Política – Uma mudança geracional”, onde esteve presente a Presidente da CIG, Elza Pais e o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão e “Empreendedorismo /conciliação vida pessoal, familiar e profissional”, que contou com a presença da Secretária Técnica para a Igualdade, Manuela Marinho. Estas sessões foram dinamizadas pela Embaixadora da Feel Woman, Luísa Castel-Branco.



### **Actividades desenvolvidas mas não previstas no Plano de Actividades:**

- Participação e intervenção no IV Seminário designado “A Educação para os Direitos Humanos”, promovido pela Escola Secundária da Rainha Santa Isabel, em Estremoz, dirigido para alunos/as dos 10º e 11º anos de escolaridade;
- Acção de formação sobre “Conciliação do Trabalho e da Vida Familiar”, organizado pela Associação para o Desenvolvimento do Torrão, em Alcácer do Sal, dirigido a técnicos/a da Rede Social do concelho de Alcácer do Sal;
- Duas acções de formação sobre “Trabalho e Emprego, conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional”, promovido pelas autarquias de Loures e Vila Franca de Xira, dirigidas a técnicos da rede social e agentes de intervenção;
- Preparação de dossier de candidatura a um projecto co-financiado pela Iniciativa Comunitária “Daphne III”, na qualidade de parceiros transnacionais com entidades congéneres Espanha, Inglaterra e Alemanha;
- A CIG fez parte e presidiu ao Júri do Concurso Escola com Pinta, promovido pela CIN e pela Kidzania com o apoio da DGIDC, destinado a todas as escolas dos ensinos básico e secundário e que, no quadro da Educação para a Cidadania, teve como objectivo a produção de um trabalho de pintura sobre o tema “Cidadania”.

### **Actividades realizadas com financiamento QREN**

#### **No âmbito da tipologia 7.1**

A medida 1.1. da área Estratégica de intervenção “Perspectiva de Género em todos os Domínios de Política enquanto requisito de Boa Governança” do III PNI prevê que se assegurem as condições físicas e técnicas para a implementação de um Observatório de Género.

A necessidade de reunir um conjunto disperso de informação sobre igualdade de género e de recolher em permanência dados sobre esta temática, foi o mote para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação e Conhecimento que funcionará como Observatório de Género. Este projecto concluído em 2009 pretende funcionar como um sistema de suporte, recolha, gestão, tratamento, análise e difusão de informação relativa às desigualdades e à situação comparada, em domínios da vida política, social, económica e cultural, entre homens e mulheres, permitirá articular todos os dados qualitativos e quantitativos disponíveis e recolher outros. Este sistema funcionará ainda como suporte de informação e formação para diversos públicos.

A integração da dimensão de género nas políticas e acções dos vários ministérios implica o envolvimento de um número alargado de actores e nesse contexto a implementação do Portal para a Igualdade foi de extrema relevância. O Portal para a Igualdade tem como objectivo apoiar e promover a concretização das políticas da igualdade entre homens e mulheres, incluindo o mainstreaming de género, tornando a informação acessível a todas as pessoas. Este sítio reúne informação diversa sobre a igualdade de género nas várias vertentes e dá a conhecer os mecanismos e instrumentos para a sua implementação, quer na Administração Central como Local, empresas e ONG, quer no contexto nacional e internacional. O Portal para a Igualdade procura tornar a informação acessível a todas as pessoas, estabelecendo uma maior interactividade com a população e ficou disponível a partir do dia 24 de Julho em <http://www.igualdade.gov.pt>.

O estudo sobre a temática específica do Empreendedorismo das Mulheres Imigrantes em Portugal, efectuado pela OIM, decorreu da necessidade de aprofundar o conhecimento das estratégias empresariais das mulheres imigrantes em Portugal no tocante à sua extensão, intensidade e configuração, de modo a permitir a definição de políticas e acções tendo em conta a dimensão de género, partiu da premissa que a realidade do empreendedorismo das imigrantes é complexa e pluridimensional e de que a sua análise pode ser feita sob diferentes abordagens, consoante o tipo de informação e de variáveis que se considerem. O prazo de conclusão do mesmo foi 31 de Outubro de 2009.

O estudo sobre discriminação em função da orientação sexual e identidade de género em Portugal realizado pela TecMinho (Universidade do Minho) pretendeu: a) Analisar a mudança ocorrida nos discursos institucionais/científicos sobre as questões da orientação sexual e identidade de género e conseqüente visibilidade e problematização social; b) Definir e delimitar os conceitos de homossexualidade, transexualidade e outros que estejam articulados teoricamente com a orientação sexual e com a identidade de género; c) Captar as representações sociais sobre as pessoas LGBT e indagar sobre a existência de uma hierarquização nas percepções de discriminação de distintos públicos-alvo consoante o Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa; d) Identificar os percursos parentais, de ascendência e descendência, das pessoas LGBT e o seu impacto no exercício da cidadania plena; e) Auscultar o fenómeno da violência doméstica nos casais LGBT; f) Conhecer os contextos sociais que promovem e facilitam o aparecimento de fenómenos como a homofobia, transfobia, crimes e discursos de ódio relacionados com a orientação sexual e identidade de género; g) Traçar um perfil da situação actual das pessoas LGBT, com base nos registos estatísticos oficiais e/ou outros instrumentos, que permitam um aprofundamento do conhecimento desta realidade no nosso país; h) Delinear o percurso legislativo, nacional, europeu e internacional, relativo à orientação sexual e identidade de género, em particular no acesso à habitação, aos cuidados de saúde, ao sistema educativo, à justiça e a aquisição de bens e serviços, identificando potenciais lacunas no quadro legislativo português; i) Descrever

a história dos movimentos LGBT em Portugal; j) Fazer um levantamento dos estudos sobre orientação sexual e identidade de género produzidos em Portugal; k) Inventariar as organizações que actuam nesta área em Portugal.

O prazo de conclusão do mesmo foi 31 de Outubro de 2009.

O estudo sobre a aplicação da Lei da maternidade e da paternidade em Portugal foi estruturado em conformidade com a caracterização que se segue: a) A partir dos registos estatísticos oficiais caracterizar a situação do país, numa perspectiva longitudinal que abarque a última década, a nível do tempo de licenças por maternidade e por paternidade utilizado por mães e pais de crianças nascidas ao longo deste período, através de uma análise à escala nacional e regional que tenha em conta o sector de actividade, profissão, situação na profissão e tipo de vínculo contratual de mulheres e de homens, e identifique dinâmicas e tendências; b) Analisar trajectórias profissionais e parentais de homens e mulheres com filhos até aos 15 anos, em diferentes gerações; c) Conhecer a perspectiva das entidades empregadoras sobre a utilização de licenças por maternidade e por paternidade no âmbito das suas organizações e sobre as políticas organizacionais neste domínio; d) Identificar as perspectivas e as experiências de mães e pais que integrem a população activa que tenham ou não usufruído de licenças por maternidade e paternidade; e) Examinar as mudanças ocorridas nos usos do tempo de mães e de pais com filhos menores de 15 anos; f) Comparar a situação de Portugal com a de outros países: a nível da participação de mulheres e homens nas diferentes esferas sociais e em particular no mercado de trabalho; das carreiras profissionais e processos de progressão profissional; das políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar e da provisão de serviços às famílias. O prazo de conclusão do mesmo foi 31 de Outubro de 2009.

Foram construídos três guiões como instrumentos que permitem a integração da dimensão de género na definição e implementação dos Planos para Igualdade na Administração Pública Local, Planos para Igualdade na Administração Pública Central (Ministérios e inter-departamentos, mainstreaming de género) e Planos para Igualdade nas Empresas.

O N-CIG coordenou o projecto de concepção e elaboração do Guião Pedagógico Cidadania e Igualdade de Género, que constituiu também uma resposta da CIG às Recomendações e ao Programa de Acção emanado do Fórum de Educação para a Cidadania, promovido pelo Secretário de Estado da PCM e pela Ministra da Educação, entre Setembro de 2006 e Maio de 2008. O Projecto envolveu uma equipa autora de 11 pessoas (10 investigadoras e 1 investigador), uma equipa de consultoria formada por 3 investigadoras e duas coordenadoras de sub-equipa (do pré-escolar e do 3º ciclo), pertencentes, no conjunto, a 8 instituições de ensino superior (Universidades de Braga, Coimbra, Lisboa, Porto e Aberta e Institutos Politécnicos de Lisboa, Santarém e Porto) e à Direcção-Geral da Saúde, integrando, ainda, uma desenhadora para ilustração da parte do Guião destinada ao pré-escolar, e uma designer gráfica para elaboração do protótipo final. A CIG manteve uma estreita articulação com a

Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) que assegurou a apreciação do Guião no que se refere à sua adequação ao currículo e às orientações do Ministério de Educação.

Organizou, no âmbito do Projecto, reuniões semestrais com toda a equipa do Projecto e à DGIDC; reuniões mensais de coordenação com as duas coordenadoras das sub-equipas; reuniões de trabalho trimestrais com a equipa do 3º ciclo; reuniões de trabalho com as 3 consultoras e com estas e algumas das autoras do Guia; reuniões com as representantes da DGIDC durante o processo de elaboração e na fase de apreciação por parte da DGIDC.

O projecto contou com uma docente, na situação de partilha a 50%, que assegurou o trabalho de coordenação da equipa do 3º ciclo (formada por 8 das 11 autor@s do Guião), assegurou a organização e estruturação do Guião destinado a este ciclo, estabeleceu a ligação entre 2 das 3 consultoras e a respectiva sub-equipa e acompanhou o trabalho de concepção gráfica e de paginação do protótipo.

O resultado do projecto consiste num Guião Pedagógico de 500 páginas, subdividido em capítulos/módulos, distribuídos por uma parte teórica, sobre as problemáticas do Género, Cidadania, Currículo e Transversalidade, e uma parte prática, com diversas sugestões e propostas para educadoras e educadores de infância agrupadas em 10 áreas/linhas de intervenção e com 29 propostas de actividades (sobre os temas do Corpo, Saúde e comportamento de risco, TIC, Liderança e Tomada de Decisão e Orientação Escolar) aplicáveis nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no secundário; nos cursos do ensino regular, nos cursos de educação e formação e nos cursos profissionais; nas actividades de direcção de turma e no apoio psicológico e na orientação escolar. A coordenação do Projecto foi assegurada pelo N-CIG, em estreita colaboração com a CEPDF.

Foram criados referenciais orientadores da formação sobre a temática do Tráfico de Seres Humanos (TSH) e Violência Doméstica (VD) garantindo a uniformização de procedimentos e intercâmbio de saberes. Estes referenciais de formação foram efectuados para as “Forças e Serviços de Segurança” e para os Profissionais de Saúde. Os primeiros têm em consideração o enquadramento dos fenómenos da violência doméstica e do tráfico de seres humanos, nas suas diferentes dimensões e numa visão de orientação para a acção; as necessidades de terreno dos elementos das forças de segurança, assim como, a necessidade das técnicas de investigação a que necessitam de dar resposta; a especificidade da entrevista policial e a sua condução; a estabilização emocional e acompanhamento da vítima. No que se refere aos referenciais para profissionais de saúde os objectivos eram: a criação de um módulo sobre a temática de TSH e VD a integrar na formação, com o objectivo de propiciar a recolha de indícios favoráveis à detecção de situações de Tráfico e VD, e a produção de um manual de formação contendo o enquadramento dos fenómenos do tráfico e violência doméstica, nas suas diferentes dimensões numa visão de orientação para a acção. Este manual formativo estrutura-se, por um lado, tendo em conta as necessidades de terreno destes profissionais, por outro lado, a necessidade das técnicas de investigação a que necessitam de dar resposta.

### **2.2.2-. III Plano Nacional contra a Violência Doméstica**

A CIG tem por missão a coordenação, execução e acompanhamento do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica. Ao nível operacional, essa missão está atribuída ao Núcleo Violência Doméstica/Violência de Género (N-VDVG).

Este Plano, a vigorar entre 2007 e 2010 prevê cinco áreas estratégicas de intervenção, a saber: 1) Informar, Sensibilizar e Educar; 2) Proteger as Vítimas e Prevenir a Revitimização; 3) Capacitar e Reinsere as Vítimas de Violência Doméstica; 4) Qualificar os Profissionais; 5) Aprofundar o conhecimento do fenómeno da Violência Doméstica.

As actividades previstas no Plano de Actividade da CIG para 2008 integram-se, assim, nas diversas áreas de intervenção nele consignadas, tal como seguidamente se apresenta:

#### **Área 1. - Informar, Sensibilizar e Educar:**

- Participação em acções de sensibilização
- Participação em Encontros Científicos
- Elaboração de materiais informativos recorrendo às novas tecnologias de informação
- Implementar Campanhas e Acções de Sensibilização às comunidades locais
- Promover Campanha Nacional contra a Violência Doméstica/Campanha de Sensibilização contra a Violência no namoro
- Projecto “Direitos e Desafios” (PROGRIDE)
- Projecto “Body Shop”
- Criar prémio nacional/trabalho literário
- Criar prémio nacional/comunicação social
- Elaborar e divulgar materiais informativos e pedagógicos para integrar projecto educativo do agrupamento.

#### **Área 2. - Proteger as Vítimas e Prevenir a Revitimização**

- Linha SIIVD (Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica)
- Implementar no âmbito de cada ARS uma experiência-piloto
- Criar Fóruns Nacionais coordenados pela CIG
- Expandir a Rede Nacional de Núcleos de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica
- Implementar Grupos de Ajuda Mútua
- Definir e implementar programas de prevenção de reincidência para agressores
- Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial

### **Área 3 - Capacitar e Reinserir as Vítimas de Violência Doméstica**

- Favorecer a integração social das vítimas

### **Área 4 - Qualificar os Profissionais**

- Dinamização de Grupos de Trabalho e Projectos promovidos pela CIG – Promoção do Encontro de Casas Abrigo da Região Norte
- Promover a qualificação inicial e contínua dos profissionais de acção social e das organizações da sociedade civil
- Formação a técnicas/os superiores dos cinco Centros Distritais de Segurança Social
- Conceber Guias de Boas Práticas dirigidos a profissionais das diversas áreas de intervenção
- Formação de agentes externos
- Apoio técnico através da partilha de experiências e troca de informação e formação à Equipa da Casa Abrigo VERA VIDA
- Acompanhamento de um estágio curricular de Psicologia
- Promover a qualificação de operadores judiciários.

### **Área 5 - Aprofundar o conhecimento do fenómeno da Violência Doméstica**

- Sistema integrado de informação e monitorização
- Grupo de trabalho inter-sectorial sobre a mutilação genital feminina
- Avaliar os níveis de satisfação das pessoas beneficiárias das respostas sociais.

## **Execução das actividades previstas no Plano de Actividade da CIG – 2009, segundo áreas do III PNCVD**

### **Actividades do Plano – Área 1 do III PNCVD – Informar, Sensibilizar e Educar**

Deu-se continuidade à Campanha “Namoro Violento não é Amor”, com a produção de um novo desdobrável sobre “Violência nas Relações de Namoro: Mitos e Realidades” e a sua distribuição junto de públicos estratégicos. Por ocasião desta Campanha, o NVDVG participou nas Semanas Académicas de Lisboa e Faro.

Em Fevereiro, a propósito do Dia dos Namorados, realizou-se em Matosinhos, uma acção de sensibilização, em parceria com a Câmara Municipal de Matosinhos, que contou com a presença de cerca de 200 jovens.

Em Novembro foi lançada a Campanha Ibero-americana “Maltratozero”, a qual, numa parceria com o Instituto Português da Juventude, será divulgada até Outubro de 2010. Esta Campanha destina-se à sociedade em geral, com especial enfoque na população jovem, dos 22 países ibero-americanos, com o objectivo de alertar a consciência social para as questões da

igualdade e da violência de género, tendo em vista a erradicação desta última. No âmbito desta Campanha foram produzidos os seguintes materiais: Tríptico de divulgação, spots televisivo e radiofónico e cartazes.

Durante o ano, o NVDVG dinamizou as seguintes Acções de Sensibilização sobre Violência Doméstica/Violência de Género, dirigidas a públicos estratégicos:

- Alunos/as dos cursos de Educação e Formação de Adultos
- Alunos/as da Escola Secundária do Lourel, da Escola Básica Integrada de Cuba, jovens dos - Bairros Sociais do Concelho de Loures, jovens do concelho do Entroncamento
- Militares da Marinha Portuguesa
- Acções de sensibilização a técnicas/os da área social (Câmaras Municipais de Loures, Miranda do Corvo, Vila Franca de Xira, Alenquer e Cuba)
- Mães adolescentes institucionalizadas (projecto Humanus Cam)
- Alunos/as da Escola Superior de Saúde de Setúbal

O Núcleo participou ainda em alguns eventos/conferências promovidos por entidades externas:

- Lançamento de um manual sobre Grupos de Ajuda Mútua, Associação de Mulheres contra a Violência
- Conferência “Violência doméstica: Perspectivas Actuais”, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
- Seminário “Prevenção Integrada da Violência”, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- Conferência sobre “Violência Conjugal”, Universidade dos Açores
- IV Jornadas de Segurança Pública do Distrito de Setúbal
- Seminário do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, Hospital de Faro
- Seminário “Violência Doméstica: procedimentos de actuação”, ADIBB, Castelo Branco
- Colóquio por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, Escola Alfredo Reis Silva, Seixal
- Workshop “A Violência contra as Mulheres”, Escola Profissional do Montijo
- Seminário “Violência Doméstica: Não fique na sombra”, Direcção Regional de Igualdade de Oportunidades, Açores
- Debate sobre Violência Doméstica no Chapatô, Lisboa
- Seminário sobre Violência Doméstica, Câmara Municipal de Olhão

**Actividades do Plano – Área 2 do III PNCVD Proteger as Vítimas e Prevenir a Revitimação**

Em Janeiro foram assinados os protocolos com vista à criação dos Núcleos de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) da Guarda e de Portalegre. Também em Janeiro foi assinada uma Adenda ao Protocolo do Núcleo de Beja, com vista a incluir no mesmo outras instituições. Em Julho foi celebrado o Protocolo de alargamento da rede de parceiros do Núcleo de Bragança.

Numa perspectiva de acompanhamento das actividades da Rede de NAVVD, foram realizadas reuniões com os Núcleos de Castelo Branco, Portalegre, Viseu, Évora e Aveiro. Foram também mantidas reuniões com o ISS, I.P com vista à definição de boas práticas e estratégias quanto ao acompanhamento destes núcleos.

É de referir igualmente a realização de reuniões com técnicos de autarquias – Seixal, Loures, Amadora, Torres Vedras e Vila Franca de Xira - para estabelecer estratégias de articulação com os serviços destes municípios que intervêm na área da violência doméstica. Neste contexto, a CIG formalizou protocolos com os municípios de Loures e da Amadora (Contrato Local de Segurança e Rede Integrada de Intervenção na Violência na Amadora, respectivamente).

Toda a equipa do NVDVG assegurou atendimento telefónico no Serviço de Informação a Vítimas de Violência, tendo ficado responsável, em estreita colaboração com a DRN, pela actualização constante dos contactos das estruturas de atendimento presencial a vítimas, a nível nacional.

Deu-se continuidade a contactos previamente estabelecidos com a Administração Regional de Saúde de Lisboa, com vista a estabelecer cooperação na área da violência doméstica, concretamente através de formação de profissionais de saúde e intervenção em rede (o que se prevê estar efectivado em 2010).

No âmbito da discussão pública do projecto que viria a dar origem à Lei nº 112/2009 de 16 de Setembro, o NVDVG foi chamado a pronunciar-se sobre o mesmo.

#### **Actividades do Plano – Área 4 do III PNCVD - Qualificar os Profissionais**

Durante o ano de 2009, o NVDVG, em colaboração com a DRN, assegurou as seguintes acções de formação:

- Cursos NMUME, cujas destinatárias/os foram militares da Guarda Nacional Republicana
- Técnicas/os das equipas de emergência social da Cruz Vermelha Portuguesa (30 Horas)
- Técnicos/as da Rede Social de Loures, Alenquer, Seixal e Vila Franca de Xira
- Técnicos/as do Instituto de Segurança Social (30 Horas)
- Formação para magistrados, promovida pela CIG em parceria com o Centro de Estudos Judiciários
- Técnicos/as da Região Autónoma dos Açores (duas acções, 30 Horas cada)
- Técnicos/as da rede de parceiros do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Aveiro (duas acções, 30 Horas cada)
- Agentes da PSP, no âmbito do Contrato Local de Segurança de Loures (12 Horas)



Para além da formação ministrada, o NVDVG promoveu uma acção de sensibilização (em colaboração com o DIAP de Évora) dirigida a técnicas/os da Rede Nacional de NAVVD sobre o enquadramento legal do crime de violência doméstica.

#### **Actividades do Plano – Área 5 do III PNCVD - Aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno**

O NVDVG, ao longo do ano, participou em várias reuniões e grupos de trabalho com vista ao desenvolvimento de mecanismos que permitam a monitorização da Violência Doméstica/Violência de Género e o estudo aprofundado da problemática:

- Colaboração com o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no âmbito de um projecto de Doutoramento
- Colaboração com o Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) no âmbito da monitorização do projecto relativo à Avaliação da Intervenção em Casas de Abrigo
- Colaboração com o CESIS no âmbito do Estudo sobre Violência contra Mulheres idosas nas relações de intimidade
- Colaboração no Grupo de trabalho constituído para a elaboração da edição “Agenda para a Igualdade – 2005/2009)

#### **Actividades realizadas com financiamento QREN**

Embora este registo seja referido na secção do presente Relatório dedicado aos financiamentos do QREN-POPH, pela sua importância face à execução do III PNCVD, importa fazer referência aqui aos títulos dos projectos que se submeteram àquela tipologia de intervenção.

Com a aprovação dos Projectos candidatados (em 2008) à Tipologia 7.7 do POPH, deu-se início à implementação dos mesmos:

- Concurso Nacional “A Nossa Escola pela Não Violência”
- Intervenção integrada no âmbito da ARS Algarve
- Projecto de Intervenção em rede – ARS Centro
- Intervenção integrada no âmbito da ARS Alentejo
- Violência Doméstica e Gravidez – Bragança
- Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica
- Vigilância Electrónica para Agressores de Violência Doméstica
- Programa para Agressores de Violência Doméstica
- Tradução e Adaptação do Modelo Duluth
- Grupo de Ajuda Mútua – Lisboa
- Grupo de Ajuda Mútua – Porto

Durante o ano realizaram-se reuniões periódicas com todos os parceiros formais da CIG (Direcção-geral de Reinserção Social - DGRS, Administrações Regionais de Saúde do Algarve, Centro e Alentejo, Agrupamento de Centros de Saúde do Nordeste, Instituto de Segurança Social, I.P., Direcção Regional de Educação do Algarve, Universidade de Évora, Hospital do Espírito Santo, Hospital de Faro, Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra), bem como com outras entidades envolvidas nos Projectos (designadamente Cruz Vermelha Portuguesa; Vodafone; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto). Estas reuniões visaram, essencialmente, o acompanhamento das actividades previstas para o ano de 2009, garantindo a sua implementação dentro dos prazos agendados e dos objectivos predefinidos.

Em Fevereiro, no âmbito do concurso “A Nossa Escola Pela Não-violência” realizaram-se cinco acções de sensibilização dirigidas a professores/as, nas 5 Direcções Regionais de Educação, envolvendo cerca de 150 docentes.

Em Março, foi realizada uma sessão pública de divulgação do projecto “Quebrar Amarras/Grupos de Ajuda Mútua – Lisboa”, que contou com a presença de técnicas/os e de elementos das forças de segurança, da região de Lisboa.

Relativamente ao “Programa de Prevenção de Reincidência para Agressores”, realizaram-se cinco sessões de divulgação, de carácter técnico, dirigidas à magistratura, rede social e agentes das forças de segurança.

Realizaram-se também, em Coimbra e Porto, acções de formação para Técnicos/as de reinserção social, relativamente ao programa de Vigilância Electrónica.

No âmbito do Projecto Teleassistência realizaram-se duas acções de formação sobre violência doméstica para as/os operadoras/es da Cruz Vermelha Portuguesa responsáveis pelo atendimento telefónico às vítimas, bem como a conclusão dos testes aos equipamentos e ao funcionamento do sistema (cujos resultados conduziram, já no 2º semestre de 2009, à substituição dos aparelhos inicialmente contratados, por outros mais eficazes).

Em Junho, foram apreciados os trabalhos concorrentes ao Concurso “A Nossa Escola pela Não Violência”, dirigido a alunas/os do 3º ciclo e do ensino secundário. Apresentaram-se a concurso cerca de 250 escolas, com mais de 500 projectos e de mil produtos, tendo esta iniciativa envolvido, durante o ano lectivo 2008/2009, aproximadamente 5000 alunos/as. A sessão de entrega dos prémios decorreu a 30 de Junho, em Lisboa.

No âmbito da tipologia 7.5, realizaram-se reuniões de trabalho entre o NVDVG e outras entidades com vista à preparação das seguintes publicações: Standards mínimos de encaminhamento para Casas de Abrigo e folheto “Plano de Segurança para Vítimas”, ambas publicadas no 1º semestre e distribuídas no 2º. Foram ainda publicados 3 Guias de Boas Práticas para Profissionais (apoio à vítima, forças de segurança e profissionais de saúde), os quais foram distribuídos no último trimestre do ano.

Em Fevereiro, teve lugar em Santo Tirso o I Encontro Nacional de Equipas Técnicas de Casas de Abrigo, uma co-organização DRN/NVDVG.

Em Abril, o NVDVG em colaboração com a Presidência do Conselho de Ministros preparou a sessão pública de divulgação dos projectos “Programa de Prevenção de Agressores”, “Vigilância Electrónica para Agressores” e “Teleassistência para Vítimas de Violência Doméstica”, que decorreu em Coimbra, tendo sido assinado um protocolo entre a SEPCM e o Ministério da Administração Interna, no âmbito do projecto da Teleassistência. Por ocasião deste evento foram elaborados dois folhetos provisórios sobre Vigilância Electrónica e sobre Teleassistência. O primeiro destes foi posteriormente reformulado, à luz do novo enquadramento legal de Setembro, tendo a sua versão definitiva sido produzida e distribuída em Outubro.

Ainda em Abril realizou-se o “Workshop para profissionais de saúde: projectos-piloto de intervenção integrada na área da Violência Doméstica”, em Coimbra, dirigido a cerca de 100 profissionais.

Não foram realizadas actividades com financiamentos não QREN e não CIG.

### 2.2.3-. I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos

O I PNCTSH foi estruturado segundo um modelo que define quatro áreas estratégicas de intervenção a partir das quais surgem as respectivas medidas para a sua operacionalização. A todas estas medidas estão associadas as entidades responsáveis pela sua execução, os indicadores de processo e os indicadores de resultado. A nível operacional, a coordenação do I PNCTSH está atribuída ao Delegado Regional do Norte.

As quatro áreas estratégicas de intervenção antes referidas são: 1) Conhecer e disseminar informação; 2) Prevenir, sensibilizar e formar; 3) Proteger, apoiar e integrar; 4) Investigar criminalmente e reprimir o tráfico.

A implementação do I PNCTSH concretizou-se através do desenvolvimento dos seguintes projectos, assegurados pela DRN:

- **Projecto CAIM (Cooperação – Acção – Investigação - Mundivisão) - Projecto piloto na área do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual**

A disseminação e incorporação de produtos EQUAL, traduziu-se, no caso do Projecto CAIM, nos seguintes objectivos:

Por um lado o de apropriação dos produtos por parte de organizações com perfis de intervenção diferenciados, sobre o problema do tráfico de seres humanos (TSH). A este nível visou-se a implementação de novos paradigmas de intervenção na área do tráfico de seres humanos, através do reforço das competências dos agentes de intervenção e

da consolidação de uma rede nacional de apoio e protecção às vítimas de tráfico. Por outro lado, a apropriação dos processos de construção dos produtos e sua adequação/adaptação a outros contextos de exclusão social e com diferentes culturas organizacionais

Os produtos do CAIM, objecto de disseminação na Acção 3 eram os seguintes: i) Roteiro para a construção de um sistema de monitorização em tráfico; ii) Sinalização, Identificação, Integração de mulheres vítimas de tráfico para fins de exploração sexual: construção de um guião; iii) Kit de apoio á formação para a prevenção, combate ao problema e assistência às vítimas.

Fizeram parte desta parceria de desenvolvimento as seguintes entidades: A Associação para o Planeamento da Família, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, a Direcção Geral da Administração Interna (entidades conceptoras dos produtos na Acção 2) a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e o Instituto de Segurança Social, (entidades incorporadoras dos produtos na Acção 3).

Foram promovidas várias actividades no âmbito do projecto, tendo sido envolvidos os Centros Distritais na consolidação da Rede Nacional de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico (RAPVT), o que permitiu um conhecimento generalizado sobre os 3 produtos do Projecto CAIM já referidos, por parte de quem coordena a nível distrital toda a acção social (nos seus diversos perfis de intervenção). Esta actividade permitiu a incorporação dos produtos por relação ao problema do tráfico e sua readaptação ao nível das diferentes regiões, contribuindo para a consolidação da RAPVT, permitindo a sua apropriação para outros contextos de exclusão social. Finalizou-se a redacção do protocolo social de compromisso. Foram realizadas duas reuniões, uma com Focal Points dos OPC's na área do TSH e outra com Magistrados/as para trabalhar temáticas na área do TSH e procedeu-se ao estabelecimento de contactos e desenho de uma estratégia de intervenção articulada ao nível do apoio social e criminal.

A incorporação dos produtos pelas ONG para consolidação da RAPVT foi efectuada através da realização de uma assessoria técnica e de acções de sensibilização às entidades participantes no projecto.

Por fim, dado que as actividades do projecto decorreram até Junho de 2009, procedeu-se em Agosto, à elaboração e entrega do relatório final de execução ao Gabinete de Gestão EQUAL.

- **Projecto TRM-EU (*Transnational Referral Mechanism in EU*)**

Este projecto tem como objectivo desenvolver e implementar um mecanismo de referência transnacional de vítimas de tráfico entre países de destino e de origem,

contribuindo, desta forma para uma resposta mais sustentável e eficaz no combate ao tráfico de seres humanos. Os países envolvidos são Portugal, Itália, Hungria, República Checa, Roménia, Albânia, Macedónia e Bulgária. Foram realizadas no âmbito deste projecto as seguintes actividades:

- Promoveu-se um encontro da equipa em Viena para discussão das linhas de actuação e criação do primeiro draft das linhas de actuação;
  - Realizou-se em Praga, um Seminário transnacional para discutir as linhas de actuação dos mecanismos de referência transnacionais e recolha de dados dos países participantes – Organização e preparação do primeiro seminário transnacional com 3 actores por país (1 ONG, 1 magistrado e 1 OPC), 1º seminário transnacional para apresentação das necessidades das vítimas e os mecanismos de referência transnacional, 3ª reunião da equipa do projecto, esboço das conclusões do seminário transnacional, sua avaliação e conclusões;
  - Implementação de uma experiência-piloto dos mecanismos de referência transnacionais adaptados a cada país – Organizar e conduzir workshops nacionais (Workshop /Lisboa-21 e 22 de Setembro de 2009) para envolvimento dos actores nacionais associando-os aos outros países envolvidos, inclusão de elementos nacionais nos mecanismos de referência transnacionais (lista de entidades, serviços, medidas específicas, etc.), visitas de estudo a estruturas identificadas dos outros países envolvidos (visita de estudo à Roménia);
  - Preparação e realização da última conferência transnacional com vista à validação dos mecanismos de referência transnacionais.
- **Projecto “Promoting Transnational Partnerships – Preventing and Responding to Trafficking in Human Beings from Brazil to EU Member States”**

Este projecto visa aprofundar o desenvolvimento de mecanismos para a assistência a vítimas, troca de boas práticas entre os países participantes e cooperação bilateral e multilateral, com o envolvimento activo de ONG’s, instituições governamentais e actores envolvidos na investigação na área do combate ao tráfico de seres humanos, tanto a nível nacional como transnacional e neste âmbito foram realizadas as seguintes actividades: Estabelecimento de contactos com os gestores do projecto no sentido de definir a participação da CIG e respectivas actividades; Realização de entrevistas a actores chave na área do Tráfico de Seres Humanos; Elaboração do relatório sobre a situação do TSH em Portugal.

- **Projecto Itineris**

Visa promover uma abordagem compreensiva que possa facilitar a imigração legal, com uma componente de formação em TSH e em boas práticas entre os OPC envolvidos nas temáticas da imigração, e estava em 2009 ainda em fase de aprovação.

- **Projecto “HIT – Human Impact of Traffic”**

Este projecto visava o estudo do impacto do Tráfico de Seres Humanos em Portugal, mas não foi aprovado.

Além das acções já descritas nos projectos acima referidos, foram ainda realizadas outras actividades no âmbito deste plano, nomeadamente colaboração em acções de formação promovidas pela GNR, OIM, UMAR e APF sobre a problemática do tráfico de seres humanos. Foram igualmente desenvolvidas acções de sensibilização através da participação em iniciativas promovidas por várias entidades.

### **2.3-. Articulação com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).**

Tal como se referiu em anterior ocasião deste Relatório, em 2008 foi conferida à Presidente da CIG a coordenação da aplicação dos processos de candidatura aos financiamentos no âmbito do Eixo 7 do Programa Operacional do Potencial Humano do QREN. Esta coordenação continuou em 2009.

No âmbito do contrato de delegação de competências celebrado entre o POPH e a CIG, foi constituído um Secretariado Técnico para a Igualdade (STI)<sup>2</sup> através do Despacho n.º 17133/2008, de 25 de Junho que depende da Presidente da CIG.

Os objectivos do Eixo 7 do POPH estão em total consonância com a missão e atribuições da CIG: i)- *Aumentar a eficiência dos instrumentos de política pública na promoção da igualdade de género e do seu sistema de governação; ii)- Reforçar o papel da Sociedade Civil como agente estruturante para a igualdade de género; iii)- Difundir os valores da igualdade de género através da educação e informação; iv)- Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho, assumindo a prioridade de combater a segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho e a desigualdade salarial; v)- Promover a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, dando prioridade à criação de condições de paridade na harmonização das responsabilidades profissionais e familiares; vi)- Prevenir a violência de género, incluindo a violência doméstica e o tráfico de seres humanos.*

---

<sup>2</sup> O Relatório do STI é apresentado em anexo.

- O Eixo 7 é constituído por sete tipologias de intervenção, as quais, por razões operacionais ao nível interno [da CIG] foram subdivididas em dois grupos: tipologias “fechadas” e tipologias “abertas”.
  - No caso das tipologias “fechadas”, cuja Entidade beneficiária é a CIG, estão as seguintes: i)- Tipologia 7.1 - *Sistema estratégico de informação e conhecimento*; ii)- Tipologia 7.5 - *Sensibilização e divulgação da igualdade de género e prevenção da violência de género*; iii)- Tipologia 7.7. – *Projectos de intervenção no combate à Violência Doméstica e Tráfico de Seres Humanos*.
  - No caso das tipologias “abertas” cuja gestão é contratualizada com a CIG como Entidade Intermediária podemos considerar: i)- A tipologia 7.2 - *Planos para a igualdade*; ii)- A tipologia 7.3 - *Apoio técnico e financeiro às ONG*; A tipologia 7.4 - *Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos na área da igualdade de género e prevenção da violência de género*; iii)- A tipologia 7.6 - *Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades geridas por mulheres*).
- Estas tipologias de intervenção estão também replicadas no Eixo 8 (Algarve) e no Eixo 9 (Lisboa).

## 2.4-. Actividades e medidas enquadradas em programas ou projectos autónomos

### - Programas

Programa de Acção contra a Mutilação Genital Feminina

A CIG assegurou a coordenação do Grupo de Trabalho para a implementação do Programa de Acção e participou nas iniciativas realizadas pelo mesmo em 2009 e colaborou nas actividades levadas a cabo conjuntamente (Ver área da Saúde e Inclusão Social).

### - Projectos diversos

#### **Projecto EQUAL e-Qualificação**

A participação da CIG concretizou-se através de duas unidades orgânicas: N-CIG e DRN na Acção 3 “Apoio às acções de disseminação dos produtos/resultados do Projecto”, aprovados na Acção 2 (aprovado em Janeiro de 2008. entidade promotora ANIMAR), concretizou-se nas seguintes actividades:

- Divulgação do Referencial de formação à distância - Curso de Cidadania e Igualdade de Género para públicos estratégicos (Técnicos/as do 3º sector e conselheiros/as para a Igualdade);
- Divulgação do Manual de 9 cursos formativos em suporte digital - CD-ROM;
- Plataforma de Ensino à Distância para o 3º sector;
- Preparação da informação para o Site da CiG;
- Preparação e organização de workshops formativos para públicos estratégicos;
- Realização de uma acção de formação do Curso de Cidadania e Igualdade de Género a ministrar com as autarquias (Cascais, Seixal, Oeiras, Odivelas, Loures), CIPA-Serviço de Igualdade dos Açores, ONG de desenvolvimento local e Universidade Nova de Lisboa;
- Realização de reuniões de trabalho com a Equipa Técnica do Projecto para preparação do balanço do projecto, relatórios de avaliação e preparação de protocolo de cooperação.

#### **Projecto EQUAL Conciliar é Preciso**

A participação da CiG neste projecto concretizou-se nas seguintes actividades:

- Preparação, validação de conteúdos e manutenção do portal “Conciliar é preciso” (pesquisa, triagem, selecção dos conteúdos e introdução dos dados);
- Preparação de Relatório Final com apresentação de dados estatísticos sobre a área da igualdade e conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional.

Projecto “Diálogo social e igualdade nas empresas”

A CiG colaborou nas seguintes actividades do projecto:

- Reuniões de trabalho com a equipa técnica do projecto para preparação e preenchimento do balanço e avaliação do projecto e, avaliação e preparação de iniciativas no âmbito da Rede RSO.

#### **Sacausef**

Foram retomados os contactos com a ERTE/DGIDC com vista a dar continuidade à colaboração da CiG nas actividades desenvolvidas por aquele organismo no âmbito das TIC.

#### **Projecto “Direitos Humanos – Igualdade de Direitos. As organizações não governamentais pela promoção da cidadania e de novas oportunidades na comunidade” - [Projecto PT OO32] – EEA GRANTS**

Este projecto visa promover a cidadania activa e aumentar o impacto das organizações da sociedade civil na comunidade, através do financiamento de pequenos projectos desenvolvidos por Organizações Não Governamentais ou outras entidades sem fins lucrativos (isoladamente ou em parceria), em três sectores prioritários: 1. Promoção dos Direitos Humanos e Reforço da Cidadania, 2. Participação Social e Cívica das Pessoas Jovens na



Comunidade e 3. Empreendedorismo e Empregabilidade de pessoas pertencentes a grupos socialmente vulneráveis

Esse desafio foi aceite por mais de 100 organizações, traduzindo-se nas 108 candidaturas recebidas. O Comité de Acompanhamento que avaliou as candidaturas foi constituído, para além da CIG, por representantes da Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do EEE, do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.; do Instituto da Segurança Social, I.P.; do Instituto Português da Juventude, I.P.; e de representantes das ONG, Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e da Secção das ONG do Conselho Consultivo da CIG.

Foram aprovadas a financiamento catorze entidades: Africanos de VFX – “Jovens em Acção”, Sons da Lusofonia – “oficina Portátil de Artes”, ILGA – “Centro LGBT”, CPR – “Começar de Novo”, Chapatô – “Artes de Viver”, Rede Ex Aequo – “Projecto Inclusão”, SOS Racismo – “Agitate pelos Direitos”, Inst. Luso-Ilírio – “SET”, Inducar – “Democracia Participativa”, Aguncheiras – “Casa Eco Criativa”, CerciPortalegre – “Aprender a Crescer”, Arruaça – “Assoma-te”, PAR – “Na Europa Eu Conto”, Sentidos e Sensações – “promoção da saúde sexual na população portadora de deficiência visual”.

Dos 14 projectos, cinco contam já com um ano de execução técnica, sendo visível alguns resultados físicos. Os restantes projectos apenas se iniciaram formalmente em Abril de 2009. Foi necessário prolongar alguns meses o tempo de execução do projecto devido aos atrasos no arranque de alguns projectos.

No mês de Março, foi elaborado o *Project Interim Report* dando origem a um novo *Project Implementation Plan*, o instrumento guia da execução financeira e qualitativa do Fundo que irá financiar os 14 projectos. Em Maio decorreu a Reunião Anual do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, onde foi feito um pequeno resumo da implementação do Fundo em Portugal, registando elevadas expectativas junto dos países doadores.

O coordenador do projecto foi convidado a participar e a moderar um painel de discussão na Conferência de Intermediários do Fundo ONG do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu “EEA and Norway Grants” que teve lugar em Oslo nos dias 16 e 17 de Junho de 2009. Nesta conferência, promovida em conjunto pelo Norwegian Helsinki Committee e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, apresentou-se o retrato actual da implementação do Fundo ONG na Europa, permitindo uma troca de experiências entre as entidades intermediárias e organizações da sociedade civil norueguesa.

No dia 13 de Outubro de 2009 foi feita uma visita de acompanhamento à CIG pela Unidade Nacional de Gestão e pelo Ponto Focal Nacional com vista à verificação da Execução do Projecto.

Realizou-se ainda a 14 de Dezembro uma Reunião do EEAGRANTS, na DGOTDU, promovida pela Unidade Nacional de Gestão, com o objectivo de esclarecer os procedimentos sobre os pedidos de pagamento ao MFEEE.

### **Projecto (*Gender Mainstreaming in the Environment and Territory Politics*) [Projecto PT 0032] – PROGRESS**

Este projecto visava promover um “Estudo diagnóstico e criação de indicadores de género nas áreas do Ambiente e Território” que permitisse um melhor conhecimento e definição dos conceitos-chave relacionados com o *mainstreaming* de género no âmbito da valorização do território, em particular na área do “ambiente e território”, especialmente no sector das “infra-estruturas/acessibilidades e transportes”. Durante 2009 traduziu-se para inglês o estudo e Guia “Género, Ambiente e Território”. Elaborou-se ainda o relatório final e conseqüente pedido de saldo final e preparou-se uma nova linha de financiamento na área da Não Discriminação.

### **Projecto EQUAL Humanus CAM**

Foi efectuada uma sessão de disseminação dos produtos resultantes do projecto Humanos CAM para Autarquias e ONG, realizada nas instalações da Associação Humanidades. Esta sessão contou com a participação de 12 autarquias e 8 ONG e a avaliação de satisfação foi Excelente.

No âmbito deste projecto, a CIG participou ainda na “Mostra de Soluções de Inovação Social” na Região Autónoma da Madeira do EQUAL onde foram apresentados os produtos do projecto, em particular do módulo de formação em Igualdade de Género. Foi também efectuada a dinamização de formação no âmbito do projecto, na Câmara Municipal do Funchal. Na Região Autónoma dos Açores foram igualmente apresentados os produtos do projecto.

Para além da Região Autónoma da Madeira e dos Açores, foram realizadas acções nas Direcções Regionais de Educação do Norte, Centro e Sul, tendo este projecto, concluído no segundo semestre de 2009, sido escolhido pelo gabinete de gestão EQUAL para integrar os projectos mais relevantes realizados em Portugal.

### **- Projecto Internacional Ellos También**

Promovido pelo Serviço Galego para a Igualdade, este projecto tem como parceiros a Direcção Geral da Mulher da Junta de Castela e Leão, a CIG e as Associações de Homens para a Igualdade da Galiza e de Leão – *Homes pola Igualdade e Promoteo* –, contando, ainda, com a colaboração das Associações *Hombres por la Igualdad*, de Aragão, *Hombrecitos de Madera*, de Jerez e AHIGE.

Os objectivos deste projecto são: a promoção de redes de intercâmbio de informação, experiências, resultados e boas práticas em matéria de conciliação e co-responsabilidade, a partir da actuação das associações de homens para a igualdade e a criação de plataformas de experimentação para o desenvolvimento conjunto de serviços, metodologias, ferramentas e

produtos que fomentem a aprendizagem mútua de novos enfoques e novos modelos de gestão.

As actividades atribuídas à CIG foram:

- O levantamento das Associações de Homens para a Igualdade no quadro do espaço europeu - através do contacto institucional, foi solicitado pela CIG informação sobre a existência de Associações de Homens para a Igualdade a todos os serviços públicos para a Igualdade do espaço europeu, bem como às estruturas para a Igualdade, centrais e regionais, de Espanha;
- A organização da primeira sessão de experimentação do curso de formação, a cargo da Associação *Homes Galegos pola Igualdad*, destinado a adolescentes do sexo masculino, em idade escolar, iniciativa inédita em Portugal organizada conjuntamente pela CIG e a Direcção da Escola Básica Integrada de Fragoso, realizada a 26 de Novembro, com a duração 3 horas, foi dinamizada por Francisco Nebril García e por Jorge García Marín da Associação *Homes Galegos pola Igualdad* e envolveu 15 alunos do 9º ano de escolaridade;
- A integração da Escola na parceria que, a nível nacional, a Comissão desenvolverá no quadro do Projecto, na continuidade a dar ao mesmo em 2010;
- A representação da CIG, a cargo do seu Vice-Presidente, no Encerramento do Seminário Internacional do Projecto, a par da Directora Geral da Igualdade da Galiza, e apresentação dos resultados da pesquisa no 2º painel do mesmo Seminário, realizado a 18 de Dezembro de 2009, em Santiago de Compostela;

A CIG participou ainda nas seguintes actividades: três reuniões de trabalho do Projecto ocorridas, respectivamente, a 30 de Outubro, em León, a 27 de Novembro, no Porto, e a 17 de Dezembro, em Santiago de Compostela; a organização da reunião realizada em Portugal, no Porto e o balanço dos resultados obtidos e elaboração de uma proposta de continuidade do Projecto em 2010.

### **O projecto LIGO – Leitura e Igualdade de Género e de Oportunidades**

Este projecto foi promovido pela Escola Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e tendo a CIG como parceira.

Os objectivos do Projecto LIGO cruzam a promoção da leitura e a reflexão sobre as relações de género, com vista ao desenvolvimento do espírito crítico, competência fundamental para o exercício da cidadania, a desconstrução dos estereótipos de género e a promoção da igualdade efectiva entre mulheres e homens, objectivos coincidentes com muitos dos objectivos do III PNI.

A parceria com a CIG enquadra-se na prossecução dos objectivos do Projecto do Guia “Género e Cidadania”, desenvolvido pela CIG em 2008-2009.

Com o Projecto LIGO, a Escola pretende dar sustentabilidade, no próximo ano lectivo, às actividades iniciadas durante este ano, no quadro do protocolo entre a CIG e a Escola.

O contributo solicitado à CIG enquanto parceira do Projecto consiste em:

- Apoio às iniciativas da Escola sobre a temática de Género, nomeadamente de sensibilização da comunidade educativa, através dos seus recursos humanos e/ou informação sobre Especialistas em Género e Educação;
- Oferta de publicações para a Biblioteca da Escola
- Eventual publicação dos resultados do trabalho realizado pela Escola, no quadro do Projecto, se aqueles forem considerados relevantes pela Comissão.

### **Projecto Grundtvig**

Em Fevereiro, foi submetida a candidatura “Prevenir a violência de género em jovens adultos” no âmbito do Projecto Grundtvig, do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida. Esta candidatura foi aprovada e conta, para além da CIG, com quatro parceiros de França, Espanha e Itália. No âmbito deste Projecto foram realizados dois seminários, em Toulouse e em Forlì (Itália), nos quais o NVDVG esteve representado. O seminário a realizar em Portugal, em Julho de 2010, será organizado pelo NVDVG.

## **2.5-. Actividades e medidas não enquadradas em programas ou nos Planos Nacionais**

### **Representação em certames:**

- Participação na MANIFESTA 2009 “A Inovação Social na Resposta à Crise. Contributos do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária”, que teve lugar em Peniche. (Maio)
- Colaboração e participação no “Migrant Women Festival 2009” em Lisboa.
- FeelWoman

### **A CIG esteve representada nos seguintes eventos<sup>3</sup>:**

- Jornadas sobre Segurança e Violências Urbanas: perspectivas comparadas entre Brasil e Portugal (10 Fevereiro 2009);
- Participação no XI Encontro Nacional de Juventude, em Braga, organizado pelo Conselho Nacional da Juventude – CNJ. Objectivo: desenvolver um trabalho junto das associações juvenis portuguesas no sentido de afirmar o mainstreaming de género no associativismo juvenil. No dia 21 de Maio, a Presidente da CIG participou na Conferência de Abertura “Diversidade e Igualdade de Género”, tendo de seguida

---

<sup>3</sup> Para além dos eventos já mencionados nas actividades dos Planos Nacionais

- assinado um Protocolo de Cooperação com o CNJ. Participou no Grupo de Trabalho “Diversidade, Luta contra a Discriminação, Inclusão e Igualdade de Género”, cujas conclusões foram apresentadas na sessão de encerramento deste Encontro;
- Participação na “Iniciativa Bairros Críticos e as experiências de intervenção sócio – territorial em Portugal” no auditório do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Alto da Ajuda, Lisboa. (Maio);
  - Participação na 11ª Reunião da Plataforma Supraconcelhia da Grande Lisboa, no Sobralinho, Vila Franca de Xira. Foi apresentada uma prática local do CLAS de Vila Franca de Xira, um exemplo local pelo CLAS de Lisboa do “Plano Cidade da Pessoa Sem Abrigo”, expostas as novas medidas do IEFP e, por último, apresentada a “Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo” (Junho);
  - Participação do N-CRA na 11ª Marcha do Orgulho LGBT, em Lisboa. (Junho);
  - Seminário “Gender Based Violence – Programme of Exchange of good practices in gender equality”, Madrid, Setembro;
  - Comité Daphne III, Bruxelas, Setembro;
  - Seminário do projecto Género e Gerações: continuidade e mudança nas narrativas familiares (25 Setembro 2009);
  - Conferência sobre Medidas e Estratégias para Combater a Violência Contra as Mulheres, Estocolmo, Novembro;
  - Conferência internacional A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – um desafio para a igualdade e autonomia (3 Dezembro 2009);
  - Colóquio Dia Internacional do Migrante (18 Dezembro 2009);
  - Programa da Rádio Clube Português, sobre Violência Doméstica, e programa da SIC Mulher – Mundo das Mulheres – sobre Violência no Namoro;
  - Reunião de Investigadores da *Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo*, que teve lugar na sede do I.S.S. em Lisboa, onde foram apresentados estudos académicos sobre a temática dos Sem Abrigo;
  - 2ª Reunião do Estudo sobre o Impacto da Discriminação com Base na Deficiência nas Mulheres, onde foi apresentado o relatório de Progresso deste Estudo, seguido de debate e apresentação de comentários.

**Participação em grupos de trabalho - interna ou externamente:**

- Grupo de Trabalho IPAD – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento – contributos 1º draft da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010 – 2015); contributos para o preenchimento da grelha Plano de Acção da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.
- Comissão para as Políticas de Família – Sub-Grupo Novas expressões e contextos das famílias.

- Reunião do Grupo Nacional de Trabalho da Campanha “Pela Diversidade Contra a Discriminação”, da DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades da Comissão Europeia que decorreu nas instalações do Parlamento Europeu, em Lisboa, e teve como principal assunto de discussão a organização do Dia da Diversidade.
- Em Abril a CIG participou no grupo de trabalho que efectuará a candidatura aos Fundos Estruturais do Fundo Social Europeu, para a implementação de uma futura Rede Europeia de Mainstreaming de Género. Este projecto é resultante de uma das Comunidades de Práticas da Iniciativa Comunitária Equal, tendo surgido dentro do eixo da Transnacionalidade.
- Preparação de uma proposta de glossário sobre igualdade de género, com a realização de uma reunião de trabalho com a perita sobre questões de igualdade de género e ex-elemento do Comité CEDAW, Regina Tavares da Silva. Tendo em conta a complexidade do referido Glossário e a disponibilidade de tempo ainda exigida pela revisão e pelo aperfeiçoamento da proposta inicial, após a referida reunião, considerou-se inviável a sua publicação em 2009, ficando adiado para 2010, com o eventual recurso àquela perita.

Nota: Apesar de não serem referidos nesta secção, a CIG está presente em outros grupos de trabalho que, pela sua relação directa com os diferentes Planos Nacionais, são referidos no âmbito do relatório correspondente a esses Planos.

### **Elaboração de Informações, pareceres e relatórios**

Em cumprimento das atribuições da CIG, que prevêem nomeadamente a emissão de pareceres sobre iniciativas legislativas e a elaboração de estudos e documentos de planeamento de suporte à decisão política, e no âmbito da cooperação interinstitucional foram elaborados diversos contributos nas áreas de actuação da CIG, não só através de pareceres e participação em relatórios, como de representação em grupos de trabalho e parcerias.

## **2.6-. Actividades afins à documentação e informação**

Entre as atribuições desta Comissão figuram as acções afins à documentação e à informação. Assim compete-lhe:

- a) Desenvolver os suportes de informação e sensibilização sobre a actividade prosseguida pela Comissão;
- b) Conceber e manter em funcionamento os sites necessários à divulgação na Internet da actividade desenvolvida pela Comissão;

- c) Manter a opinião pública informada e sensibilizada com recurso aos meios de comunicação social, à edição de publicações e à manutenção de um centro de documentação e de uma biblioteca especializados;
- d) Promover a tradução e publicação de documentos e ou livros fundamentais à promoção da igualdade de género e prevenção da violência de género;
- e) Promover campanhas de promoção da Igualdade de Género e prevenção da violência de Género;
- f) Promover a atribuição de prémios de qualidade a entidades que adoptem códigos ou sejam exemplos de boas práticas em matéria de promoção da igualdade de género, de prevenção da violência de género ou de apoio às vítimas;
- g) Recolher e tratar a informação sobre a Comissão e difundir pelas unidades funcionais da Comissão informação noticiosa de interesse;
- h) Manter as unidades funcionais da Comissão informadas sobre a vida e actividade da mesma, bem como, promover a divulgação de relatórios nacionais e internacionais sobre Igualdade de Género e Violência de Género.

Apresentam-se, em seguida, as acções desenvolvidas neste domínio. Para tanto, agregamo-las segundo conjuntos, a saber: *i)*- Aspectos relacionados com a Biblioteca *Madalena Barbosa*, em Lisboa e com a Biblioteca da Delegação do Norte da CIG; *ii)*- Edição de publicações e outro material informativo; *iii)*- Difusão de publicações e outro material informativo; *iv)*- Concepção gráfica de material informativo produzido a nível interno.

#### **2.6.1-.Bibliotecas (Biblioteca *Madalena Barbosa*, em Lisboa e Biblioteca da Delegação do Norte da CIG)**

Nesta área compete à CIG: *i)*- Assegurar a recolha e tratamento de documentação nacional e internacional relativa à problemática da mulher, da igualdade de género e da cidadania; *ii)*- Manter e actualizar as bibliotecas especializadas (de Lisboa e do Porto), abertas ao público (com os seguintes núcleos: fundo histórico reservado; monografias nacionais e estrangeiras; publicações periódicas actuais e antigas; arquivo de documentos internacionais; fotografias; fundo audiovisual; recortes de imprensa); *iii)*- Promover a investigação bibliográfica necessária para apoio aos estudos sobre a temática de intervenção da Comissão;

Neste âmbito, ao longo de 2009, foram desenvolvidas as seguintes actividades no âmbito da gestão documental:

#### A. Aquisições

O desenvolvimento do fundo documental baseou-se, tal como nos anos transactos, nas necessidades da comunidade de utilizadores que se debruçam sobre as questões de género e inclui os documentos que deram entrada por compra (365 títulos), oferta e permuta. As Bibliotecas registaram um aumento do número de aquisições de edições estrangeiras de grande actualidade, nomeadamente na área de Estudos de Género e Estudos sobre as Mulheres.

Foi também estruturado o novo regulamento da Biblioteca.

#### B. Tratamento documental

Efectuou-se a descrição bibliográfica de novos documentos, inserindo os registos na base de dados do sistema de gestão da biblioteca utilizando a Bibliobase.

Iniciou-se, a partir de Maio, o processamento da imagem da capa e índice nas bases bibliográficas (Bibliográfica Geral e Reservados) obedecendo ao formato “Unimarc”, não só nos novos registos, como também numa perspectiva de reconversão dos já existentes.

A saber: *i)*- Base Bibliográfica Geral: novos registos: 186; *ii)*- Base Bibliográfica Geral: actualizações: 447; Inserção de Imagem da capa e respectivo índice nas diferentes bases - 750 *iii)*- Base “Reservados”: novos registos: 7; *iv)*- Base “Reservados”: actualizações: 62; *v)*- Analíticos: 18; *vi)*- Registo Kardex: 88 títulos de publicações periódicas; Teses 2; *vii)* - Colocaram-se etiquetas (anti-furto e cota).

#### C. Classificação e indexação

A classificação dos documentos respeita a Classificação Decimal Universal (CDU).

A indexação caracteriza-se pela identificação dos descritores, tendo em conta os termos pertinentes para o leitor comum da Biblioteca.

#### D. No que se refere aos **Serviços de apoio ao leitor e atendimento externo:**

Nestes domínios foi prestada orientação e apoio especializado aos leitores na definição de estratégias de pesquisa para trabalhos em mestrados, pós-graduação e doutoramentos, conforme se explicita: *i)*- Leitura de presença: 152 leitores do sexo feminino e 24 leitores do sexo masculino; *ii)*- Documentos consultados: 1.082; *iii)*- Pesquisas na Internet na Biblioteca *on-line*: 9 445; *iv)*- Reprodução de documentos.



**E. No que se refere à informação selectiva:**

Consulta e impressão diária de documentos no “Clipping” da Faxinforme: selecção de recortes de imprensa com especial incidência sobre as questões de género e da violência doméstica.

Recortes indexados de acordo com uma lista de descritores definida para esse efeito.

A selecção da informação foi definida segundo as necessidades e interesses desta Comissão - Nº de documentos: 2610

### **2.6.2-. Edição de publicações e outro material informativo**

Nesta área, compete à CIG planear, programar, promover e realizar iniciativas editoriais nos domínios de actuação desta Comissão, assegurando a organização logística e o suporte operacional na preparação e realização dessas acções: *i)*- Propostas e acompanhamento administrativo dos produtos gráficos da CIG;

Organização das edições de livros; *ii)*- Revisão de provas; *iii)*- Contactos com as empresas que prestam os serviços acima indicados; *iv)*- Actualização do Mailing; *v)*- Listagens de etiquetas para publicitação de eventos e distribuição de produtos gráficos;

Importa sublinhar que algumas das publicações que, se identificam em seguida, foram co-financiadas pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), através de candidatura da CIG à tipologia 7.5 do Eixo prioritário “Igualdade de género” (Projecto “Divulgar e debater a cidadania e a igualdade de género”). Em todo o caso, dar-se-á nota desse tipo de financiamento, em cada uma dessas publicações.

#### **Títulos das publicações editadas pela CIG**

1. Manual para a Integração da Dimensão da Igualdade de Género nas Políticas de Inclusão Social – QREN, Colecção Trilhos da Igualdade;
2. Manual para a Integração da Dimensão da Igualdade de Género nas Políticas de Emprego – QREN, Colecção Trilhos da Igualdade;
3. Igualdade de Género na Vida Social e Local, O papel dos Municípios na sua Promoção. Colecção Trilhos da Igualdade;
4. Desporto na Escola, Educando para a Igualdade – QREN, Colecção Mudar as Atitudes;
5. Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública – QREN, Colecção Trilhos da Igualdade;
6. Violência Doméstica: Encaminhamento para Casa de Abrigo – QREN, Colecção Violência de Género;
7. O Feminino e o Masculino nos Materiais pedagógicos (in)Visibilidades e (des)Equilíbrios – QREN, Colecção Mudar as Atitudes;
8. Violência e Género, Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens – QREN, Colecção Estudos de Género;

9. Agenda para a Igualdade – 2010.
10. Recomendação do Conselho da Europa sobre Normas e Mecanismos de Igualdade de Género – QREN
11. Recomendação do Conselho da Europa sobre integração da Igualdade de Género na Educação – QREN

Nesta área foram ainda produzidos pela CIG os seguintes materiais: *i)*- Folheto “Namoro Violento”; *ii)*- Desdobrável da Campanha de Tomada de Decisão; *iii)*- Cartaz da Campanha de Tomada de Decisão; *iv)*- Roll-up da Campanha de Tomada de Decisão

De igual forma, tendo em conta a necessidade de harmonizar a divulgação das publicações e dos diversos eventos da CIG, foram actualizados, em permanência, os endereços dos diferentes destinatários para envio automático de correspondência (*mailing*). Neste âmbito foram produzidas 7.241 etiquetas.

### **2.6.3-. Difusão de publicações e outro material informativo**

Neste âmbito a CIG tem as seguintes atribuições:

- Assegurar a comunicação institucional e a informação geral sobre a CIG e as suas actividades e recolher, organizar e sistematizar informação sobre matérias da sua missão;
- Participar no desenvolvimento e apoiar o funcionamento da CIG no domínio da gestão documental, da gestão e divulgação de conteúdos e da comunicação institucional;
- Planear, programar, promover e realizar eventos, nacionais e internacionais, de carácter técnico e científico, acções de difusão e divulgação técnica assegurando a organização logística e o suporte operacional na preparação e realização dessas acções;
- Participar nos estudos e acções desenvolvidas pelas outras Unidades Orgânicas da CIG, assegurando a componente técnica especializada no domínio da gestão de informação e documental e da comunicação institucional, bem como em outras áreas dominadas pelas técnicas desta Unidade;
- Divulgar publicações e material informativo.

Ao longo de 2009 foi distribuído um conjunto de 178.596 publicações e material informativo, distribuídas da seguinte forma:

Colecção Informar as Mulheres – 1.954  
Colecção Cadernos Condição Feminina – 1.345  
Colecção Bem-me-Quer – 4.083  
Colecção Mudar as Atitudes – 2.351  
Colecção Agenda Global – 551

Colecção Ditos e Escritos – 12
Colecção Estudos de Género – 2.403
Colecção Fio de Ariana – 1.643
Colecção Trilhos – 6.002
Colecção Violência de Género – 2.815
Fora de Colecção – 8.572
Material Violência Doméstica – 122.514
Cartazes – 9.209
Folhetos – 15.102

Os destinatários deste material foram os seguintes: *i)*- Ministérios; *ii)*- Representações no estrangeiro; *iii)*- Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; *iv)*- Grupos parlamentares; *v)*- Serviços públicos; *vi)*- Bibliotecas; *vii)*- Estabelecimentos de ensino; *viii)*- ONG; *ix)*- IPSS; *x)*- Outras Associações.

## 2.7-. Actividades de Formação e Sensibilização

### Formação Interna:

Foram efectuados o acompanhamento e monitorização do Plano de Formação e respectivo orçamento para 2009. Procedeu-se à concepção de instrumentos de gestão da formação, nomeadamente um questionário de diagnóstico de necessidades de formação e um plano de formação para 2009. Refira-se que dos/as 78 colaboradores/as da CIG, 45 pessoas estiveram em situação de formação, o que representa 58% do total. Para os/as colaboradores da CIG, foram organizadas 30 acções de formação, com recurso a entidades formadoras externas e 3 acções de formação organizadas internamente, nas quais (internas e externas) participaram 73 colaboradores. Foi igualmente preparado o plano de formação e orçamento para 2010.

Foi promovido o Preenchimento regular da matriz de registo da formação (interna e externa) de acordo com os formulários fornecidos pela DGAEP, com o propósito de concentrar, num único documento, as acções de formação ministradas e recebidas pelos/as funcionários/as da CIG no decorrer deste ano de 2009.

O NVDVG promoveu uma acção de sensibilização sobre a nova Lei do Divórcio e uma acção de formação sobre Atendimento Telefónico, dirigidas às técnicas que asseguram o Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica. Algumas técnicas do Núcleo frequentaram a acção de sensibilização sobre o “Novo Regime de Protecção na Parentalidade”, uma Técnica frequentou a acção de Formação “Violência contra as pessoas: violência doméstica, violência contra as crianças, deficientes e idosos e violência no meio escolar”, uma Técnica frequentou um workshop sobre a metodologia de Teatro-Fórum.

### **Acções de Sensibilização ministradas pela CIG para o exterior**

A CIG tem vindo a desenvolver um vasto conjunto de acções de sensibilização nas suas áreas temáticas, dirigidas a públicos-alvo variados, fomentadas pelos pedidos de acções que lhe são dirigidas. Assim, foram apresentadas comunicações e realizadas acções de sensibilização sobre temas como, nomeadamente, violência doméstica, conciliação entre a vida familiar, pessoal e familiar, os planos para a igualdade nas empresas e organizações, tráfico de seres humanos, Prostituição e Tráfico para fins de exploração sexual, Empregabilidade e Empreendedorismo, Igualdade de Oportunidades, Direitos Humanos, Maternidade e Paternidade, Estereótipos, Cidadania. É de salientar que a CIG recebe numerosos pedidos de intervenções relativas às comemorações do 8 de Março.

São disto exemplo:

1) Realização de 12 workshops desconcentrados de sensibilização para as questões da Cidadania e Igualdade de Género (realizados no âmbito da medida 7.5 do POPH/QREN) destinados a:

- Propor aos dirigentes da Administração Pública encontrar mais valias na implementação do Plano para a Igualdade, um instrumento de excelência para adoptar soluções inovadoras para diversos problemas e dificuldades nas organizações, tendo presente, entre outros, a implementação do SIADAP.
- Discutir formas de implementação através da reflexão entre pares, beneficiando da experiência de dirigentes da Administração Pública que já implementaram Planos para a Igualdade nas suas organizações.
- Consolidar o papel e competências das/os Conselheiras/os e das Equipas Interdepartamentais.
- Discutir formas de implementação dos planos para a igualdade através da reflexão entre pares, identificando e analisando indicadores de alerta e de resultados.
- Reflectir sobre as situações de diversidade e de discriminação, em formação, tomando consciência das questões culturais, sociais, de desigualdades e de discriminação.
- Identificar as competências pedagógicas estratégicas para lidar com os casos de diversidade, em contexto de formação, e as melhores estratégias para os resolver.
- Identificar e gerir eventuais situações de crise relacionadas com as questões da diversidade e de discriminação.

Actividades desenvolvidas:

- 6 Workshops para Dirigentes da Administração Pública Central e Local (Lisboa, Porto, Faro, Viseu e Guarda), de 4 horas cada um.
- 3 Workshops para Conselheiras/os e Equipas Interdepartamentais (Lisboa, Porto e Faro), de 16 horas cada um.
- 3 Workshops para Formadores/as (Lisboa, Porto e Faro), de 16 horas cada um.

Refira-se que foram formadas 171 pessoas, nomeadamente 118 Dirigentes, 29 Conselheiros/as e 24 Formadores/as.

2) Realização de 7 acções de Sensibilização “Na política as mulheres são capazes” (6 horas cada) com o objectivo de sensibilizar as/os participantes para a valorização das mulheres nas organizações e na vida política, assim como para as boas práticas da comunicação em público.

- Locais: Évora, Faro, Montijo, Mangualde, Viseu, Açores (4 ilhas), Coimbra
- Estas acções de sensibilização contaram com 158 participantes

#### **Acções de formação ministradas pela CIG para o exterior<sup>4</sup>:**

Foi promovida a articulação entre todas as estruturas da CIG, nomeadamente para responder a solicitações relacionadas com a organização e planeamento de acções de formação que remetem para a elaboração e acompanhamento de fichas de inscrição e questionários de avaliação, emissão de certificados de formação e declarações comprovativas de formação. Foram, igualmente, concebidos relatórios de avaliação da formação que permitiram imprimir uma óptica de melhoria contínua em acções futuras destacando-se o seguinte:

Preparação, organização e coordenação pedagógica da formação externa em colaboração com o N-CIG (autarquias), N-CRA e N-VDVG (pedidos feitos pelas diversas entidades), nomeadamente:

- Encontros temáticos de Cidadania e Igualdade de Género e Não Discriminação.
- Cidadania, Igualdade de Género e Não Discriminação.
- Workshop para profissionais de saúde: projectos-piloto de intervenção integrada na área da Violência Doméstica.
- Violência: princípios de intervenção.
- Empreendedorismo feminino como uma resposta à crise.

Foi realizada na Escola Prof. Reynaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, uma Oficina de Formação para docentes dos ensinos básico e secundário (50 horas). Realizaram-se duas edições desta Oficina, abrangendo um total de 40 formandas e formandos. O instrumento de avaliação utilizado foi o da ESE de Santarém, entidade formadora. Numa escala de 1 a 5, a apreciação global da acção por parte das duas turmas foi de 4,4. A avaliação da turma 1 foi de 4,2 e a da turma 2 foi de 4,6.

---

<sup>4</sup> Em anexo encontra-se a avaliação da formação realizada pela DRN.

A DRN realizou 12 acções de formação sobre a temática “Violência Doméstica no Âmbito da Conjugalidade” a 217 técnicos/as das áreas de Serviço Social, Psicologia, Direito, Sociologia, Educação Social, Forças de Segurança e profissionais da área da saúde, num total de 168 horas de formação. Das 12 acções de formação ministradas, 3 tiveram lugar nas instalações da DRN no Porto e as restantes 9 em Lisboa (1), Seixal (1), Açores (2), Montemor-o-Velho (1), e Aveiro (2) e Vila Verde (2). Destas 9 acções 6 estiveram a cargo do NVDVG, tendo a DRN assumido apenas o Módulo de Enquadramento Jurídico.

Na área do “Combate ao Tráfico de Seres Humanos” realizaram-se 5 acções a 265 técnicos/as de intervenção social e OPC’s num total de 15 horas de formação. Estas acções decorreram em Queluz (2), Alfeite (1), Vila Franca Xira (1) e Porto (1).

O NCRA promoveu uma acção de formação na Escola Naval em articulação com a conselheira para a Igualdade da Defesa, destinada a oficiais que têm por missão preparar os cadetes que vão integrar as missões das forças portuguesas no estrangeiro no âmbito da participação portuguesa na NATO e noutras missões internacionais. Foi ainda, como já foi referido, preparada por parte do NCRA uma acção de formação da EQUINET que decorreu em Lisboa em Outubro.

Nota: Além das citadas acções de formação e sensibilização foram realizadas no âmbito dos variados projectos promovidos pela CIG, ou em que participa como parceira, que são referidas no âmbito do relatório correspondente a esses mesmos projectos.

#### **Outras actividades:**

Para a prossecução da missão e atribuições da CIG no âmbito da formação, foram ainda desenvolvidas as seguintes actividades:

Homologação dos referenciais de formação:

- Foram emitidos pareceres técnicos para responder a pedidos de entidades que pretendiam ver os seus cursos de formação inicial pedagógica de formadores em Igualdade de Oportunidades e de Género homologados nesta componente técnica específica. Para tal, foram todas as candidaturas apreciadas com base no conjunto de requisitos e respectiva grelha de análise já criados no ano transacto e foram comunicados os respectivos pareceres técnicos e as propostas de decisão, para o eventual despacho emitido pela Sra. Presidente da CIG.

Candidaturas fechadas ao QREN/POPH, nomeadamente à tipologia 7.1 que versa sobre a elaboração do referencial de formação destinado à educação e formação de adultos:

- Para a concretização destas acções recorreu-se a parceiros externos, tais como a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o que permitiu garantir quer o enquadramento dos materiais produzidos nos contextos formativos a que se destinam, quer o respectivo reconhecimento formal.
- Por outro lado, o conjunto destas acções foi directamente coordenado pela CIG, recorrendo a um conjunto de especialistas na temática da Cidadania e Igualdade de Género.
- Refira-se, contudo, que, por constrangimentos alheios à própria CIG, os resultados obtidos não corresponderam aos objectivos iniciais.

Colaboração com o Instituto Nacional de Administração (INA):

- Representação no projecto comunidades@ina, nomeadamente, na comunidade “Cidadania activa e inclusiva”, que exigiu a participação em reuniões de reflexão e discussão sobre as linhas orientadoras da comunidade.
- Apoio na organização, preparação e divulgação do “Diploma de Especialização em Mainstreaming de Género em Políticas Públicas”. Este curso de especialização, terá a coordenação da CIG e do INA e tem como característica inovadora dotar os/as participantes de conhecimentos e instrumentos que permitam nos seus locais de trabalho, dentro da Administração Pública, planear e implementar planos de actividades e outras iniciativas incluindo o Gender Sensitive Budgeting. Este curso pressupõe conhecimentos aprofundados nos domínios da promoção da igualdade de género integrando a estratégia de mainstreaming em toda a acção desenvolvida pela Administração Pública.

*Conferir competências técnicas e certificar a qualidade de pessoas e entidades institucionalmente envolvidas na promoção e defesa da cidadania e da igualdade de género.*

Para o cumprimento desta atribuição, foi elaborada uma proposta com conjunto de procedimentos inerentes à Certificação em Igualdade de Género, não só de entidades mas também de formadores/as. Com efeito, a proposta fundamentalmente visou o seguinte:

1. Certificar entidades institucionalmente envolvidas na promoção e defesa da cidadania e igualdade de género, designadamente:
  - Orientar as entidades que promovem acções de formação em cidadania e igualdade de género no sentido da elevação da qualidade da formação nesta temática, conferindo-lhes uma Certificação em Igualdade.
  - Contribuir para a validação da formação nesta temática, assim como acreditar as próprias entidades mediante o reconhecimento e credibilização das respectivas competências distintas.

- Contribuir para um melhor aproveitamento, rentabilidade e utilidade na aplicação e recurso a fundos nacionais e comunitários.
  - Adaptar os referenciais de formação existentes na área da Igualdade de Género.
  - Identificar um conjunto de requisitos de certificação, ou seja, características ou condições mínimas que devem ser verificadas pelas entidades formadoras.
  - Descrever o processo de candidatura, assim como a análise do pedido de certificação e o período de vigência da certificação.
2. Certificar pessoas institucionalmente envolvidas na promoção e defesa da cidadania e igualdade de género, designadamente:
- Identificar um conjunto de requisitos de certificação que permitam imprimir maior rigor na selecção dos/as formadores/as que intervêm na temática da cidadania e igualdade de género.
  - Organizar uma bolsa de formadores/as internos/as e externos/as, assim como o processo de candidatura à bolsa.

## 2.8- Conselho Consultivo

Além das actividades já descritas no âmbito do III PNI, foram ainda desenvolvidas outras actividades de apoio ao funcionamento do Conselho Consultivo, como é o caso de todos os procedimentos logísticos com a preparação das reuniões e elaboração de actas, bem como os procedimentos tendo em vista a concessão de apoio financeiro às ONG, no âmbito do Decreto-Lei nº. 246/98, de 11 de Agosto, alterado pela Lei nº. 37/99, de 26 de Maio. Organizaram-se 2 reuniões plenárias do CC, 1 reunião do Grupo Técnico-Científico e 2 reuniões da Secção Interministerial.

Foi assim assegurado o Secretariado Técnico do Conselho Consultivo (CC) da CIG para o que se estabeleceu a articulação necessária entre duas unidades da CIG – N-CIG e DTJ.

## 2.9- Atendimento Jurídico / Psicossocial - DRN<sup>5</sup>

O Gabinete de Atendimento Jurídico–Psicossocial, presta informação ao público, em diferentes modalidades de atendimento: telefónico, presencial, carta ou e-mail, sendo os atendimentos presenciais e telefónicos os mais significativos.

---

<sup>5</sup> Em anexo encontra-se o **Relatório do Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial da DRN**



O Gabinete é procurado para a obtenção de informação sobre os mais diversos assuntos e/ou problemáticas, esclarecendo os direitos do/a utente que recorre ao serviço e acerca das estruturas e procedimentos a tomar de acordo com a natureza do caso, bem como respectivo encaminhamento e acompanhamento, em especial nas situações de violência doméstica, a qual, está na base do maior número de solicitações.

O esclarecimento e orientação sobre os procedimentos a adoptar num processo-crime, num divórcio, na regulação do poder paternal, actualmente responsabilidades parentais, o esclarecimento jurídico e o apoio psicológico para o suporte nas decisões a tomar assumem, assim, um espaço importante neste gabinete. Actualmente e em razão das novas atribuições o gabinete tem tido um aumento muito significativo na procura de utentes motivadas para o apoio psicológico, bem como na procura de outras solicitações relativamente às quais a Comissão não tem competência específica, nomeadamente na resolução de questões relacionadas com o arrendamento e/ou problemas de ordem social específicos de apoio social da competência da Segurança Social.

Muitos/as são os/as utentes que procuram o Gabinete no intuito da prestação do apoio judiciário com a respectiva nomeação de advogado/a oficioso/a. Muitos/as utentes procuram a CIG no sentido de saber se o próprio gabinete as/os pode representar, intervir em processo, principalmente, no âmbito da violência doméstica.

Uma outra questão para a qual os/as utentes pretendem esclarecimentos prende-se com o exercício da maternidade/paternidade responsável. Tem assumido uma preocupação crescente o cuidado que os pais e mães devem despende com a educação dos/as filhos/as e a importância que tem para pai e mãe estarem próximos dos/as filhos/as, acompanhando e vigiando a sua educação e crescimento.

No entanto, a precariedade no emprego tem colocado algumas questões, que se prendem com a Maternidade e Paternidade mas num outro sentido, isto é, Pais e Mães vêm vedado o exercício desses direitos, ou são coagidos/as a não os exercer por parte das Entidades patronais, receando colocar em risco o seu posto de trabalho.

O Gabinete de atendimento é essencialmente procurado por Portugueses e Portuguesas, tendo registado uma procura de 237 utentes de nacionalidade Portuguesa, tendo ainda sido atendidas 6 estrangeiras, de Nacionalidades Húngara, Bielorrussa, Cazaque e Ucraniana, em que o motivo do atendimento é violência doméstica, e duas mulheres de nacionalidade Brasileira, sendo os motivos do atendimento também violência doméstica e poder paternal/partilhas.

No ano de 2009 foram feitas 319 consultas de âmbito psicossocial, o que significa um decréscimo de quase 20% relativo ao ano transacto. Consideramos que esta diminuição tem a sua explicação, pela reduzida equipa técnica que este ano colaborou no âmbito do Gabinete, reduzindo a capacidade de resposta da instituição.

Quanto às características sócio-demográficas dos/as utentes constata-se que, no que concerne ao sexo, a quase totalidade das vítimas atendidas foram mulheres (somente quatro utentes homens). As faixas etárias das vítimas são muito diversificadas. Assim, a/o utente mais nova/o a ser atendida/o tinha 17 anos e a mais velha 70 anos. No que diz respeito à escolaridade das vítimas constata-se que varia desde o 1º ciclo do ensino básico até ao doutoramento.

Número total de Atendimentos em 2009:

Atendimento Gabinete Jurídico-psico-social pessoal, total anual	511
Atendimento Gabinete Jurídico-psico-social, telefónico, total anual	240
Resposta a e-mails, fax e cartas do Gabinete Jurídico-psico-social, total anual *	28
<b>TOTAL</b>	<b>779</b>

\*O número de respostas a email, fax e cartas triplicou em relação ao ano transacto.

## 2.10 -. Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica <sup>6</sup>

No ano de 2009 o SIVVD (DAJ/NVDVG/DRN) atendeu um total de 2916 chamadas. Destas, 2515 reportavam-se a situações relacionadas com violência e 390 atendimentos não estavam directamente relacionados com violência.

<sup>6</sup> Em anexo encontra-se o **Relatório do SIVVD**

## 2.11-. Execução financeira

Quadro de execução financeira da CiG - 2009

FONTES DE FINANCIAMENTO	ANO DE 2009 Euros
<b>FUNCIONAMENTO OE</b>	
Inicial	3 020 817
Corrigido	2 876 221
Executado	2 619 597
<b>FUNCIONAMENTO-TRANSIÇÃO DE SALDOS</b>	
Inicial	5 000
Corrigido	110 591
Executado	104 053
<b>FUNCIONAMENTO-OUTROS SUBSECTORES</b>	
Inicial	5 000
Corrigido	5 000
Executado	5 000
<b>FUNCIONAMENTO - VERBAS COMUNITÁRIAS</b>	
Inicial	230 000
Corrigido	526 236
Executado	344 113
<b>TOTAL DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO</b>	
Inicial	3 031 047
Corrigido	3 518 048
Executado	3 072 763
<b>PIDDAC OE</b>	
Inicial	183 768
Corrigido	133 768
Executado	133 680
<b>PIDDAC-TRANSIÇÃO DE SALDOS</b>	
Inicial	0
Corrigido	37 753
Executado	27 363
<b>PIDDAC - VERBAS COMUNITÁRIAS</b>	
Inicial	2 335 783
Corrigido	2 594 977
Executado	1 780 766
<b>TOTAL DO ORÇAMENTO PIDDAC</b>	
Inicial	3 335 783
Corrigido	3 557 730
Executado	2 692 903
<b>DESPESA</b>	
Pessoal	563 784
Funcionamento	2 119 749
Investimento	9 370
Total da Despesa	2 692 903

### III – Balanço social

#### Nota introdutória

O Balanço Social da CIG correspondente ao ano de 2009 foi elaborado de acordo com Decreto-Lei nº190/96, de 9 de Outubro, com base nas orientações constantes da circular nº 2/DGAP/97, de 17 de Março, posteriores alterações legislativas, bem como as actualizações da página electrónica da DGAEP.

Pela sua natureza, especificidade e objectivos, este Balanço Social da CIG foi elaborado de forma autónoma. Assim sendo e sem prejuízo de uma melhor observação da sua composição e conteúdos, o presente Relatório apenas integrará as suas componentes fundamentais.

Há muito que o Balanço Social vem sendo considerado um importante instrumento de informação, de planeamento e de gestão de recursos humanos.

Assim, ao apresentar-se como instrumento uniformizado e normalizado vai permitir a posterior observação, comparação e diagnóstico, quer na vertente interna – porquanto processa e disponibiliza dados para conhecer com objectividade a sua própria realidade, quer na vertente externa – permitindo análises comparativas com outros órgãos e serviços.

Mais recentemente, a Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, define no seu artigo 8º o ciclo de gestão, no qual se prevê, entre outros, a elaboração do Relatório de Actividades, nele integrando o Balanço Social do serviço, decorrendo daqui, acrescida relevância.

O Balanço Social tem um papel a desempenhar, tanto mais relevante quanto mais for a riqueza de dados que fornece e apesar de ter um carácter predominantemente retrospectivo, procede à análise dos dados do passado recente, no sentido de criticamente se avaliar o presente, tendo em vista as opções para o futuro.

De facto, este instrumento apresenta um conjunto de dados que permitem uma leitura do tecido dos Recursos Humanos que integram a CIG, sendo assim, mais um meio de avaliação transversal da organização.

A matriz do Balanço Social está concretizada nos quadros e gráficos da presente edição<sup>7</sup>, sendo que se pretende ir mais longe através das leituras qualitativas que se apresentam.

Numa perspectiva abrangente, é possível afirmar que o conhecimento detido, a experiência acumulada, as competências adquiridas, a aquisição de novos talentos, são componentes do capital humano e como tal, elementos potenciadores das sinergias que permitem alcançar os desideratos organizacionais.

---

<sup>7</sup> Os quadros do balanço social constam do anexo I

Os Recursos Humanos são a principal força das organizações, o seu verdadeiro capital. Os organismos são, assim, processos complexos caracterizados pelas suas referências, cultura, identidade, missão, entre outros. É neste cadinho multifactorial que reside a força e dinâmica da CiG, cuja missão é de que proceda ao alavancamento das dinâmicas do desenvolvimento e ao cumprimento das finalidades, contribuindo activamente na prossecução das políticas públicas, gerando o seu positivo impacto na Sociedade.

## **Análise Qualitativa e Interpretativa do Balanço Social 2009**

### **3.1.- Recursos humanos da CiG**

#### **3.1.1.- Efectivos por relação jurídica de emprego**

A CiG em 31 de Dezembro de 2009, contava com 78 efectivos, dos quais 51 têm uma relação jurídica de emprego público constituída por Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por Tempo Indeterminado, o que corresponde a 65,4% do total dos seus recursos humanos.

Os restantes 34,6% são detentores de relação jurídica de emprego de diferente natureza.

#### **3.1.2.- Efectivos conforme os grupos de pessoal**

Neste enfoque, que resulta do primeiro quadro do Balanço Social (em anexo), a distribuição de efectivos pelos diferentes grupos de pessoal é a seguinte:

Dirigente	10,3%
Técnico Superior e Técnico	57,7%
Assistente Técnico	23,1%
Assistente Operacional	7,7%
Pessoal de Informática	1,2%

Os índices percentuais verificados reflectem, de facto, o elevado grau de tecnicidade existente, porquanto representa mais de metade dos efectivos variável decisiva para a cabal prossecução da missão e das competências atribuídas à CiG.

### **3.1.3-. Efectivos segundo o sexo**

A taxa de feminização é de uns expressivos 77,2% do total dos recursos humanos.

### **3.1.4-. Efectivos por escalão etário**

O facto de maior evidência é o da concentração de efectivos situados nas faixas etárias entre os 35-39 anos, 45-49 anos e 50-54 anos, que representam 56,4% do total, sendo que o grupo etário entre os 50-54 anos é aquele que tem maior número de efectivos. No entanto a média de idades é 45 anos, idade próxima da actual média estimada na Administração Pública.

### **3.1.5-. Efectivos por antiguidade**

O nível médio de antiguidade na Administração Pública dos efectivos com vínculo de nomeação é de 22 anos, o qual não constitui relevante discrepância em relação à média das antiguidades na AP.

### **3.1.6-. Efectivos portadores de deficiências**

O número de trabalhadores/as com diferentes graus de deficiência representa 5% dos efectivos.

### **3.1.7-. Efectivos por estrutura habilitacional**

A percentagem de efectivos com habilitação superior ao bacharelato/curso superior é de 68%, percentagem significativamente superior à média verificada nos serviços da Administração Pública.

Na realidade, os/as trabalhadores/as com estes níveis habilitacionais são elucidativos do grau de tecnicidade requerido para a prossecução das missões deste Serviço.

### **3.1.8-. Admissões e regressos no organismo**

Num total de 4 reforços na categoria de técnico superior, o que representa uma clara opção de gestão.

### **3.1.9-. Saídas e motivo de saídas**

A expressão percentual das saídas ocorridas é de 19% em relação aos efectivos a 31 de Dezembro de 2009, sendo o grupo dirigente que regista a mais elevada mobilidade.

### **3.1.10-. Modalidades de horário**

O horário de trabalho flexível representa 84,5% dos/as trabalhadores/as. A modalidade de jornada contínua representa 4% do total.

A isenção de horário representa 11,5%, resultante do número de dirigentes e chefia

administrativa.

### **3.1.12-. Assiduidade/absentismo. O seu contexto na organização**

O absentismo, numa perspectiva mais psicossociológica, é um comportamento de ausência individual que a organização não pode prever.

Um dos mais importantes indicadores sociolaborais é a taxa de absentismo. Em termos simples, esta taxa é um bom indicador do funcionamento psicossocial e organizacional, um indicador válido e fiável, embora o absentismo seja um fenómeno de etiologia multifactorial, de entre os quais enumeramos:

- A aquisição de competências e os conteúdos funcionais;
- Os grupos de trabalho e o espírito de equipas;
- A motivação e a auto-realização;
- O comprometimento e a identificação com a Organização;
- As relações hierárquicas e o papel das lideranças;
- As cargas horárias;
- Os mecanismos de reconhecimento.

As variáveis citadas são vectores determinantes para serem tomados em linha de conta ao tentar interpretar-se as resultantes comportamentais nas organizações complexas, em que o binómio presença/ausência ao trabalho é uma linha de força.

Em 2009 registaram-se 1978 dias por conta dos períodos de férias das/os trabalhadoras/es, 557 dias por doença e 383 por maternidade. O grupo de pessoal com índice de absentismo mais elevado é o técnico superior.

### **3.1.13-. Encargos com pessoal**

A remuneração base dos efectivos corresponde a 88,7% do total dos encargos com pessoal.

### 3.1.14-. Formação Profissional

A formação profissional é um instrumento fundamental para preparar as organizações e os seus activos para os desafios da mudança de paradigmas e da era de descontinuidade que as sociedades enfrentam.

Verificaram-se 66 acções de formação, as quais, 38 foram externas.

As acções, quanto à sua duração:

Até 30 horas	84,9%
30 a 59 horas	10,6%
60 horas ou superior	4,5%

Em relação à frequência das acções por grupos de pessoal:

Dirigente	18,3%
Técnico superior	53,0%
Assistente Técnico	28,8%
Assistente Operacional	1,5%

O total de horas de acções de formação foi de 1675.

### 3.1.15-. Relações Profissionais e Disciplinares

O número de trabalhadores sindicalizados que descontam no seu vencimento é de 7.

No decorrer do ano 2009, no quadro da Disciplina não se registou qualquer processo.



## IV - Avaliação final

De uma forma genérica pode concluir-se que a CiG cumpriu a sua missão e objectivos.

Em 2009, de entre os objectivos inscritos no Plano de Actividade, figurava como tarefa prioritária a execução do III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (III PNI), do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (IIIPNCVD) e do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (IPNCTSH) (todos com período de vigência entre 2007 e 2010). Para dar cumprimento a essa tarefa, foram criados e dinamizados Grupos de Trabalho, temáticos, para acompanhamento da execução dos IIIPNI, IIIPNCVD e I PNCTSH, com representantes da CiG, Conselheiros e Conselheiras para a Igualdade e representantes de ONG. Não obstante algumas dificuldades e constrangimentos de ordem vária, estes Grupos de Trabalho têm contribuído para a execução das medidas dos Planos, demonstrando as vantagens da colaboração entre a Administração Pública e a chamada “sociedade civil”.

Manteve-se igualmente como prioridade a sensibilização da opinião pública para as questões da igualdade de género e de cidadania, para o que foram desenvolvidas campanhas, à semelhança dos anos anteriores. Tendo em conta os vários actos eleitorais programados para o ano de 2009, uma das campanhas incidiu sobre as mulheres e a tomada de decisão política, promovendo a divulgação da Lei da Paridade. Também à semelhança de anos anteriores, foi produzida e amplamente divulgada uma campanha contra a violência doméstica. Igualmente importante para a sensibilização de públicos variados foi o lançamento do Portal para a Igualdade.

Prosseguindo os esforços para melhorar o conhecimento da realidade portuguesa no que diz respeito à igualdade de género e à cidadania, apostou-se fortemente na realização de estudos e na sua divulgação. Apostou-se igualmente na edição de publicações, largamente difundidas.

Quanto às áreas prioritárias, nomeadamente no que concerne a conciliação entre a vida familiar e profissional, violência de género, educação, formação em igualdade, mulheres migrantes, todas elas foram sendo asseguradas através de actividades de sensibilização/informação e formação, que ocorreram ao longo de todo o ano de 2009.

A actividade do Secretariado Técnico para a Igualdade (STI) contribuiu para uma melhoria de eficácia na acção das políticas públicas, através de uma maior articulação entre o Estado, os cidadãos e as cidadãs e os seus representantes. A aposta na participação das mulheres na actividade económica e social, também saiu reforçada com o financiamento de projectos pelo

STI, que contribuíram para uma mudança de comportamentos e atitudes e do despertar para a reflexão sobre a temática da Igualdade de Oportunidades.

## **2-. O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da CiG para 2009**

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública. Nos artigos 10.º e seguintes define e estabelece o “Quadro de Avaliação e Responsabilização”.

De acordo com esta Lei, a avaliação do desempenho de cada serviço da Administração Pública assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização onde se evidenciam os objectivos, indicadores de desempenho, resultados alcançados, meios disponíveis e a avaliação final do desempenho do serviço.

**Avaliação do QUAR 2009**

**QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR) - 2009**

**Presidência do Conselho Ministros**  
**Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**

**Missão:**

Garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e de promoção e defesa da igualdade de género.

**Objectivos estratégicos (OE):**

**OE 1:** Promover a integração da perspectiva de género (*mainstreaming* de género) em domínios da vida política, social, económica e cultural.

**OE 2:** Promover a cidadania, a igualdade de género e a defesa dos Direitos Humanos tendo em vista uma sociedade inclusiva.

**OE 3:** Prevenir e combater todas as formas de discriminação e violência cometidas por motivos de género, incluindo a violência doméstica e o tráfico de seres humanos.

Objectivos operacionais (OB):	Meta ano 2008 (Ano n-1)	Meta ano 2009 (Ano n)	Concretização			Desvios	Observações
			Resultado	Classificação			
				Superou	Atingiu		

**EFICÁCIA**

**OB 1**

**Ponderação de 60%**

Operacionalizar o *mainstreaming* de género na Administração Central e

**Ind 1** Nº de reuniões da secção interministerial do Conselho Consultivo da CIG, ocorridas em 2009 (n)/nº de reuniões

4	6	5	x (*)
---	---	---	-------

(\*) A reunião prevista para Setembro de 2009 não se realizou, por opção política, em virtude da proximidade do processo eleitoral (eleições legislativas e autárquicas)

Local		ocorridas em 2008(n-1)					
	<b>Peso</b>	<b>40%</b>					
	<b>Ind 2</b>	Nº de grupos de trabalho constituídos no âmbito da secção interministerial do Conselho Consultivo da CIG em 2009(n) / nº de grupos de trabalho constituídos em 2008(n-1)	4	5	7	x	Realizaram-se as seguintes reuniões dos grupos interministeriais: Grupo I - 2 reuniões; Grupo II - 3 reuniões; Grupo III - 1 reunião; Grupo IV - 3 reuniões; Grupo V - 1 reuniões; Grupo VI - 2 reunião; Grupo VII - 1 reunião.
	<b>Peso</b>	<b>30%</b>					
<b>Ind 3</b>	Nº de protocolos com autarquias locais em 2009 (n) /nº de protocolos com autarquias locais em 2008 (n-1)	7	9	9	x	Seixal; Trofa; Matosinhos; Lousada; Póvoa do Lanhoso; Lisboa; Mangualde; Cascais ( <i>renovado</i> ); Ponta Delgada ( <i>renovado</i> )	
<b>Peso</b>	<b>30%</b>						
<b>OB 2</b>	<b>Ponderação de 40%</b>						
Operacionalizar o modelo de gestão e execução do QREN / POPH	<b>Ind 1</b>	Implementar o Observatório de Género	0	1	1	x	Entregue o estudo em 30.11.2009. desenvolvido pela SOCINOVA - Universidade Nova de Lisboa
	<b>Peso</b>	<b>40%</b>					



	<b>Ind 2</b>	Implementar um programa experimental de aplicação de meios electrónicos de vigilância para agressores em colaboração com a DGRS	0	1	1	x	Aplicação do programa das pulseiras electrónicas agressores na área da VD [Porto e Coimbra] - Subvencionado através da Tipologia 7.7 do POPH
	<b>Peso</b>	<b>20%</b>					
	<b>Ind 3</b>	Implementar em parceria com o Ministério da Saúde, redes integradas de detecção, encaminhamento e intervenção adequados a vítimas de violência doméstica	0	1	4	x	Projectos piloto: ACES Nordeste - ARS Norte; ARS Centro; ARS Alentejo; ARS Algarve
	<b>Peso</b>	<b>20%</b>					
	<b>Ind 4</b>	Acompanhamento técnico-financeiro das candidaturas aprovadas no âmbito do Secretariado Técnico para a Igualdade (STI)	0	250	340	x	Todas as candidaturas (250) do 1.º concurso promovido pelo STI [Eixo 7 do POPH - Tipologias 7.2, 7.3, 7.4 e 7.6] (250 cand.) e 90 candidaturas do 2.º concurso promovido pelo STI [Eixo 7 do POPH - apenas da tipologia 7.4].
	<b>Peso</b>	<b>20%</b>					

### EFICIÊNCIA

<b>OB 3</b>	<b>Ponderação de</b>	<b>100%</b>					
Assegurar a optimização dos recursos, reduzindo o custo dos mesmos em 5%.	<b>Ind 1</b>	Custo médio das campanhas nacionais	180.000 €	150.000 €	113.300,69 €	x	Campanha da mutilação genital feminina; Campanha "maltrato zero"; Campanha do Prémio Paridade. Total 339.902,08 €
	<b>Peso</b>	<b>50%</b>					



	<b>Ind 2</b>	Aderir à Agência Nacional de Compras Públicas, para reduzir os custos e tempos de aquisição de bens e serviços	0	1	1	x	Concurso públicos promovidos pela PC; [ aquisição de combustíveis; aquisição de bens de economato; aquisição da "plataforma electrónica" - (iniciado em 2009)]
	<b>Peso</b>	<b>50%</b>					

**QUALIDADE**

<b>OB 4</b>		<b>Ponderação de 60%</b>					
Divulgar boas práticas de promoção da igualdade de género e da prevenção da violência de género, nomeadamente no âmbito da Violência Doméstica e do tráfico de seres humanos, bem como incrementar o grau de satisfação dos/as beneficiários/as das acções de formação promovidas	<b>Ind 1</b>	nº de boas práticas publicitadas pela CIG	10	15	28	x	Cf. Ficheiro "Boas práticas publicitadas - CIG 2009"
	<b>Peso</b>						
	<b>Ind 2</b>	Garantir o grau de satisfação em 75%	70%	75%	83,65%	x	Cf. Ficheiro "Garu de satisfação das acções - CIG 2009"
	<b>Peso</b>						

**Ponderação final dos Parâmetros:**

**Eficácia: 40%**

**Eficiência: 30%**

**Qualidade: 30%**

**RECURSOS HUMANOS**

	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvios
Dirigentes - Direcção Superior	20	60	60	0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de Equipa	16	144	96	-48
Técnico Superior	12	492	504	12
Coordenador Técnico	9	18	9	-9
Assistente Técnico	8	160	128	-32
Assistente Operacional	5	35	30	-5
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>909</b>	<b>827</b>	<b>-82</b>

**RECURSOS FINANCEIROS**

	Estimado	Realizado	Desvio
Orçamento de Funcionamento - OF	3.020.817	2.618.963	-401.854
Despesas com o Pessoal	2.240.539	1.986.656	-253.883
Aquisição de bens e serviços	614.790	540.773	-74.017
Outras despesas correntes	165.488	91.534	-73.954
<b>PIDDAC</b>	<b>1.000.000</b>	<b>684.301</b>	<b>-315.699</b>
<b>Outros</b>			
<b>Total(OFF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>4.020.817</b>	<b>3.303.264</b>	<b>-717.553</b>



**Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**  
Presidência do Conselho de Ministros

# **Relatório de actividade**

## **2009**

### **(Anexos)**



**Anexo I**  
**Balanço Social**

BALANÇO SOCIAL

QUADRO 1.1 a 1.1.5

Contagem dos efectivos por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo

Recursos Humanos	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	PESSOAL DE INFORMÁTICA	TOTAL
		a)					
Total de efectivos	H	2	6	2	3	1	14
	M	6	39	16	3	0	64
	<b>T</b>	<b>8</b>	<b>45</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>78</b>
Nomeação	H	2					2
	M	6					6
	<b>T</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
Contrato de trabalho a termo resolutivo certo	H						0
	M						0
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por Tempo Indeterminado	H		6	2	3	1	12
	M		22	14	3		39
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>28</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>51</b>
Prestação de serviços	H						0
	M						0
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) a Termo Resolutivo Incerto	H		0	0			0
	M		13	2			15
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>
Outros	H		0				0
	M		4				4
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

<b>Total de efectivos</b>	Total de efectivos a exercer funções no serviço em 31 de Dezembro
<b>Nomeação</b>	Total de efectivos em nomeação definitiva, provisória, comissão de serviço, comissão de serviço extraordinária e nomeação em substituição
<b>Prestação de serviços</b>	Total de efectivos nas situações de contrato de avença ou contrato de tarefa
<b>Requisição / Destacamento / Afectação e Cedência</b>	Considerar apenas os trabalhadores provenientes de outros serviços que se encontram em alguma destas situações temporárias
<b>Outros</b>	Total de efectivos com uma relação jurídica de emprego diferente das mencionadas anteriormente.
<b>a) Dirigente</b>	Considerar apenas os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)
<b>b) Pessoal de inspecção</b>	Incluir os trabalhadores inseridos em carreiras de inspecção de regime especial ou constituídas como corpos especiais.
<b>c) Pessoal de Justiça</b>	Considerar os trabalhadores inseridos nas carreiras de oficial de justiça, de conservador/notário e de oficial dos registos e do notariado
<b>d) Forças Armadas</b>	Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
<b>e) Forças de Segurança</b>	Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais da PJ, PSP, GNR, SEF, SIS, SIEDM e Guardas prisionais.
<b>f) Outro pessoal</b>	Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos de pessoal.

**Contagem dos efectivos por escalão etário segundo o sexo**

**QUADRO 1.2 a 1.3**

**ANO: 2009**

<b>Estrutura etária (em 31 de Dezembro)</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	<b>TOTAL</b>
Até 18 anos	0	0	<b>0</b>
18 - 24	0	0	<b>0</b>
25 - 29	0	3	<b>3</b>
30 - 34	0	9	<b>9</b>
35 - 39	2	13	<b>15</b>
40 - 44	2	6	<b>8</b>
45 - 49	2	10	<b>12</b>
50 - 54	3	14	<b>17</b>
55 - 59	3	6	<b>9</b>
60 - 64	2	3	<b>5</b>
65 - 69	0	0	<b>0</b>
70 e mais	0	0	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>64</b>	<b>78</b>

$$\text{Idade média} = \frac{3\,507}{78} = 44,96$$

Considerar para cada escalão etário o número de pessoas com a idade referida a 31 de Dezembro

**Contagem dos efectivos por nível de antiguidade segundo o sexo**

**QUADRO 1.4 a 1.5**

**ANO: 2009**

Estrutura antiguidades (em 31 de Dezembro)	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Até 5 anos	1	1	2
5 - 9	1	6	7
10 - 14	0	7	7
15 - 19	3	6	9
20 - 24	2	4	6
25 - 29	2	9	11
30 - 35	3	6	9
Mais de 36 anos	1	5	6
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>44</b>	<b>57</b>

$$\text{Nível médio de antiguidade} = \frac{1,243}{57} = 21,81$$

Considerar por cada trabalhador em exercício de funções no organismo, a antiguidade na Função Pública em anos completos em 31 de Dezembro, calculada de acordo com o art. 94º do Decreto-Lei nº 100/99, de 31 de Março, diploma que define o regime de férias, faltas e licenças.

**Contagem dos trabalhadores estrangeiros por naturalidade segundo o sexo**

**QUADRO 1.6**

**ANO: 2009**

Trabalhadores estrangeiros	HOMENS	MULHERES	TOTAL
De países da União Europeia			0
Dos PALOP		2	2
Do Brasil			0
De outros países			0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade.

**Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência segundo o sexo**

**QUADRO 1.7**

**ANO: 2009**

<b>Trabalhadores com deficiência (em 31 de Dezembro)</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	<b>TOTAL</b>
Nº de trabalhadores	2	2	4

Considerar o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência.

**Contagem dos efectivos por nível de escolaridade segundo o sexo**

**QUADRO 1.8**

**ANO: 2009**

<b>Estrutura habilitacional (em 31 de Dezembro)</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	<b>TOTAL</b>
Menos de 4 anos de escolaridade	0	0	0
4 anos de escolaridade	3	2	5
6 anos de escolaridade	0	1	1
9 anos de escolaridade	1	7	8
11 anos de escolaridade	1	5	6
12 anos de escolaridade	0	4	4
Bacharelato ou curso superior	0	1	1
Licenciatura	8	41	49
Mestrado	0	3	3
Doutoramento	1	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>64</b>	<b>78</b>

Considerar para cada efectivo o nível mais elevado que completou até 31 de Dezembro, medido em anos de escolaridade ou grau académico.

QUADRO 1.9

Contagem dos efectivos admitidos e regressados durante o ano, por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo

ANO:  
2009

Admissões	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	OUTRO PESSOAL	TOTAL
		a)				f)	
Total de efectivos	H		1			0	1
	M		3			0	3
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
Nomeação	H						0
	M						0
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por Tempo Indeterminado	H		1				1
	M						0
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Contrato de trabalho a termo resolutivo certo	H						0
	M						0
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) a Termo resolutivo Incerto	H						0
	M		2				2
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Prestação de serviços	H						0
	M		1				1
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Requisição / Destacamento / Afectação específica / Cedência especial	H						0
	M						0
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Outros	H						0
	M						0
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive, por concurso ou instrumento de mobilidade.

**Nota:** ver legenda do Quadro 1.1

QUADRO 1.10

Contagem dos efectivos saídos durante o ano, por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo ANO: 2009

Saídas definitivas ou com hipótese de regresso (durante o ano)	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	OUTRO PESSOAL	TOTAL
	a)					f)	
<b>Total</b>	H	2			1		3
	M	3	4	4	1		12
	<b>T</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>15</b>
Do Quadro	H						0
	M	2	2	3	1		8
	<b>T</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
De fora do quadro	H	2			1		3
	M	1	2	1			4
	<b>T</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>7</b>

Considerar o total de efectivos saídos (definitivamente ou com hipótese de regresso) do serviço, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive. Considerar **do quadro**, quando o efectivo saído se encontrava numa situação de nomeação, e **de fora do quadro**, quando se encontrava em qualquer outra situação.

**Nota:** ver legenda do Quadro 1.1

**QUADRO 1.11**

**Contagem dos funcionários saídos definitivamente durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo de saída** ANO: 2009

Motivo das saídas dos funcionários (durante o ano)	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TECNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	OUTRO PESSOAL	TOTAL
	a)				f)	
Falecimento						0
Exoneração				1		1
Aposentação		1				1
Limite de idade						0
Aposentação compulsiva						0
Demissão						0
Mútuo acordo		2	2			4
Outros	5	1	2	1		9
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>15</b>

Considerar apenas os efectivos saídos definitivamente do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive..

**Nota:** ver legenda do Quadro 1.1



**QUADRO 1.12**

**Contagem dos agentes saídos definitivamente durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo de saída** ANO: 2009

Motivo das saídas dos agentes (durante o ano)	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TECNICO PROFISSIONAL	OUTRO PESSOAL	TOTAL
	a)				f)	
Falecimento						0
Exoneração						0
Aposentação						0
Limite de idade						0
Aposentação compulsiva						0
Demissão						0
Mútuo acordo						0
Outros						0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Considerar apenas os efectivos em contrato administrativo de provimento saídos definitivamente do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive..

**Nota:** ver legenda do Quadro 1.1

**QUADRO 1.13**

**Contagem do pessoal em contrato a termo resolutivo saído durante o ano, segundo o motivo de saída**

Motivo das saídas do pessoal em contrato de trabalho a termo resolutivo (durante o ano)	Número de saídas
Caducidade	
Mútuo acordo	
Denúncia de qualquer das partes	
Rescisão pelo contratado	
<b>Total</b>	<b>0</b>

Considerar apenas os efectivos em contrato de trabalho a termo resolutivo saídos do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive.

**QUADRO 1.17**

**Contagem dos efectivos  
por grupo de pessoal e  
modalidade de horário**

**ANO: 2009**

<b>Modalidade de horário</b>	<b>DIRIGENTE a)</b>	<b>TECNICO SUPERIOR</b>	<b>ASSISTENTE TÉCNICO</b>	<b>ASSISTENTE OPERACIONAL</b>	<b>OUTRO PESSOAL f)</b>	<b>TOTAL</b>
Horário rígido						<b>0</b>
Horário flexível		43	17	6		<b>66</b>
Horário desfasado						<b>0</b>
Jornada contínua		2	1			<b>3</b>
Trabalho por turnos						<b>0</b>
Trabalhador-estudante						<b>0</b>
Assistência a descendentes menores						<b>0</b>
Tempo parcial						<b>0</b>
Semana de 4 dias						<b>0</b>
Isenção de horário	8		1			<b>9</b>

Considerar para cada efectivo a modalidade de horário praticada em  
31 de Dezembro

78

**Nota:** Ver legenda do Quadro 1.1

QUADRO 1.19

Contagem dos dias de ausência  
ao trabalho durante o ano, por  
grupo de pessoal, segundo o tipo  
de ausência e sexo

ANO: 2009

Ausências ao trabalho	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	PESSOAL DE INFORMÁTICA	TOTAL
		a)					
Total	H	99	197	113	118	41	616
	M	265	1476	604	70	0	2415
	<b>T</b>	<b>364</b>	<b>1673</b>	<b>717</b>	<b>188</b>	<b>0</b>	<b>3031</b>
Casamento	H						0
	M						0
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Maternidade / Paternidade	H		38				38
	M		329	16			345
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>367</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>383</b>
Nascimento	H						0
	M						0
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Falecimento de familiar	H		1				1
	M	10	1	11			22
	<b>T</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23</b>
Doença	H		9	56			65
	M	50	240	188	14		492
	<b>T</b>	<b>50</b>	<b>249</b>	<b>244</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>557</b>
Doença prolongada	H						0
	M			27			27
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>
Assistência a familiares	H						0
	M		19	12			31
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>31</b>
Trabalhador-estudante	H						0
	M			10			10
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
Por conta do período de férias	H	99	197	57	118	41	512
	M	205	834	361	66		1466
	<b>T</b>	<b>304</b>	<b>1031</b>	<b>418</b>	<b>184</b>	<b>41</b>	<b>1978</b>
Com perda de vencimento	H						0
	M		51,5	4			55,5
	<b>T</b>	<b>0</b>	<b>51,5</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>55,5</b>
Cumprimento de pena disciplinar	H						0
	M						0

	T	0	0	0	0	0	0
Injustificadas	H						0
	M		1,5				1,5
	T	0	1,5	0	0	0	1,5
Outras	H						0
	M						0
	T	0	0	0	0	0	0

Considerar o total de dias completos de ausência

**Nota:** Ver legenda do Quadro 1.1

<b>QUADRO 1.20</b>
--------------------

**Contagem das horas não trabalhadas durante o ano, por actividade sindical ou greve, segundo o grupo de pessoal e sexo** ANO: 2009

Horas não trabalhadas (motivo)	SEXO	DIRIGENTE	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	OUTRO PESSOAL	PESSOAL DE INFORMÁTICA	TOTAL
		a)				f)		
Actividade sindical	H							
	M							
	T	0	0	0	0	0	0	0
Greve	H							
	M							
	T	0	0	0	0	0	0	0

Considerar o total de dias completos de ausência

**Nota:** Ver legenda do Quadro 1.1

**Total dos encargos com pessoal durante o ano**

**QUADRO 2**

**ANO: 2009**

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base 01,01,03 + 01,01,06 + 01,01,09 + 01,01,14	1.909.219,80 €
Trabalho extraordinário 01,02,02	32.272,40 €
Trabalho normal nocturno	- €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriado 01,02,14	4.509,86 €
Disponibilidade permanente	- €
Outros regimes especiais de prestação de trabalho 01,01,07	142.217,70 €
Risco, penosidade e insalubridade	- €
Fixação na periferia	- €
Trabalho por turnos	- €
Abono para falhas	- €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo 01,02,04	5.110,58 €
Transferências de localidade	- €
Representação 01,01,11	42.983,10 €
Secretariado 01,01,10	2.332,60 €
Outros 01,02,13 + 01,02,12 + 01,01,08 + 01,01,14	13.106,66 €
<b>TOTAL</b>	<b>2.151.752,70 €</b>

**Leque salarial ilíquido =**  $\frac{\text{Maior remuneração base ilíquida}}{\text{Menor remuneração base ilíquida}}$

Considerar a soma dos valores ilíquidos em euros das seguintes despesas com pessoal efectuadas entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro, relativamente a todos os efectivos do serviço

**Remuneração base**, incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal;

**Trabalho extraordinário** (diurno e nocturno) - horas remuneradas de acordo com os artigos da Secção I do Capítulo IV do DL nº 259/98, de 18 de Agosto;

**Trabalho normal nocturno** - retribuições calculadas de acordo com o artigo nº 32 do DL nº 259/98, de 18 de Agosto;

QUADRO 4.1

ANO:  
2009

Formação profissional duração das acções	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais
Internas	26	3		
Externas	30	4	1	2
Total	56	7	1	2

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

**Acção interna** a que se destina exclusivamente a efectivos do serviço

**Acção externa** a que se pode ter a participação de efectivos de vários serviços

QUADRO 4.2

Contagem relativa às participações em acções de formação durante ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de acção ANO:  
2009

Níveis de qualificação	DIRIGENTE a)	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	OUTRO PESSOAL f)	PESSOAL DE INFORMÁTICA	TOTAL
Número total de participantes	11	35	19	1	0	0	66
Nº de participantes em acções internas	4	20	4				28
Nº de participantes em acções externas	7	15	15	1			38

Considerar as participações em acções de formação que sejam certificadas pela correspondente entidade de formação.

Nota: Ver legenda do Quadro 1.1

QUADRO 4.3

Contagem relativa às horas dispendidas em acções de formação durante ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de acção ANO:  
2009

Níveis de qualificação	DIRIGENTE a)	TECNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	OUTRO PESSOAL f)	PESSOAL DE INFORMÁTICA	TOTAL
Total horas em acções de formação	235	611	794	35	0	0	1675
Horas dispendidas em acções internas	28	241	28				297
Horas dispendidas em acções externas participantes em acções externas	207	370	766	35			1378

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano

Nota: Ver legenda do Quadro 1.1

**QUADRO 4.4****Despesas anuais com formação ANO: 2009**

<b>Despesas com formação</b>	<b>Valor (Euros)</b>
<b>Total</b>	
Despesas com acções internas	0
Despesas com acções externas	6 155,00

Considerar as despesas efectuadas durante o ano em actividade de formação e suportadas pelo orçamento do serviço

**Encargos com prestações sociais****QUADRO 5.1 a 5.11****ANO: 2009**

<b>Prestações sociais</b>	<b>Valor (Euros)</b>
Abono de família	<b>4.801,25 €</b>
Subsídio de casamento	- €
Subsídio de nascimento	- €
Subsídio de aleitação	- €
Abono complementar a crianças e jovens deficientes	- €
Subsídio de educação especial	- €
Subsídio mensal vitalício	- €
Subsídio de funeral	- €
Subsídio de refeição	<b>77.522,69 €</b>
Prstação de acção social complementar	- €
Subsídio de morte	- €
Outras prestações sociais	- €
<b>TOTAL</b>	<b>82.323,94 €</b>

Considerar o valor total anual em euros correspondente às prestações sociais previstas, que foram pagas aos efectivos do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro

**Relações profissionais**

**QUADRO 6.1 a 6.2**

**ANO: 2009**

<b>Relações profissionais</b>	<b>Número</b>
Trabalhadores sindicalizados	<b>7</b>
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	



## **Anexo II**

### **DRN**

## ÍNDICE

Nota Introdutória.....	3
<b>1 – Violência de Género</b> .....	6
- Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial.....	6
<b>1.1 – Violência Doméstica</b> .....	6
1.1.1 - Formação de Agentes Externos.....	7
1.1.2 - Participação em Encontros Científicos e outras Acções de Sensibilização.....	9
1.1.3 – Projectos Promovidos pela CIG.....	15
<b>1.2 – Tráfico de Seres Humanos e Exploração Sexual</b> .....	33
1.2.1 – Projectos em Desenvolvimento.....	33
1.2.2 - Formação de Agentes Externos na área da TSH.....	42
1.2.3 – Participação em Encontros Científicos e outras Acções de Sensibilização .....	43
1.2.4 – Representação em Organizações Internacionais.....	45
1.2.5 – Outras actividades na área do Tráfico de Seres Humanos.....	48
<b>1.3 – Mutilação Genital Feminina</b> .....	51
<b>2 – Educação, Formação, Actividade Profissional e Vida Familiar</b> .....	54
2.1 – Formação de Agentes Externos.....	54
2.2 – Participação em Encontros Científicos e outras Acções de Sensibilização.....	55
2.3 – Outros Tipos de Participações em Projectos.....	60
<b>3 – Cooperação</b> .....	66
3.1 – Cooperação Interinstitucional.....	66
<b>4 – Actividades de Gestão</b> .....	69
<b>5 – Centro de Documentação/ Biblioteca</b> .....	70
5.1 – Actividades.....	70
5.1.1 - Participação em Seminários, Colóquios, Congressos, Encontros, Feiras e Exposições de Promoção de Serviço, venda e distribuição de Documentação.....	71
5.2 – Cooperação Interinstitucional.....	72
<b>6 – Actividades no âmbito do QREN</b> .....	73
<b>7 – Serviços Administrativos</b> .....	75
7.1 – Actividades.....	75
<b>8 - Recursos Humanos</b> .....	76
8.1 - Acções de Formação recebidas pelos Técnicos/as da DRN.....	76
8.2 – Pontualidade/assiduidade.....	77

### 1 - Violência de Género

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/e xecutora	Financiamento/E ncargos	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade
Atendimento no Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial <sup>1</sup>	Janeiro a Dezembro 2009	CIG/DRN	CIG	Prestar informação ao público, em diferentes modalidades de atendimento	779 atendimentos, dos quais: - 511 atendimentos pessoais * - 240 atendimentos telefónicos - 28 contactos por e-mail	III PNI – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 2.3 III PNCVD – <u>Áreas Estratégicas 2 e 3</u>  III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u>

\*Neste item são contabilizados quer primeiros atendimentos, quer atendimentos no âmbito do acompanhamento psicológico

#### 1.1 – Violência Doméstica

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/e xecutora	Financiamento /Encargos	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade
Atendimento SIVVD <sup>2</sup>	Janeiro a Dezembro 2009	CIG/DRN	CIG	Disponibilizar uma linha telefónica 24 horas de maneira a prestar informações no âmbito da violência doméstica e/ou outras áreas que estejam interligadas aquela	975 atendimentos	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u>

<sup>1</sup> Ver **Anexo I** que contém o Relatório pormenorizado sobre o funcionamento do Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial.

<sup>2</sup> Ver **Anexo II** que contém o Relatório pormenorizado sobre o Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (informação consolidada dos dados recolhidos em Lisboa e no Porto).

Encontro Nacional de Equipas Técnicas de Casas Abrigo	18 Fevereiro Santo Tirso	CIG/DRN	CIG	Presença de 60 técnicos representantes de instituições	- 52 presenças - Numa escala de 0 a 100% a apreciação global do evento foi de 94,4%	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 13
---	-----------------------------	---------	-----	--	--	--

### 1.1.1 - Formação de Agentes Externos na área da Violência Doméstica<sup>3</sup>

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade
Formação de Agentes Externos na área;	(acções de formação dependem, em grande parte, do pedido de entidades externas).	Equipa Formativa da CIG-Sede/N-VDVG e equipa da DRN	CIG	Formar para as questões da Violência Doméstica	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> ; ponto 6

### Síntese das Acções de Formação Realizadas

Acção de Formação	Data/ Local	Destinatários	Entidade Promotora	Número de participantes	Avaliação da acção de formação*	Custos Associados (em euros)		
						Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Acção de formação: Enquadramento legal da violência doméstica	9 e 10 de Março Lisboa	Técnicos da área social	ISS	25	-	-	-	62,76€
Acção de formação: Violência Doméstica no Âmbito da Conjugalidade;	20, 21, 22, 27 e 28 Abril DRN/Porto	Técnicos/as Área Social	CIG e Gaia Social	16	92,6%	-	-	-
Acção de formação Enquadramento legal da violência doméstica	25 e 26 de Maio em Aveiro	Técnicos/as do núcleo de atendimento	Núcleo de Atendimento a Vítimas de VD/Aveiro DRN/N-VDVG	20	93,6%	-	-	86,20€

<sup>3</sup> Ver Anexo III - Relatório da Formação 2009.

Acção de formação: Violência Doméstica no Âmbito da Conjugalidade;	25, 26, 27 Maio, 1 e 2 Junho DRN/Porto	Técnicos/as Área Social	CIG, UMAR e Câmara Municipal de Gondomar	14	93%	-	-	-
Acção de formação sobre Violência Doméstica;	28 Maio Montemor-o-Velho	Técnicos/as Área Social	Associação Fernão Mendes Pinto	11	92,7%	-	-	37,25€
Acção de formação Enquadramento legal da violência doméstica	3 e 4 de Julho Açores	Técnicas de Intervenção Social	Direcção geral de Igualdade de Oportunidades	25	-	-	-	109.83 €
Acção de formação Enquadramento legal da violência doméstica	29 de Junho a 3 Julho DRN/Porto	Técnicos/as de Intervenção Social – CVP/LNES	CIG, Instituto da Segurança Social e Cruz Vermelha Portuguesa	14	92,3%	-	-	-
Acção de Formação Sobre Violência Doméstica	14 Julho Vila Verde	Técnicos/as de Vila Verde	Aliança Artesanal	9	92.9%	-	-	25.53€
Acção de formação Enquadramento legal da violência doméstica	30 de Agosto a 2 de Setembro Açores	Técnicos/as de Intervenção Social	Direcção geral de Igualdade de Oportunidades	22	-	-	-	-
Acção de Formação Sobre Violência Doméstica	2 Setembro Vila Verde	Técnicos/as de Vila Verde	Aliança Artesanal	15	-	-	-	-
Acção de formação Enquadramento legal da violência doméstica	22 e 23 Setembro Seixal	Técnicos/as de Intervenção Social	C. M. Municipal Seixal	21	-	71.50€	-	94,13€
Acção de formação Enquadramento legal da violência doméstica	19 e 20 Outubro Aveiro	Técnicos de intervenção social	Núcleo de Aveiro	25	-	20€	-	27.41€

\* Apenas quando aplicável

### 1.1.2 - Participação em Encontros Científicos e outras Acções de Sensibilização na área da Violência Doméstica

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade
Participação em Encontros Científicos e outras Acções de Sensibilização na área da Violência Doméstica	(acções de sensibilização dependem, em grande parte, do pedido de entidades externas).	CIG/DRN	CIG	Sensibilizar para as questões da Violência Doméstica	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 5.2

#### Síntese das Participações e Acções de Sensibilização Realizadas

Participação/Acção de Sensibilização	Data/ Local	Destinatários	Entidade Promotora	Número de participantes	Avaliação da acção de Sensibilização *	Custos Associados (em euros)		
						Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Participação na Audição Pública sobre Violência de Género	6 de Janeiro Lisboa	Comunidade em geral	Presidência do Conselho de Ministros	-	-	-	-	94,18€
Participação no Workshop sobre Violência Doméstica (Projecto <i>Dove</i> )	27 de Janeiro Porto	Comunidade em geral	FCUP	-	-	-	-	-
Acção de Sensibilização sobre Violência Doméstica	6 Fevereiro Espinho	Beneficiárias de RSI	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	20	100%	-	-	31,38€
Acção de sensibilização sobre Violência no Namoro	14 de Fevereiro Porto	Professores/as	CIG /DREN	-	-	-	-	-
Participação no lançamento da Campanha "Namoro Violento não é Amor"	15 de Fevereiro Matosinhos	Jovens	-	-	-	-	-	-
Acção de	17 Fevereiro	Beneficiárias de	Associação de	15	99%	-	-	15,69€

Sensibilização sobre Violência Doméstica	Espinho	RSI	Desenvolvimento do Concelho de Espinho					
Tertúlia sobre Violência	21 de Fevereiro Fafe	Comunidade em geral	JS Fafe	50	-	-	-	31,38€
Acção de sensibilização sobre Violência no Namoro	27 de Fevereiro Oliveira do Hospital	Alunos/as	EPTOLIVA	80	81,3%	-	-	31,38€
Acção de sensibilização sobre Violência no Namoro	4 de Março Arouca	Alunos/as do 9º ano	Arouca	60	-	-	-	31,38€
Acção de sensibilização sobre Violência Doméstica	9 de Março Montemor	Técnicos/as da área social	Associação Fernão Mendes Pinto	30	-	-	-	31,38€
Acção de Sensibilização sobre Violência no Namoro	10 de Março Valbom	Alunos/as	Agrupamento de Escolas Marques Leitão	40	88,1%	-	-	-
Acção de sensibilização sobre Violência no Namoro	11 de Março Santo Tirso	Alunas/os	Escola Profissional Agrícola	80	-	-	-	31,38€
Acção de sensibilização sobre Violência no Namoro	23 de Março Tábua	Alunos/as de cursos profissionais 10º 11º e 12º	EPTOLIVA – Pólo de Tábua	60	81.1%	-	-	31,38€
Participação no lançamento dos GAM's de Lisboa	26 de Março Lisboa	Comunidade em geral	CIG	-	-	79,50€	-	25,53€
Acção de Sensibilização sobre Violência no Namoro	26 de Março Castelo de Paiva	Alunos/as do 10º ano	Associação Promoção Social de Castelo de Paiva	20	-	-	-	31,38€
Participação no Seminário "A Face do Silêncio: Perspectivas sobre a Violência Doméstica"	16 Abril Meda	Técnicos/as	CIG-DRN e CPCJ Meda	150	-	-	-	11,72€
Acção de	21 Abril	Alunos/as	CIG-DRN e Loja	200	-	-	-	11,72€

sensibilização sobre violência no namoro	Tondela		Ponto Já Tondela					
Acções de Sensibilização sobre Violência Doméstica	20 e 24 de Abril Gandra	Alunos/as	CIG/DRN e Universidade de Ciências da Saúde do Norte	-	-	-	-	-
Acção de sensibilização sobre violência no namoro	28 Abril Espinho	Alunos/as	CIG-DRN e Departamento Juventude da Câmara Municipal de Espinho	70	-	-	-	-
Acção de sensibilização sobre violência no namoro	7 de Maio Viana do Castelo	Alunos/as	CIG/DRN e Escola Profissional de Música de Viana do Castelo	40	-	-	-	37,24€
Acção de sensibilização sobre Violência no Namoro e Igualdade de Género	13 de Maio Matosinhos	Alunos	CIG/DRN	57	76,1%	-	-	-
Acção de sensibilização sobre Violência no Namoro	14 de Maio Póvoa de Varzim	Alunos/as	CIG/DRN e Escola EB 3 e Secundária de Eça de Queiróz	100	-	-	-	12,76€
Acção de sensibilização sobre Violência Doméstica	15 Maio Valongo	Alunos/as	CIG-DRN e Escola Secundária de Valongo	80	-	-	-	-
Participar em representação da Senhora Presidente da CIG como orador no IV Congresso Nacional de Criminologia com apresentação de comunicação sobre Violência Doméstica	19 de Maio Fundação Engenheiro António de Almeida - Porto	Técnicos/as	Coordenação científica do Prof. Dr. José Pinto da Costa	50	-	-	-	-
Participar nas 1ªs Jornadas Ibéricas sobre Violência	20 de Maio Pombal	Técnicos/as	APEPI e Câmara Municipal de Pombal	100	-	-	-	54,81 €



Participação em mesa redonda com apresentação de comunicação sobre Violência no Namoro no "XX Encontro Conviver com a Violência"	21 de Maio Hotel de Turismo S.Lázaro Bragança	Técnicos/as e público em geral	APPIA – associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e da Adolescência	-	-	-	-	27,41 €
Seminário "Não há Pancadinhas de Amor"	21 de Maio Cantanhede	Técnicos/as	CPCJ Cantanhede	100	-	-	-	56,91€
Acção de sensibilização sobre Violência Namoro	22 Maio Esmoriz	Alunos/as	Escola Secundária de Esmoriz	30	-	-	-	-
Acção de sensibilização sobre Violência Namoro	25 Maio Senhora Hora	Técnicos/as	Rede Social da Senhora da Hora	8	92,9%	-	-	-
Acção de sensibilização sobre Violência no Namoro e Igualdade de Género	28 de Maio Valbom	Alunos	Escola EB 2,3 de Marques Leitão	25	81,7%	-	-	-
Acção de sensibilização sobre violência no namoro	28 de Maio Póvoa Varzim	Alunos/as	CIG/DRN e Escola EB 3 e Secundária de Eça de Queiróz	80	-	-	-	12,76€
Acção de sensibilização sobre violência no namoro	29 de Maio Alpendurada	Alunos	Escola EB 2,3 de Alpendurada	70	88,7%	-	-	11,72€
Acção de sensibilização sobre violência no namoro	2 de Junho Vila Nova de Paiva	Alunos	Escola EB 2,3 de Vila Nova de Paiva	80	82,3%	-	-	11,72€
Participação nas IV Jornadas Sociais Lousada – "Famílias de Vidro"	4 de Junho Lousada	Técnicos/as	Câmara Municipal de Lousada	150	-	-	-	24,48€
Acção de sensibilização sobre Igualdade de Género e Violência no Namoro	5 de Junho Santa Marinha do Zêzere	Alunos	Escola EB 2,3 de Santa Marinha do Zêzere	45	84,5%	-	-	11,72€

Acção de sensibilização sobre Igualdade de Género e Violência no Namoro	17 de Junho Oficinas de S. José Porto	Rapazes institucionalizados	Oficinas de S. José	35	-	-	-	-
Acção de sensibilização sobre Violência no Namoro	30 de Junho Póvoa de Lanhoso	Jovens, representantes da Câmara Municipal e das IPSS locais	Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso	24	90,8%	-	-	23,43€
Acção de Sensibilização Igualdade de Género e Violência Doméstica	2 Agosto Gueifães	Jovens Voluntários da Cruz Vermelha Portuguesa	Escola de Verão da Cruz Vermelha Portuguesa	15	-	-	-	-
Acção de Sensibilização Sobre Violência no Namoro	7 Setembro Porto	Jovens	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	12	94,0%	-	-	-
Participação no Seminário sobre Violência doméstica	8 de Setembro Vila Praia de Âncora	Técnicos/as Social	Centro Social de Vila Praia de Âncora	-	-	-	-	12,76€
Acção de Sensibilização sobre Violência Doméstica	16 Setembro, Porto	Beneficiárias RSI	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	8	-	-	-	-
Acção de Sensibilização sobre Violência doméstica	29 Outubro Porto	Profissionais de saúde	Centro de Saúde de S. João no Porto	20	-	-	-	-
Participação na "Expert Conference on measures and strategies to combat men's violence against women"	9 de Novembro Estocolmo	Peritos na área da violência de género	UE	-	-	-	-	208.48€
Participação no seminário "Supplementary Human Dimension Meeting on Gender Equality with Special Focus On Violence	5 e 6 de Novembro Viena	Representantes da OSCE	OSCE	-	-	465,28€	256,42€	521,20€

Agianst Women"								
Acção de sensibilização sobre violência doméstica	16 Novembro V. N Gaia	Formandos/as curso EFA Geriatria	CVP – Pólo do Porto	60	-	-	-	-
Participação nas "Jornadas de Violência Doméstica"	25 Novembro Castelo Paiva	Comunidade em Geral	Associação de Promoção Social de Castelo Paiva	150	-	-	-	22,80€
Acção de Sensibilização de Violência no Namoro	16 Dezembro Tarouca	Alunos/as do Ensino Secundário	CPCJ Tarouca	150	-	-	-	22,80€
Participação em Conferência sobre Intervenção com Vítimas de Violência Doméstica	18 de Dezembro Valongo	Alunos/as de Psicologia	CESPU	100	-	-	-	15,69€

\* Apenas quando aplicável

### 1.1.3 - Projectos promovidos pela CIG

#### Implementação de programas de prevenção de reincidência para agressores

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Apresentação Pública "Projectos Inovadores" *	24 Abril Coimbra	CIG/DRN/N-VDVG/DGR SD	POPH/CIG	Dar a conhecer ao público os projectos emergentes nesta área	Resultado alcançado	III PNCVD – Área Estratégica 2, ponto 8; Área Estratégica 4 e 5;	Actividade prevista	-	-	54,81€
Sensibilização de agentes públicos e privados envolvidos no processo com vista à	27 Abril Governo Civil Porto	CIG/DRN/N-VDVG/DGRS	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadament	Resultado alcançado	III PNCVD – Área Estratégica 2, ponto 8; Área Estratégica 4 e 5;	Actividade prevista	-	-	-

constituição da rede				e, à área estratégica 2						
Sensibilização de agentes públicos e privados envolvidos no processo com vista à constituição da rede	28 Maio Governo Civil Braga	CIG/DRN/N- VDVG/ DGRS	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente, à área estratégica 2	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 8; <u>Área Estratégica 4 e 5</u> ;	Actividade prevista	-	-	31,38€
Sensibilização de agentes públicos e privados envolvidos no processo com vista à constituição da rede	28 Maio Governo Civil Bragança	CIG/DRN/N- VDVG/ DGRS	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente, à área estratégica 2	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 8; <u>Área Estratégica 4 e 5</u> ;	Actividade prevista	-	-	54.81€
Sensibilização de agentes públicos e privados envolvidos no processo com vista à constituição da rede	29 Maio Governo Civil Viana Castelo	CIG/DRN/N- VDVG/ DGRS	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente, à área estratégica 2	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 8; <u>Área Estratégica 4 e 5</u> ;	Actividade prevista	-	-	15,69€
Reunião da Equipa do Projecto – Monitorização das actividades	19 Junho DGRS Lisboa	CIG/DRN/N- VDVG/ DGRS	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente, à área estratégica 2	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 8; <u>Área Estratégica 4 e 5</u> ;	Actividade prevista	-	-	31,38€
Reunião de trabalho com os/as técnicos/as envolvidos/as no projecto para constituição da Rede	25 Junho DGRS-DRN Porto	CIG/DRN/N- VDVG/ DGRS	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente, à área estratégica 2	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 8; <u>Área Estratégica 4 e 5</u> ;	Actividade prevista	-	-	-
Formação às equipas técnicas DGRS do instrumento de sinalização SARA	2 Julho DGRS - Porto	CIG/DGRS	POPH/CIG	Formar as equipas técnicas acerca do	30 formandos/as	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 8; <u>Área Estratégica 4 e 5</u> ;	Actividade prevista	-	-	-

				instrumento de sinalização SARA						
Reunião de Parceria	2 Outubro CIG Lisboa	DGRS/CIG	POPH/CIG	Monitorização e Acompanhamento do Projecto	Monitorização e Acompanhamento do Projecto	III PNCVD – <u>Área Estratégica</u> 2, ponto 8; <u>Área Estratégica</u> 4 e 5;	Actividade prevista	-	-	36,60€
Reunião de Parceria	13 Outubro CIG Lisboa	DGRS/CIG	POPH/CIG	Coordenação das actividades da candidatura no plano técnico e financeiro	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica</u> 2, ponto 8; <u>Área Estratégica</u> 4 e 5;	Actividade prevista	71,50€	-	31,38€
Reunião de Parceria	18 Outubro DGRS Lisboa	DGRS/CIG	POPH/CIG	Monitorização do Dossier Técnico Pedagógico do Projecto	Resultado Alcançado; Agendamento de reunião para validação de instrumentos	III PNCVD – <u>Área Estratégica</u> 2, ponto 8; <u>Área Estratégica</u> 4 e 5;	Actividade prevista	-	-	31,38€
Reunião de Parceria	11 Dezembro CIG Porto	DGRS/CIG	POPH/CIG	Validação dos instrumentos da Actividade 1	Finalização da actividade 1	III PNCVD – <u>Área Estratégica</u> 2, ponto 8; <u>Área Estratégica</u> 4 e 5;	Actividade prevista	-	-	-

\* Esta actividade envolveu os projectos da vigilância electrónica para agressores, Tele Assistência a Vítimas de Violência Doméstica e a implementação dos programas de prevenção de reincidência para agressores, pelo que se aplica aos quadros referentes a estes três projectos

### Implementação de GAM's do Porto

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Elaboração da proposta de adjudicação do serviço dos GAM's à Universidade do Minho	Janeiro de 2009	CIG/DRN/N-VDVG	CIG	Criação do GAM	Definição da proposta de adjudicação do serviço	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 17	Actividade prevista	-	-	-
Reunião preparatória da implementação do projecto	12 Maio Universidade do Minho – Braga	CIG/DRN	POPH/CIG	Iniciar os trabalhos necessários à implementação dos GAM	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 17	Actividade prevista	-	-	15,69€
Reunião das Equipas do Projecto	24 Julho 2009, CIG DRN	CIG DRN/UM	POPH/CIG	Preparação da sessão de lançamento do projecto	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 17	Actividade prevista	-	-	-
Reunião no Club Literário Porto de preparação da Sessão de Lançamento	14 Setembro Porto	CIG DRN	POPH/CIG	Preparação da sessão de lançamento do projecto	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 17	Actividade prevista	-	-	-
Apresentação Pública do Projecto	6 Outubro, Club Literário do Porto	CIG DRN	POPH/CIG	Divulgação do Projecto pelas diferentes instituições e instâncias	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 17	Actividade prevista	-	-	-

Experiências - piloto na ARS do Norte, Centro e Alentejo

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Workshop para profissionais da área da saúde – apresentação dos projectos-piloto	22 de Abril Coimbra	CIG/DRN/N-VDVG	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente à área estratégica 2 e 4	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 10 III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	-	-	54,81 €
Reunião de projecto	14 de Abril e 28 de Maio CIG- DRN	CIG/DRN/N-VDVG	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente à área estratégica 2 e 4	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 10 III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	-	-	-
Reunião de equipa do projecto de violência na gravidez da ACES Bragança	25 de Setembro, CIG - DRN	ARS Norte e CIG	POPH/CIG	Acompanhamento técnico e monitorização do projecto	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 10 III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	-	-	-
Reuniões de parceria	4 de Dezembro CIG - DRN	ACES Bragança	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente à área estratégica 2 e 4	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 10 III PNCVD – <u>Área</u>	Actividade prevista	-	-	-

						Estratégica 4, ponto 4				
--	--	--	--	--	--	---------------------------	--	--	--	--

Grupo de trabalho para a elaboração de um manual de procedimentos que inclui um guia de boas práticas para a intervenção para profissionais de saúde

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
I Reunião do Grupo de Trabalho	12 de Janeiro Coimbra	CIG/DRN/N-VDVG	CIG	Elaboração de um guia de boas práticas para a intervenção dos profissionais de saúde na VD	Constituição do Grupo de Trabalho e definição da metodologia de trabalho	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 9; III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	-	-	28,45€
II Reunião do Grupo de Trabalho	11 de Fevereiro Coimbra	CIG/DRN/N-VDVG	CIG	Elaboração de um guia de boas práticas para a intervenção dos profissionais de saúde na VD	Definição da estrutura da brochura; definição das sub-temáticas a incluir na mesma	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 9; III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	-	-	28,45€
III Reunião do Grupo de Trabalho	17 de Março Coimbra	CIG/DRN/N-VDVG	CIG	Elaboração de um guia de boas práticas para a intervenção dos profissionais de saúde na VD	Análise dos conteúdos propostos pelos vários elementos do grupo e selecção dos pontos a incluir	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 9; III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	-	-	88,29€



Criação de um grupo de trabalho para a elaboração de brochura de encaminhamento para casa abrigo

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora/ executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados 8em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Reunião do Grupo de Trabalho	27 de Janeiro Lisboa	CIG/DRN/N-VDVG	CIG	Elaboração de uma brochura de encaminhamento para casa abrigo destinada às entidades com competências a este nível	Reunião com vista à elaboração da brochura	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 9; III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	-	-	80,34€
Reunião do Grupo de Trabalho	26 de Março Lisboa	CIG/DRN/N-VDVG	CIG	Elaboração de uma brochura de encaminhamento para casa abrigo destinada às entidades com competências a este nível	Reunião com vista à elaboração da brochura	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 9; III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	79.50€	-	29,53€
Reunião final para concretização da brochura	1 Abril CIG - DRN	CIG/DRN/N-VDVG	POPH/CIG	Revisão dos conteúdos e definição do formato final da brochura	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 9; III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	-	-	-
Finalização e publicação da brochura	Durante o mês de Julho	CIG/DRN/N-VDVG	POPH/CIG	Elaboração da brochura e respectiva publicação	Brochura elaborada e publicada	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 9; III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 4	Actividade prevista	-	-	-

Experiências -piloto de vigilância electrónica para agressores

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Acção de Formação para técnicos/as da VE e da reinserção social envolvidos/as no projecto	28 de Abril DGRS Coimbra	CIG/DRN/N-VDVG/DGRS	POPH/CIG	Formar técnicos/as para o conhecimento e uso de vigilância electrónica	25 formandos/as	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 7	Actividade prevista	-	-	15,69€
Acção de Formação para técnicos/as da VE e da reinserção social envolvidos/as no projecto	29 Abril DGRS Porto	CIG/DRN/N-VDVG/DGRS	POPH/CIG	Formar técnicos/as para o conhecimento e uso de vigilância electrónica	23 formandos/as	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 7	Actividade prevista	-	-	-
Participação na apresentação do Programa para Agressores	28 de Maio Bragança	CIG/DRN/N-VDVG/DGRS	POPH/CIG	Dar a conhecer o programa de vigilância electrónica para agressores	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 7	Actividade prevista	-	-	54,81 €
Participação na apresentação do Programa para Agressores	29 de Maio Vila Real	CIG/DRN/N-VDVG/DGRS	POPH/CIG	Dar a conhecer o programa de vigilância electrónica para agressores	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 7	Actividade prevista	-	-	27,41 €
Reunião com magistrados do Tribunal de Comarca de Penela e	16 Junho Penela	CIG/DRN/N-VDVG/DGRS	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente à área estratégica 2	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 7	Actividade prevista	-	-	27,41€

Alvaiázere										
Reunião de apresentação do projecto aos/às magistrados/as do Tribunal de Matosinhos	1 Julho Tribunal de Matosinhos	CIG-DRN/N-VDVG/DGRS	POPH/CIG	Apresentar o projecto de vigilância electrónica aos/as magistrados/as	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 7	Actividade prevista	-	-	-
Reunião de apresentação do projecto aos/às magistradas do Tribunal de Coimbra	15 Julho Tribunal Coimbra	CIG/DRN/N-VDVG/DGRS	POPH/CIG	Apresentar o projecto de vigilância electrónica aos/as magistrados/as	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 7	Actividade prevista	-	-	27,41€
Reuniões de parceria	22 de Outubro DGRS Lisboa	DGRS/CIG	POPH/CIG	Acompanhamento e monitorização do projecto	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 7	Actividade prevista	-	-	95,61€
Apresentação do projecto	28 de Outubro Governo Civil do Porto	DGRS/CIG	POPH/CIG	Apresentar o projecto de vigilância electrónica aos/as magistrados/as	Resultado alcançado (28 Pessoas presentes)	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 7	Actividade prevista	-	-	-
Apresentação do projecto	29 de Outubro Governo Civil de Coimbra	DGRS/CIG	POPH/CIG	Apresentar o projecto de vigilância electrónica aos/as magistrados/as	Resultado alcançado (27 Pessoas presentes)	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 7	Actividade prevista	-	-	27,41€

## Tele Assistência a Vítimas de Violência Doméstica

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora/ executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Reunião CIG/ Cruz Vermelha Portuguesa/ Vodafone	25 Março CIG Lisboa	CIG/DRN/N-VDVG	CIG	Definição do programa de Tele Assistência a Vítimas de Violência Doméstica	Definição de condições de entrada e saída do programa e procedimentos no terreno	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 14	Actividade prevista	79,50€	-	31,38€
Participar em sessão Tele-Assistência sobre Vigilância Electrónica para Agressores	24 de Abril Coimbra	CIG/DRN/N-VDVG	POPH/CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente, à área estratégica 2	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 14	Actividade prevista	-	-	54,81 €
Acção de Formação para técnicos/as da Teleassistência da CVP envolvidos/as no Projecto	3 a 5 Junho Lisboa	CIG/DRN/N-VDVG	POPH/CIG	Formar técnicos/as para o conhecimento e uso de teleassistência a vítimas de violência doméstica	6 formandos/as	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 14	Actividade prevista	-	141,50€	31,38€
Acção de Formação para técnicos/as da Teleassistência da CVP envolvidos/as no Projecto	17 a 19 Junho Lisboa	CIG/DRN/N-VDVG	POPH/CIG	Formar técnicos/as para o conhecimento e uso de teleassistência a vítimas de violência doméstica	9 formandos/as	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 14	Actividade prevista	-	141,50€	31,38€

Reunião de Trabalho com a Vodafone/no Shape e CVP	9 Julho CVP Lisboa	CIG/DRN/N- VDVG/CVP	POPH/CIG	Resolver problemas técnicos associados aos aparelhos telefónicos	Definição de estratégias para resolução dos problemas técnicos. Marcação de uma sessão de testes com a Vodafone e No Shape	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 14	Actividade prevista	-	-	32,20 €
Sessão de testes dos aparelhos com a Vodafone/No Shape e Vodafone	16 Julho CVP Lisboa	CIG/DRN/N- VDVG/CVP	POPH/CIG	Verificação da resolução efectiva dos problemas técnicos dos aparelhos	Proposta de decisão acerca dos aparelhos a utilizar no projecto	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 14	Actividade prevista	-	-	23,43 €
Reunião de Trabalho na CIG	8 Setembro CIG Lisboa	CIG-DRN/N- VDVG/CVP	POPH/CIG	Sessão de trabalho nos documentos produzidos no âmbito do projecto.	Recolha de Contributos da equipa do projecto no sentido de melhorar documentos e procedimentos	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 14	Actividade prevista	-	-	43,83 €
Reunião das Equipas do Projecto (CIG CVP, No shape)	13 Outubro CVP Lisboa	CIG/DRN/N- VDVG/CVP	POPH/CIG	Resolver problemas técnicos associados aos aparelhos telefónicos	Definição de estratégias para resolução dos problemas técnicos. Marcação de uma sessão de testes com a Vodafone e No Shape	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 14	Actividade prevista	-	-	11,59€
Teste dos Equipamentos no Terreno	27 Outubro Porto e Coimbra	CIG/DRN/N- VDVG/CVP	POPH/CIG	Verificação da resolução efectiva dos problemas técnicos dos aparelhos	Proposta de decisão acerca dos aparelhos a utilizar no projecto	III PNCVD – <u>Área</u> <u>Estratégica 2,</u> ponto 14	Actividade prevista	-	-	-

- CIG enquanto entidade parceira

Projecto "Direitos e Desafios" (PROGRIDE)

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Reunião de Parceria	25 de Junho Santa Maria da Feira	CM de Santa Maria da Feira; CIG/DRN	CIG	Dar cumprimento ao III PNCVD, nomeadamente à área estratégica 4	Resultado alcançado	III PNCVD - Área Estratégica 4, ponto 7 e 9	Actividade prevista	-	-	15,69€
Reunião de Parceria	22 de Setembro Santa Maria da Feira	CM de Santa Maria da Feira; CIG/DRN	CIG	Acompanhamento do desenvolvimento do projecto	Resultado alcançado	III PNCVD - Área Estratégica 4, ponto 7 e 9	Actividade prevista	-	-	48,96 €
Reuniões de parceria	15 de Dezembro Santa Maria da Feira	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira; CIG/DRN	CIG	Acompanhamento do desenvolvimento do projecto	Resultado alcançado	III PNCVD - Área Estratégica 4, ponto 7 e 9	Actividade prevista	-	-	15.69€

Projecto "Para uma Vida Nova..." – Desenvolvimento do Modelo Institucional de Suporte (MIS)

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Reunião de encerramento do projecto (Continuidade da aplicação do MIS e respectiva)	26 de Junho Penafiel	Associação de Desenvolvimento de Figueira	CIG	-	-	III PNI – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 2.1;	Actividade não prevista	-	-	15,69€
Sustentabilidade da aplicação do MIS	A partir de Julho	Associação de Desenvolvimento de Figueira	CIG	-	-	III PNI – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 2.1;	Actividade não prevista	-	-	-
Reunião de pareceria do MIS	9 de Dezembro Penafiel	Associação de Desenvolvimento de Figueira	CIG	Aprovação do plano de acção do MIS e aprovação do grupo de trabalho conforme calendarização de acções por área de intervenção	Definição da próxima reunião com vista à aprovação do plano de acção do MIS; Grupo de trabalho criado	III PNI – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 2.1;	Actividade não prevista	-	-	15,59€

- Outros tipos de participações

Projecto "Body Shop"

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Reunião com vista ao estabelecimento às condições/regras do concurso deste ano	14 de Janeiro CIG - DRN	"Body Shop", em parceria com a CIG/DRN	CIG	-	-	III PNCVD – <u>Área Estratégica 1</u> , ponto 2; <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 7 e 9	Actividade prevista	-	-	-
Encerramento do projecto "Universidade do Conhecimento – Parte I" (candidatura aprovada no âmbito do projecto)	25 de Junho Vila Praia de Âncora	Projecto "Recomeçar" no âmbito do projecto "Body Shop", em parceria com a CIG/DRN	CIG	Dinamização de um grupo de formação	Concretização do grupo e obtenção de certificação por parte das formandas	III PNCVD – <u>Área Estratégica 1</u> , ponto 2; <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 7 e 9	Actividade não prevista	-	-	54,81€
Reunião de trabalho	22 de Outubro Porto	Projecto "Recomeçar" no âmbito do projecto "Body Shop", em parceria com a CIG/DRN	CIG	-	-	III PNCVD – <u>Área Estratégica 1</u> , ponto 2; <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 7 e 9	Actividade não prevista	-	-	-
Visita ao projecto "Recomeçar" com o financiamento do prémio atribuído pelo projecto "Body Shop"	4 de Dezembro Vila Praia de Âncora	Projecto "Recomeçar" no âmbito do projecto "Body Shop", em parceria com a CIG/DRN	CIG	-	-	III PNCVD – <u>Área Estratégica 1</u> , ponto 2; <u>Área Estratégica 4</u> , ponto 7 e 9	Actividade não prevista	-	-	11,59€



- Outras actividades no âmbito da Violência Doméstica

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Reunião de apoio ao projecto "Gaia Social"	7 de Janeiro; DRN	Projecto "Gaia Social"	CIG	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	-
Reunião com o Núcleo de Castelo Branco no âmbito do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica	22 de Janeiro Castelo Branco	CIG/DRN/N-VDVG	CIG	-	-	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 7	Actividade não prevista	-	-	54,81€
Colaboração na elaboração dos protocolos no âmbito dos Núcleos de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica	Ao longo do ano	CIG/DRN/N-VDVG	CIG	-	-	III PNCVD – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 7	Actividade não prevista	-	-	-
Elaboração de pareceres sobre Regulamentos Internos das Casas Abrigo	Janeiro a Março de 2009	CIG/DRN, N-VDVG; Casa Abrigo de Estremoz; Centro Distrital de Segurança Social do Porto	CIG	Resposta ao pedido de elaboração de pareceres	3 Pareceres elaborados	Actividade integrante na Lei Orgânica da CIG	Actividade não prevista	-	-	-
Orador no Curso Breve sobre VD	20 de Fevereiro em Lisboa	CEJ	CIG	Partilhar experiências e	Resultado alcançado	III PNCVD – <u>Área Estratégica 4</u> ,	Actividade não prevista	79,50€	-	31,38€

/CEJ				constrangimentos/dificuldades na intervenção com vítimas de CD		ponto 3				
Oradora no Curso Breve sobre VD /CEJ	27 de Fevereiro Lisboa	CEJ	CIG	Partilhar experiências e constrangimentos/dificuldades na intervenção com vítimas de CD	Resultado alcançado	III PNCVD- Área Estratégica 4, ponto 3	Actividade não prevista	79.50€	-	31,38€
Reunião c/ Comis. Prot. Menores do Porto- J. F. da Sé	11 de Maio Porto	CPCJ/CIG-DRN	-	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	-
Reunião com a escola de Gondomar	18 de Maio Gondomar	CIG-DRN	-	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	-
Reunião com a equipa do DIAP	2 de Junho Porto	CIG-DRN	-	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	-
Assistir à entrega do Prémio Especial GICAV à Senhora Presidente da CIG pelo Grupo de Intervenção Cultural e Artístico de Viseu	23 de Junho Viseu	Grupo de Intervenção Cultural e Artístico de Viseu	CIG	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	277,41 €
Participação na reabertura formal do Centro de Atendimento e Acompanhamento a Mulheres Vítimas de Violência	26 de Junho Porto	UMAR	-	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	-
Assinatura do Protocolo do Núcleo de Violência	13 de Julho, Bragança	ARS Bragança/CIG	CIG	Assinatura do protocolo	Protocolo assinado	III PNCVD	Actividade não prevista	-	-	15.69€

Doméstica										
Sessão pública de lançamento da Campanha Contra a Violência Doméstica a convite do ACES - Nordeste	23 de Julho, Bragança	ARS Bragança/CIG	CIG	-	-	III PNCVD	Actividade não prevista	-	-	31,38 €

## 1.2 – Tráfico de Seres Humanos

### 1.2.1 – Projecto em desenvolvimento

#### Projecto CAIM – Cooperação-Acção-Investigação-Mundivisão

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Gestão do Projecto	Janeiro a Junho de 2009	CIG / APF	CIG/FSE	Procedimentos administrativo-financeiros uniformizados; Organização de reuniões de PD; Organização de reuniões bilaterais; Monitorização do projecto	Procedimentos administrativo-financeiros uniformizados; Organização de reuniões de PD; Organização de reuniões bilaterais; Monitorização do projecto	I PNCTSH = Área <u>Estratégica 1</u> , medidas 3_e 8; Área <u>Estratégica 3</u> , Apoiar, medida 3	Actividade prevista	-	-	-
Envolvimento dos Centros Distritais na Consolidação da RAPVT	Janeiro a Junho de 2009	ISS /CIG / APF/ DGAJ	CIG/FSE	Organização de acção de formação dirigida a técnicos/as da	Organização de acção de formação dirigida a técnicos/as da	I PNCTSH = Área <u>Estratégica 1</u> , medidas 3_e 8; Área	Actividade prevista	-	-	-

				Cruz Vermelha Portuguesa a exercerem funções no LNES	Cruz Vermelha Portuguesa a exercerem funções no LNES	<u>Estratégica 3</u> , Apoiar, medida 3				
Incorporação dos produtos pelas ONG's para consolidação da RAPVT	Janeiro a Junho de 2009	ISS /CIG / APF/ DGAI	CIG/FSE	Assessoria técnica a entidades na incorporação dos produtos do projecto	Assessoria técnica a entidades na incorporação dos produtos do projecto	I PNCTSH = <u>Área Estratégica 1</u> , medidas 3_e 8; <u>Área Estratégica 3</u> , Apoiar, medida 3	Actividade prevista	-	-	-
Consolidação da Rede de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico	Janeiro a Junho de 2009	ISS /CIG / APF/ DGAI	CIG/FSE	Assessoria técnica e acções de sensibilização a entidades na incorporação dos produtos do projecto Finalizar a redacção do protocolo social de compromisso	Assessoria técnica e acções de sensibilização a entidades na incorporação dos produtos do projecto Finalizar a redacção do protocolo social de compromisso	I PNCTSH = <u>Área Estratégica 1</u> , medidas 3_e 8; <u>Área Estratégica 3</u> , Apoiar, medida 3	Actividade prevista	-	-	-
Sustentabilidade do trabalho em rede com os OPC's e Magistrados/as - Formação a técnicos da LNES - Formação de magistrados/as	Janeiro a Junho de 2009  Formações: - LNES: 18 e 19 de Maio; Porto  Magistrados/as: 18 e 19 de Junho Porto	CIG / APF	CIG/FSE	Preparação de reunião com Focal Points dos OPC's na área do TSH Preparação de reunião com Magistrados/as para trabalhar temáticas na área do TSH e	Resultado alcançado	I PNCTSH = <u>Área Estratégica 1</u> , medidas 3_e 8; <u>Área Estratégica 3</u> , Apoiar, medida 3	Actividade prevista	-	-	-

				estabelecimen to de contactos Desenho de uma estratégia de intervenção articulada ao nível do apoio social e criminal						
Elaboração e entrega do relatório final de execução do projecto	15 de Agosto	CIG/APF	CIG/FSE	Entrega do relatório final de execução ao gabinete de Gestão Equal	Resultado Alcançado	I PNCTSH	Actividade prevista	-	-	-

↳ No âmbito da continuidade do Projecto CAIM realizaram-se diversas reuniões bilaterais com a APF

### Projecto TRM-EU (*Transnational Referral Mechanism in EU*)

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Encontro da equipa para discussão das linhas de actuação e criação do primeiro draft das linhas de actuação;	28 e 29 de Janeiro Viena	Department for Rights and Equal Opportunities – Itália/ICMPD	CIG 8.000€ (para a duração da totalidade do projecto, durante 2009)	Discussão entre os parceiros do projecto das linhas de actuação do projecto	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos países de origem, medida 1; <u>Área Estratégica 4</u> , Investigar Criminalmente, medidas 3 e 6;	Actividade prevista	383,45 €	218,25 €	416,95 €

Realização de <i>Fact Finding Missions</i> aos Países envolvidos	5 e 6 de Março Porto	Department for Rights and Equal Opportunities – Itália/ICMP D	CIG 8.000€ (para a duração da totalidade do projecto, durante 2009)	Dar a conhecer a realidade portuguesa da área do tráfico de Seres Humanos	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos países de origem, medida 1; <u>Área Estratégica 4</u> , Investigar Criminalmente, medidas 3 e 6;	Actividade prevista	-	-	-
Reanálise com peritos nacionais e com membros da equipa para ultimar o estudo, estudo finalizado e revisto após o seminário, lançamento do estudo, simulação de aplicação dos mecanismos de referência transnacionais;	-	Department for Rights and Equal Opportunities – Itália/ICMP D	-	-	Sem o envolvimento da CIG	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos países de origem, medida 1; <u>Área Estratégica 3</u> , Apoiar, medida 13	Actividade prevista	-	-	-
Seminário transnacional para discutir as linhas de actuação dos mecanismos de referência transnacionais e recolha de dados dos países participantes – Organização e preparação do primeiro seminário transnacional com 3 actores por país (1 ONG, 1 magistrado e 1	24 e 25 de Março Praga	Department for Rights and Equal Opportunities – Itália/ICMP D	CIG 8.000€ (para a duração da totalidade do projecto, durante 2009)	Análise e reflexão do draft dos mecanismos de referência transnacionais	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos países de origem, medida 1; <u>Área Estratégica 4</u> , Investigar Criminalmente, medidas 3 e 6;	Actividade prevista	338.30€	184.14€	312,72€

OPC), 1º seminário transnacional para apresentação das necessidades das vítimas e os mecanismos de referência transnacional, 3ª reunião da equipa do projecto, esboço das conclusões do seminário transnacional, sua avaliação e conclusões;										
Visita de estudo de países parceiros do projecto a Portugal	Visita de Estudo a Portugal/Porto – 28,29 e 30 de Setembro; - It; Mace; Bulg;	Department for Rights and Equal Opportunities - Itália	CIG 8.000€ (para a duração da totalidade do projecto, durante 2009)	Troca de conhecimentos de várias realidades sociais do TSH	Actividade a realizar no 2º semestre	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos países de origem, medida 1; <u>Área Estratégica 3</u> , Integrar, medida 2	Actividade prevista	-	-	-
Implementação de uma experiência-piloto dos mecanismos de referência transnacionais adaptados a cada país – Organizar e conduzir workshops nacionais para envolvimento dos actores nacionais associando-os aos outros países envolvidos, inclusão	Workshop /Lisboa-21 e 22 de Setembro de 2009	Department for Rights and Equal Opportunities - Itália	CIG	-	Actividade a realizar no 3º trimestre	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos países de origem, medida 1; <u>Área Estratégica 3</u> , Integrar, medida 2	Actividade prevista	143,00 €	-	124,20€

de elementos nacionais nos mecanismos de referência transnacionais (lista de entidades, serviços, medidas específicas, etc.), visitas de estudo a estruturas identificadas dos outros países envolvidos;										
Preparação e realização da última conferência transnacional	Outubro de 2009;	Department for Rights and Equal Opportunities - Itália	ICMPD e CIG	Validação dos mecanismos de referência transnacionais	Actividade a realizar no 4º trimestre	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos países de origem, medida 1; <u>Área Estratégica 4</u> , Investigar Criminalmente, medidas 3 e 6;	Actividade prevista	-	-	-
Visita de Estudo à Roménia	5 a 8 de Outubro de 2009	Department for Rights and Equal Opportunities - Itália	ICMPD	-	-	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos países de origem, medida 1; <u>Área Estratégica 4</u> , Investigar Criminalmente, medidas 3 e 6;	Actividade prevista	(Custo suportado pela organização)	(Custo suportado pela organização)	(Custo suportado pela organização)



Projecto "Promoting Transnational Partnerships – Preventing and Responding to Trafficking in Human Beings from Brazil to EU Member States"

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euro)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Aprofundar o desenvolvimento de mecanismos para a assistência a vítimas, troca de boas práticas entre os países participantes e cooperação bilateral e multilateral, com o envolvimento activo de ONG's, instituições governamentais e actores envolvidos na investigação na área do combate ao tráfico de seres humanos, tanto a nível nacional como transnacional	A iniciar em Julho de 2009 – <i>Kick off meeting</i> , Lisboa – 16 e 17 de Julho	ICMPD	CIG 25.000€	—	Actividades a desenvolver durante 2009	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos Países de Origem, medida 1	Actividades previstas a desenvolver durante o 4º trimestre de 2009	-	-	114,96 €
Estabelecimento de contactos com os gestores do projecto no sentido de definir a participação da CIG e respectivas actividades	Agosto e Setembro	ICMPD	-	Definição das linhas de orientação e das actividades da CIG	Actividades definidas a desenvolver no 4º trimestre de 2009	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos Países de Origem, medida 1	Actividades previstas a desenvolver durante o 4º trimestre de 2009	-	-	-

Realização de entrevistas a actores chave na área do Tráfico de Seres Humanos	2 e 3 de Novembro Lisboa Novembro e Dezembro Porto	ICMPD	CIG 25.000€	Realização de 8 a 10 entrevistas em cada cidade	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos Países de Origem, medida 1	Actividade prevista	-	-	78.45€
Elaboração do relatório sobre a situação do TSH em Portugal	1º trimestre de 2010	ICMPD	CIG 25.000€	-	-	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir – Prevenção nos Países de Origem, medida 1	Actividade prevista	-	-	-

**Projecto "HIT – Human Impact of Traffic"**

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Custos Associados (em euros)		
							Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Estudo do impacto do Tráfico de Seres Humanos em Portugal	Ao longo do ano;	APAV	15.000€		Projecto Não Aprovado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 1</u> , medida 2			

**Projecto Itineris**

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Custos Associados (em euros)		
							Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Promover uma abordagem compreensiva que possa facilitar imigração legal, com	2010	ICMPD	-	-	Projecto ainda em fase de	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Prevenir –	-	-	-

uma componente de formação em TSH e em boas práticas entre os OPC envolvidos nas temáticas da imigração					aprovação	Prevenção nos Países de Origem, medida 1			
---	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--

### 1.2.2 - Formação para Agentes Externos na área do Tráfico de Seres Humanos<sup>4</sup>

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade
Formação para Agentes Externos	Ao longo do ano;	CIG	CIG	Formar para as questões do Tráfico de Seres Humanos	Resultado alcançado	I PNCTSH – Área Estratégica 2, Formar - Formação Inicial, medida 3 e 4; Formação Contínua, medida 1 e 2;	Actividade prevista

#### Síntese das Acções de Formação Realizadas

Acção de Formação	Data/ Local	Destinatários	Entidade Promotora	Número de participantes	Avaliação da acção de formação	Custos Associados (em euros)		
						Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Formação sobre tráfico e prostituição	20 de Janeiro de Queluz	NMUME	GNR	35	-	79,50€	-	31,38€
Acção de formação sobre Tráfico de Seres Humanos no âmbito dos	30 de Janeiro Vila Franca de Xira	Rede Social	CIG-NCRA	-	-	-	-	86,19€

<sup>4</sup> Ver Anexo III - Relatório da Formação 2009.

Encontros Temáticos de Cidadania e Igualdade de Género e Não Discriminação								
Tráfico de Seres Humanos	29 de Abril/Porto	Alunos/as da Universidade de Ciências da Saúde	CIG/DRN	70	-	-	-	-
Acção de formação sobre prostituição e Tráfico de Seres Humanos	12 de Maio Queluz	Agentes da GNR	CIG/DRN	40	-	-	-	25,53€
Tráfico de Seres Humanos	18 e 19 de Maio Porto	Técnicos/as do LNES	Projecto CAIM	18	-	-	-	-
Tráfico de Seres Humanos	25 de Maio Lisboa	Técnicos/as da SCML	Projecto CAIM	20	-	79,50€	-	31,38€
Tráfico de Seres Humanos	18 e 19 de Junho Porto	Magistrados/as	Projecto CAIM	20	-	-	-	-
Tráfico de Seres Humanos	30 de Junho Lisboa	Técnicos/as de ONG's	Projecto CAIM	6	-	-	-	62,76€
Tráfico de Seres Humanos	15 de Outubro Alfeite	Oficiais formadores da Marinha	Escola Naval	20	-	79,50€	-	25,53€

### 1.2.3 - Participação em Encontros Científicos e outras Acções de Sensibilização na área do Tráfico de Seres Humanos

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade
Participação em Encontros Científicos e outras Acções de Sensibilização	Ao longo do ano;	CIG	CIG	Sensibilizar para as questões do Tráfico de seres Humanos	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , Formar - Formação Inicial, medida 3 e 4; Formação Contínua, medida 1 e 2;	Actividade prevista

Síntese das Participações e Acções de Sensibilização Realizadas

Participação/Ação de Sensibilização	Data/ Local	Destinatários	Entidade Promotora	Número de participantes	Avaliação da acção de Sensibilização*	Custos Associados		
						Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Acção de Sensibilização sobre Tráfico de Seres Humanos	28 de Janeiro Rio Tinto	Alunos/as do 10º ano	Escola Secundária de Rio Tinto	40	-	-	-	-
Participação no Seminário sobre Tráfico de Seres Humanos – 2 técnicos (orador e moderador)	12 e 13 de Fevereiro Lisboa	OPC's	PJ	80	-	-	196,02€	172,38€
Aula no âmbito de Pós-graduação em vitimização	10 de Março Porto	Alunos/as de pós-graduação	FPCEUP	14	96,4%	-	-	-
Workshop "Tráfico de Seres Humanos"	26 de Março Porto	Alunos/as da FPCEUP	FPCEUP	20	92%	-	-	-
Acção de Sensibilização	27 de Março Golegã	Alunos/as do Ensino Secundário	Escola Secundária da Golegã	60	-	-	-	54,81
Acção de Sensibilização sobre TSH em Carnaxide	01 de Abril Carnaxide	População beneficiária de RSI	CIG/DRN	25	92,96%	71,50€	-	31,38€
Acção de Sensibilização no Colégio do Rosário	20 de Abril/Porto	Estudantes	CIG/DRN	106	92,9%	-	-	-
Acção de sensibilização na Escola Secundária José Fragateiro	08 de Maio Ovar	Alunos/as do Secundário	CIG/DRN	90	-	11,80€	-	15,69€
Acção de Sensibilização na Escola Secundária de Esmoriz	22 de Maio Esmoriz	Estudantes	CIG/DRN	40	-	-	-	12,76€

Acção de Sensibilização sobre TSH	27 de Outubro Auditório do Comando Territorial do Porto da GNR	GNR	GNR	20	-	-	-	-
Participação na Sessão de Abertura do Seminário "SUL - Imigração e Tráfico de Seres Humanos"	18 de Novembro, Portimão	Técnicos/as	APAV	200	-	-	-	54,81€
Dinamizar uma aula sobre Tráfico de Seres Humanos	21 de Novembro Porto	Alunos/as	Universidade Católica Portuguesa	-	-	-	-	-
Acção de Sensibilização sobre TSH	09 de Dezembro, Porto	Alunos/as do Ensino Secundário	Colégio do Rosário	75	-	-	-	-

\* Apenas quando aplicável

#### 1.2.4 – Representação em Organizações Internacionais

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Reunião a nível do Tráfico de Seres Humanos – Conselho JAI – “Brainstorming on Anti-Trafficking Day”	14 e 15 de Janeiro Bruxelas	UE	CIG/Conselho JAI	Participação em reuniões de trabalho sobre Tráfico de Seres Humanos de forma a garantir a representação da CIG	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade prevista	891,44€	87,12€	208,98€
Participar na “Meeting on a Feasibility and Assessment Study	3 e 4 de Fevereiro Bruxelas	UE	CIG/Conselho JAI	Participação em reuniões de trabalho sobre Tráfico de Seres	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade prevista	(Custo suportado pela CE)	169,29€	208,48€

on a European Hotline for Victims of Trafficking in Human Beings”				Humanos de forma a garantir a representação da CIG						
Participação como orador “Joint Analysis, Joint action – Conference of EU National Rapporteurs on Trafficking in Human Beings”	30 e 31 de Março e 1 de Abril Praga	Presidência Checa da União Europeia	CIG	Participação em reuniões de trabalho sobre Tráfico de Seres Humanos	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade não prevista	527,97€	(Custo suportado pela organização)	416,96€
“Preventing and combating Trafficking in human beings: Reducing prostitution and sexual exploitation expert conference”	03 de Junho Pilsen, República Checa	Presidência Checa da União Europeia	CIG	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade não prevista	494,74€	235,62€	312,72€
Participação como orador na “Meeting of National Rapporteurs or equivalent Mechanisms”	17 e 18 de Junho Bruxelas	Comissão Europeia	CIG	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade não prevista	(Custo suportado pela organização)	190,08 €	208,48
Conferência de Alto nível da OSCE contra o Tráfico de Seres Humanos	14 e 15 de Setembro Viena	Ministério dos Negócios Estrangeiros	CIG	-	-	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade não prevista	432,61€	430,65 €	416,96 €
3ª reunião do Comité das Partes da Convenção do Conselho da	20 a 22 de Setembro Estrasburgo	Ministério dos Negócios Estrangeiro	CIG	-	-	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade não prevista	877,25 €	235,62 €	312,72 €

Europa sobre Luta Contra TSH		s/ Direcção Geral de Política Externa								
Participar na reunião anual de Implementação Dimensão Humana 2009 HDMI/2009	30 de Setembro a 2 de Outubro Varsóvia	Ministério dos Negócios Estrangeiros	CIG	-	-	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade não prevista	525,87	307,89 €	312,72 €
Audição sobre os Mecanismos de Revisão Periódica da Convenção dos Direitos Humanos	3 e 4 Dezembro Genéve	Convenção dos Direitos Humanos	CIG	-	-	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade não prevista	-	-	208,48€
Participar no seminário da presidência Sueca alusivo à comemoração do Dia europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos	19 e 20 Outubro Bruxelas	Presidência Sueca da União Europeia	CIG	-	-	I PNCTSH – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 1.2	Actividade não prevista	658,85€	380,16€	317,72€



### 1.2.5 - Outras Actividades na área do Tráfico de Seres Humanos

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Participação na reunião sobre o Observatório do Tráfico de Seres Humanos	9 de Março DRN Porto	CIG/DRN	CIG	-	-	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-
Reunião com o Ministério da Administração Interna	2 de Março; Lisboa	MAI	CIG	-	-	I PNCTSH	Actividade não prevista	79,50€	-	31,38€
Reunião de Focal Points dos órgãos de polícia criminal na área do TSH	2 de Abril Lisboa	CIG/DRN	CIG	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	86,19 €
Reunião sobre Tráfico de seres Humanos	3 de Abril Tribunal Criminal 1ª Instância do Porto	CIG-DRN	-	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-
Elaboração de parecer sobre proposta de Decisão Quadro	Abril	Ministério da Justiça	-	Dar cumprimento ao I PNCTSH e às atribuições da ICG	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-
Reunião sobre proposta de Decisão Quadro da UE	29 de Abril - Lisboa	Ministério da Justiça	-	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	54,81€
Elaboração de Resposta para Inquérito no âmbito da	Maio	CIG	-	Dar cumprimento ao I PNCTSH e às atribuições da CIG	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-

Conferência Istambul										
Reunião de Focal Points dos órgãos de polícia criminal na área do TSH	02 de Junho Lisboa	CIG/DRN	-	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	79,50€	-	31,38€
Reunião sobre Tráfico Seres Humanos no DIAP - Porto	03 de Junho Porto	CIG/DRN	-	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-
Reunião com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos	17 de Setembro Porto	CIG	-	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-
Comemorações do Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos	18 de Outubro Porto	CIG	CIG	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-
Entrevista na TVI 24H por ocasião do dia europeu contra o Tráfico de Seres Humanos	18 de Outubro Porto	CIG	-	-	-	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-
Parecer sobre a <i>Draft Decision on Stengthening OSCE Efforts to Prevent Trafficking in Human Beings</i>	Novembro Porto	CIG	-	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-
Entrevista de aluna do Curso de Criminologia da Fernando Pessoa	Porto – 12 de Novembro	CIG	-			I PNCTSH	Actividade não prevista			
Reunião do Grupo Técnico/ Manual UNODC	24 de Novembro Lisboa	OTSH	CIG	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	79,50€	-	31.38€

Actualização da Base de Dados da ONU	Dezembro	CIG	-	-	-	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-
Elaboração de 3 Informações, para SEI, em resposta ao PCP sobre TSH	Dezembro	CIG	-	Dar cumprimento ao I PNCTSH	Resultado alcançado	I PNCTSH	Actividade não prevista	-	-	-

### 1.3 - Mutilação Genital Feminina

#### - Finalização do programa de Acção (PoA) para a Eliminação da MGF

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Reunião de trabalho para proceder à finalização do PoA	9 de Janeiro; Lisboa	CIG	CIG	Proceder à finalização do PoA	Resultado Alcançado	III PNI – Área Estratégica 4, Medida F	Actividade prevista	79,50€	-	31,38
Apresentação do PoA	6 de Fevereiro; Lisboa	CIG	CIG	Proceder à apresentação pública do PoA	Resultado alcançado	III PNI – Área Estratégica 4, Medida F	Actividade prevista	79,50€	-	31,38

- Implementação do programa de Acção para a eliminação da MGF

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Implementação do programa de Acção para a eliminação da MGF	13 de Março Lisboa	CIG	CIG	Proceder ao início da implementação do PoA	Programa a ser implementado durante 2009	III PNI – Área Estratégica 4, Medida F	Actividade prevista	79,50€	-	31,38€
Reunião para a execução do PoA	7 de Abril - Lisboa	CIG	CIG	Dar cumprimento ao III PNI, nomeadamente à medida F da área estratégica 4	Resultado alcançado	III PNI – Área Estratégica 4, Medida F	Actividade prevista	79,50€	-	25,53€
Reunião para a execução do PoA	21 de Maio - Lisboa	CIG/DRN	CIG	Dar cumprimento ao III PNI, nomeadamente à medida F da área estratégica 4	Resultado alcançado	III PNI – Área Estratégica 4, Medida F	Actividade prevista	71,50€	-	25,53€
Participação na elaboração do Folheto sobre MGF	Maio	CIG/DRN	CIG	Dar cumprimento ao III PNI, nomeadamente à medida F da área estratégica 4	Resultado alcançado	III PNI – Área Estratégica 4, Medida F	Actividade prevista	71,50€	-	25,53€
Reunião do GT sobre o PoA	15 de Outubro Lisboa	CIG	CIG	Dar cumprimento ao III PNI, nomeadamente	Resultado alcançado	III PNI – Área Estratégica 4, Medida F	-	71,50€	-	21,43€

				à medida F da área estratégica 4						
--	--	--	--	----------------------------------	--	--	--	--	--	--

- Outras actividades na área da Mutilação Genital Feminina

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Conferência Internacional sobre Mutilação Genital Feminina na UE	15 e 16 de Abril Bruxelas	UE	CIG	Conhecer a realidade da MGF mais aprofundadamente	Resultado alcançado	III PNI	Actividade não prevista	891,44€	269,28€	416,95€
Simpósio sobre os aspectos legais da MGF	18 de Maio Ghent	International Centre for Reproductive Health	International Centre for Reproductive Health/ Daphne	Conhecer os aspectos legais da MGF	Resultado alcançado	III PNI	Actividade não prevista	-	-	312,72€
Entrevista de mestranda sobre a MGF	12 de Outubro Porto	CIG	-	Dar informação na área da MGF	Resultado Alcançado	III PNI	Actividade não prevista	-	-	-

2 – Educação, Formação, Actividade Profissional e Vida Familiar

2.1 - Formação de Agentes Externos

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade
Formação de	Ao longo do ano; local a designar; (acções de formação)		CIG	Formar para as questões da Igualdade de Género	Resultado alcançado	III PNI - Área Estratégica 2, ponto 2.1	Actividade prevista

Agentes Externos na área;	dependem, em grande parte, do pedido de entidades externas).			e outros temas afectos a este		- Medida M	
---------------------------	--	--	--	-------------------------------	--	------------	--

#### Síntese das Acções de Formação Realizadas

Acção de Formação	Data/ Local	Destinatários	Entidade Promotora	Número de participantes	Avaliação da acção de formação	Custos Associados		
						Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Não foram solicitadas acções de formação neste âmbito durante 2009	-	-	-	-	-	-	-	-

#### 2.2 - Participação em Encontros Científicos e outras Acções de Sensibilização

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade
Participação em Encontros Científicos e outras Acções de Sensibilização	(acções de sensibilização dependem, em grande parte, do pedido de entidades externas)	CIG/DRN	CIG	Sensibilizar para as questões da Igualdade de Género e outros temas afectos a este	Resultado alcançado	III PNI - Área Estratégica 2, ponto 2.1 - Medida M	Actividade prevista

Síntese das Participações em encontros científicos e Acções de Sensibilização Realizadas

Participação/Ação de Sensibilização	Data/ Local	Destinatários	Entidade Promotora	Número de participantes	Avaliação da acção de sensibilização *	Custos Associados (em euros)		
						Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Acção de Sensibilização sobre Direitos Humanos/Direitos das Mulheres	28 Janeiro Fiães	Alunos/as dos 10º, 11º e 12º anos	Escola Secundária de Fiães	80	-		-	31,38€
Acção de sensibilização sobre Igualdade de Género	3 de Fevereiro Espinho	Ciganas; Beneficiárias RSI	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	25	98,4%	-	-	54,81€
Acção de sensibilização sobre Igualdade de Género	13 de Fevereiro Vila Nova de Gaia	Alunos/as do 7º e 8º anos	Escola Inês de Castro	30	-	-	-	-
Acção de Sensibilização sobre Igualdade de Género	17 Fevereiro Estarreja	Alunos/as do 10º e 11º ano	Escola Secundária de Estarreja	60	-	-	-	31,38€
Acção de Sensibilização sobre Igualdade de Género	20 de Fevereiro Espinho	Beneficiárias de RSI	Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	20	100%	-	-	54,81€
Seminário "Cidadãs e a Diáspora"	6 de Março, em Espinho	Público em geral	Mulher Migrante	-	-	5.00€	-	31,38€
Acção 8 de Março	9 de Março Fiães	Estudantes Secundário	Escola Secundária de Fiães	80	-	-	-	31,38€
Acção de Sensibilização sobre Igualdade de Género	2 de Março CIG DRN	Curso de Novas Oportunidades	RHI	24	95,1%	-	-	-
Acção de Sensibilização sobre Igualdade de Género	7 e 8 de Março Câmara Municipal de Tabuaço	Público em Geral	Câmara Municipal de Tabuaço	60	-	-	-	31,38€
Acção de	10 de Março	Alunos/as do 10º	Escola	90	-	-	-	31,38€

Sensibilização sobre Igualdade de Género	Arouca	e 11º ano	Secundária de Arouca					
Acção de Sensibilização sobre Igualdade de Género	9 de Março Escola de Vila Verde	Estudantes Secundário	Escola Ribeira do Neiva Vila Verde	100	98%	-	-	15,69€
Participação em jantar/gala da Mulher	14 de Março Trofa	Comunidade em geral	Câmara Municipal da Trofa	-	-	-	-	-
2 Acções de sensibilização sobre Igualdade de Género e Violência no Namoro	24 de Março Mesão Frio	Alunos 11º e 12º anos	Agrupamento de Escolas de Mesão Frio	29/44	87%/88%	-	-	54,81€
Participação no lançamento da Campanha do Preservativo Feminino	28 de Março Lisboa	Comunidade em geral	Coordenação Nacional para a Infecção VIH Sida e CIG	-	-	-	-	-
Participação no Workshop "Liderança e Igualdade"	30 de Março Viseu	Comunidade em geral	CIG e INA	-	-	-	-	-
Acção de Sensibilização	30 de Março Leça do Balio	População Geral	Leça do Balio	42	-	-	-	-
Debate sobre a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	20 de Maio S.J.Madeira	Publico em geral	Rede Social de S.J.da Madeira	50	-	-	-	24,48€
Participação na Inauguração das novas instalações do Espaço T da Trofa	3 de Abril Trofa	Público em geral	Espaço T	40	-	-	-	-
Workshop sobre Igualdade de Género, Saúde Sexual e Reprodutiva	07 de Maio, Porto	Profissionais de Saúde	APF	15	-	-	-	-
Participação no Seminário sobre Liderança e Igualdade de Género	14 de Abril Direcção Regional de Economia	Conselheiras/os para a Igualdade	INA	12	-	-	-	-
Reunião com a Associação de	17 de Abril DRN – Porto	Presidente e técnicos do	ASI	-	-	-	-	-



Solidariedade Internacional acerca do Projecto Igualdade para Todas/os		projecto						
Acção de sensibilização sobre "Discriminação da Mulher"	28 de Abril Aveiro	Alunos	Escola Dr. Mário Sacramento	-	-	-	-	25,53€
Participação na organização do workshop "Liderança e Igualdade"	11, 19, 20 e 21 de Maio Direcção Regional de Economia	Técnicos da DREN	INA	14	-	-	-	-
Acção de sensibilização sobre "Família", no âmbito do Dia Internacional da Família	15 de Maio Castelo de Paiva	Público em geral	Câmara Municipal de Castelo de Paiva	89	-	-	-	25,53€
Participação em reunião sobre Justiça no âmbito do III PNI	2 de Junho Lisboa	-	Ministério da Justiça	-	-	71,50 €	-	31,38 €
Acção de sensibilização sobre Igualdade de Género	15 de Julho Lousado	Alunos dos cursos EFA	FORAVE – Escola Tecnológica do Ave	45	87,9%	-	-	19,60 €
Participação na entrega de prémio do concurso "Igualdade e Qualidade"	21 e 22 de Julho Lisboa	Público em geral	ARS Bragança/CIG	-	-	-	-	258,55€
Participação nas reuniões do Conselho de Coordenação Intersectorial	22 de Julho e 22 de Setembro Porto	Principais actores regionais	CCDR-N	30	-	-	-	-
Reunião com o DIAP sobre protocolo de actuação	10 de Setembro Porto	Vítimas de VD	DIAP	-	-	-	-	-
Reunião com vista à implementação do modelo de intervenção integrada em Lousada	15 de Setembro Lousada	População em geral e vítimas de VD	Seg Social e C. M. Lousada	-	-	-	-	27,41€

Participação como júri do concurso "Construir Igualdades, Afirmar Diferenças – 1º Edição"	2 de Outubro Estarreja	Público em geral	MultiAveiro	-	-	5,50€-	-	27,11€
Participação em reunião no âmbito do III PNI	19 de Outubro Lisboa		CIG	-	-	71,50€	-	31,38€
Acção de sensibilização sobre Conciliação entre a actividade profissional, vida familiar e pessoal	7 de Novembro Lixa	Público em geral	Associação Acarinhar	-	-	-	-	46,27€
Reunião com a Directora Geral do Serviço para Igualdade do Paraguai	9 de Novembro Lisboa	-	Direcção Geral do Serviço para a Igualdade do Paraguai	-	-	-	-	46,27€
Acção de sensibilização sobre Igualdade de Género	18 de Novembro Coimbra	Professores	Associação de Escolas de Coimbra	-	-	-	-	27,11€
Participar no lançamento da Campanha do Dia Internacional da Eliminação da Violência Doméstica Contra as Mulheres	25 de Novembro Lisboa	Público em geral	CIG	-	-	-	-	73,38€
Participação como oradora na Oficina "Apoio ao Empreendedorismo de Mulheres Desempregadas" sobre Igualdade de Género	26 de Novembro Paredes	Público em geral	ANIMAR	-	-	-	-	46,27€
Acção de sensibilização sobre Igualdade de Género	9 de Dezembro Porto	Alunos do 7º, 8º e 9º ano do Colégio do Rosário	Colégio do Rosário	50	-	-	-	-

Acção de sensibilização sobre Igualdade de Género	10 de Dezembro V. N.Gaia	Alunos do 8º ano da Escola EB 2/3 Inês de Castro	E.B 2/3 Inês de Castro	26	-	-	-	-
Acção de sensibilização sobre Igualdade de Género e Direitos Humanos	10 de Dezembro Barcelos	Alunos e professores	Agrupamento Vertical das Escolas de Fragoso	-	-	-	-	27,11€
Acção de sensibilização sobre Cidadania e Igualdade de Género	29 e 30 de Dezembro Vila Nova de Gaia	Adultos	Centro de Novas Oportunidades da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação do Porto, Pólo de VN Gaia	75	89,2%	-	-	-

\* Apenas quando aplicável

### 2.3 - Outros Tipos de Participações em Projectos

#### Projecto Equ@lificação

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Elaboração de orçamento para prolongamento da Acção 3	Prolongamento acção 3 de Jan Junho	Animar e Cáritas	EQUAL	-	-	III PNI – Área Estratégica 2 - Medida 2.1	Actividade prevista	-	-	-
Reunião de Parceria CT	2 de Março em Lisboa	Animar e Cáritas	EQUAL	-	-	III PNI – Área Estratégica 2 - Medida 2.1	Actividade prevista	-	-	31,38€
Elaboração de Protocolo e regulamento para plataforma	(Prolongamento acção) Janeiro a Junho	Animar e Cáritas	EQUAL	-	-	III PNI – Área Estratégica 2 - Medida 2.1	Actividade prevista	-	-	-

Curso de IG em e-learning	Decorreu de 8 de Maio a 5 de Junho em e-learning Sessão presencial: 8 de Maio, Lisboa Visita de estudo: 22 de Maio, Lisboa Encerramento : 5 de Junho, Lisboa	Animar e Cáritas	EQUAL	Formar pessoas, através das novas tecnologias da informação, em Igualdade de Género	29 formandos	III PNI – <u>Área Estratégica 2</u> - Medida 2.1	Actividade prevista	-	-	94,14€
Elaboração do Regulamento e do protocolo para o Portal 3 sector (este será um novo projecto que, apesar de ter sido criado no âmbito do Equ@lificação, será um projecto autónomo)	Julho e Agosto	Animar e Cáritas	EQUAL	Elaboração do regulamento e assinatura do protocolo	Regulamento elaborado e protocolo assinado	III PNI – <u>Área Estratégica 2</u> - Medida 2.1	Actividade não prevista	-	-	-
Participação no Seminário Ibérico sobre boas práticas na IG	21 de Novembro, Universidade Católica Portuguesa, Porto	Animar e Cáritas	EQUAL	-	-	III PNI – <u>Área Estratégica 2</u> - Medida 2.1	Actividade não prevista	-	-	-

Projecto "Ellos También"

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora/ executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
1ª reunião de projecto	Léon 30 Outubro	Servizo Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller	Servizo Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller CIG	-	-	III PNI – Área Estratégica 5, ponto 5.2, medida A	Actividade não prevista	(Custo suportado pela entidade promotora)	(Custo suportado pela entidade promotora)	(Custo suportado pela entidade promotora)
2ª reunião de projecto	Porto 27 de Novembro	Servizo Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller	Servizo Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller CIG	-	-	III PNI – Área Estratégica 5, ponto 5.2, medida A	Actividade não prevista	(Custo suportado pela entidade promotora)	(Custo suportado pela entidade promotora)	(Custo suportado pela entidade promotora)
3ª reunião de projecto	Santiago de Compostela 17 e 18 Dezembro	Servizo Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller	Servizo Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller CIG	-	-	III PNI – Área Estratégica 5, ponto 5.2, medida A	Actividade não prevista	(Custo suportado pela entidade promotora)	(Custo suportado pela entidade promotora)	(Custo suportado pela entidade promotora)

- Outras actividades

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora /executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Participação no Seminário <i>POFC – Empreendedorismo</i>	30 de Janeiro; Porto	ANJE	CIG	Conhecimento das condições dos projectos no	Resultado alcançado	III PNI – Área Estratégica 1 – ponto 1.2, Medida	Actividade não prevista	-	-	-

<i>Feminino</i>				âmbito da área do empreendedorism o feminino		U; <u>Área Estratégica 2</u> – ponto 2.2, Medidas A, B, C, D, H, J, K; ponto 2.3, Medida A; <u>Área Estratégica 3</u> – ponto 3.3; <u>Área Estratégica 4</u> – Medida D;				
Reunião com a Sra Presidente, para assinatura dos contratos	7 Abril CIG Lisboa	CIG	CIG	-	-	-	Actividade não prevista	214,50€	-	82,50€
Reunião de apresentação do novo espaço onde está a ser desenvolvido o Projecto “Rebeca” cofinanciado pelo FSE e Medida 7.3 do QREN/POPH	14 de Maio Porto	Associação Portuguesa de Mulheres Juristas	CIG	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	-
Reunião sobre a elaboração do Livro Igualdade de Género	28 a 31 de Julho Lisboa	CIG	CIG	Compilação dos contributos para o Livro “Igualdade de Género” e posterior publicação	Resultado alcançado	-	Actividade não prevista	71,50 €	165,23 €	62,76 €
Participação no almoço convívio da CIG	30 de Julho CIG - Lisboa	CIG	CIG	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	86,19 €
Participação na apresentação pública do Sistema integrado de Informação e conhecimento e Agenda da	11 de Setembro, Lisboa	CIG	CIG	Participar na sessão de apresentação da Agenda da Igualdade	Resultado alcançado	-	Actividade não prevista	-	-	31,38 €

Igualdade										
Reunião com o N-CIG de preparação do cumprimento de algumas actividades no âmbito do III PNI	29 de Setembro CIG - Lisboa	CIG	CIG	Início dos preparativos para o desenvolvimento de algumas medidas do III PNI;	Resultado alcançado	III PNI – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 2.1, Medidas A e B	Actividade não prevista	-	-	62,76€
Reunião para preparação de um Workshop acerca de "Equilíbrios de Género" a desenvolver na AXA Seguros/Porto	29 de Setembro CIG - Lisboa	CIG/AXA	CIG	Início da preparação e definição das linhas gerais do workshop	Resultado Alcançado	III PNI – <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 2.3, Medida C	Actividade não prevista	71,50 €	-	31,38 €
Participação na Embaixada da Áustria do Dia Nacional da Áustria a convite do Exm <sup>o</sup> Sr. Embaixador	26 de Outubro Lisboa	Embaixada da Áustria	-	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	46,27€
Participação em Programa de televisão "Opinião Pública"	28 de Outubro Porto	SIC	-	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	-
Participação em seminário em representação da S. Ex <sup>a</sup> a secretária de Estado da Igualdade	20 de Novembro Coimbra	-	-	-	-	-	Actividade não prevista	-	-	18,87 €

### 3 – Cooperação

#### 3.1 – Cooperação Interinstitucional

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora/e xecutora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Previsão da Actividade	Custos Associados (em euros)		
								Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Projecto Sexto Sentido  (Formação para a Inclusão – Protocolo de Cooperação)	17 de Março  CVP - Trofa	CVP - Trofa	CIG	-	Acção de formação ministrada a 16 formandos/as (acção referida no quadro 2.1)	III PNI – Área 2.4	Actividade prevista	5,00€	-	15,69€
CIG –DRN enquanto entidade que acolhe estágios de alunos/as finalistas do curso de Psicologia	Reunião de estágio a 3 Fevereiro DRN Porto; Reuniões mensais	CIG-DRN/ Universidade Católica e Universidade do Porto	CIG	—	Acolhimento de 2 estagiários	-	Actividade prevista	-	-	-
- CIG como entidade pertencente à Rede Social Inter-Freguesias e às Plataformas Territoriais Supra Concelhias do Tâmega e do Grande Porto ligadas à Rede Social (Decreto-lei nº115/2006 de 14 Junho)	Plataforma Territorial Supra Concelhia do Porto e Plataforma Territorial Supra Concelhia do Tâmega - 21 Janeiro, Porto; Rede	Centro Distrital de Segurança Social do Porto	CIG	Assegurar a representação da CIG nestes organismos	3 reuniões (Por motivos de agenda, não foi possível participar em mais reuniões deste âmbito)	III PNI – <u>Área Estratégica 5</u> , ponto 5.2 – Medidas A, B, E	Actividade prevista	-	-	-



	Social Inter-Freguesias – 23 de Março, Aldoar Plataforma Territorial Supra Concelhia do Ave – 26 de Março, Fafe; (foram realizadas mais reuniões neste âmbito, no entanto, por motivos de agenda, não foi possível participar)									
- (In)formação na área da Violência Doméstica e Igualdade de Oportunidades junto dos técnicos e utentes do Centro de Apoio à Vida da ADICE e de entidades parceiras deste equipamento, bem como, informação jurídica e cedência de materiais informativos produzidos pela CIG	Ao longo do ano;	Protocolo com o CAV da ADICE, Câmara Municipal de Valongo, Centro de saúde de Valongo e Ermesinde e CIG	CIG	Prestar informações, quando solicitado, na área da Violência Doméstica e Igualdade de Oportunidades	—	III PNI - <u>Área Estratégica 2</u> , ponto 2.1 – Medida K	Actividade prevista	-	-	-
Colaboração com entidades da sociedade civil do norte do país com intervenção na área de Cidadania, Igualdade	Ao longo do ano	ONG's directamente envolvidas na área da Cidadania, da Igualdade de	CIG	—	Cooperação com 4 entidades – Gaia Social, REAPN Núcleo do	III PNI - <u>Área Estratégica 3</u> , ponto 3.3 – Medida A; <u>Área Estratégica 4</u> – Medida B	Actividade prevista	-	-	-

de Género e Violência de Género		Género e da Violência de Género			Porto, Câmara Municipal de Gondomar e Centro de Saúde de S.João, no sentido de agendar acções de formação na área da Violência Doméstica					
---------------------------------	--	---------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

#### 4 – Actividades de Gestão

Actividade	Data	Local	Custos Associados (em euros)		
			Viagens	Alojamento	Ajudas de custo
Participação na I Reunião do Conselho Regional da CCDR - N	16 de Janeiro;	Exponor Matosinhos	-	-	-
Reuniões do Conselho de Coordenação de Avaliação	13 de Janeiro; 21 de Janeiro; 30 de Janeiro; 9 de Março; 6 de Abril; 28 de Abril; 25 de Junho; 6 de Abril; 28 de Abril; 25 de Junho; 22 de Julho	CIG - Lisboa	71.50€	71.77€	345.18€
Reuniões do Conselho Consultivo	19 de Janeiro; 2 de Fevereiro; 12 de Março;	CIG - Lisboa	-	-	94.14€
Reuniões de Coordenação Técnica	20 de Abril; 7 de Maio; 18 de Maio; 21 de Julho; 8 de Setembro	CIG - Lisboa	-	-	156.90€
Reuniões de chefias	7 de Outubro; 14 de Outubro; 2 de Novembro;	CIG - Lisboa	-	-	138.81€
Reuniões com a Sr. <sup>a</sup> Presidente da CIG e actual Secretária de Estado para a Igualdade	16 de Julho; 12 de Outubro; 10 de Novembro	CIG - Lisboa	-	-	109.03€

Acompanhar a Sr. <sup>a</sup> Secretária de Estado para a Igualdade	16 de Dezembro	Barcelos e Fafe	-	-	46.27€
Reunião na Presidência do Conselho de Ministros	24 de Julho	Lisboa	-	-	31.38€
Reunião sobre regulamento interno da CIG	14 de Setembro	Lisboa	-	-	-

## 5 – Centro de Documentação e Biblioteca Especializados<sup>5</sup>

### 5.1 – Actividades

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/executora	Financiamento/ Encargos	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade
Dar continuidade ao Registo, Carimbagem, Catalogação e atribuição de Cotas do Fundo Documental e Informatização do mesmo, através de um Programa Informático (Bibliobase)	-----	CIG/DRN	CIG	Actividade não executada por não existirem técnicos/as qualificados/as para a realizar		Funcionamento corrente da DRN
Difusão, Divulgação e Distribuição de Publicações e outros materiais Informativos no âmbito das Áreas Específicas da CIG. <sup>6</sup>	Ao longo do ano;	CIG/DRN	CIG	-	-	Funcionamento corrente da DRN
Elaboração Trimestral de listagens sobre as novas aquisições	Março 2009	CIG/DRN	CIG	4	2	Funcionamento corrente da DRN
Desenvolvimento de Serviços de	Sempre que há	CIG/DRN	CIG	Apoiar os	Resultado	Funcionamento corrente

<sup>5</sup> Ver Relatório Anual do Centro de Documentação

<sup>6</sup> Ver em anexo listagem de publicações difundidas

pesquisa e consulta bibliográfica com recurso às Novas Tecnologias	solicitação por parte dos utilizadores/as internos e externos			utilizadores/as	alcançado	da DRN
Pesquisa de Bibliografia e contactos com Editores e Livreiros com vista a Reforçar o Fundo Documental	Fevereiro 2009; (a partir daqui não foram efectuadas mais aquisições)	CIG/DRN	CIG	-	-	Funcionamento corrente da DRN

#### - Atendimento ao Público

Actividade	Nº de atendimentos	Grau de satisfação	Entidade promotora/executora	Financiamento/Encargos	Medidas e Planos em que se insere a Actividade
Atendimento ao público	208 <sup>7</sup>	87.3%	CIG/DRN	CIG	Funcionamento corrente da DRN

#### 5.1.1 - Participação em Seminários, Colóquios, Congressos, Encontros, Feiras e Exposições de Promoção de Serviço, e distribuição de Documentação

Actividade	Data e Local de realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade
Participação em Seminários, Colóquios, Congressos, Encontros, Feiras e Exposições de Promoção de Serviço, e Distribuição de Documentação	Ao longo do ano;	CIG/DRN	CIG	Sensibilizar para as diversas questões relacionadas com as atribuições da CIG	Resultado alcançado	Funcionamento corrente da DRN

#### Síntese das Participações em Seminários, Colóquios, Congressos, Encontros, Feiras e Exposições

Participação	Data/ Local	Destinatários	Entidade Promotora	Avaliação *	Custos Associados (em euros)		
					Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
I Encontro Concelho de Boas Práticas de	16 a 20 de Janeiro em Stª Mª feira	Público em Geral (6000 pessoas)	Projecto Direitos e Desafios / Câmara Municipal de Sta	-	-	79,54	146,72

<sup>7</sup> Destes atendimentos, apenas 47 pessoas tiveram acesso ao inquérito de satisfação, pelo que o grau de satisfação referido se refere a esse nº de inquéritos preenchidos

Intervenção Social (Feira)			Maria da Feira				
----------------------------	--	--	----------------	--	--	--	--

\* Apenas quando aplicável

## 5.2 – Cooperação Interinstitucional

Actividade	Nº de visitas	Grau de satisfação	Entidade promotora/executora	Financiamento/Encargos	Medidas e Planos em que se insere a Actividade
Orientação de Visitas de Estudo à DRN da CIG (Destinatários: Universidades; Escolas Centros de Documentação, Bibliotecas; Autarquias; Departamentos de Saúde, do Emprego e Formação Profissional, da Segurança Social; Partidos Políticos; Estruturas Sindicais; Associações Sindicais; Associações Culturais; Associações de Estudantes; Loja do Cidadão; Organizações Não Governamentais e a População em geral	18	87.3% <sup>8</sup>	CIG/DRN	CIG	Funcionamento corrente da DRN

### - Permutas

Actividade	Nº de entradas	Nº de saídas	Entidade promotora/executora	Financiamento/Encargos	Medidas e Planos em que se insere a Actividade
------------	----------------	--------------	------------------------------	------------------------	--

<sup>8</sup> De acordo com os inquéritos de satisfação aplicados.

Permutas	10	2	CIG/DRN	CIG	Funcionamento corrente da DRN
----------	----	---	---------	-----	-------------------------------

## 6 – Actividades no âmbito do QREN

Actividade	Data e Local de Realização	Entidade promotora/executora	Financiamento	Resultados Previstos	Resultados Alcançados	Medidas e Planos em que se insere a Actividade	Custos Associados (em euros)		
							Viagens	Alojamento	Ajudas de Custo
Análise técnica e financeira das candidaturas de projectos submetidas no âmbito das tipologias abertas do Eixo 7 do POPH, QREN, assim como o seu acompanhamento e avaliação técnicos	Diversas reuniões de trabalho com vista à prossecução da actividade, sendo o restante trabalho desenvolvido na DRN	Equipe STI – CIG/DRN	CIG/QREN	Proceder às actividades inerentes ao processo de análise e acompanhamento dos projectos aprovados e não aprovados no âmbito do eixo 7 do POPH	Resultado alcançado	III PNI – Área Estratégica 1 – ponto 1.2, Medida U; Área Estratégica 2 – ponto 2.2, Medidas A, B, C, D, H, J, K; ponto 2.3, Medida A; Área Estratégica 3 – ponto 3.3; Área Estratégica 4 – Medida D;	625,50€	2.030,62€	910,41 €
Participação no Seminário <i>POFC – Empreendedorismo Feminino</i>	30 de Janeiro; Porto	ANJE	CIG	Conhecimento das condições dos projectos no âmbito da área do empreendedorismo feminino	Resultado alcançado	III PNI – Área Estratégica 1 – ponto 1.2, Medida U; Área Estratégica 2 – ponto 2.2, Medidas A, B, C, D, H, J, K; ponto 2.3, Medida A; Área Estratégica	-	-	-

						3 – ponto 3.3; Área Estratégica 4 – Medida D;			
Assinatura Compromisso para Igualdade da CIG com Associações Empresariais, no âmbito da tipologia 7.6 Abrantes	14 de Fevereiro Abrantes	Equipe STI – CIG/DRN	CIG/QREN	Assinatura de protocolo de colaboração	Resultado alcançado	III PNI – Área Estratégica 1 – ponto 1.2, Medida U; Área Estratégica 2 – ponto 2.2, Medidas A, B, C, D, H, J, K; ponto 2.3, Medida A; Área Estratégica 3 – ponto 3.3; Área Estratégica 4 – Medida D;	-	-	-

## 7 – Serviços Administrativos

### 7.1 – Actividades

Actividade	Procedimentos Solicitados	Procedimentos Assegurados
Procedimentos administrativo-financeiros que contemplam a elaboração de propostas de aquisição de bens e serviços a fornecedores	10	10
Procedimentos respeitantes à realização de obras e aquisição de serviços de conservação e reparação de equipamentos	3	3
Recepção, classificação registo e distribuição interna de correspondência entrada nos serviços da DRN, bem como a expedição de correspondência da mesma	299	299
Elaboração e organização de dossiers referentes a projectos e formação realizada pela DRN	39	39
Recolha e tratamento de dados estatísticos do SIVVD e da formação realizada pela DRN	14	14
Apoio logístico e colaboração aos diversos projectos assim como ao Centro de Documentação.	6	6

Actividade	Nº de deslocações	Custo associado - Gasóleo	Custo associado - Portagens
Condução da viatura adstrita ao serviço e elaboração dos boletins diário do veículo	172	Cartão Frota	Via Verde

## 8 – Recursos Humanos

### 8.1 - Acções de Formação recebidas pelos Técnicos/as da DRN

Acção de Formação	Data/ Local	Técnico/a	Entidade Promotora	Avaliação do/a Formando/a	Custo da Acção (euros)
Avaliação Psicológica Forense	Janeiro a Maio Braga	Susana Mota	Universidade do Minho IEP	-	600€
Regime de Férias, Faltas e Licenças	26 a 31 de Janeiro Porto	Margarida Teixeira	IGAP	-	360€
Formação SIADAP 2,3	20 de Fevereiro Lisboa	Manuel Albano	Secretaria Geral da PCM	-	-
Formação sobre "Stalking"	14 de Abril DRN	Equipa técnica DRN	Universidade do Minho e Instituto de Educação e Psicologia da UM	-	-
Workshop "Diálogo e Responsabilidade Social"	12 de Maio Matosinhos	Rosa Oliveira	CITE	-	-
Formação sobre Licença Parental	28 de Setembro, CIG - Lisboa	Rosa Oliveira, Sofia Moita e Teresa Carvalho	Instituto de Segurança Social	Não aplicável	-

#### **Nota Final:**

Devido às atribuições conferidas à Delegação Regional do Norte, pela Lei Orgânica da CIG, transversais a diversas áreas de actuação e aos 3 Planos Nacionais em vigor (III PNCVD, III PNI e I PNCTSH), a DRN congrega todas as suas sinergias na execução das suas actividades. Assim, as acções descritas neste relatório contam com a participação de toda a equipa técnica, que consoante as disponibilidades, vai-se articulando de forma a dar resposta as diversas solicitações e compromissos.

↳ De realçar que a cada actividade corresponde a intervenção das seguintes áreas:

- Técnico/a superior
- Pessoal auxiliar e administrativo
- Área da Documentação e Publicação



**Anexo III**  
**Relações Internacionais**

A U-RI tem como missão principal reportar informação sobre a situação nacional e/ou defender as posições de Portugal em matéria de igualdade de género nas instâncias e organizações internacionais. Assim sendo, acompanha e participa nos trabalhos desenvolvidos por várias organizações internacionais e respectivos organismos ou agências no domínio da igualdade de género. Em 2009, estavam previstas e foram realizadas as seguintes actividades:

## **União Europeia**

### **Actividades previstas e realizadas**

#### **Presidência Checa da União Europeia**

A igualdade de género não fez parte das prioridades da Presidência Checa, não tendo mesmo sido realizada, durante esta Presidência, a tradicional Reunião Informal de Ministros/as da Igualdade. Tão pouco foram desenvolvidos indicadores para o acompanhamento da Plataforma de Acção de Pequim (PAP), adoptada na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em 1995. Contudo, a Presidência decidiu apresentar ao Conselho EPSCO um Projecto de Conclusões sobre *“Igualdade de oportunidades entre mulheres e homens para a geração dos 50+ anos: para uma vida activa e um envelhecimento digno”*.

Neste enquadramento, elaborou um Relatório sobre Igualdade de Oportunidades para mulheres e homens: envelhecimento activo e digno, que assentou em dados estatísticos, na sua maioria, do EUROSTAT, permitindo estabelecer comparações entre os Estados membros da U.E.

A U-RI acompanhou o processo de discussão dos Projecto de Conclusões e do Relatório acima referidos. Elaborou propostas e comentários de Portugal e seus respectivos textos justificativos para o debate destes documentos nas reuniões do Grupo Questões Sociais realizadas durante o mês de Abril.

#### **Conselho EPSCO**

A U-RI elaborou as notas de enquadramento sobre os Relatório e Projecto de Conclusões preparados pela Presidência Checa da União Europeia sobre *“Igualdade de oportunidades entre mulheres e homens para a geração dos 50+ anos: para uma vida activa e um envelhecimento digno”* acima referidos, adoptados no Conselho EPSCO de 8 de Junho.

#### **Conselho Europeu**

A U-RI elaborou parecer sobre Projecto de Conclusões do Conselho Europeu de 19 e 20 de Março.

Representação de Portugal na Reunião do Grupo de Alto Nível para o Mainstreaming de Género, realizada em Praga a 9 de Janeiro. Nesta reunião foi apresentado projecto de Relatório da Comissão Europeia sobre a Igualdade entre mulheres e homens, a levar à Cimeira da Primavera de 2009 para adopção.

## **Conferência de Peritos na área da Igualdade.**

A U-RI procedeu à preparação e apoio à participação de delegação de Portugal na Conferência de peritos da Presidência Checa da União Europeia na área da igualdade entre mulheres e homens, sobre “Novas Formas de ultrapassar os Estereótipos de Género”. Praga 27 de Maio. A Conferência visou o intercâmbio de boas práticas, instrumentos e métodos inovadores para lutar contra os estereótipos de género em três domínios: instrumentos e métodos para uma educação sensível ao género, instrumentos e métodos para lutar contra os estereótipos veiculados pelos meios de comunicação social, instrumentos e métodos para lutar contra os estereótipos nos processos de tomada de decisão. O programa da Conferência contou com a Dra. Teresa Pinto como oradora portuguesa.

## **Presidência Sueca da União Europeia**

### **Acompanhamento da Plataforma de Acção de Pequim (PAP)**

No contexto do acompanhamento da Plataforma de Acção de Pequim, coube à Presidência Sueca a elaboração de um Relatório de balanço dos desenvolvimentos ocorridos na U.E., ao longo dos últimos cinco anos, em previsão dos 15 anos da adopção da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, em 2010. Esse Relatório constituiu a base para o Projecto de Conclusões “*Acompanhamento da implementação da Plataforma de Acção de Pequim pelos Estados membros e pelas Instituições da União Europeia. “Pequim +15: Um Balanço do Progresso”*”, apresentadas ao Conselho EPSCO a 30 de Novembro de 2009. O Relatório constituiu ainda a base da participação da U.E. na Reunião Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (CEE/ONU), no âmbito do contributo da região Europa para a revisão global do processo “Pequim+15”, realizada em Genebra nos dias 13 e 14 de Julho de 2009.

### **Estratégia de Lisboa após 2010**

A Presidência Sueca preparou ainda um segundo **Projecto de Conclusões** “*Igualdade de Género: reforçar o crescimento e o emprego - contributo para a Estratégia de Lisboa após 2010*”, elaborado com base nas conclusões da Conferência Ministerial “Igualdade e Estratégia de Lisboa” com vista ao reforço da dimensão da igualdade de género após o fim da Estratégia de Lisboa, em 2010.

### **Actividades previstas e realizadas**

#### **Grupo Questões Sociais**

A U-RI acompanhou o processo de discussão dos dois Projectos de Conclusões e do Relatório acima referidos, elaborando propostas e comentários de Portugal e seus respectivos textos justificativos. As propostas apresentadas por Portugal obtiveram em geral bom acolhimento por parte dos outros Estados membros. Elaborou ainda e enviou comentários e complementos de informação ao Relatório elaborado pela Presidência Sueca da União Europeia sobre Pequim +15, na sequência da sua apresentação ao Grupo de Alto Nível para o Mainstreaming de Género, a 3 de Setembro. Procedeu à

análise da segunda versão do mesmo Relatório após a sua distribuição no Grupo Questões Sociais e à elaboração de mais complementos de informação, igualmente integrados no Relatório.

### **Conselho EPSCO**

Em resposta a solicitação do MNE, elaboração de notas de enquadramento sobre Relatório e os dois Projectos de Conclusões preparados pela Presidência Sueca da U.E., acima referidos, destinadas à participação da Ministra do Trabalho e Solidariedade Social no Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores de 30 de Novembro.

Preparação e representação de Portugal na Reunião do Grupo de Alto Nível para a integração da dimensão da igualdade entre mulheres e homens, realizada em Frosundavik, Suécia, a 3 de Setembro. A U-RI apresentou os seus comentários sobre as grandes linhas do “Relatório sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens, 2010”, sobre as futuras políticas para a igualdade entre mulheres e homens (2011-2015), bem como sobre a estratégia a adoptar para reforçar a integração da dimensão da igualdade de género na Estratégia de Lisboa após 2010.

Apoio à participação de Portugal na Conferência da Presidência Sueca da U.E. *“Qual o significado da Igualdade de género para o crescimento económico e o emprego?”*, realizada em Frosundavik, Suécia a 15 e 16 de Outubro. Duas Técnicas da CIG e a representante de Portugal nos Comitê “Emprego” da C.E. e Directora do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSS participaram nesta Conferência que se debruçou sobre a importância da igualdade entre mulheres e homens para o crescimento económico e o emprego na próxima década, com vista a reforçar a integração da perspectiva da igualdade de género no processo após Estratégia de Lisboa, que chegará ao seu termo em 2010. Os resultados da Conferência deram origem a um Projecto de Conclusões do Conselho sobre “Igualdade de género - reforçar o crescimento e o emprego”, que foi discutido no Grupo Questões Sociais e adoptado no Conselho EPSCO de 30 de Novembro.

Apoio à participação da CIG na Conferência da Presidência Sueca da U.E. sobre “Medidas e estratégias para lutar contra a violência perpetrada pelos homens contra as mulheres”; perspectivas para acções futuras”, realizada a 9 de Novembro, em Estocolmo. Articulação com Núcleo VDVG.

Apoio à participação de Portugal na 3ª Cimeira para a Igualdade, “Cooperação para a Igualdade”, organizada pela Presidência Sueca da U.E. e pela Comissão Europeia a 16 e 17 de Novembro, em Estocolmo. Esta Conferência centrou-se em torno das vertentes do mainstreaming da igualdade, gestão da diversidade, legislação, discriminações múltiplas, papel dos vários actores e comunicação social e debruçou-se com particular atenção sobre as questões LGBT e dos/as ciganas/os.

A U-RI promoveu a participação da CIG no Programa de intercâmbio de boas práticas sobre “Respostas judiciais à violência de género” organizado pela Comissão Europeia e acolhido pela Espanha, realizado em Madrid a 24 e 25 de Setembro. Para tal, articulou com a Comissão Europeia, com Ana Garcia, encarregada da organização deste evento por parte de Espanha e com Coordenadora do N-VDVG. A Coordenadora do Núcleo VDVG da CIG participou no Programa de intercâmbio de boas práticas sobre “Respostas judiciais à violência de género”, onde apresentou a experiência Portuguesa.

## **Comité Consultivo para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens da Comissão Europeia**

Preparação e participação nas 33ª e 34ª Reuniões do Comité Consultivo sobre Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens, realizadas em Bruxelas a 19 de Maio e a 20 de Novembro de 2009. A coordenadora da U-RI foi eleita Presidente deste Comité para o ano de 2010. A CITE participará na elaboração da Opinião sobre a dimensão de género no mercado de trabalho. Foi apresentada proposta de participação da CIG na elaboração da Opinião sobre a violência de género. Durante o ano de 2009 foi elaborado o contributo de Portugal para a Opinião do Comité Consultivo para a Igualdade da Comissão Europeia sobre “O futuro das políticas da igualdade de género na União Europeia”

## **Reuniões de Peritos em Questões de Género e Cooperação para o Desenvolvimento**

Preparação e participação nas duas Reuniões de Peritos em Questões de Género e Cooperação para o Desenvolvimento, realizadas em Bruxelas respectivamente a 17 e 18 de Fevereiro e a 14 de Dezembro. Na reunião de 17 e 18 de Fevereiro esteve em discussão uma proposta de base para a elaboração de um “Plano de Acção para a Igualdade de Género e o empoderamento das mulheres nas Relações Externas”, preparada pela Comissão Europeia. A reunião realizada a 14 de Dezembro teve como objectivo principal finalizar a discussão da proposta do Plano de Acção citado, e discutir os últimos e os futuros desenvolvimentos em matéria de género e desenvolvimento.

## **Actividades da U-RI não previstas e realizadas, decorrentes da participação na UE**

Participação em duas reuniões do Fórum sobre a implementação do Artigo 5 da Directiva 2004/113/EC – igualdade de género no acesso a e fornecimento de bens e serviços, realizadas em Bruxelas, respectivamente, a 24 de Março e 9 de Setembro e colaboração com o DTJ na articulação da resposta ao questionário da Comissão Europeia no âmbito dos trabalhos deste Fórum.

Foi elaborada uma compilação dos indicadores adoptados até hoje pelo Conselho EPSCO na sua versão Portuguesa, com vista ao acompanhamento do progresso da implementação da Plataforma de Acção de Pequim.

## **Outras actividades da U-RI decorrentes da participação na UE**

Elaboração de parecer sobre proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 92/85/CEE do Conselho relativa à implementação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho e de pareceres e contributos para a discussão da Proposta de directiva do Conselho que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual no Grupo Questões Sociais.

Elaboração, em colaboração com DSCEPDF, de resposta a solicitação da Comissão Europeia para a revisão dos dados sobre a Administração Pública relativos a Portugal, contidos na base de dados *online* da Comissão Europeia sobre “Mulheres e Homens em postos de tomada de decisão”.

Preparação da participação da Presidente da CIG na Conferência Internacional sobre Mutilação Genital Feminina na União Europeia, organizada pela Rede Europeia sobre Mutilação Genital Feminina (EuroNet-FGM), no Parlamento Europeu a 15 a 17 de Abril, em Bruxelas e no Colóquio Europeu sobre a Igualdade Profissional «*L'égalité professionnelle, fil rouge des mutations économiques*”.

Articulação com coordenação do N-CRA e da DTJ com vista à elaboração de resposta, por estas coordenações, a questionário da Comissão Europeia sobre a discriminação nos serviços financeiros e, em particular, na área dos seguros e da banca em função da idade, deficiência, sexo, religião ou crença, raça ou origem étnica e orientação sexual.

Reunião com a representante da ILGA-Europe, Evelyne Paradis, sobre a Proposta de Directiva do Conselho que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

#### **Participação em Conferências promovidas pela U.E.**

Conferência Europeia dedicada ao tema “Construir a Coesão Social”, promovida em parceria pelo Conselho Económico e Social, em parceria institucional com o Conselho da Europa, o Comité Económico e Social Europeu, a Comissão Europeia e a Fundação Calouste Gulbenkian. 27 de Abril.

Seminário “Paridade e participação política”, promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres em colaboração com a Representação da Comissão Europeia em Portugal, no âmbito da Campanha 50/50 - Mulheres e Homens na participação política. Edifício Jean Monet. 15 de Maio. Elaboração de proposta de intervenção.

Conferência “Igualdade entre mulheres e homens em tempos de mudança”, organizada pela Comissão Europeia com vista a proceder a um balanço da execução do Roteiro para a Igualdade entre mulheres e homens (2006 – 2010) e à discussão das prioridades no que se refere às futuras políticas na área da igualdade entre mulheres e homens. Bruxelas. 15 e 16 de Junho.

#### **EUROMED**

##### **Actividades previstas e realizadas**

Resposta a questionário da Comissão Europeia, dirigido aos países parceiros EUROMED, sobre a execução do Quadro de Acção adoptado em Istambul, cobrindo o período de Agosto de 2008 a Maio de 2009, bem como um documento de síntese das principais prioridades/resultados de Portugal, em 2008/2009.

Preparação e participação na 4ª Reunião do Grupo AD HOC EUROMED sobre “Fortalecimento do papel das mulheres na sociedade realizada em Bruxelas a 7 de Outubro 2009. Preparação e apresentação de intervenção sobre os 2 temas em discussão nesta reunião: “Implementação das Conclusões de Istambul” e “Expectativas em relação à II Conferência Ministerial EUROMED” realizada em Marraquexe, em Novembro de 2009.

Preparação e participação na II Conferência Ministerial EUROMED sobre o papel das mulheres na sociedade, tendo em vista proceder ao acompanhamento dos compromissos assumidos no Plano de Acção de Istambul. Marraquexe, Marrocos. 11 e 12 de Novembro de 2009.

Elaboração de pareceres sobre o Documento de Orientação da Comissão Europeia (Commission Concept Paper) sobre o Reforço do Papel das Mulheres na Sociedade, com vista à sua discussão no grupo Magreb/Mashereque, documento destinado a orientar e enquadrar as conclusões a adoptar na II Conferência Ministerial, tendo em vista proceder ao acompanhamento dos compromissos assumidos no Plano de Acção de Istambul e a definir as acções futuras.

Elaboração de sugestões e comentários ao Projecto de Conclusões/Declaração a adoptar nesta II Conferência Ministerial, em resposta a solicitação da Presidência Sueca da U.E. dirigida aos membros do Grupo de Alto Nível para ao Mainstreaming de Género e articulação com a Presidência Sueca, bem como com a Direcção de Serviços das Relações Externas Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do MNE. Mau grado os problemas registados na negociação do projecto de Conclusões, levantados em especial pelo Egipto na fase que antecedeu a Conferência Ministerial, o que deu origem à circulação tardia de um Projecto de Conclusões entre os Estados parceiros, foi possível acordar, durante a Conferência, um documento de Conclusões da União para o Mediterrâneo sobre o Reforço do papel das Mulheres na Sociedade, que integra a grande maioria da linguagem proposta pela U.E.

#### **Actividades não previstas e realizadas**

Elaboração de Relatório de balanço das Medidas e Acções implementadas por Portugal entre Novembro de 2006 e Maio de 2009 para o “Fortalecimento do papel das Mulheres na Sociedade, em cumprimento dos compromissos de Istambul.

Elaboração de proposta de comunicação a apresentar pela Secretária de Estado da Igualdade na II Conferência Ministerial EUROMED sobre o papel das mulheres na sociedade.

#### **Conselho da Europa**

##### **Actividades previstas e realizadas**

Representação de Portugal nas 41ª e 42ª Reuniões do Comité Director para a Igualdade entre Mulheres e Homens, do Conselho da Europa, que tiveram lugar em Estrasburgo, respectivamente, de 15 a 17 de Abril e de 25 a 27 de Novembro de 2009.

Apoio à participação da CIG na Conferência de Alto Nível do Conselho da Europa sobre a integração de uma perspectiva de género nos processos orçamentais. Atenas, 5 e 6 de Maio de 2009.

Elaboração dos contributos de Portugal para o projecto de Resolução a ser adoptada pelos Ministros/as aquando da 7ª Conferência de Ministros responsáveis pela igualdade entre Mulheres e Homens, do Conselho da Europa, a realizar em Bakou, Azerbeijão em 2010.

### **Actividades não previstas e realizadas**

Preparação da participação da Presidente da CIG na Conferência “ Estatuto e participação politica: as mulheres, actoras de mudança na Região Euro mediterrânica”, promovida pelo Centro Norte-Sul e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Auditório da Fundação Luso-Americana. 2 e 3 de Abril.

Apresentação de comunicação sobre “O papel das mulheres nas reformas democráticas: a participação política das mulheres” na Conferência “ Estatuto e participação politica: as mulheres, actoras de mudança na Região Euro mediterrânica”, promovida pelo Centro Norte-Sul e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, a convite da organização da Conferência.

Actualização de estudo do Conselho da Europa sobre “Mecanismos nacionais, planos de acção e integração da dimensão da igualdade entre mulheres e homens nos Estados membros do Conselho da Europa desde a 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995)”, destinada à actualização de publicação sobre esta matéria no quadro da preparação de Pequim +15.

Elaboração de resposta a questionário do Conselho da Europa sobre “Legislação nos Estados membros do Conselho da Europa na área da violência contra as mulheres”, tendo em conta as alterações legislativas ocorridas neste domínio nos seus Estados membros após a realização da Campanha destinada a combater a violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica. Articulação com Núcleo VDVG e com Delegação do Norte para recolha e elaboração da informação.

### **Informações e pareceres no âmbito do Conselho da Europa**

Resposta a pedido de parecer do MNE sobre Projecto de Declaração do Comité de Ministros do Conselho da Europa "Tornar a igualdade entre mulheres e homens uma realidade ", a ser adoptado durante a 119ª sessão ministerial do CdE, adoptado em Madrid a 12 de Maio.

Elaboração de comentários sobre proposta de texto formulado por Malta e pela Irlanda e aprovado pelos membros do Bureau relativo a um parágrafo pendente do “Projecto de Recomendação sobre o papel das mulheres e dos homens na prevenção, na resolução dos conflitos e na consolidação da paz”, relativo ao direito de acesso, por parte das mulheres, aos serviços de saúde reprodutiva e sexual.

Início de preparação de Seminário sobre “Mulheres migrantes em Portugal: Desafios actuais”, a organizar pela CIG e o ACIDI, com o patrocínio do Conselho da Europa. Elaboração de ante-projecto de programa e de carta convite, articulação com ACIDI, com potenciais oradores/a e com Secretário do Comité das Migrações do Conselho da Europa.



## Nações Unidas

### Actividades previstas e realizadas

#### **Comissão do Estatuto das Mulheres - CSW**

53ª Reunião da Comissão do Estatuto da Mulher, CSW. Nova Iorque (2 a 13 de Março de 2009) Preparação e participação. Tema prioritário “A partilha das responsabilidades entre mulheres e homens, incluindo no contexto do VIH/SIDA”.

Realização das seguintes actividades:

- Elaboração de duas propostas de discurso a apresentar por Portugal na CSW
- Articulação com a Missão de Portugal junto das Nações Unidas, com o MNE e o Gabinete do SECPCM.
- Elaboração de súmula da agenda da 53ª sessão da CSW.
- Organização da participação da delegação de Portugal à 53ª sessão da CSW
- Preparação de dossiers de documentação

#### **Elaboração de pareceres e comentários/sugestões sobre os seguintes documentos:**

- Proposta de declaração a apresentar pela EU na 53ª reunião da CSW enviada aos membros do Grupo de Alto Nível para recolha de comentários.
- Proposta de Declaração da União Europeia ao CSW, circulada para consulta por COREU via Ministérios dos Negócios Estrangeiros
- Projecto de tópicos para intervenção da Presidência da U.E. no painel interactivo de peritos sobre “Políticas e iniciativas chave e inovadoras na promoção da partilha de responsabilidades entre mulheres e homens, incluindo no contexto do HIV/SIDA” *Draft talking points for the EU Presidency interventions at the interactive expert panel on key policy initiatives on the equal sharing of responsibilities between women and men, including caregiving in the context of HIV/AIDS*
- Projecto de tópicos para intervenção da Presidência da U.E. no Painel interactivo de peritos sobre “ Desenvolvimento de competências para a integração da dimensão da igualdade de género no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e programas nacionais de apoio à partilha igualitária de responsabilidades entre mulheres e homens, incluindo no contexto do HIV/SIDA”. *Draft talking points for the EU Presidency interventions at the interactive expert panel on building capacity for mainstreaming a gender perspective in the development, implementation and evaluation of national policies and programmes on the equal sharing of responsibilities between women and men, including caregiving in the context of HIV/AIDS*
- Projecto de resolução sobre os métodos de trabalho da CSW. *CSW\_methods\_of\_work\_draft\_resolution\_revised*
- Projecto de tópicos para intervenção da Presidência da U.E. no diálogo com a Comissão sobre a Prevenção do Crime e justiça Criminal (CCPCJ) sobre legislação sobre Violência contra as Mulheres. *Dialogue on legislation on violence against women, 4 March 2009*
- Projecto de tópicos para intervenção da Presidência da U.E. no diálogo interactivo com o Relator Especial das Nações Unidas sobre Violência contra as Mulheres após a apresentação de um

relatório à CSW. *Draft talking points for the interactive dialogue with the UN Special Rapporteur on Violence against Women after her delivery of an oral report to the CSW (10:00 a.m., March 4, 2009)*

- Projecto de tópicos para intervenção da Presidência da U.E na Sessão comemorativa do Dia Internacional das Mulheres, 5 de Março de 2009. *Talking Points for the Commemoration of the International Women's Day, 5 March 2009.*
- Projecto de tópicos para intervenção da Presidência da U.E sobre o tema "Perspectiva de género na actual crise financeira global". "Gender perspectives on the financial crisis"
- Programa multianual de trabalho da CSW (2010-2014)
- Parecer sobre o Projecto de Conclusões sobre o tema da 53ª sessão da CSW "A partilha das responsabilidades entre mulheres e homens, incluindo no contexto do VIH/SIDA". *Agreed conclusions on the equal sharing of responsibilities between women and men, including care-giving in the context of HIV/AIDS.*

Acompanhamento e participação nas reuniões de negociação sobre a proposta de Conclusões Acordadas da 53ª Sessão da CSW (reuniões de coordenação da União Europeia e negociações informais).

### **Implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas**

Participação no Grupo de Trabalho criado pelo Gabinete do SECPCM com vista à elaboração do Plano Nacional de Acção para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Articulação com os outros Ministérios, e elaboração de contributos e comentários às sucessivas versões deste Plano.

### **Actividades não previstas e realizadas**

#### **UNIFEM**

Revisão da tradução para português do Relatório da UNIFEM "Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009: Quem Responde Às Mulheres? Género e Responsabilização, bem como do seu sumário executivo

Preparação do lançamento do referido Relatório da UNIFEM em articulação com o Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação e a Divisão de Documentação e Informação a equipa do UNIFEM incluindo as questões relacionadas com a organização e divulgação do evento, envio de convites, preparação do dossier de imprensa logística do local, a interpretação simultânea, a preparação e entrega dos materiais, o transporte da Directora do UNIFEM, o almoço com a Directora do UNIFEM e o Porto d'Honra.

#### **Pequim +15 – Avaliação da implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim (1995)**

Elaboração do Relatório de Portugal em resposta ao Questionário da Comissão Económica das N.U. para a Europa (CEE/ONU), no âmbito do contributo da região Europa para a revisão global do

processo “Pequim+15”. Este questionário, desenvolvido pelas Comissões Regionais em colaboração com a Divisão para o Progresso das Mulheres do secretariado das Nações Unidas (DAW), visou recolher dados para apresentar um relatório na reunião da CEE/ONU dedicada ao tema “Mulheres e a Economia”, realizada em Genebra, nos dias 13 e 14 de Julho de 2009.

Elaboração de resposta ao questionário da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa sobre o “Reforço dos mecanismos nacionais para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres”, em complemento das respostas ao questionário destinado ao acompanhamento de Pequim +15 no âmbito do contributo da região Europa para a revisão global do processo “Pequim+15”.

Preparação e participação na Reunião da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa para Pequim +15 “Novos desafios e oportunidades para a Igualdade de Género na Região da Comissão Económica para a Europa: questões chave e respostas de política”. Genebra. 2 e 3 de Novembro de 2009. Esta Reunião debruçou-se sobre os seguintes temas:

- Revisão Regional do progresso da implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim (1995) e das Conclusões da XXIII Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas – Pequim + 15.
- Novas parcerias, redes e alianças aos níveis local, nacional, e regional
- Políticas económicas sensíveis ao género no contexto da actual situação económica e da crise financeira
- Sector empresarial e género

Foi elaborado projecto de intervenção a apresentar por Portugal na Sessão 4 desta Conferência e assegurada a articulação com a Representação Permanente de Portugal em Genebra com vista à inscrição prévia da comunicação na 4ª Sessão da Conferência, bem como para aferir a natureza da intervenção.

### **Contributos para Relatórios nacionais sobre o cumprimento dos Tratados de Direitos Humanos por Portugal**

Em resposta a solicitação da Procuradoria-Geral da República, a U-RI procedeu à:

- Elaboração e envio dos contributos da CIG para o Relatório de Portugal sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança e subsequente envio de complementos de informação sobre a promoção de direitos humanos na área da educação, em cumprimento desta Convenção.
- Elaboração de contributo para o Documento Base de controlo da aplicação dos tratados de Direitos Humanos da ONU. Elaboração de complemento de informação em resposta a esse mesmo documento sobre os empregos com maior (e menor) percentagem de mulheres, bem como sobre a percentagem de mulheres em cargos dirigentes e políticos.
- Elaboração e envio dos contributos da CIG para o 4.º Relatório periódico de Portugal ao Comité dos Direitos do Homem sobre o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

A U-RI articulou com as diferentes unidades orgânicas da CIG com vista à recolha dos necessários elementos de informação.

### **Mecanismo de Revisão Periódica Universal do cumprimento dos Tratados de Direitos Humanos - UPR**

Integração na delegação Portuguesa à sessão de defesa do relatório de cumprimento, por Portugal, dos Tratados de Direitos Humanos perante o Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Genebra. 4 de Dezembro de 2009. Para esse efeito, a U-RI participou, em representação da CIG, no Grupo Interministerial, coordenado pelo MNE, que preparou a apresentação e defesa do referido relatório, tendo desenvolvido as seguintes actividades:

- Participação na Reunião do Grupo de trabalho destinado a elaborar os relatórios nacionais em falta, a apresentar aos Comitês de Tratados das Nações Unidas, promovida pelo MNE a 16 de Julho.
- Elaboração do contributo da CIG para o relatório nacional a submeter ao mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, subsequente revisão final do documento no que respeita às matérias da sua área de competência e envio de sugestões de alterações/correcções.
- Análise dos 3 relatórios publicados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH) que constituíram a base documental do “exame” de Portugal de 4 de Dezembro, em Genebra.
- Preparação de informação contendo respostas às possíveis perguntas que as delegações dos outros países poderiam vir a dirigir a Portugal no domínio da igualdade entre mulheres e homens.
- Elaboração de Informação sobre as recomendações dirigidas a Portugal pelos Estados membros aquando da sessão de defesa do relatório Portugal com impacto na área da igualdade de género com vista à recolha de decisão superior sobre a sua possível aceitação pelo Estado Português. Promoção da tradução das Observações finais do Comité CEDAW a Portugal.

Apresentação de proposta de elaboração de brochura sobre a Convenção CEDAW pela Dra. Regina Tavares da Silva, na sequência de articulação com esta.

### **Respostas a pedidos de parecer no âmbito das Nações Unidas**

- Articulação como o N-VDVG e delegação do Norte para a elaboração de resposta ao questionário da Division for the Advancement of Women (DAW) destinado a alimentar a base de dados sobre violência contra as mulheres e seu envio para a Missão de Portugal junto das Nações Unidas.
- Elaboração de resposta sobre a aplicação, por Portugal, da Resolução 132/62 da Assembleia-Geral Nações Unidas sobre “Violência contra as mulheres migrantes trabalhadoras”, de 18 de Dezembro de 2007.

- Apreciação e elaboração de parecer sobre “Proposta de Resolução sobre mortalidade materna evitável, morbidade e direitos humanos”. Esta proposta de Resolução destina-se a sensibilizar para esta questão no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a renovar o compromisso político e a dedicar um maior atenção a esta questão no quadro da cooperação.
- Elaboração de parecer e comentários sobre o interesse do apoio de Portugal a possível apresentação, pela Itália, de proposta de Resolução das Nações Unidas condenando o uso do aborto como instrumento de controlo demográfico.
- Elaboração de informação sobre a implementação da Resolução da Comissão do Estatuto da Mulher 52/ 2 sobre mutilação genital feminina, com vista à elaboração de resposta a um pedido do Secretário - Geral das Nações Unidas.
- Elaboração de informação sobre um Projecto de Resolução “Intensificação dos esforços para eliminar a violência contra as mulheres” a apresentar na 64ª Sessão da Assembleia – Geral das Nações Unidas pelas Missões Permanentes da França e Holanda.
- Elaboração de comentários e sugestões de Portugal sobre projecto de posição da U.E. relativa à Resolução da 3ª Comissão sobre “As Raparigas”.

## OIT

### **Actividades não previstas e realizadas**

Preparação e participação na 98ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (CIT - OIT): Igualdade de género no cerne do trabalho decente, Genebra, 8 a 10 de Junho. Elaboração e negociação de propostas a incluir nos textos a adoptar pelo Comité sobre Igualdade de Género, em articulação com a CITE. Realização do relatório de participação nesta reunião e divulgação dos documentos e compromissos resultantes da reunião em apreço.

## CPLP

### **Actividades não previstas e realizadas**

Com vista a dar sequência aos compromissos assumidos por Portugal na I Reunião Ministerial Mulheres e VIH/SIDA, realizada no Rio de Janeiro em 2008 e tendo sido tomada a decisão de não realizar em Portugal, no decurso de 2009, a II Conferência Ministerial sobre este tema, realizou-se a organização de videoconferência entre Portugal e Brasil realizada no dia 17 de Fevereiro para discussão da operacionalização dos compromissos decorrentes da I Reunião Ministerial de Políticas para Mulheres e VIH, realizada no Brasil. Elaboração de documento preparatório da videoconferência e de memorando dos seus resultados. Organização de Reunião com Brasil e com representantes do FNUAP em Nova Iorque, 4 de Março 2009, com vista à apresentação dos resultados da Videoconferência supra referida e perspectivar os futuros desenvolvimentos para o progresso da agenda “Mulheres e VIH/SIDA”.

Com vista a fortalecer as respostas nacionais e dos outros países da CPLP para lidar com as questões de Género e VIH/SIDA, bem como para integrar a temática Mulheres e VIH/SIDA na agenda da Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, a realizar em Lisboa a 14 e 15 de Maio 2009, foram realizadas diversas reuniões entre os intervenientes, foi preparada uma súmula das questões a colocar pela Alta Comissária para a Saúde ao Secretário-Executivo da CPLP no que respeita à organização da reunião de Ministras/os da Saúde da CPLP (na reunião técnica e na reunião Ministerial). 6 de Abril e estabelecidos contactos com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil e com representante do FNUAP no Brasil e com o Gabinete da Ministra da Igualdade do Brasil. Foram elaboradas sugestões de texto a ser integrado na Declaração do Estoril, a ser adoptada pelos Ministros/as Ministras da Saúde da CPLP, bem como de texto a ser integrado no Plano Estratégico de Cooperação para a Saúde/CPLP (PECS/CPLP).

Parecer sobre o documento enviado à CIG pelo Professor Henrique de Barros, contendo os termos de referência par a criação, ao nível da CPLP, do Grupo de Trabalho “Comunicação e Advocacy - Mulheres e VIH/SIDA” enquanto iniciativa CPLP, proposto pelo Coordenador para o VIH/SIDA.

### **Outras actividades**

- Elaboração de proposta de intervenção na sessão de lançamento da campanha televisiva “Preservativo feminino”.
- Participação em Encontro com representantes do Fundo Global de Combate à SIDA, Tuberculose e Malária, promovido pelo IPAD. Fundação Cidade Lisboa. 13 de Março.

### **Cooperação Ibero-Americana**

#### **Actividades não previstas e realizadas**

Participação na 43ª Reunião da Mesa Directiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. Porto-de-Espanha, Trinidad e Tobago. 7 e 8 de Julho de 2009. Esta Conferência Regional é um órgão subsidiário da Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que é convocada com um carácter permanente e regular. Incumbe à mesa Directiva desta Conferência estabelecer o vínculo entre os governos dos Estados membros da CEPAL, de que Portugal é parte, e a Secretaria da CEPAL para dar seguimento ao processo de integração da perspectiva de género no desenvolvimento desta Região.

Preparação e participação na Reunião das Altas Autoridades Responsáveis pelas áreas da Não Discriminação, Igualdade e Diversidade dos Países Ibero-americanos, organizada pelo Instituto Nacional contra a Discriminação, Xenofobia e Racismo Argentino (INADI) a 24 e 25 de Setembro. Buenos Aires. Elaboração de propostas de alteração ao ante projecto de texto político a ser adoptado/assinado na Argentina, consulta à Presidente da CIG. Preparação das intervenções de Portugal em vários painéis desta Reunião

## **Colaboração com a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)**

- Elaboração, em articulação Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação, e a Chefe da DDI de uma lista de nomes de personalidades consideradas líderes de opinião em Portugal, em resposta a solicitação da Secretaria-geral Ibero-americana, no âmbito inquérito de opinião sobre mulheres e tomada de decisão a realizar junto de 80 personalidades públicas, líderes de opinião de cada país Ibero-Americano, em curso de realização pelo Observatório para a Igualdade Ibero-americano. Seu envio à Secretaria-geral Ibero-americana.
- Igualmente em resposta a solicitação da Secretaria-geral Ibero-americana, elaboração, em articulação Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação, de recolha de dados sobre a realidade Portuguesa de acordo com os indicadores do Observatório Ibero-americano para Igualdade de Género e seu envio.
- Elaboração de resposta ao questionário "Campanhas de sensibilização contra a violência de género" da Secretaria-geral Ibero-americana, em articulação com o núcleo VDVG.
- Articulação com o N-VDVG e DDI com vista ao envio de campanha sobre violência do namoro material para a biblioteca da Direcção da Família e Promoção da Mulheres de Angola, em resposta a solicitação da Directora da SEGIB.

Diligências realizadas para assegurar que as preocupações expressas nos pontos 28 a) e b) dos acordos emanados da 43ª Reunião da Mesa Directiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe à XIX fossem reflectidas nos documentos políticos a adoptar na XIX Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo. Tema: "Inovação e Conhecimento". Estoril. 30 de Novembro e 1 de Dezembro. Elaboração de texto de enquadramento desta questão, bem como de propostas de texto a integrar na Declaração, podendo ilustrar o tipo de preocupações que poderão estar reflectidas no documento político.

Organização de visita à CIG de Directora Geral de Políticas da Igualdade e da Inclusão do Paraguai em Novembro de 2009 na sequência de participação na Reunião das Altas Autoridades Responsáveis pelas áreas da Não Discriminação, Igualdade e Diversidade dos Países Ibero-americanos, realizada em Buenos Aires a 24 e 25 de Setembro de 2009. Articulação com várias unidades orgânicas da CIG, com Vice-Presidente e com Gabinete de Secretária de Estado da Igualdade.

Elaboração de resposta sobre o objectivo 3 "Promover la igualdad entre los sexos y la autonomia de la mujer" do documento "Matriz de acompanhamento dos compromissos decorrentes das Conferências de Ministras/os e Altos Responsáveis na área da Infância e Adolescência", em resposta a solicitação do GEP (MTSS) no âmbito dos compromissos assumidos por este ministério ao nível da Cooperação Ibero-americana.

## **Outras**

### **Actividades não previstas e realizadas**

Elaboração de 2 capítulos do Livro "Igualdade", incluindo preparação de 2 CD's com texto e fotografias:

- Balanço - Mainstreaming de género (2005-2009)

- Balanço - Área internacional (2005-2009)

### **Outras colaborações com entidades nacionais e/ou internacionais**

Elaboração de texto sobre a dimensão de género na Aliança para as Civilizações, questão de natureza transversal que deveria estar subjacente a todo o Plano e elaboração de contributo da CIG para o Plano Nacional para a Aliança para as Civilizações.

Elaboração de contributos para a resposta de Portugal ao documento “*Gender Equality and Women’s Empowerment: From Rethoric to results*” a ser discutido na reunião de Alto Nível do Comité de Apoio ao Desenvolvimento - CAD (HLM) da OCDE.

Elaboração de contributo da CIG para resposta ao questionário da Federación Iberoamericana del Ombudsman - II Relatório sobre Direitos Humanos: Direitos da Mulher, sobre a Integração da perspectiva de género e igualdade de oportunidades em todas as políticas públicas relacionadas com a infância e a adolescência.

### **Outras colaborações bilaterais**

Articulação com a Embaixada da República Popular da China com vista ao agendamento de visita a Portugal de delegação da Federação de Mulheres de toda a China. Início da preparação dessa visita.

### **Pareceres e resposta a inquéritos/questionários**

Parecer sobre interesse da participação da CIG em “*Seminar on the effectiveness of the current legal framework on equal pay for equal work or work of equal value in tackling the gender pay gap*”.

Elaboração de parecer e propostas sobre Projecto de decisão sobre a Participação das Mulheres na vida política e pública, em negociação no Comité da Dimensão Humana da OSCE com vista à sua aprovação na Reunião Ministerial da OSCE de 1 e 2 de Dezembro.

Análise da base de dados e recolha de elementos para alimentar o perfil de Portugal na base de dados sobre Violência contra as Mulheres, em articulação com o N-VDVG.

### **Formação ministrada**

Realização de formação sobre relações internacionais na área da igualdade de género, no âmbito do Curso de Cidadania e Igualdade de Género, Projecto Equal “e-Qualificação”. 19 de Maio

Participação no I curso de Formação Comum para Missões Internacionais mediante realização de formação sobre “Igualdade de género” ministrada aos elementos da PSP que irão integrar Missões internacionais. Instalações da Unidade Especial de Polícia. Quinta das Águas Livres. Belas. 24 de Junho. Envio de conteúdos e documentos de referência para esse módulo em resposta a solicitação da PSP.



Realização de Formação sobre Igualdade de Género no plano internacional, dirigida a formandos/as do curso de Formação em Igualdade de Género e a técnicos/as da SEIS. Centro de Cidadania da SEIS- Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, Crl. 2 de Julho.

#### **Acolhimento de visitas de estudo**

Acolhimento da visita à CIG de um grupo de 10 Técnicos Superiores Espanhóis, que desenvolvem a sua actividade profissional no Serviço Público de Emprego da Andaluzia. Esta visita inscreve-se no âmbito do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida. - Programa Sectorial Leonardo da Vinci. 22 de Abril.

Acolhimento da visita de um grupo de finalistas do Departamento de Serviço Social da University College Arteveldehogeschool. Ghent. Bélgica. 19 de Junho.

Participação no acolhimento de visita de Delegação Moçambicana à CIG

## **Anexo IV**

# **Relatório do Serviço de Informação a Vitimas de Violência Doméstica (SIVVD)**

**SERVIÇO DE INFORMAÇÃO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**  
**800 202 148**

**RELATÓRIO ANO 2009**

## 1. INTRODUÇÃO

O Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (S.I.V.V.D.), tal como no ano anterior, funcionou em 2009 nos seguintes moldes:

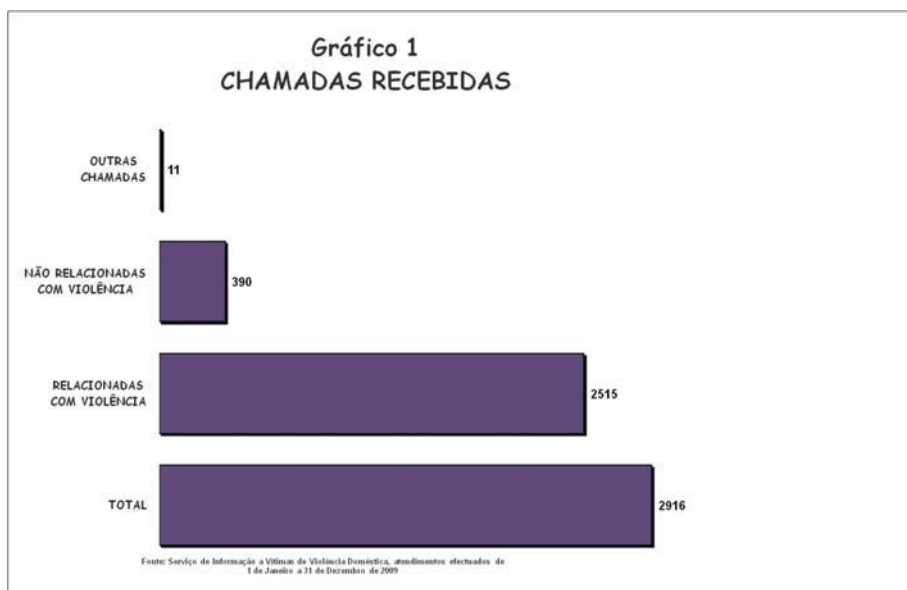
<b>Horários e esquemas de atendimento</b>	<b>Local Atendimento</b>
1. Atendimento na 1ª linha – Triagem * Todos os dias	Empresa PT Contact, S.A.
2. Atendimento SIVVD * Dias úteis: 2ªf, 3ªf - 9h00 → 17h30 4ªf - 9h00 → 13h30	CIG Sede - DAJ / NVD-VG
3. Atendimento SIVVD * Dias úteis: 4ªf - 13h30 → 17h30 5ªf, 6ªf - 9h00 → 17h30 <sup>9</sup>	CIG - DRN
4. Atendimento LNES * Dias úteis: 17h30 → 9h00 * Fins-de-semana * Feriados	Equipa LNES - 144

## 2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

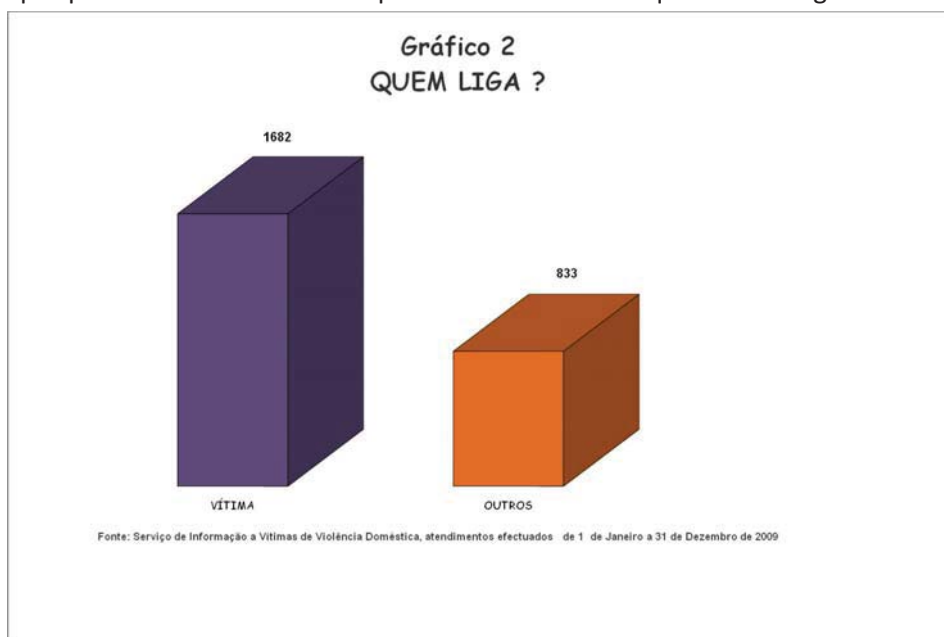
No ano de 2009 o SIVVD (DAJ/N-VD/VG/DRN) atendeu um total de **2916** chamadas. Destas, **2515** reportavam-se a situações relacionadas com violência e **390** atendimentos não estavam directamente relacionados com violência, tal como se pode observar no **gráfico 1**.

---

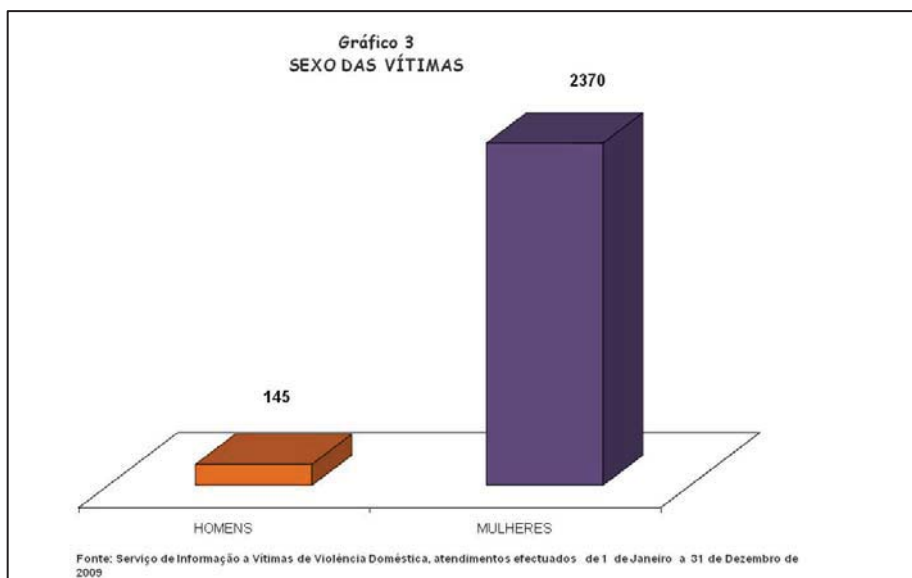
<sup>9</sup> No mês de Dezembro as 4ªs feiras passaram a ser atendidas na CIG Sede



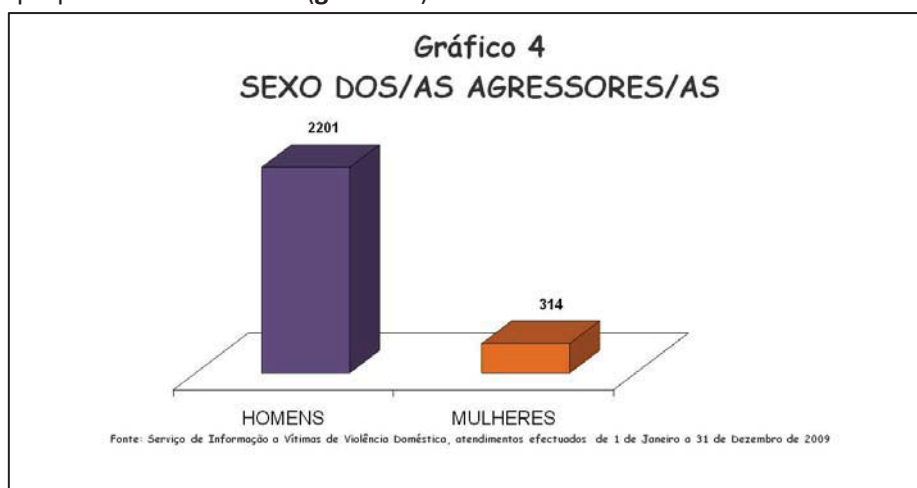
No que diz respeito à qualidade do/a apelante, e tal como ilustrado no **gráfico 2**, na maioria dos atendimentos é a própria vítima de violência que efectua a chamada - **1681** casos – sendo que, em **833** atendimentos, quem contacta o SIVVD são outras pessoas que, de alguma forma, estão ligadas à situação, tais como familiares, amigos/as e/ou vizinhos/as: Também é frequente o SIVVD ser contactado por técnicos/as de instituições que solicitam algum tipo de orientação para a intervenção numa situação concreta de maus-tratos que estão a acompanhar. Também a solicitação de informação por parte de OPC e entidades patronais foi sendo frequente ao longo do ano 2009.



Não fugindo ao que vem sendo a habitual tendência, a quase totalidade do número de vítimas que recorreu ao SIVVD em 2009 era do sexo feminino, cerca de **2370** e, em **145** situações, as vítimas identificadas pertenciam ao sexo masculino, como se pode observar no **gráfico 3**.



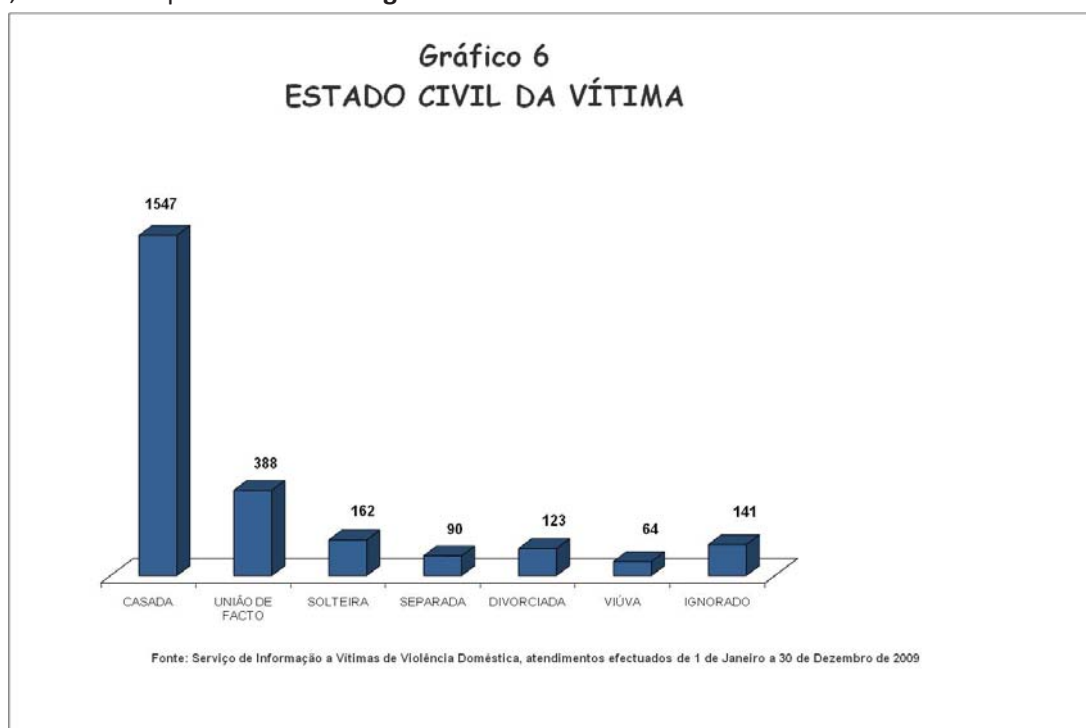
A proporção anterior inverte-se em relação ao/à autor/a da agressão, já que a grande maioria foi identificada como pertencente ao sexo masculino, cerca de **2201**, e **314** situações em que foram as mulheres as perpetradoras do crime (**gráfico 4**).



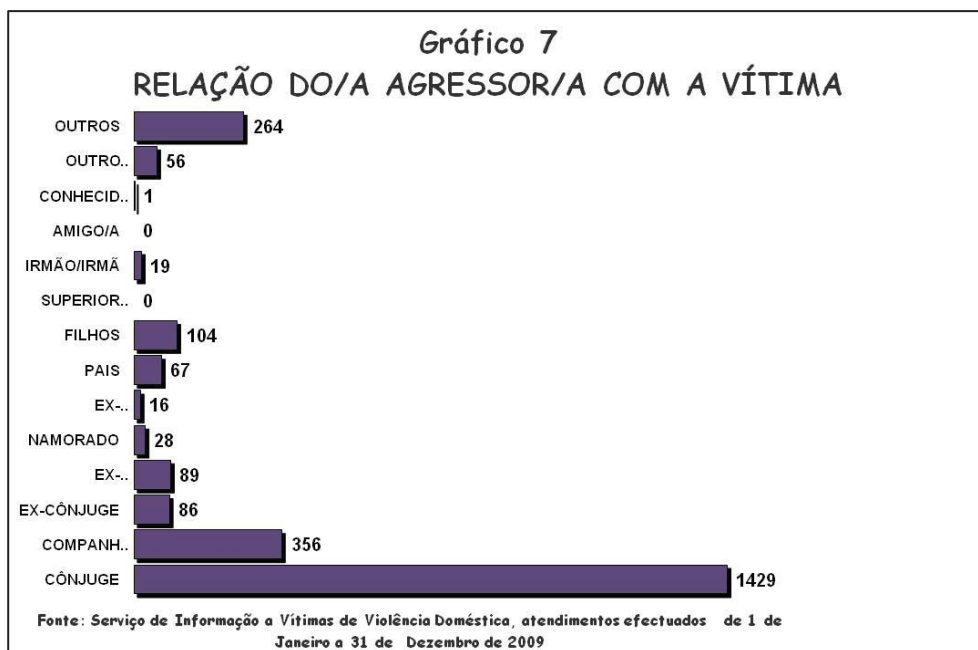
A *violência física/psicológica* (o crime de maus tratos) caracterizou a maioria das situações – **1055** – e a *violência psicológica* (ameaças e chantagem, humilhações e difamações, perseguições, entre outras formas) sem associação de actos de violência física caracterizou **368** chamadas. A este serviço chegaram também **5** relatos de situações de violência sexual; **1081** situações descritas não se enquadram em nenhum dos tipos de violência atrás referidos (**gráfico 5**).



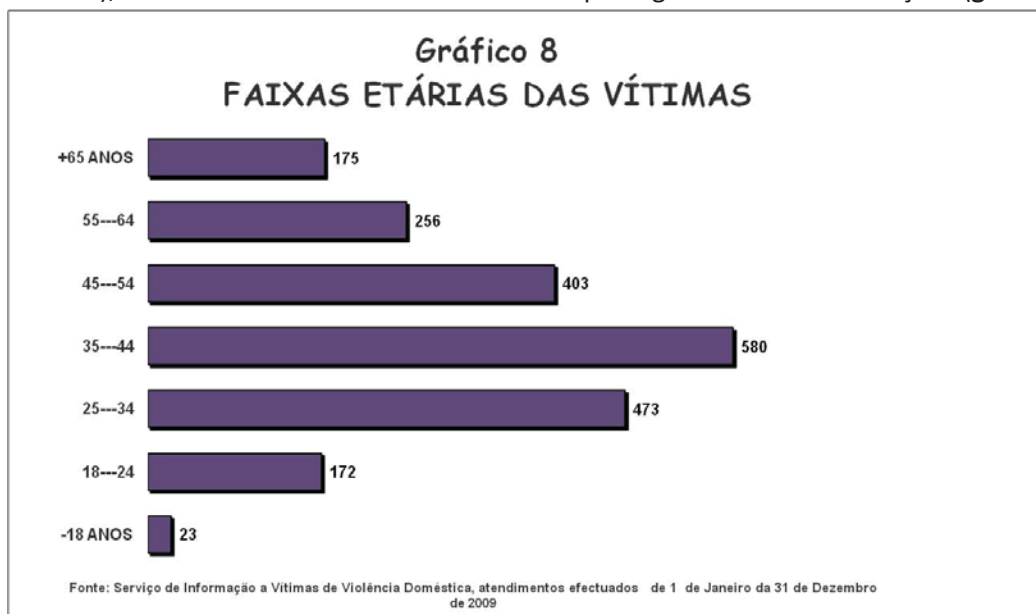
No que diz respeito ao estado civil, a vítima de violência que recorreu ao SIVVD em 2009 encontrava-se, na grande maioria das situações, casada, seguindo-se a vítima que vivia, à altura, em união de facto, tal como se pode observar no **gráfico 6**.



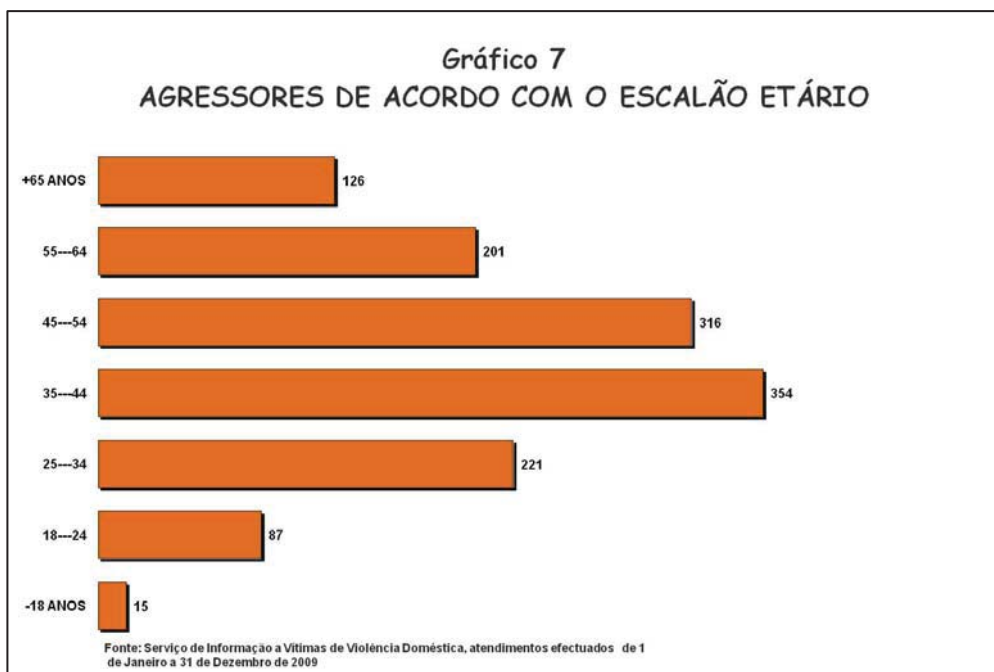
Numa percentagem mais significativa dos casos referenciados o cônjuge é apontado como o autor do crime – **1429** situações – e o companheiro em **356** atendimentos assume este papel. Os ex-cônjuges, os pais e filhos são as categorias que se seguem em termos de representatividade, tal como se pode observar no **gráfico 7**.



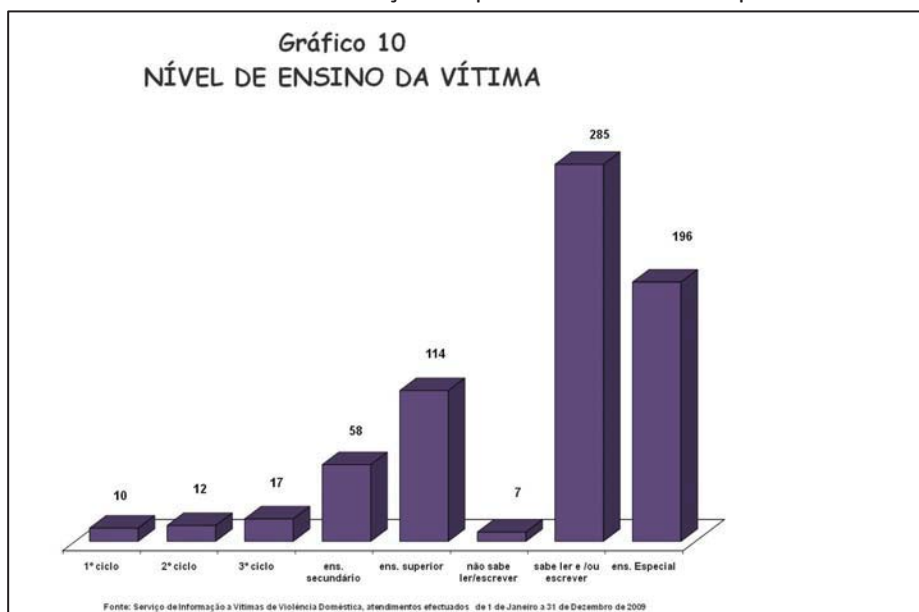
Quanto às idades das vítimas de violência que procuraram o SIVVD em 2009, a faixa etária predominante é a que se situa entre os **35-44 anos**, seguindo-se a faixa imediatamente inferior (25-34 anos); a faixa etária abaixo dos 18 anos foi a que registou menos solicitações (**gráfico 8**).



À semelhança da situação anterior, a faixa etária predominante dos ofensores é também a que se situa entre os 35-44 anos, com **354** casos, logo seguido pela faixa etária situada entre os 45-54 anos com um número de casos a perfazer os **316** (**gráfico 9**).

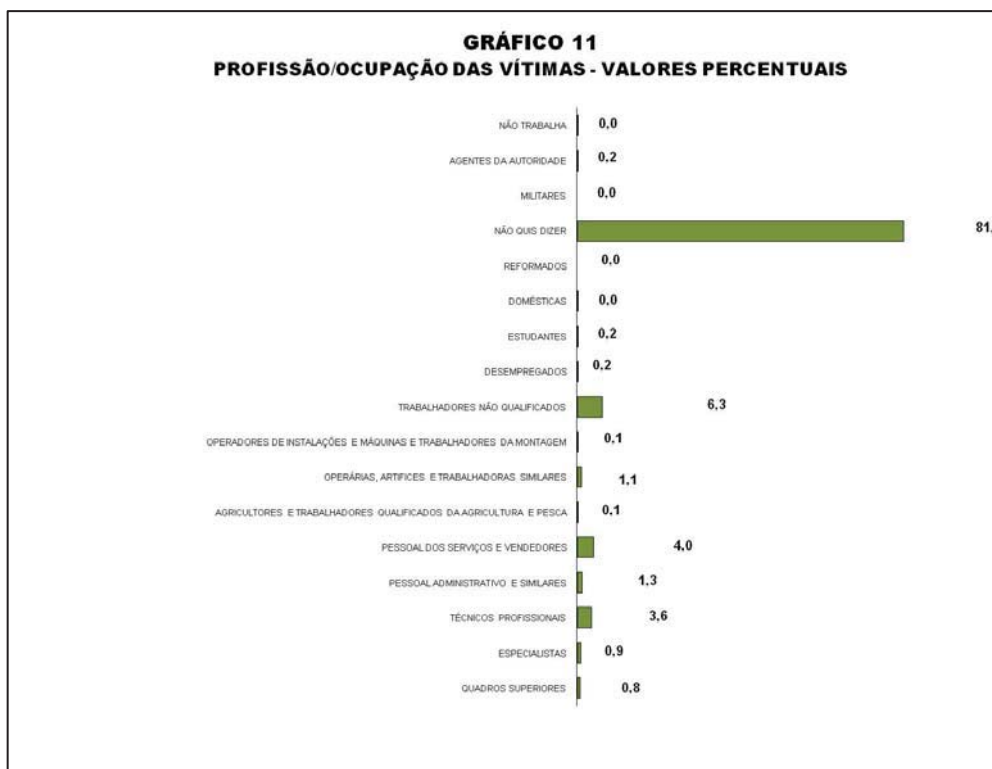


Contrariando os números que vêm sendo habituais no SIVVD desde o início do seu funcionamento em 1998, em 2007 e também em 2008 assistiu-se a um aumento do número de vítimas que a ele recorrem detentoras de habilitações superiores ou tendo frequentado o ensino superior (**gráfico10**).



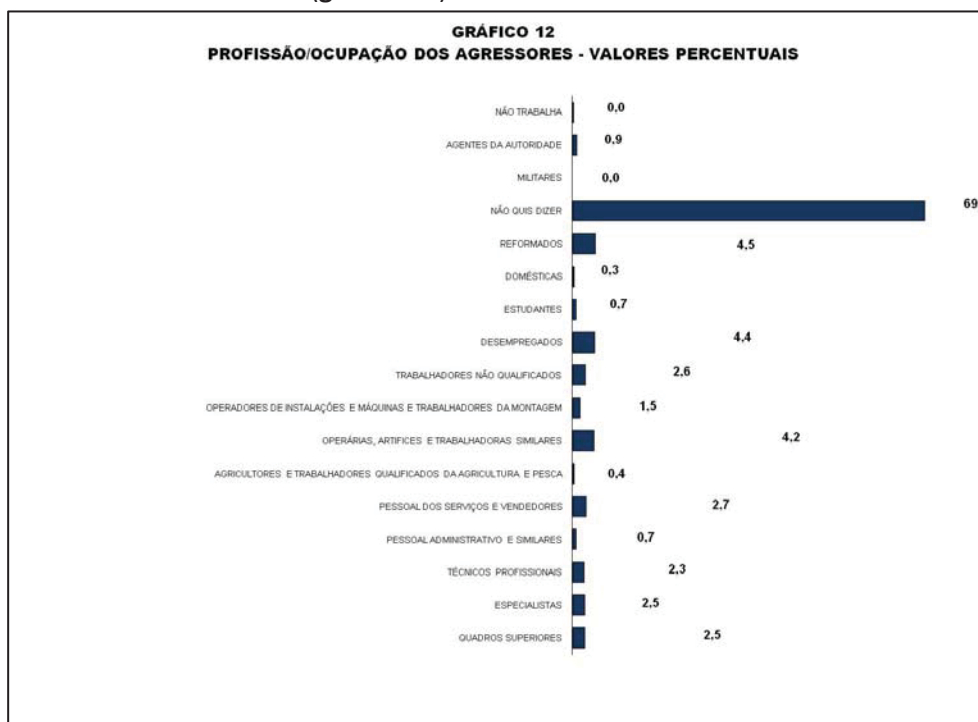
Recorrendo a uma análise mais detalhada dos grupos profissionais a que pertencem as vítimas que recorrem ao SIVVD, dois grupos se destacam: trabalhadoras/es não qualificadas/os e pessoal dos serviços e vendedores (**gráfico 11**).





Fonte: Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica, atendimentos efectuados de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009

No que aos/às agressores/as diz respeito, o grupo profissional predominante em que estão inseridos é o dos “operários, artífices e trabalhadores similares”. É de salientar que uma elevada percentagem se encontrava, à altura, numa situação de desemprego, o que pode constituir um factor de risco para a ocorrência de violência (gráfico 12).



Fonte: Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica, atendimentos efectuados de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009

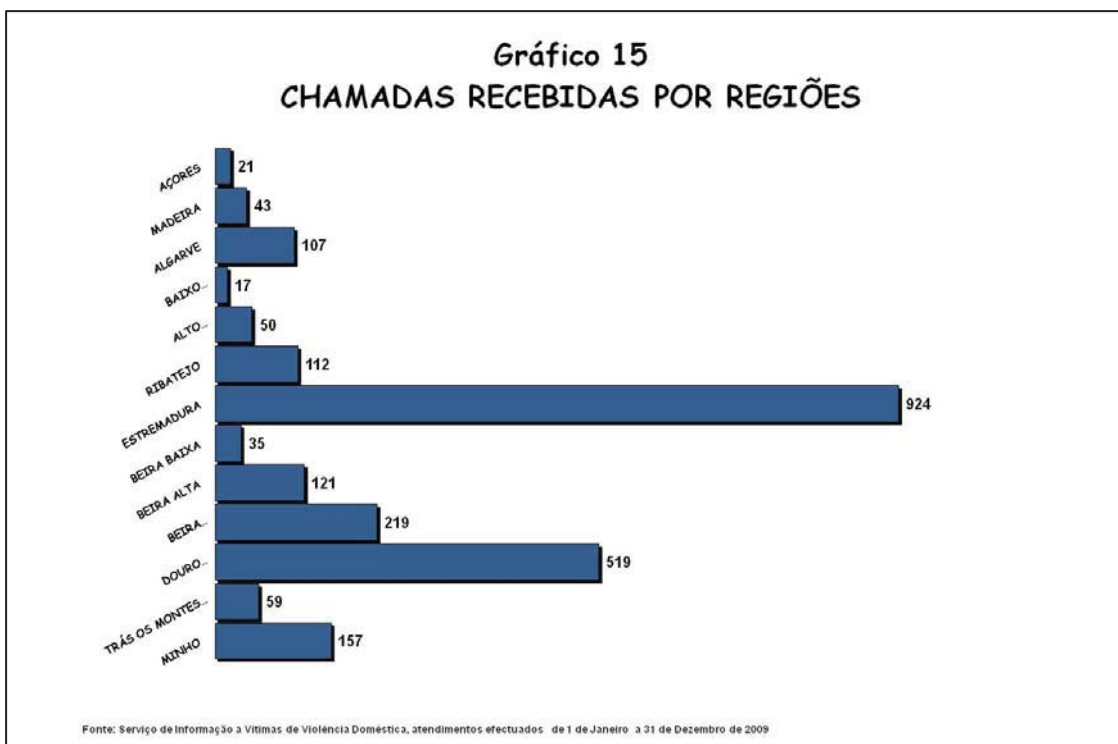
No que diz respeito à existência de algum tipo de dependência por parte do/a autor/a do crime, o consumo excessivo de álcool é referido em **300** situações, assumindo dessa forma, o tipo de dependência mais frequente, contudo a maioria das situações referidas pelo/a apelante não estão associadas a qualquer tipo de consumo/dependência (**2110**) (**gráfico 13**).



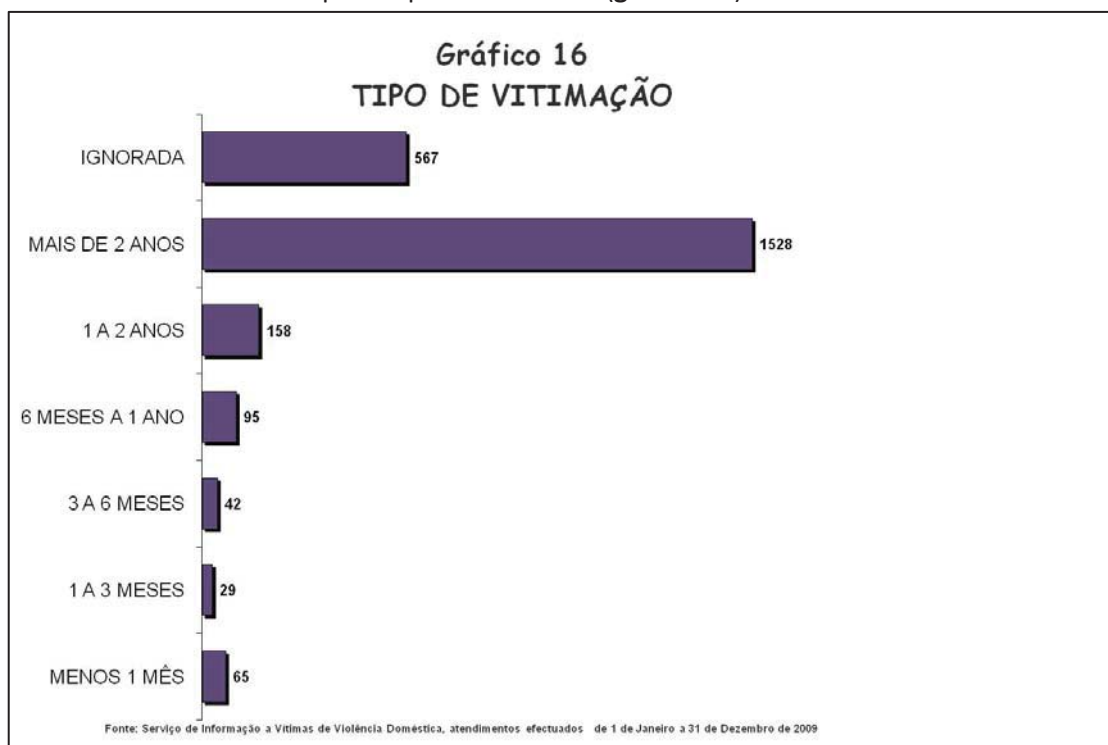
Cerca de **973** vítimas de maus-tratos que procuraram o SIVVD em 2009 estavam empregadas/os, mas uma percentagem significativa destas/es apelantes encontra-se em situação de dependência económica da família, sendo esta uma das razões que, muitas vezes, está na base da manutenção da relação abusiva (**gráfico 14**).



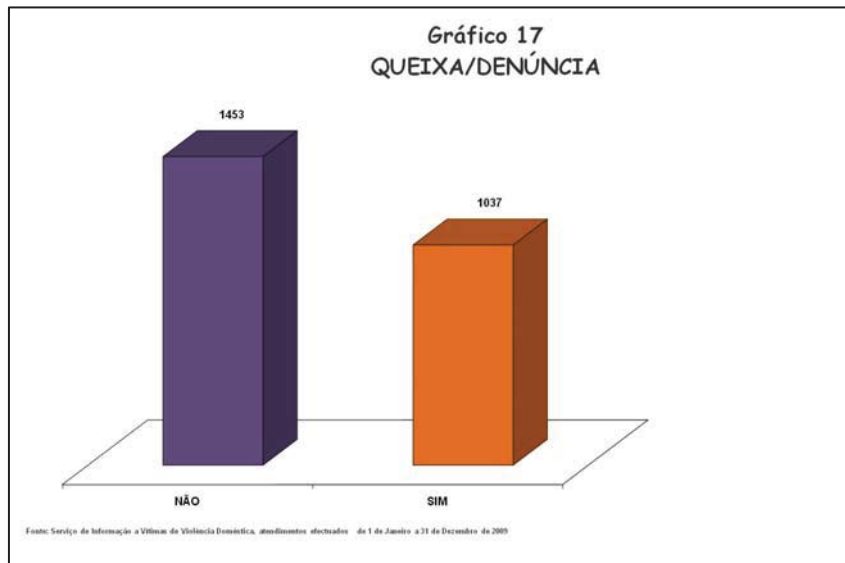
As regiões do país donde provieram mais chamadas no ano de 2008, à semelhança do que se verificou nos anos anteriores, são a região da Estremadura com **924** chamadas, com destaque para a zona da grande Lisboa, seguindo-se a região do Douro Litoral onde se enquadra a área metropolitana do Porto com **519** atendimentos (**gráfico 15**).



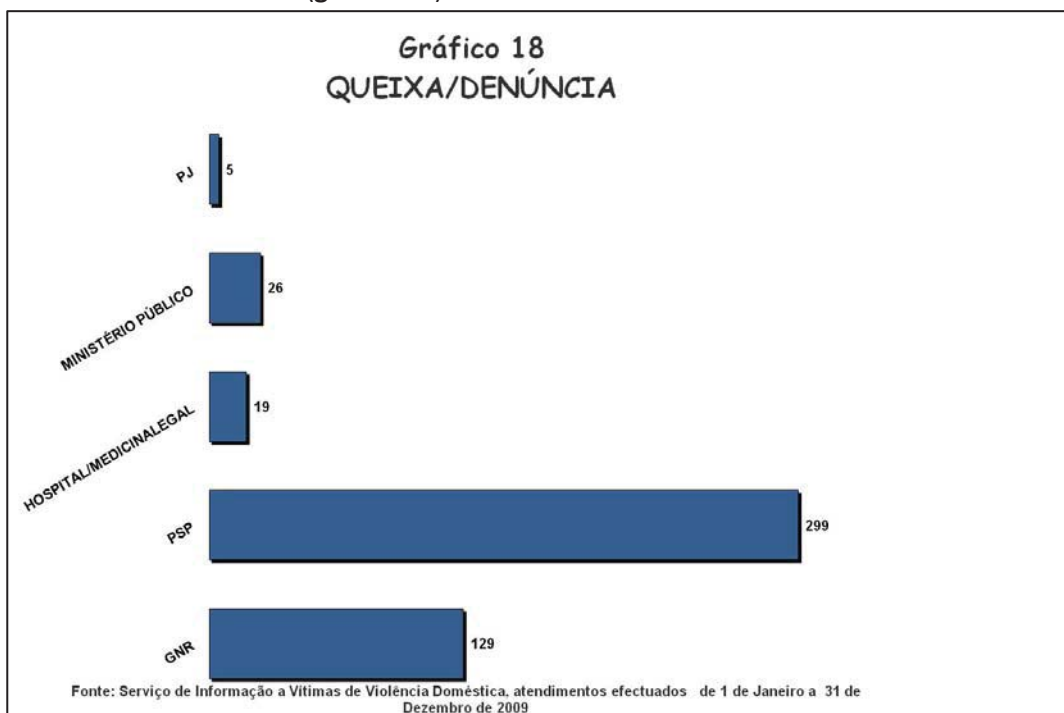
Quanto ao tipo de vitimação que caracterizou a maior percentagem de atendimentos, **1528** relatos feitos ao SIVVD em 2009 constituíam situações de maus-tratos continuados. Um dado que, a nosso ver, tem particular importância prende-se com o facto de em 2009 (à semelhança do que tem vindo a acontecer nos dois últimos anos) ter ocorrido um acréscimo na procura de informação/apoio menos de um mês decorrido após o episódio violento (**gráfico 16**).



Um dos elementos que se procura obter através do SIVVD diz respeito ao número de vítimas que apresentou ou não uma queixa às autoridades. Assim, e nos atendimentos em que foi possível apurar este dado, verificou-se que **1453** vítimas não o haviam feito, e **1037** optaram por fazê-lo (**gráfico 17**).



A PSP e a GNR foram, preferencialmente, os locais que registaram as queixas das vítimas que contactaram o SIVVD em 2007 (**gráfico 18**).



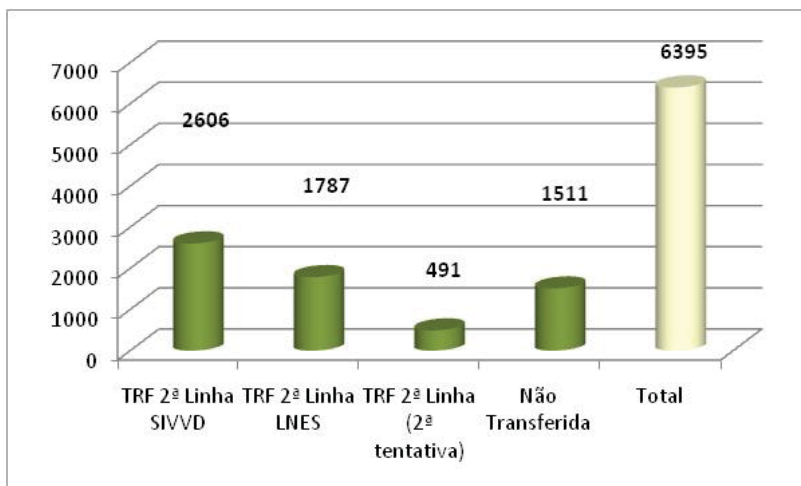
### 3. CONCLUSÕES

Em termos gerais, o perfil de chamadas atendidas no ano de 2009 no SIVVD não difere do que vem sendo o habitual desde o início do seu funcionamento.

A existência desde 2005 duma triagem das chamadas dirigidas ao SIVVD veio a revelar-se uma medida extremamente positiva para o funcionamento deste serviço, visível, por um lado, na redução do desgaste provocado nos/as técnicos/as de atendimento pelas “chamadas não úteis” – p.ex. brincadeiras, insultos, masturbadores – e, por outro, no aumento da disponibilidade da linha para situações reais de violência. Em 2009 o SIVVD recebeu **17193** chamadas telefónicas, contudo a triagem permitiu apurar que apenas **8589** eram chamadas efectivas para SIVVD. No entanto, esta modalidade de funcionamento não será ainda a mais eficaz e eficiente, apresentando aspectos menos positivos, dos quais destacaríamos, em primeiro lugar, o descontentamento muitas vezes manifestado pelos/as apelantes, resultante do facto de terem que repetir novamente a situação ao/à técnico/a do SIVVD, dado que já tiveram que o fazer ao/à técnico/a da primeira linha e, em segundo, o tempo de espera a que poderão estar sujeitos até serem atendidos pelo SIVVD, o que leva a que muitas vezes acabem por desligar.

Este último aspecto vem reforçar, precisamente, a ideia do sub-dimensionamento actual do SIVVD. Efectivamente, face ao número de chamadas que a ele chegam, a capacidade de resposta é claramente insuficiente. Para ilustrar este aspecto, atente-se ao gráfico abaixo que nos permite estabelecer a relação entre o volume de chamadas que chegam à primeira linha e as que são passadas para o/a técnico/a do SIVVD. Em 2009 foram **6395** as chamadas relacionadas exclusivamente com a problemática da violência doméstica que chegaram à triagem e, desse número, **1511** não chegaram a ser atendidas pelo SIVVD devido à ocupação da linha. É importante ressaltar que um atendimento, em média, dura 20 minutos, mas também surgem com frequência situações que podem manter a linha ocupada 35 a 45 minutos. É sabido que quem liga para o SIVVD se encontra, na maioria das vezes, numa situação de particular fragilidade e com níveis de ansiedade extremos, sendo perfeitamente legítimo que tenha alguma dificuldade em gerir o tempo de espera até ser atendida, acabando, muitas vezes, por desligar. Atente-se ainda ao facto de que **491** situações só foram passadas após uma segunda tentativa.

Em relação ao ano de 2008 o número de chamadas não atendidas e o número de chamadas transferidas à segunda tentativa decresceu 50%.



Fonte: Atendimentos 1ª Linha – PT-Contacto

O apoio imediato e a intervenção na crise possibilitados por um serviço telefónico com as características do SIVVD revestem-se da maior importância, podendo influenciar a resposta da vítima à crise e potencializar as suas capacidades para lidar com a sua situação. Nesse sentido, é necessário melhorar as condições que permitam, efectivamente, esse apoio imediato. Contudo, o sub-dimensionamento atrás referido também é visível no número de técnicos/as que asseguram, actualmente, o seu funcionamento e que é, manifestamente, insuficiente, levando a um intenso desgaste psico-emocional da equipa<sup>10</sup>. São vários os factores de risco que se apresentam nas actuais condições de funcionamento do SIVVD e, nesse sentido, seria importante reforçar factores de protecção. Estes passam pelo aumento do número de técnicos/as a fazer atendimento no SIVVD, pelo investimento na formação contínua desta equipa nas áreas da vitimologia, da comunicação e do atendimento a vítimas, e pela aposta na monitorização das práticas e de supervisão, reforçando, assim, as potencialidades individuais e do grupo.

<sup>10</sup> Há que referir que os/as técnicos/as da CIG que asseguram o SIVVD fazem também atendimentos pessoais e dão resposta a todo um leque de solicitações que chegam à CIG relacionadas com o seu âmbito de actuação.

## **Anexo V**

### **Relatório do Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial**

**Relatório do Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial**  
DELEGAÇÃO NORTE DA CIG  
Ano de 2009

O Gabinete de Atendimento Jurídico–Psicossocial, presta informação ao público, em diferentes modalidades de atendimento: telefónico, presencial, carta ou e-mail, sendo os atendimentos presenciais e telefónicos os mais significativos.

O Gabinete é procurado para a obtenção de informação sobre os mais diversos assuntos e/ou problemáticas, esclarecendo os direitos do/a utente que recorre ao serviço e acerca das estruturas e procedimentos a tomar de acordo com a natureza do caso, bem como respectivo encaminhamento e acompanhamento, em especial nas situações de violência doméstica, a qual, está na base do maior número de solicitações.

O esclarecimento e orientação sobre os procedimentos a adoptar num processo-crime, num divórcio, na regulação do poder paternal, actualmente responsabilidades parentais, o esclarecimento jurídico e o apoio psicológico para o suporte nas decisões a tomar assumem, assim, um espaço importante neste gabinete. Actualmente e em razão das novas atribuições o gabinete tem tido um aumento muito significativo na procura de utentes motivadas para o apoio psicológico, conforme informação infra, bem como na procura de outras solicitações relativamente às quais a Comissão não tem competência específica, nomeadamente na resolução de questões relacionadas com o arrendamento e/ou problemas de ordem social específicos de apoio social da competência da Segurança Social.

Muitos/as são os/as utentes que procuram o Gabinete no intuito da prestação do apoio judiciário com a respectiva nomeação de advogado/a oficioso/a. Muitos/as utentes procuram a CIG no sentido de saber se o próprio gabinete as/os pode representar, intervir em processo, principalmente, no âmbito da violência doméstica.

Uma outra questão para a qual os/as utentes pretendem esclarecimentos prende-se com o exercício da maternidade/paternidade responsável. Tem assumido uma preocupação crescente o cuidado que os pais e mães devem despende com a educação dos/as filhos/as e a importância que tem para pai e mãe estarem próximos dos/as filhos/as, acompanhando e vigiando a sua educação e crescimento.

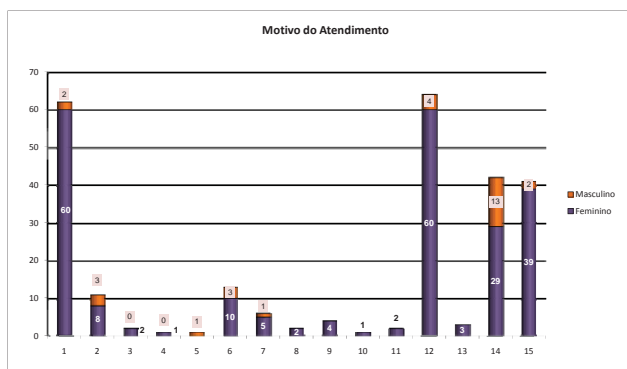
No entanto, a precariedade no emprego tem colocado algumas questões, que se prendem com a Maternidade e Paternidade mas num outro sentido, isto é, Pais e Mães vêm vedado o exercício desses direitos, ou são coagidos/as a não os exercer por parte das Entidades patronais, receando colocar em risco o seu posto de trabalho.

O Gabinete de atendimento é essencialmente procurado por Portugueses e Portuguesas, tendo registado uma procura de 237 utentes de nacionalidade Portuguesa, tendo ainda sido atendidas 6 estrangeiras, de Nacionalidades Húngara, Bielorrussa, Cazaque e Ucraniana, em que o motivo do atendimento é violência doméstica, e duas mulheres de nacionalidade Brasileira, sendo os motivos do atendimento também violência doméstica e poder paternal/ partilhas.



Como já foi referido anteriormente, os motivos pelos quais os/as utentes nos procuram são variados, sendo no entanto as questões relacionadas com a violência doméstica um dos principais, seguindo-se uma questão intimamente associada, como o divórcio, e em terceiro lugar as questões relacionadas com a maternidade/paternidade. (cf. Gráfico 1)

Gráfico 1 – **Motivo dos Atendimentos**



- 1 – Divórcio
- 2 – Poder Paternal
- 3 – Alimentos a filhos
- 4 – Alimentos a Próprios
- 5 – Emprego
- 6 – Trabalho
- 7 – Habitação
- 8 – Segurança Social
- 9 – Partilhas
- 10 – União de Facto
- 11 – Apoio Psicológico
- 12 – Violência Doméstica
- 13 – Maternidade
- 14 – Outros
- 15 - Ignorado

As localidades donde provêm mais situações, é, sem dúvida, da cidade do Porto que nos chegam a grande maioria dos casos, seguindo-se Vila Nova de Gaia, Maia e Matosinhos. A localização geográfica da CIG justifica que sejam estas as cidades mais expressivas. Contudo em relação ao ano anterior, 2008, verificamos um aumento da área de abrangência geográfica dos/as utentes que se dirigem à CIG. (cf. Gráfico 2).



Gráfico 3 – Vítimas de acordo com Escalão Etário

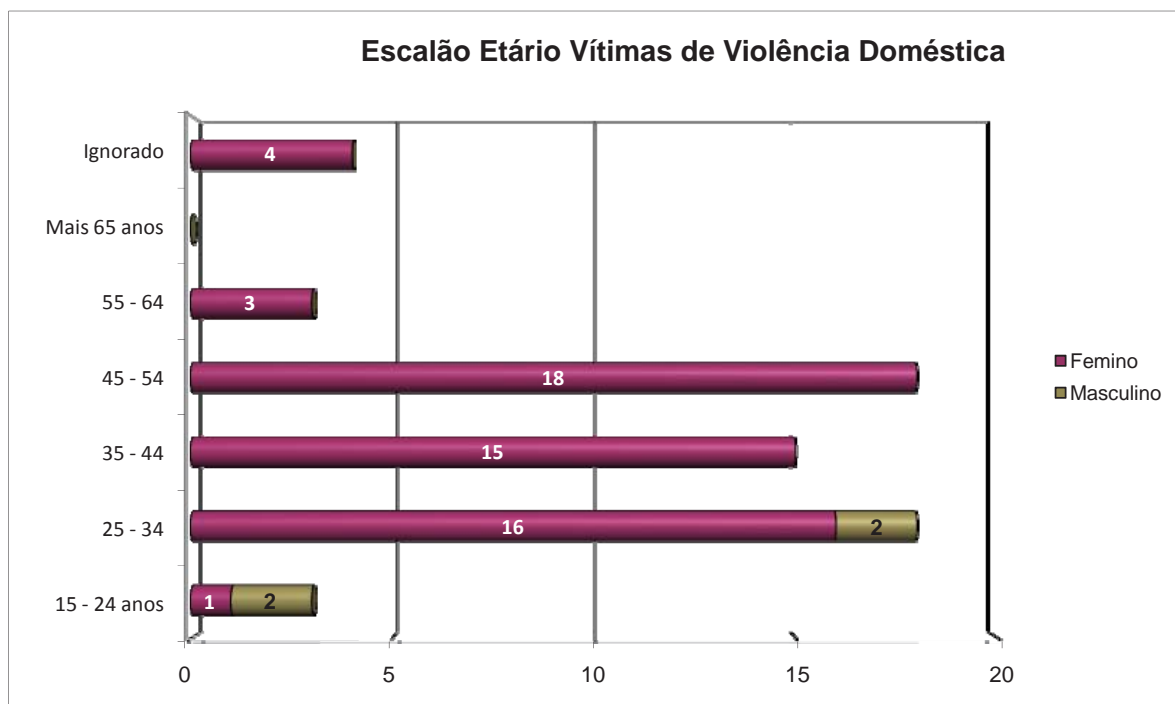
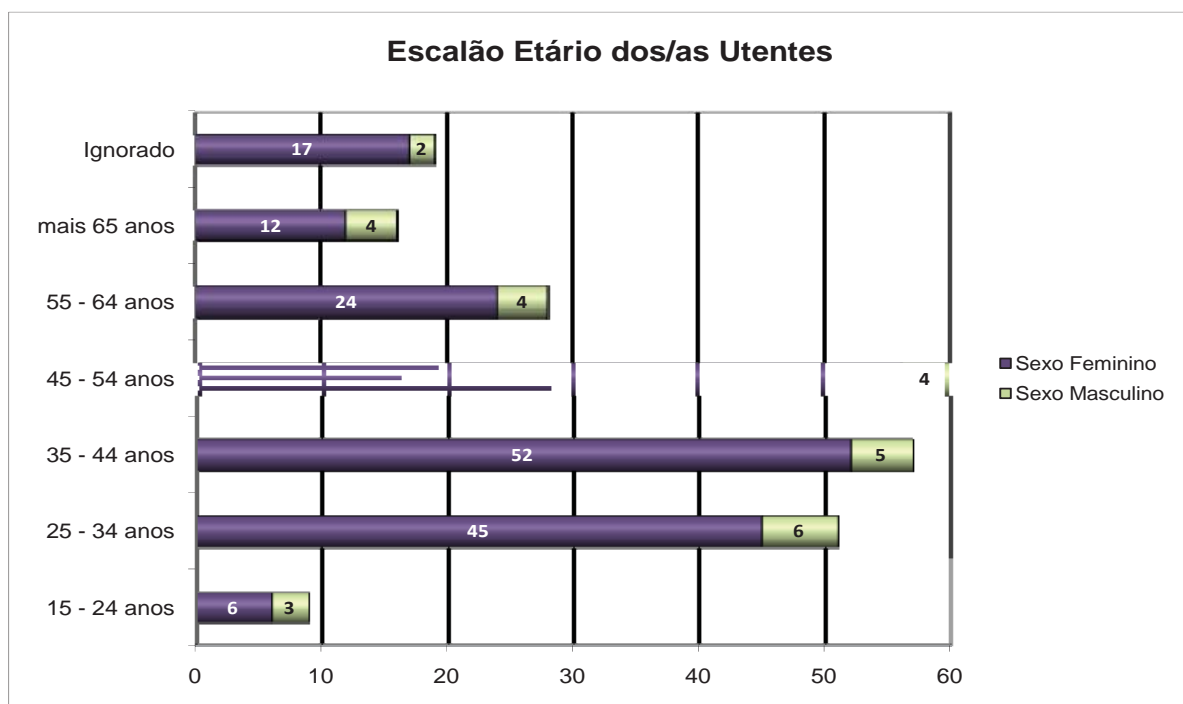
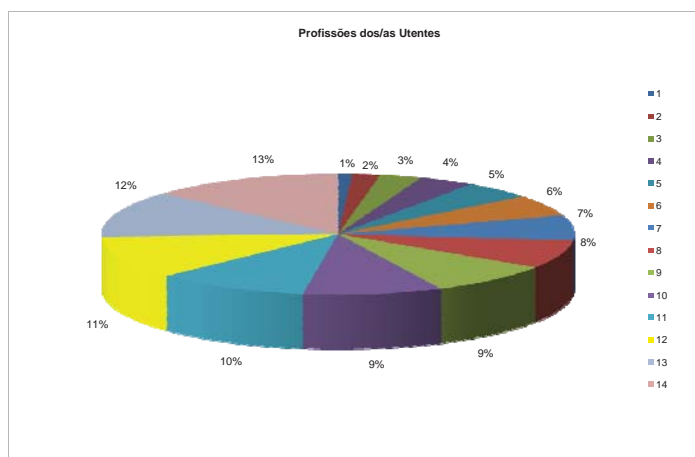


Gráfico 4 – Idade dos/as utentes



O gabinete de atendimento é procurado, na sua maioria, por pessoas, não trabalhadoras, estudantes, domésticas, reformados/as e desempregados/as, sendo que dentro dos trabalhadores activos os/as não qualificados/as são os mais significativos. Também em relação ao ano passado, verificamos um ligeiro aumento da procura do Gabinete de Atendimento por parte de utentes dos quadros superiores e técnicos/as de nível intermédio.

Gráfico 5 – Profissões dos/as Utentes



- 1 – Quadros Superiores
- 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais
- 3 – Técnicos de Nível Intermédio
- 4 – Administrativos e Similares
- 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores
- 6 – Operários, Artífices e Trabalhadores similares
- 7 – Operadores de instalação de e de máquinas
- 8 – Trabalhadores não qualificados
- 9 – Desempregados
- 10 – Reformado
- 11 – Domésticas
- 12 – Estudantes
- 13 – Não Trabalhadores
- 14 - Ignorado

## ATENDIMENTOS A NÍVEL PSICOLÓGICO

No ano de 2009 foram feitas **319** consultas de âmbito psicossocial, o que significa um decréscimo de quase 20% relativo ao ano transacto. Consideramos que esta diminuição tem a sua explicação, pela reduzida equipa técnica que este ano colaborou no âmbito do Gabinete, reduzindo a capacidade de resposta da instituição.

Quanto às características sócio-demográficas dos/as utentes constata-se que, no que concerne ao sexo, a quase totalidade das vítimas atendidas foram mulheres (somente quatro utentes homens). As faixas etárias das vítimas são muito diversificadas. Assim, a/o utente mais nova/o a ser atendida/o tinha 17 anos e a mais velha 70 anos. No que diz respeito à escolaridade das vítimas constata-se que varia desde o 1º ciclo do ensino básico até ao doutoramento.

O problema da violência doméstica não se reporta a nenhuma classe social em particular, e neste serviço tal não é excepção. Apesar de normalmente ser associada a níveis sócio-económico baixos esta não se encontra restrita a este grupo, atravessando todas as classes sociais. Contudo, encontram-se algumas diferenças na sua manifestação e, enquanto nas classes mais pobres predomina a violência física, nas classes mais altas faz-se notar mais a violência psicológica. O aspecto de escalada da violência doméstica não será de negligenciar pois esta frequentemente tende a aumentar em frequência, gravidade e intensidade ao longo dos tempos. Consequentemente, é importante que todas as medidas sejam tomadas, com a maior brevidade possível, de modo a que se evitem consequências mais devastadoras para todo o complexo familiar e para a própria sociedade.

Essencialmente, todas elas se trataram de realidades cruas que depressa constatamos que não havia nenhum modelo que lhes servisse. A realidade trata-se, verdadeiramente, de não haver nada que possa ser tido como certo. Porque cada nova consulta é uma nova descoberta, cada nova descoberta é um avanço, mas um avanço num caminho que também se detém em recuos. É importante a vítima reassumir a autonomia da sua vida, é também importante pedir-lhe que projecte o seu futuro, até para a própria reconhecer e lhe ser dada a autoria de construção da sua nova vida. Este ponto é crucial porque, além de obrigar a uma reflexão da própria vítima, dá-lhe poder, elemento do qual muitas vezes se sentiu despojada.

Ao trabalhar com estas mulheres constata-se claramente que os motivos que muitas vezes as impedem de sair de casa e abandonar a relação são a falta de recursos económicos, a vergonha, os/as filhos/as e também a falta de apoio que encontram por parte das forças policiais quando apresentam queixa. Esta saída torna-se mais fácil quando são apoiadas pela sua família de origem, amigos/as e colegas de trabalho e pelas próprias forças policiais, quando exercem correctamente a sua função de protecção à vítima e as securizam.

Assim, esforçamo-nos por ser o referente para a hetero-determinação destas mulheres, ajudando-as a libertarem-se e a poderem mais construtivamente lidar com a sua vida e com a sua história. Isto, tentando perceber a sua cosmovisão e nunca adoptando uma postura hierárquica ou indicando caminhos, mas antes fazendo-as descobrir os seus próprios.

A ruptura da conjugalidade ou a sua iminência pode ser um momento fulcral para o crescimento pessoal, tanto em termos emocionais como identitários, permitindo novas descobertas e trampolins pessoais, sociais e culturais. Isto é o que quando, com tempo e dedicação, se intervém em termos psicológicos se consegue proporcionar.

#### Número total de Atendimentos em 2009:

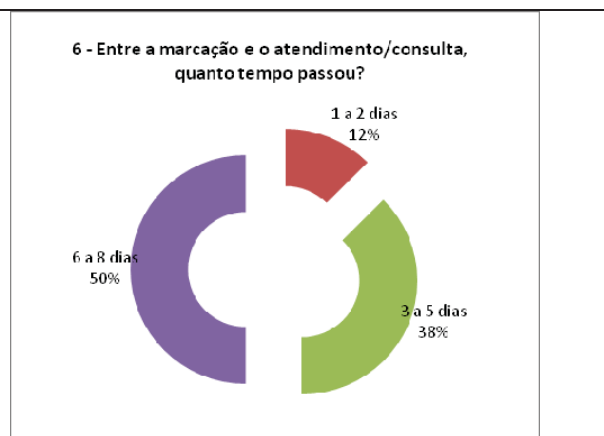
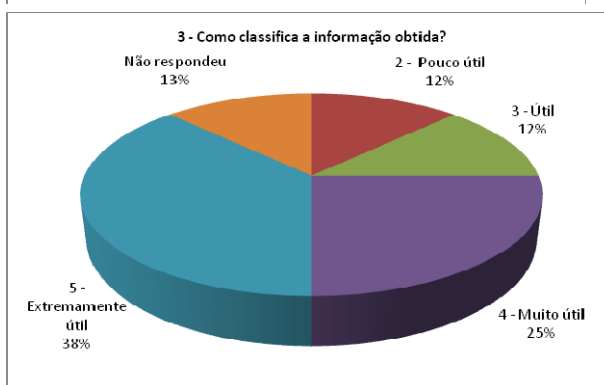
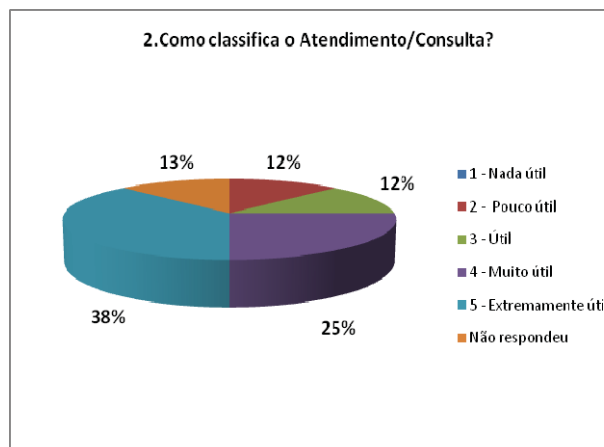
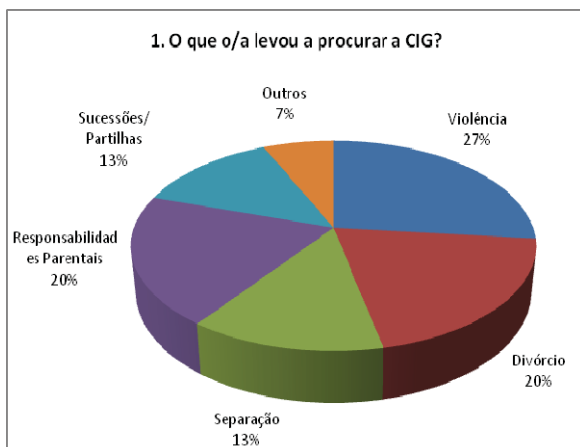
<b>Atendimento Gabinete Jurídico-psico-social pessoal, total anual</b>	<b>511</b>
<b>Atendimento Gabinete Jurídico-psico-social, telefónico, total anual</b>	<b>240</b>
<b>Resposta a e-mails, fax e cartas do Gabinete Jurídico-psico-social, total anual *</b>	<b>28</b>
<b>TOTAL</b>	<b>779</b>

\*O número de respostas a email, fax e cartas triplicou em relação ao ano transacto.

#### Grau de Satisfação dos/as Utentes

A avaliação do grau de satisfação dos/as utentes do Gabinete de Atendimento, começou a ser implementada apenas em Abril de 2009. Dada a inovação no processo foram criadas algumas resistências quanto à distribuição do inquérito por parte dos/as técnicos/as aos/às utentes, uma vez que o público que recorre aos serviços do gabinete são na sua maioria indivíduos fragilizados emocionalmente. Pelos motivos apresentados anteriormente o número de inquérito recebidos *versus* preenchimento pelos/as utentes resulta num número diminuto. É importante também referir que apesar do número de atendimentos do gabinete ser elevado, um número significativo destes resulta de processo de acompanhamento de utentes que frequentam o gabinete com uma regularidade semanal a mensal.

Seguem-se os gráficos referentes à avaliação da satisfação dos/as utentes:



### **Equipa Adstrita ao Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial**

2 Juristas (1 Jurista em licença parental (10 dias + 10dias) licença parental exclusiva do pai + 30 dias – licença partilhada)

1 Psicóloga em regime de jornada contínua (de Outubro a Dezembro de licença Parental)

1 Psicóloga em regime de prestação de serviços



**Anexo VI**  
**Avaliação da Formação DRN 2009**

## Relatório Síntese

### DRN – Acções de Formação 2009

**“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”**

**Albert Einstein**

#### I PARTE

A CIG/DRN, ao longo da sua existência, tem vindo a desenvolver um vasto conjunto de acções de formação sobre a temática Violência Doméstica, tendo como público-alvo técnicos/as de diferentes áreas do saber que, directa ou indirectamente, lidam nos seus contextos profissionais com vítimas deste crime.

A experiência acumulada ao longo destas acções tem promovido um sedimentar de conhecimentos e imprimido uma adequabilidade dos conteúdos temáticos de acordo com os diferentes grupos, tornando-se estes processos formativos extremamente dinâmicos.

Durante o **ano de 2009**, a CIG/DRN ministrou:

- **12** acções de formação sobre a temática “Violência Doméstica no Âmbito da Conjugalidade” a aproximadamente **217** técnicos/as das áreas de Serviço Social, Psicologia, Direito, Sociologia, Educação Social, Forças de Segurança e profissionais da área da saúde, num total de **168** horas de formação. Das **12** acções de formação ministradas, **3** tiveram lugar nas instalações da DRN no Porto e as restantes **9**, em Lisboa (1), Seixal (1), Açores (2), Montemor-o-Velho (1), e Aveiro (2) e Vila Verde (2).  
Destas 9 acções **6** estiveram a cargo do NVD-VG, tendo a DRN assumido apenas o Módulo de Enquadramento Jurídico.
- **5** acções sobre “Combate ao Tráfico de Seres Humanos” a cerca de **265** técnicos/as de intervenção social e OPC’s num total de **15** horas de formação. Estas acções decorreram em Queluz (2), Alfeite (1), Vila Franca Xira (1) e Porto (1)

A equipa formativa que dinamizou as acções sobre a temática “Violência Doméstica no Âmbito da Conjugalidade” foi composta por 4 técnicos/as superiores da Delegação com formação nas áreas de Psicologia e Direito; as acções sobre “Tráfico de Seres Humanos” tiveram como dinamizadores o jurista da DRN - Dr. Nuno Gradim e a psicóloga também da DRN – Dra. Cristiana Silva.

Por parte destas equipas foram utilizadas metodologias expositivas e activas, com recurso a diferentes dinâmicas. Os/as formadores/as consideram que a maioria dos objectivos a que se propunham foram cumpridos, considerando, que a carga horária de 30 horas promoveu uma maior compreensão do fenómeno nas diferentes áreas do saber, e desenvolvimento de competências de intervenção multidisciplinar.

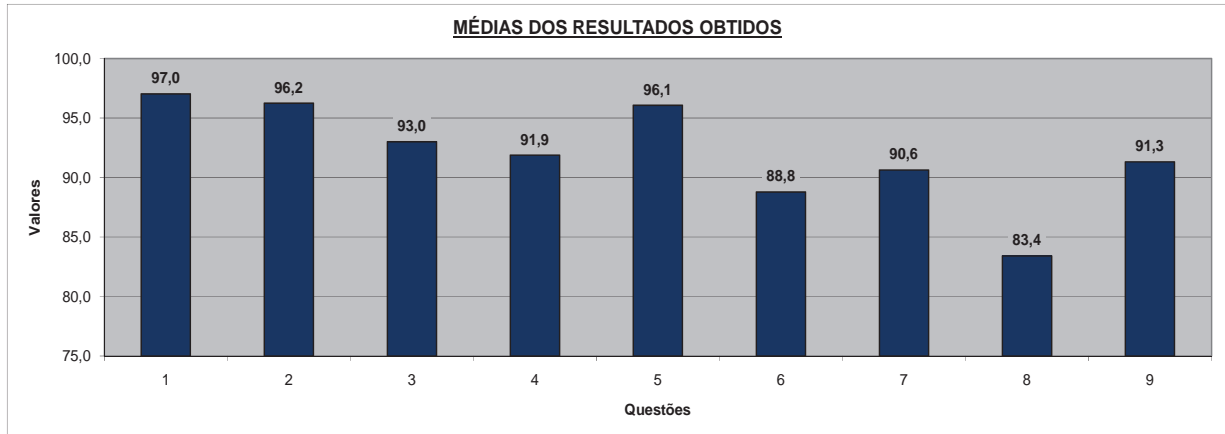
## II PARTE

Uma análise global das avaliações do processo formativo efectuadas pelos/as participantes no final de cada acção, através do preenchimento de um questionário (anexo a este relatório), permite-nos inferir que o nível de satisfação dos/as formandos/as com as acções é francamente positivo. Seguidamente, apresentar-se-ão os resultados que se referem às acções sobre “Violência Doméstica no Âmbito da Conjugalidade” e “Tráfico de Seres Humanos”.

O questionário de avaliação começa por colocar 9 questões em que, a cada uma delas, se pode atribuir um valor de **1 a 5**, sendo que 1 corresponde a uma opinião muito negativa e 5 a uma opinião muito positiva. Expõem-se, de seguida, as questões e as percentagens obtidas após uma análise global de todos os questionários.

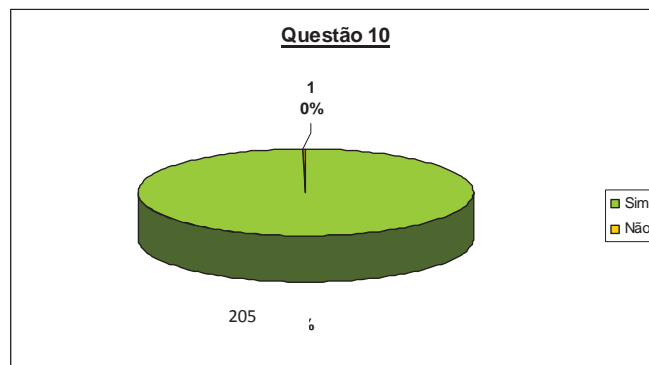
### **A - O QUE PENSA DA REALIZAÇÃO DESTA INICIATIVA:**

	%
1. Como avalio o interesse desta acção de formação?	97%
2. Como avalio a utilidade desta acção de formação para a minha vida (pessoal e profissional)?	96,2%
3. Como avalio os temas tratados?	93%
4. Como avalio o modo como estes temas foram apresentados?	91,9%
5. Como avalio a forma como o/a formadora/a se relacionou com o grupo?	96,1%
6. Como avalio as actividades propostas pelo/a formado/a?	88,8%
7. Como avalio os materiais utilizados (acetatos, documentação, vídeos...)?	90,6%
8. Como avalio a duração da acção de formação?	83,4%
9. Como avalio a acção de formação face às minhas expectativas iniciais?	91,3%
<b>Média</b>	<b>92%</b>

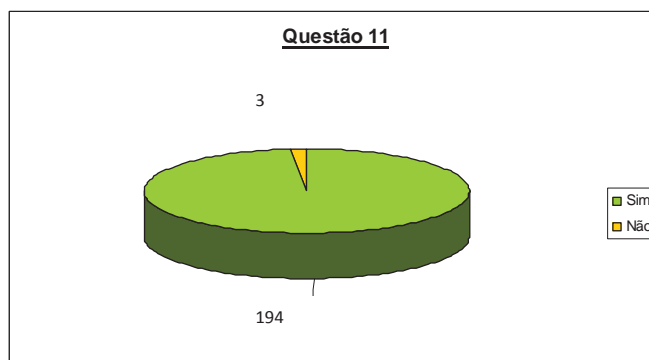


O questionário conta ainda com outras duas questões que procuram, de alguma forma, aferir o impacto no processo individual de aprendizagem da acção de formação e, por outro lado, a motivação/disponibilidade para futuros momentos formativos. São as questões 10 e 11 cuja avaliação se segue.

**10 - Esta formação foi importante para realizar novas aprendizagens:**



**11 - Gostaria que fossem realizadas outras acções de formação?**



Verifica-se, da análise dos dados anteriores, que é consensual nos grupos o reconhecimento de que estas formações foram momentos importantes para a aquisição de novas aprendizagens, o que reforça o alcançar de um objectivo transversal a toda e qualquer formação – contribuir para o aumento de conhecimentos, e para a evolução dos processos de aprendizagem e enriquecimentos pessoal e profissional dos/as técnicos/as. O aspecto alvo de uma avaliação menos positiva diz respeito à duração das acções, considerada sempre insuficiente para uma abordagem mais profunda das questões bem como para a possibilidade de realização de mais dinâmicas, tais como simulação

de atendimentos e análise de casos/propostas de intervenção, apesar da carga horária das acções ter aumentado.

### III PARTE

Existem ainda algumas acções que foram dinamizadas por elementos da equipa de formação da CIG/DRN no âmbito de projectos específicos que não estão a ser tidas em conta na avaliação global do plano formativo das acções anteriormente apresentadas.

Foram realizadas 8 acções no âmbito de 3 projectos, 2 relacionado com Violência Doméstica Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica, Vigilância Electrónica para Agressores Conjugais e 1 de Tráfico de Seres Humanos - CAIM. A sistematização dessas acções é apresentada no seguinte quadro:

Acção de Formação	No âmbito de	Local e Datas	Carga Horária	N.º de participantes
Formação para Operadores/as Telefónicos – Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica	Projecto Eixo 7 POPH Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica	Cruz Vermelha Portuguesa – Lisboa 3, 4 e 5 Junho 2009	15h	7 técnicos/as superiores
Formação para Operadores/as Telefónicos – Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica	Projecto Eixo 7 POPH Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica	Cruz Vermelha Portuguesa – Lisboa 17, 18 e 19 Junho 2009	15h	8 técnicos/as superiores
Formação para técnicos/as da VE e da reinserção social	Projecto Eixo 7 POPH Vigilância Electrónica para Agressores Conjugais	DGRS Coimbra 28 Abril	6 horas	25 técnicos/as superiores
Formação para técnicos/as da VE e da reinserção social	Projecto Eixo 7 POPH Vigilância Electrónica para Agressores Conjugais	DGRS Porto 29 Abril	6 horas	23 técnicos/as superiores
Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos	Projecto CAIM	18 e 19 de Maio Porto	12 horas	18 Técnicos/as do LNES
		25 de Maio Lisboa		

Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos	Projecto CAIM		12 horas	20 Técnicos/as da Santa Casa da Misericórdia
Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos	Projecto CAIM	18 e 19 de Junho Porto	12 horas	20 Magistrados/as

**Nota: A avaliação desta acções encontra-se organizada no Dossier Técnico Pedagógico do respectivo projecto**

### Conclusão

Podemos dizer que o balanço da acção formativa desenvolvida ao longo do ano de 2009 pela CIG/DRN é muito positivo. Contribuem para esta percepção não só o *feedback* obtido dos grupos através das fichas de avaliação, mas também a leitura que a equipa da DRN faz do comportamento/atitude dos/as formandos/as ao longo das sessões, visível na postura interessada, na adesão às actividades propostas e na participação reflexiva nas discussões geradas, respostas estas que reforçam a nossa convicção enquanto formadores/as – *“ninguém ensina ninguém, mas todos aprendem com todos”*, pondo assim em causa uma relação unidireccional formador/a-formando/a. O processo de aprendizagem – passagem de um estado de fechamento sobre si mesmo para um estado de abertura ao mundo e à vida que nele palpita – é diferente em cada grupo etário, porque diferentes são as suas maneiras de ser e de estar na vida e, para os adultos a aprendizagem faz-se, essencialmente, através da partilha de saberes e experiências. Em nosso entender, a formação que proporcionamos procura partir desta premissa, indo buscar as suas raízes ao educador Paulo Freire que já defendia que *o papel do educador não é o de “encher” o educando de “conhecimentos” de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através do diálogo educador-educando e educando-educador, a organização de um pensamento correcto em ambos. É, efectivamente, no intercâmbio de saberes e afectos que o processo formativo se desenvolve e consolida.*

Hoje, mais do que nunca, a formação é uma exigência do quotidiano, tanto a nível pessoal como organizacional. Há, pois, que alargá-la a todas as áreas do saber, a todas as fases da vida e a todas as organizações, tornando-a contínua como contínuas são as transformações da sociedade. Só através do desenvolvimento das competências técnicas, operacionais e humanas é possível atingir um equilíbrio individual, social e institucional. O volume de pedidos de acções de formação que anualmente são dirigidos à CIG ilustra bem a consciência dessa necessidade por parte das organizações, que reconhecem que só investindo na formação dos/as seus/as colaboradores poderão garantir uma resposta interventiva de qualidade; o mesmo volume de pedidos reforça a nossa convicção de que a CIG está a transmitir uma imagem positiva para o exterior quanto à qualidade das acções que dinamiza.

Por parte desta equipa, propomo-nos a dar continuidade a este trabalho com entusiasmo e dedicação, tendo sempre em vista a melhoria na qualidade das respostas dadas às vítimas de violência género.

## **Anexo VII**

# **Relatório de actividade do Secretariado Técnico para a Igualdade (STI)**



## 1. Enquadramento

Reflectindo as Agendas de Lisboa e Gotemburgo, o período de programação dos fundos estruturais (2007-2013) assume uma política comunitária de coesão ambiciosa e centrada num número limitado de prioridades, com o objectivo de potenciar um maior efeito de alavanca e um valor acrescentado mais significativo dos recursos financeiros comunitários e nacionais envolvidos.

A materialização dos objectivos em matéria de Estratégia de Lisboa renovada traduz-se em termos nacionais no PNACE (Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego), enquadramento estratégico que determinou de forma decisiva o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e em especial o Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

A nível nacional as orientações com vista ao planeamento e à programação da intervenção estrutural comunitária em Portugal no período de 2007-2013 encontram-se inscritas no QREN.

O QREN caracteriza-se pelo estabelecimento de Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais: o potencial humano, os factores de competitividade e a valorização do território. Em coerência com esta racionalidade, é estabelecido que a estruturação dos Programas Operacionais em Eixos Prioritários reflecta também uma lógica eminentemente temática.

## 2. Contratualização entre o POPH e a CIG

### 2.1. A CIG enquanto Organismo Intermédio

O Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) é o programa que concretiza a agenda temática para o potencial humano inscrita no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), documento programático que enquadra a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

É um Programa constituído por 10 Eixos prioritários, que integram uma medida de acção positiva específica, consubstanciada no Eixo 7 – Igualdade de Género, em que a CIG é o organismo intermédio.

O Eixo 7 – Igualdade de Género, tem como objectivo fundamental difundir uma cultura de igualdade através da integração da perspectiva de género nas estratégias de educação e formação, a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho, a conciliação entre a vida profissional e familiar, a prevenção da violência de género e a promoção da eficiência dos instrumentos de política pública na promoção da igualdade de género e de capacitação dos actores relevantes para a sua prossecução.

### 2.2. O Contrato de delegação de competências

O Gestor do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) celebraram, a 11 de Abril de 2008, um “contrato de delegação de competências com estabelecimento de uma subvenção global”, através do qual foram delegadas na CIG, enquanto Organismo Intermédio (OI) as competências técnicas, administrativas e financeiras das Tipologias de Intervenção enquadradas pelos Eixos 7, 8, e 9 do POPH.

O contrato de delegação de competências teve uma dotação global inicial de 28.055.925 euros (vinte e oito milhões, cinquenta e cinco mil e novecentos e vinte e cinco euros), dos quais 2.550.537,00 € (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e sete euros), estão previstos para a Assistência Técnica.

O presente contrato foi objecto de um reforço da dotação orçamental passando para 36.526.654,87 euros (trinta e seis milhões quinhentos e vinte e seis mil seiscientos e cinquenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos), mantendo-se inalterado o valor relativo à Assistência Técnica.

### **2.3. Estrutura Técnica de Coordenação**

No âmbito do contrato de delegação de competências celebrado entre o POPH e a CIG, foi constituído um Secretariado Técnico para a Igualdade (STI) através do Despacho n.º 17133/2008, de 25 de Junho que depende da Presidente da CIG. O STI é composto por 18 pessoas, a saber: a Secretária Técnica (equiparada a Subdirectora – Geral) e nomeada através do Despacho 17275/2008, de 26 de Junho; a Coordenadora de Equipa de Projecto (equiparada a Directora de Serviços) e nomeada através do Despacho n.º 17132/2008, de 25 de Junho; 18 Técnicas Superiores, 1 Assistente Administrativa e 1 técnica de Informática.

A organização do STI tem de assegurar o respeito do princípio da separação de funções através da constituição de núcleos distintos, que acompanham as diferentes fases que integram o financiamento de um projecto (Núcleo de Análise de Candidaturas e Núcleo das Verificações Administrativas e no Local).

Como as Técnicas que integram o Núcleo de Análise de Candidaturas são as mesmas do Núcleo das Verificações Administrativas e no Local, para que se cumpra o referido princípio, em caso algum será cometida a um(a) técnico(a) que tenha analisado a candidatura ou os reembolsos de um qualquer projecto de uma determinada entidade, a verificação no local de qualquer projecto dessa entidade.

## **3. Utilização do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE)**

O Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE) é um sistema de informação que **obrigatoriamente** tem que ser utilizado pela CIG/STI no exercício das suas funções, designadamente junto das entidades beneficiárias, como garantia da integração permanente e consistente de dados.

A CIG, na qualidade de organismo intermédio, obriga-se à utilização do SIIFSE, como instrumento de análise das candidaturas submetidas pelas entidades beneficiárias e registo de execução física e financeira dos projectos.

O SIIFSE, para além de funcionar como instrumento de inserção e análise de candidaturas, como interage com outros sistemas, fornece informação complementar, nomeadamente o registo de entidades beneficiárias, a existência de dívidas ao IGFSE, à segurança social e às finanças, ou o registo dos pagamentos aos beneficiários.

## **4. Abertura de candidaturas**

Durante o ano de 2009 foram abertos dois períodos para apresentação de candidaturas, a saber:

- ▶ O Aviso n.º 9/2009, que decorreu entre 26 de Maio e 25 de Junho de 2009, apenas para as regiões de Convergência (Norte, Centro e Alentejo), no âmbito das tipologias de intervenção 7.2 – Planos para a Igualdade e 7.4 – Formação de públicos estratégicos.
- ▶ O Aviso n.º 16/2009, que decorreu entre os dias 21 de Julho e 24 de Agosto de 2009, para as regiões de Convergência, Lisboa e Algarve, no âmbito das tipologias de intervenção 7.3 – Apoio técnico e financeiro às Organizações não Governamentais e 7.6 – Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres.

## 4.1. Candidaturas submetidas

### 4.1.1 Aviso n.º 9/2009

A abertura do presente aviso culminou com a submissão de 509 candidaturas.

**Quadro 1**

Tipologia de Intervenção	Candidaturas Submetidas
7.2 - Planos Para a Igualdade	107
7.4 - Apoio a Projectos de Formação Para Públicos Estratégicos	402
<b>Total</b>	<b>509</b>

### 4.1.2 Aviso n.º 16/2009

A abertura do presente aviso culminou com a submissão de 411 candidaturas.

**Quadro 2**

Tipologia de Intervenção	Candidaturas Submetidas
7.3/8.7.3/9.7.3 – Apoio técnico e financeiro às Organizações não Governamentais	138
7.6/8.7.6/9.7.6 - Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres	273
<b>Total</b>	<b>411</b>

**Quadro 3**

TOTAL - Concursos em 2009 -	Candidaturas Submetidas
Aviso n.º 9/2009	509
Aviso n.º 16/2009	411
<b>Total</b>	<b>920</b>

## 4.2. Candidaturas aprovadas

### 4.2.1 Aviso n.º 9/2009

**Quadro 4**

Tipologia de Intervenção	Aprovações
7.2 - Planos para a Igualdade	19
7.4 - Formação de públicos estratégicos	88
<b>Total</b>	<b>107</b>

#### 4.2.2 Aviso n.º 16/2009

Quadro 5

Tipologia de Intervenção	Aprovações
7.3/8.7.3/9.7.3 – Apoio técnico e financeiro às Organizações não Governamentais	52
7.6/8.7.6/9.7.6 - Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres	53
<b>Total</b>	<b>105</b>

Quadro 6

TOTAL - Concursos em 2009	Candidaturas Aprovadas
Aviso n.º 9/2009	107
Aviso n.º 16/2009	105
<b>Total</b>	<b>212</b>

### 4.3. Candidaturas indeferidas

#### 4.3.1 Aviso n.º 9/2009

Quadro 7

Tipologia de Intervenção	Indeferimentos
7.2 - Planos para a Igualdade	76
7.4 - Formação de públicos estratégicos	260
<b>Total</b>	<b>336</b>

#### 4.3.2 Aviso n.º 16/2009

Quadro 8

Tipologia de Intervenção	Indeferimentos
7.3/8.7.3/9.7.3 – Apoio técnico e financeiro às Organizações não Governamentais	64
7.6/8.7.6/9.7.6 - Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres	164
<b>Total</b>	<b>228</b>

Quadro 9

TOTAL- Concursos em 2009	Indeferimentos
Aviso n.º 9/2009	336
Aviso n.º 16/2009	228
<b>Total</b>	<b>564</b>

## 4.4. Candidaturas arquivadas

### 4.3.1 Aviso n.º 9/2009

Quadro 10

Tipologia de Intervenção	Arquivamentos
7.2 - Planos para a Igualdade	12
7.4 - Formação de públicos estratégicos	54
<b>Total</b>	<b>66</b>

### 4.3.2 Aviso n.º 16/2009

Quadro 11

Tipologia de Intervenção	Arquivamentos
7.3/8.7.3/9.7.3 – Apoio técnico e financeiro às Organizações não Governamentais	22
7.6/8.7.6/9.7.6 - Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres	56
<b>Total</b>	<b>78</b>

Quadro 12

TOTAL - Concursos em 2009	Arquivamentos
Aviso n.º 9/2009	66
Aviso n.º 16/2009	78
<b>Total</b>	<b>144</b>

## 5. Âmbito Territorial

As tipologias de intervenção são aplicáveis às acções realizadas no território de Portugal Continental e a elegibilidade geográfica é determinada em função da localização do projecto:

**Eixo 7 – Região de Convergência (inclui a região Norte, a região Centro e a região do Alentejo)**

**Eixo 8 – Região do Algarve**

**Eixo 9 – Região de Lisboa**

## 6. Participação Financeira e Candidaturas Aprovadas

### 6.1. Tipologia de Intervenção 7.2. – Planos Para a Igualdade

A Tipologia de Intervenção 7.2. tem como objectivo mobilizar instituições públicas e privadas para a implementação de Planos para a Igualdade, através do reforço da integração da perspectiva de género nas políticas da Administração Pública Central e Local e do desenvolvimento de Planos para a igualdade no sector empresarial, público e privado e nas organizações em geral.

### 6.1.1. Comparticipação Financeira

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, o limite máximo para a **Tipologia de Intervenção 7.2/8.7.2./9.7.2.** – Planos para a Igualdade foi de **3.082.000,00 €**:

**Quadro 13**

Ano	Montante
2008	470.000,00 €
2009	1.260.000,00 €
2010	1.352.000,00 €
<b>Total</b>	<b>3.082.000,00 €</b>

De acordo com o Quadro 9, os montantes para a **Região de Convergência** foram os seguintes:

**Quadro 14**

Tipologia	2008	2009	2010	Total
<b>7.2.</b>	370.000,00 €	980.000,00 €	1.205.000,00 €	2.555.000,00 €

Os montantes para a **Região do Algarve** foram os seguintes:

**Quadro 15**

Tipologia	2008	2009	2010	Total
<b>8.7.2.</b>	30.000,00 €	100.000,00 €	47.000,00 €	177.000,00 €

Os montantes para a **Região de Lisboa** foram os seguintes:

**Quadro 16**

Tipologia	2008	2009	2010	Total
<b>9.7.2.</b>	70.000,00 €	180.000,00 €	100.000,00 €	350.000,00 €

### 6.1.2. Metas Físicas

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, as metas físicas para a Tipologia de Intervenção 7.2. são aferidas de acordo com o n.º de entidades apoiadas para desenvolverem Planos para a Igualdade.

**Quadro 17**

Tipologia	Meta 2008 – 2010 (media anual)
Planos para a Igualdade <b>(7.2)</b>	17
Planos para a Igualdade <b>(8.7.2)</b>	1
Planos para a Igualdade <b>(9.7.2)</b>	2

### 6.1.3. Candidaturas Aprovadas<sup>11</sup>

Tendo em conta os montantes máximos anuais para cada Região, na fase de candidaturas correspondente ao período de 26 de Maio a 25 de Junho de 2009, Aviso n.º 9/2009, foram submetidas a esta Tipologia, 107 candidaturas tendo sido solicitado, por parte das Entidades Promotoras, **14.800.000 €**.

Dos Projectos submetidos, 19<sup>12</sup> foram alvo de financiamento estando comprometido, para o período **2009-2011**, o montante global de **1.600.000 €**, distribuído pelas Regiões conforme consta do Quadro 10:

**Quadro 18**

Tipologia de Intervenção	Candidaturas submetidas	Candidaturas aprovadas	Valores solicitados	Valores aprovados
Planos para a Igualdade (7.2)	107	19	2.770.000 €	1.600.000 €

As metas previstas para **2008-2010 foram ultrapassadas com as candidaturas aprovadas nos concursos de 2008 e de 2009**, como se verifica no quadro nº 19.

**Quadro 19**

Metas físicas – N.º de entidades apoiadas para desenvolverem Planos para a Igualdade - Tipologia de Intervenção 7.2. / 8.7.2. / 9.7.2			
	Região Convergência	Algarve	Lisboa
Contrato de delegação de competências POPH/CIG	17	1	2
Aprovados – 1.º Concurso	21	3	7
Aprovados - 2.º Concurso	19	n.a	n.a
<b>Total aprovados</b>	<b>40</b>	<b>3</b>	<b>7</b>

### 6.2. Tipologia de Intervenção 7.3. – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais

A **Tipologia de Intervenção 7.3.** tem como objectivo apoiar as organizações não governamentais (ONG) e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, que actuem na área da Igualdade de Género, na sua capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes os meios que lhes permitam agir de forma complementar com as intervenções públicas para a promoção da igualdade de género

<sup>11</sup> Considerando a grandeza dos números, os valores foram arredondados.

<sup>12</sup> Incluídos 4 projectos em *overbooking*, no valor de 345.615,12€.

através do reforço da sua intervenção e aprofundamento da capacidade de participação das mulheres na actividade económica e social, e dos homens na esfera privada.

### 6.2.1. Comparticipação Financeira

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, o limite máximo para a **Tipologia de Intervenção 7.3/8.7.3./9.7.3.** – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais foi de **12.502.658,68€**:

**Quadro 20**

Ano	Montante
2008	1.101.100,00 €
2009	5.240.900,00 €
2010	6.160.658,00 €
<b>Total</b>	<b>12.502.658,68€</b>

De acordo com o Quadro 16, os montantes para a **Região de Convergência** foram os seguintes:

**Quadro 21**

Tipologia	2008	2009	2010	Total
<b>7.3.</b>	890.000,00 €	4.100.000,00 €	5.000.000,00 €	9.900.000,00 €

Os montantes para a **Região do Algarve** foram os seguintes:

**Quadro 22**

Tipologia	2008	2009	2010	Total
<b>8.7.3.</b>	45.100,00 €	270.900,00 €	266.658,68 €	582.658,68 €

Os montantes para a **Região de Lisboa** foram os seguintes:

**Quadro 23**

Tipologia	2008	2009	2010	Total
<b>9.7.3.</b>	166.000,00 €	870.000,00 €	894.000,00 €	1.930.000,00 €

### 6.2.2. Metas Físicas

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, as metas físicas para a Tipologia de Intervenção 7.3. são aferidas de acordo com o n.º projectos promovidos por ONG.

**Quadro 24**

Tipologia	Meta 2008 – 2010 (media anual)
Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais <b>(7.3)</b>	84
Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais <b>(8.7.3)</b>	5



Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais <b>(9.7.3)</b>	12
--	----

### 6.2.3. Candidaturas Aprovadas <sup>13</sup>

Tendo em conta os montantes máximos anuais para cada Região, na fase de candidaturas correspondente ao período de 21 de Julho a 24 de Agosto de 2009, Aviso n.º 16/2009, foram submetidas a esta Tipologia, 138 candidaturas tendo sido solicitado, por parte das Entidades Promotoras, cerca de **13.300.000 €**.

Dos projectos submetidos, 52 foram alvo de financiamento estando comprometido, para o período **2009-2011**, o montante global de **6.400.000 €**, distribuído pelas Regiões conforme consta do Quadro seguinte:

**Quadro 25**

Tipologia de Intervenção	Candidaturas submetidas	Candidaturas aprovadas	Valores solicitados	Valores comprometidos
Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais <b>7.3</b>	106	43	11.150.000 €	5.300.000 €
Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais <b>8.7.3</b>	6	3	589.000 €	350.000 €
Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais <b>9.7.3</b>	26	6 <sup>14</sup>	1.480.000 €	753.000 €

<sup>13</sup> Considerando a grandeza dos números, os valores foram arredondados.

<sup>14</sup> Incluído 1 projecto em *overbooking* no valor de 100.000, 00 €.

<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>52</b>	13.300.000 €	<b>6.400.000 €</b>
--------------	------------	-----------	--------------	--------------------

Quadro 26

Metas físicas – N.º de entidades apoiadas para desenvolverem Planos para a Igualdade - Tipologia de Intervenção 7.3 / 8.7.3 / 9.7.3			
	Região Convergência	Algarve	Lisboa
Contrato de delegação de competências POPH/CIG	84	5	12
Aprovados – 1.º Concurso	63	4	13
Aprovados - 2.º Concurso	43	3	6
<b>Total aprovados</b>	<b>106</b>	<b>7</b>	<b>19</b>

### 6.3. Tipologia de Intervenção 7.4. – Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos

A **Tipologia de Intervenção 7.4.** tem como objectivo formar e qualificar actores e decisores estratégicos na temática da Igualdade de Género e na prevenção da Violência de Género e alterar a perspectiva existente sobre os papéis de mulheres e homens.

#### 6.3.1. Participação Financeira

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, o limite máximo para a **Tipologia de Intervenção 7.4/8.7.4./9.7.4. – Apoio a Projectos de Formação para Públicos Estratégicos** é de **4.231.199,41 €**:

Quadro 27

Ano	Montante
2008	1.395.000,00 €
2009	1.790.838,53 €
2010	1.045.360,88 €
<b>Total</b>	<b>4.231.199,41 €</b>

De acordo com o Quadro 23, os montantes para a **Região de Convergência** são os seguintes:

Quadro 28

Tipologia	2008	2009	2010	Total
<b>7.4.</b>	1.060.000,00 €	1.498.838,53 €	750.000,00 €	3.308.838,53 €

Os montantes para a **Região do Algarve** são os seguintes:

Quadro 29

Tipologia	2008	2009	2010	Total
<b>8.7.4.</b>	84.000,00 €	93.000,00 €	105.360,88 €	282.360,88 €

Os montantes para a **Região de Lisboa** são os seguintes:

**Quadro 30**

Tipologia	2008	2009	2010	Total
9.7.4.	251.000,00 €	199.000,00 €	190.000,00 €	640.000,00 €

### 6.3.2. Metas Físicas

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, as metas físicas para a Tipologia de Intervenção 7.4. são aferidas de acordo com o n.º de pessoas abrangidas em acções de formação em igualdade de género e violência de género.

**Quadro 31**

Tipologia	Meta 2008 – 2010 (media anual)
Formação de públicos estratégicos (7.4)	Igualdade de género – 1.598 Violência de género - 141
Formação de públicos estratégicos (8.7.4)	Igualdade de género – 102 Violência de género – 32
Formação de públicos estratégicos (9.7.4)	Igualdade de género – 228 Violência de género – 32

### 6.3.3. Candidaturas Aprovadas<sup>15</sup>

Tendo em conta os montantes máximos anuais para cada Região, na fase de candidaturas correspondente ao período de 26 de Maio e 25 de Junho de 2009, Aviso n.º 9/2009, foram submetidas a esta Tipologia, 402 candidaturas tendo sido solicitado, por parte das Entidades Promotoras, **33.300.195,08€**.

Dos projectos submetidos, 88 foram alvo de financiamento, estando comprometido, para o período **2009-2010**, o montante global de cerca de **1.700.000 €**, distribuído pelas 3 regiões que compõem a Zona de Convergência:

**Quadro 32**

Tipologia de Intervenção	Candidaturas submetidas	Candidaturas aprovadas	Valores solicitados	Valores Comprometidos
Formação de públicos estratégicos (7.4)	402	88	6.650.000 €	1.700.000 € <sup>16</sup>

<sup>15</sup> Considerando a grandeza dos números, os valores foram arredondados.

<sup>16</sup> Inclui 17 projectos aprovados em *overbooking*, no valor aproximado de 360.000€.



Quadro 33

N.º de projectos aprovados na Tipologia de Intervenção 7.4 / 8.7.4 / 9.7.4			
Aprovados – 1.º Concurso	87	5	16
Aprovados - 2.º Concurso	88	n.a	n.a
<b>Total aprovados</b>	<b>175</b>	<b>5</b>	<b>16</b>

#### 6.4. Tipologia de Intervenção 7.6. – Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres

A **Tipologia de Intervenção 7.6.** tem como objectivo promover estratégias de apoio ao empreendedorismo das mulheres e incentivar o associativismo e a criação de redes, favorecendo o auto emprego, a capacidade empresarial e a qualidade da sua participação na vida activa.

##### 6.4.1. Participação Financeira

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, o limite máximo para a **Tipologia de Intervenção 7.6/8.7.6./9.7.6.** – Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres é de **15.160.259,78€**:

Quadro 34

Ano	Montante
2007	585.889,05
2008	880.000,00
2009	5.985.000,00
2010	7.709.370,73
<b>Total</b>	<b>15.160.259,78</b>

De acordo com o Quadro 29, os montantes para a **Região de Convergência** são os seguintes:

Quadro 35

Tipologia	2007	2008	2009	2010	Total
<b>7.6.</b>	426.061,75	530.000,00	4.500.000,00	6.000.000,00€	11.456.061,75

Os montantes para a **Região do Algarve** são os seguintes:

Quadro 36

Tipologia	2007	2008	2009	2010	Total
<b>7.6.</b>	159.827,30	172.000,00	378.000,00	574.370,73	1.284.198,03

Os montantes para a **Região de Lisboa** são os seguintes:

Quadro 37

Tipologia	2008	2009	2010	Total
9.7.6.	178.000,00	1.107.000,00	1.135.000,00	2.420.000,00

#### 6.4.2. Metas Físicas

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, as metas físicas para a Tipologia de Intervenção 7.6. são aferidas de acordo com o n.º mulheres abrangidas em acções de formação / consultoria / redes como incremento do empreendedorismo feminino.

**Quadro 38**

Tipologia	Meta 2008 – 2010 (media anual)
Apoio ao empreendedorismo (7.6)	400
Apoio ao empreendedorismo (8.7.6)	41
Apoio ao empreendedorismo Apoio ao empreendedorismo (9.7.6)	27

#### 6.4.3. Candidaturas Aprovadas<sup>17</sup>

Tendo em conta os montantes máximos anuais para cada Região, na fase de candidaturas correspondente ao período de 21 de Julho e 24 de Agosto de 2009, Aviso n.º 16/2009, foram submetidas a esta Tipologia, 273 candidaturas tendo sido solicitado, por parte das Entidades Promotoras, **cerca de 32.000.000,00 €**.

Dos Projectos submetidos, foram objecto de financiamento 53 projectos, estando comprometido o montante global de **7.300.000,00 €<sup>18</sup>**, distribuído pelas Regiões conforme consta do Quadro que se segue:

<sup>17</sup> Considerando a grandeza dos números, os valores foram arredondados.

<sup>18</sup> Este montante inclui o valor cabimentado da fase formativa e a estimativa para a fase da consultoria.

Quadro 39

Tipologia de Intervenção	Candidaturas submetidas	Candidaturas aprovadas	Valores solicitados	Valores aprovados e comprometidos
Apoio ao empreendedorismo (7.6)	231	41	25.500.000 €	5.560.000 €
Apoio ao empreendedorismo (8.7.6)	12	5	1.650.000 €	690.000 €
Apoio ao empreendedorismo (9.7.6)	26	8	4.740.000€	992.000 €
<b>Total</b>	<b>273</b>	<b>53</b>	<b>32.000.000€</b>	<b>7.300.000 €</b>

### 6.5 Acompanhamento dos projectos aprovados nos concursos realizados no ano de 2008

No decurso de 2008 foram abertos concursos às várias tipologias de intervenção (Planos para a Igualdade, Apoio técnico e financeiro às ONG, apoio a projectos de formação para públicos estratégicos e apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres) e em todas as regiões do Continente (Lisboa, Algarve, Norte, Centro e Alentejo), como a maioria dos projectos aprovados são plurianuais, no decurso do ano de 2009, foi necessário desenvolver os vários procedimentos a que obriga a execução dos cerca de 200 projectos (Análise de Pedidos de Alteração e restante acompanhamento).

## 7. OUTRAS ACTIVIDADES

### 7.1 ANÁLISE FINANCEIRA

Foram realizadas cerca de 520 análises financeiras, incluindo reembolsos, reembolsos intermédios e pedidos de saldo.

### 7.2 VERIFICAÇÕES NO LOCAL

Nos termos do disposto na alínea b) do ponto 2.9 da Cláusula 3ª do Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o POPH e a CIG, compete a esta Comissão “Verificar no local que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados às entidades Para cumprir beneficiárias”.

Para que seja possível proceder a estas verificações no local (VL) é necessário que estejam reunidas uma série de condições, pelo que as referidas verificações ocorreram no 2º semestre de 2009.

Assim, no ano em referência, realizaram - se 11 Verificações no Local, a saber:



- Projecto nº 012222/2008/973 - REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IO ENTRE HM
- Projecto nº 11342/2008/974 - RHI CONSULTORES - CONSULTORIA RECURSOS HUMANOS E INFORMATICA
- Projecto nº 0120620/2008/873 - FISOOT - FORMAÇÃO, INTEGRAÇÃO SOCIAL E OFERTAS DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO, CRL
- Projecto nº 011491/2008/73 - ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO
- Projecto nº 012299/2008/72 - ADERE MINHO
- Projecto nº 011534/2008/73 - MULHER SÉCULO XXI - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS MULHERES
- Projecto nº 011374/2008/873- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA
- Projecto nº 011526/2008/972 - SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- Projecto nº 011526/2008/74 - MONTE -DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE
- Projecto nº 012047/2008/72 - ESDIME - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ALENTEJO SUDOESTE
- Projecto nº 11484/2008/72 - CARITAS PORTUGUESA

### 7.3 REUNIÕES E OUTROS EVENTOS

#### 7.3.1.COM O POPH

A) O disposto no nº 2 da Cláusula 7ª do referido Contrato estabelece que “ *sem prejuízo dos outros números da presente Cláusula, serão realizadas reuniões trimestrais, marcadas e comunicadas pelo 1º outorgante, destinadas a analisar o estado de execução do presente contrato*”

O POPH, considerando que a maioria das questões em análise são comuns aos vários Organismos Intermédios, optou por efectuar reuniões conjuntas, as quais se realizaram, alternadamente, nas instalações de cada Organismo envolvidos, sendo que 2 das 10 reuniões concretizadas, foram nas instalações da CIG.

B) Foram ainda concretizadas reuniões específicas entre o POPH e a CIG/STI:

- Uma das reuniões entre o Gestor do POPH e respectiva equipa, com a Presidente da CIG e a coordenação do STI (Maio);
- Várias reuniões (10) entre elementos do POPH e do STI, para esclarecimento de questões relacionadas, nomeadamente, com a reprogramação do Contrato - Programa, o funcionamento do SIIFSE, os referenciais de Formação, abertura de concursos, alteração de regulamentos e outras matérias afins.

C) Foi realizada 1 Sessão de informação/ formação cujas destinatárias foram as entidades beneficiárias das Tipologias de Intervenção 7.3 e 7.2 – que viram os seus projectos aprovados nos concursos abertos em 2008, para esclarecimento de dúvidas relativas à utilização do SIIFSE, a qual foi dinamizada pela equipa do POPH e apoiada pelos elementos do STI;

C) A CIG/STI esteve presente nas duas reuniões da Comissão de Acompanhamento do POPH (Junho e Dezembro).

### 7.3.2- Com as ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

- Foram realizadas cerca de 80 reuniões com as entidades beneficiárias das diversas Tipologias para informação e esclarecimento de questões relacionadas com a execução dos Projectos;
- Foram concretizadas 2 Sessões Públicas sobre o QREN/STI;
- O STI participou em mais de 30 eventos promovidos pelas entidades beneficiárias (seminários, palestras, etc) para divulgação do trabalho realizado;
- O STI apoiou, para difusão dos financiamentos no âmbito do QREN, a concretização da FEEL WOMAN (19 A 22 MARÇO);
- O STI participou no workshop “Empreendedorismo Feminino em Portugal como uma resposta à crise”, promovido pela CIG;
- O STI esteve presente nos dois Conselhos Consultivos da CIG realizados no decurso do ano de 2009.

### 7.4 - DOCUMENTOS DE APOIO

- ✓ O STI organizou os procedimentos necessários à adjudicação por ajuste directo de:
  - Estudo sobre “Os contributos dos fundos comunitários para o desenvolvimento do empreendedorismo feminino em Portugal” - adjudicado ao ISEG/equipa do Professor Doutor José Pereirinha;
  - Serviço de Apoio Técnico e Financeiro ao STI/ CIG.
- ✓ Foi concluída a elaboração do *MANUAL DE PROCEDIMENTOS da CIG/STI*, composto por 3 Manuais específicos;
- ✓ Foram elaborados cerca de 1 500 pareceres, 3 000 ofícios, 730 informações e 52 propostas;
- ✓ O site do QREN, sediado na CIG, teve 123.324 visitas e o endereço electrónico específico do STI teve 1.897 registos;
- ✓ Os elementos da equipa do STI participaram nas actividades regulares e/ou transversais da CIG nomeadamente, entre outras, nas reuniões de Coordenação Técnica e nas da Comissão de Avaliação – alargada e restrita.

